



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

João Paulo Lopes dos Santos

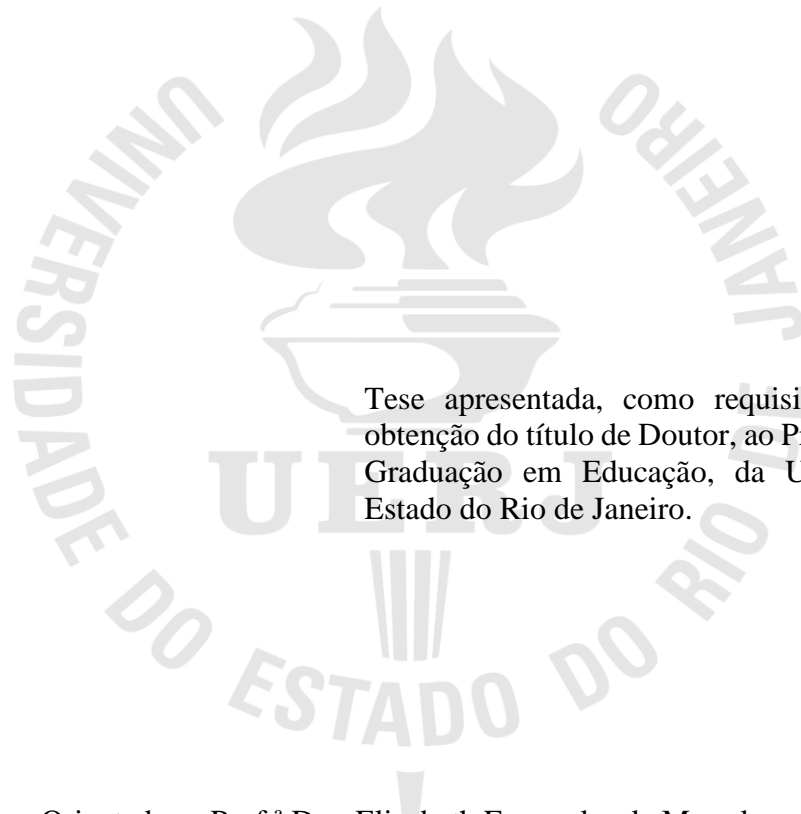
**O processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no  
Território de Identidade do Sudoeste Baiano**

Rio de Janeiro

2023

João Paulo Lopes dos Santos

**O processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de  
Identidade do Sudoeste Baiano**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Elizabeth Fernandes de Macedo

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, João Paulo Lopes dos  
O processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano / João Paulo Lopes dos Santos. – 2023.  
239 f.

Orientadora: Elizabeth Fernandes de Macedo.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Currículo – Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. I. Macedo, Elizabeth Fernandes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

br CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

João Paulo Lopes dos Santos

**O processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de  
Identidade do Sudoeste Baiano**

Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor, ao Programa de  
Pós-Graduação em Educação, da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 22 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elizabeth Fernandes de Macedo (Orientadora)  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Alice Casimiro Lopes  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Kamila Lockmann  
Universidade Federal do Rio Grande – UFRG

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Núbia Regina Moreira  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Rita de Cássia Prazeres Frangella  
Faculdade de Educação – UERJ

Rio de Janeiro

2023

## **DEDICATÓRIA**

Para as forças que me protegem.

## AGRADECIMENTOS

Não preciso que me digam de que lado nasce o Sol porque bate lá meu coração.

Belchior.

Uma tarde de domingo no Teatro João Caetano, centro do Rio de Janeiro, março de 2019 em um Brasil que começara a experimentar um Governo antidemocrático e quase fascista.

Recém-chegado de uma pequena cidade do Sertão da Bahia para cursar o Doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, me vi, pela primeira vez, em um teatro. “João, o tempo andou mexendo com a gente, sim!” O musical narrava a trajetória de vida do compositor e poeta nordestino Belchior, e sua chegada às terras do sul. Na trama, me reconheci em alguns momentos, e logo percebi que o caminho que havia escolhido seguir seria espinhoso e enigmático. Experimentei a solidão, a saudade de casa, a toxidade do ambiente acadêmico, os julgamentos; mas também vislumbrei as oportunidades que o Rio de Janeiro poderia me proporcionar: possibilidades de viver o teatro, a história, a natureza, a cultura, as pessoas, os (re)encontros e o sonho de minha formação.

“Sonho e escrevo em letras grandes de novo”; e o meu sonho é me tornar doutor e professor universitário. Apesar de que muitas vezes eu preferi andar sozinho; na construção desse sonho, eu precisei percorrer o caminho de mãos dadas com outras pessoas que contribuíram, orientaram, e me afetaram, de algum modo.

A elas, reservo esse espaço de agradecimento. A Deus, que me ilumina pela escuridão do mundo; à minha amada mãe, pelo o amor desmedido, e a quem devoto toda a minha vida; ao meu pai (in memoriam) que me ensinou os caminhos pelos quais eu não deveria seguir; ao meu companheiro, Fábio Nascimento, por todo o amor traduzido em palavras de aconchego, incentivo, segurança, e brandura; à minha orientadora, a Professora Dra. Elizabeth Fernandes de Macedo que me acolheu com carinho e humildade, e me orientou, respeitosamente, com intervenções inteligentes e importantes; aos meus pares do Grupo de Pesquisa “Currículo, Cultura e Diferença” do ProPEd/UERJ; aos professores/as com os/as quais muito aprendi. Às pessoas que atravessaram o meu caminhar e me (des)construíram. À Frida’s house, o canto que me abrigou em segurança nos meus dias de Rio.

Agradeço à banca de qualificação e a de defesa pelas contribuições e sugestões significativas; aos funcionários da Secretaria do ProPEd pelo pronto atendimento; ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por viabilizar insumos que facilitaram a minha participação em eventos diversos e a

escrita de minhas pesquisas “pelos muros do país”. Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ pelo financiamento, que foi fundamental para o desenvolvimento do estudo objeto dessa Tese; às pessoas que compuseram minha rede de informações; aos colaboradores que emprestaram suas narrativas para que, assim, eu pudesse produzir os dados da pesquisa; ao meu amado Nordeste por me tornar forte e por todo orgulho que me traz. À cidade maravilhosa de São Sebastião do Rio de Janeiro por todo o encanto que, “quando a gente passa, a gente olha, a gente pára e se extasia” (Carlos Drummond de Andrade). Em especial, agradeço a mim que rumei para o Rio e enfrentei todas as intempéries em busca da realização pessoal. A Tese é a materialização dessa busca. É produto que me causa felicidade, e “a felicidade é uma arma quente”.

Se o tempo andou mexendo comigo, ele me fez ter muito orgulho de mim. E sim, você é capaz, João!

## RESUMO

SANTOS, João Paulo Lopes dos. *O processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano*. 2023. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

Esta Tese traz o estudo sobre o processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. A investigação tomou como campo empírico de análise o Plano Municipal de Educação (PME) (2015-2025) de Vitória da Conquista. O empreendimento proposto foi o de situar as forças que influenciaram nesse processo, bem como as articulações e os possíveis efeitos na realidade educacional e social do Município. Para viabilizar a interpretação dessa realidade, utilizou-se, como possibilidade teórico-metodológica, a ideia foucaultiana de Governamentalidade e a noção de Redes Políticas em Ball. No exercício da pesquisa, o texto da Política do PME conquistense se constituiu como objeto de análise e compreensões, juntamente com as vozes de atores sociais que, de algum modo, se fizeram presentes no processo de sua construção. O argumento problematizado é de que o PME se conforma em mecanismo de governamentalidade fundado nos princípios da racionalidade neoliberal conservadora. Assim, no transcurso da análise do itinerário histórico de produção do conhecimento, foi concebível registrar que a escrita do Plano ocorreu orientada pela política de financiamento e pela vigilância conservadora, fatores que dificultaram a participação popular e de movimentos sociais; colocaram em jogo o empresariado, o mercado, as parcerias público-privadas em rede, a qualidade educacional, as estatísticas; e produziram apagamentos. Esse movimento revela o Plano de Educação de Vitória da Conquista como política curricular neoliberalizada; como ferramenta eficiente de condução de condutas e subjetividades, de governo, de regulação, que possibilita as exclusões, violências, preconceitos, o sentimento da não pertença, o apagamento da diferença, e o cerceamento das demandas de movimentos sociais – LGBTQIA+, indígenas, movimentos negros, juventude, quilombola, religiões de matriz Africana – presentes no Território de Identidade em que o Município se localiza.

Palavras-chave: Apagamentos da diferença. Governamentalidade. Neoliberalismo. Política do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista.



## ABSTRACT

SANTOS, João Paulo Lopes dos. *The political process of construction of the Municipal Education Plans in the Identity Territory of Southwest Bahia*. 2023. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

This Thesis presents the study on the political process of construction of the Municipal Education Plans in the Identity Territory of Southwest Bahia. The investigation took as an empirical field of analysis the Municipal Education Plan - PME (2015-2025) of Vitória da Conquista. The proposed undertaking was to situate the forces that influenced this process, as well as the articulations and possible effects on the educational and social reality of the Municipality. In order to facilitate the interpretation of this reality, the *Foucaultian* idea of Governmentality and Ball's notion of Political Networks were used as a theoretical-methodological possibility. In the exercise of the research, the text of the PME Conquista's Policy was constituted as an object of analysis and understanding, together with the voices of social actors who, in some way, were present in the process of its construction. The problematized argument is that the PME conforms to a governmentality mechanism based on the principles of neoliberal conservative rationality. Thus, in the course of analyzing the historical itinerary of knowledge production, it was conceivable to register that the writing of the Plan was guided by the financing policy and conservative vigilance, factors that hindered the popular participation and social movements; they brought into play the business community, the market, public-private network partnerships, educational quality, statistics; and produced erasures. That movement reveals the Vitória da Conquista Education Plan as a neoliberalized curricular policy; as an efficient tool for conducting conduct and subjectivities, governing, regulating, that enables exclusions, violence, prejudices, the feeling of not belonging, difference erasure, and the curtailment of the social movements demands – LGBTQIA+, indigenous people, black movements, youth, quilombola, religions of African origin – present in the Identity Territory in which the Municipality is located.

Keywords: Difference Erasures. Governmentality. Neoliberalism. Policy of the Vitória da Conquista Municipal Education Plan.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Noções de território a partir das três principais dimensões.....	31
Tabela 1 -	População total e percentual populacional, em ordem decrescente, dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2010.....	76
Tabela 2 -	Proposta de investimento em educação no Município.....	158
Quadro 2 -	Demonstrativo das receitas com o FUNDEB, referente ao ano de 2015, em Vitória da Conquista.....	165

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Divisão do Estado da Bahia em territórios de identidade.....	56
Figura 2 -	Divisão político-administrativa do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....	74
Figura 3 -	Localização do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....	75
Figura 4 -	Vista panorâmica da cidade de Vitória da Conquista/BA – 2013	77
Figura 5 -	Banner anunciativo do Seminário de Sensibilização Plano Municipal de Educação.....	186

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Modelo “tamanho único” das novas estratégias de políticas públicas de educação.....	150
Gráfico 2 - Evolução do IDEB X investimentos em educação por aluno em Vitória da Conquista - Anos Iniciais.....	169
Gráfico 3 - Evolução do IDEB X investimentos em educação por aluno em Vitória da Conquista - Anos Finais.....	170
Gráfico 4 - Evolução do número de matrículas e investimentos totais em educação no Município de Vitória da Conquista.....	171
Gráfico 5 - Evolução do fluxo de aprovação no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais no Município de Vitória da Conquista.....	172

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COMPPIR	Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretário de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, e outros
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ONG	Organização não governamental
PEE	Plano Estadual de Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PME	Plano Municipal de Educação

PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SIMMP	Sindicato dos Professores Municipais de Vitória da Conquista
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1</b>	<b>TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COMO OBRA DA IMAGINAÇÃO: ESTRATÉGIAS E (DES)CAMINHOS DE UMA POLÍTICA.....</b>	<b>22</b>
1.1	<b>Entre o material e o imaterial: a noção de território para além de hierarquias imutáveis de simbologia.....</b>	<b>26</b>
1.2	<b>Identidade: produto dos hibridismos, fusões de incertezas e negociações culturais.....</b>	<b>39</b>
1.3	<b>Territórios de Identidade do Estado da Bahia: paisagens imaginadas para justificar o planejamento de políticas públicas.....</b>	<b>48</b>
1.3.1	<u>Território de Identidade como unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia.....</u>	<b>50</b>
1.4	<b>Território de Identidade como política identitária.....</b>	<b>64</b>
1.5	<b>O Território de Identidade do Sudoeste Baiano.....</b>	<b>72</b>
<b>2</b>	<b>GOVERNAMOS A NÓS E AOS OUTROS!: A GOVERNAMENTALIDADE COMO GRADE DE INTELIGIBILIDADE PARA A ANÁLISE DA CONDUÇÃO DE CONDUTAS E PRODUÇÃO DE SUJEITOS.....</b>	<b>80</b>
2.1	<b>Governamentalidade como noção operatória para pensar as relações de poder e as tecnologias de dominação postas em práticas sobre as populações e indivíduos.....</b>	<b>83</b>
2.2	<b>Deslocamentos e perspectivas históricas das artes de governar: o itinerário da racionalidade governamental.....</b>	<b>96</b>
2.3	<b>A governamentalidade neoliberal como estratégia política de organização e controle da vida socioeconômica.....</b>	<b>113</b>
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS NACIONAIS NEOLIBERAIS: O EXEMPLO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) (2014-2024).....</b>	<b>135</b>
3.1	<b>Redes globais de governança.....</b>	<b>135</b>
3.2	<b>O PNE e suas redes de governança: <i>accountability</i> e conservadorismo</b>	<b>139</b>

4	<b>O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PME) (2015-2025) E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO COMO PROJETO DE QUALIDADE.....</b>	157
4.1	<b>Um plano para nortear os investimentos.....</b>	157
4.2	<b>Dinheiro como métrica de qualidade.....</b>	164
4.3	<b>Investimentos na qualidade: novas oportunidades de negócios para a educação conquistense.....</b>	175
5	<b>POLÍTICAS EDUCACIONAIS ECONOMICIZANTES E CONSERVADORISMO: OS EFEITOS SOBRE A DIFERENÇA.....</b>	183
5.1	<b>PME conquistense: a produção histórica da política educacional local</b>	183
5.2	<b>Quando a diferença fica à margem: apagamentos e distorções da pluralidade de vidas.....</b>	192
5.3	<b>A política do PME e o avanço do conservadorismo: exclusões como parte da normatividade neoliberal conservadora.....</b>	212
	<b>CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS.....</b>	218
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	224



## INTRODUÇÃO

As políticas educacionais, gradativamente, estão tomando contornos globais. Isso significa que elas estão, cada vez mais, alheias à questão social, local ou nacional. Tendências transnacionais têm influenciado e inquirido reformas educacionais, as quais orientam para novos modos de governança do setor público, bem como para modelos contemporâneos de desenvolvimento global em políticas de educação. Trata-se de fluxos e movimentos em forma de sociabilidade, de relações sociais bastante específicas que constituem comunidades de políticas. Nessas comunidades, ecoam novas vozes e discursos que reivindicam soluções para percepções, tidas como comuns, sobre problemas sociais.

Nesse ínterim, as “boas” políticas são elaboradas e aprovadas para solucionar os problemas da educação pública. Elas, de igual modo, são justificadas pelo discurso da melhoria da qualidade da educação que, supostamente, só é possível através da participação de organizações e empresas privadas no ensino público. Nesse contexto, novos agenciamentos de políticas são articulados como alternativa para a hipótese do fracasso do Estado. Esses agenciamentos fluem e são legitimados, no âmbito global de relações políticas, a partir de um conjunto diversificado de colaboradores que demandam por novos espaços de políticas: agências multilaterais, ONGs, governos nacionais, corporações transnacionais, grupos de interesse, empreendedores sociais, empresas internacionais.

Esses atores têm produzido novas significações para as políticas de educação, bem como transformado nações. Desse modo, a educação, a formação, a prática educacional, os currículos e seus referenciais são tomados como plataformas de manifestação da transformação global das bases econômicas, sociais, culturais e políticas, e da potencialização de novos tipos de respostas políticas às desigualdades sociais.

Pode-se dizer que a educação pública, para ser de qualidade, necessita tomar como parâmetro as lições advindas do setor privado; precisa – para aprender a se reformar – seguir o que orienta as disciplinas do mercado. O setor privado, por isso, é o modelo a ser assimilado; e o setor público deve ser empreendido à sua imagem (BALL, 2014). Sob esse ponto de vista, as políticas curriculares podem ser compreendidas como mecanismos de governança, como instrumentos de governamentalidade alicerçados nos princípios neoliberais e conservadores.

É fundamental ressaltar que, a partir da década de 1980, o itinerário das reformulações políticas educacionais, com base nos princípios neoliberais, foi fortemente marcado pelas transformações das políticas de educação em diversos países, sobretudo na Inglaterra e nos

Estados Unidos. Nações que passaram a reivindicar currículos nacionais e procedimentos de avaliação focados em resultados e competências, e currículos estruturados em competências.

No Brasil, a partir da década de 1990, os novos padrões das políticas educacionais, advindos do contexto internacional, influenciaram as políticas de educação nacionais que abdicaram das concepções sociais de educação em defesa da ideia de políticas voltadas para o mercado, fundamentadas nos aspectos econômicos e no mundo do trabalho. Um marco inicial, e que representa esses novos sentidos estabelecidos, é a publicação dos parâmetros e diretrizes curriculares nacionais no Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Desde então, políticas curriculares brasileiras têm sido elaboradas e aliciadas pela formação política neoliberal de organizações e entidades internacionais, que intentam produzir atores sociais competentes para servirem ao mercado e ao mundo do trabalho. Tais políticas, por essa razão, se configuram como mecanismos de normatização neoliberal, de governança, de formação de capital humano, de produção de sujeitos economicamente híbridos. Como exemplos recentes desses mecanismos, tem-se o Plano Nacional de Educação (PNE), os planos estaduais e municipais de educação, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O PNE, aprovado em 2014, é uma macropolítica normativa, reguladora e centralizada, cuja função é estabelecer diretrizes e orientações a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos estados e municípios na elaboração de seus respectivos planos de educação. É importante salientar que o PNE, na fase de tramitação, sofreu forte influência de grupos conservadores, reacionários, e religiosos que, terminaram por intervir na redação final do documento, o que deixou de fora menções a gênero, sexualidade, e questões étnico-raciais.

Em seguida, foi a vez dos estados de aprovarem seus planos com referência ao PNE. Na Bahia, o Plano Estadual de Educação (PEE) foi aprovado sob protesto na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em 2016. Estudantes e militantes da causa LGBT protestaram em razão da retirada, do texto original – enviado pelo Governo à ALBA, na parte que trata da Educação Fundamental – as menções a gênero e diversidade sexual, em atendimento à emenda apresentada pelo deputado pastor Sargento Isidório (PORTAL G1/BA, 2016).

Tanto a política do PNE quanto a do PEE da Bahia é guia para a prática. São políticas curriculares definidas em outras esferas de decisões que não são as locais. Por essa razão, e por ambas não atenderem às reivindicações de grupos minoritários, mas permanecerem em conformidade com as perspectivas conservadoras e neoliberais – haja vista que PNE e o PEE baiano apresentam diretrizes que reivindicam a melhoria da qualidade da educação e a formação integral do sujeito para o trabalho, com ênfase nos valores morais e éticos, nos quais, supostamente, se fundamenta a sociedade –, é que tais políticas se configuram como

instrumentos de governança, como formas de gerenciamento a serviço dos mecanismos e interesses do mercado.

É claro que todas essas articulações, mobilizadas por grupos distintos, reverberam em algum lugar. Todo esse movimento, com efeito, tem destino certo: os municípios. Tudo isso acontece nos municípios, na esfera local das relações sociais, na escola. Esse é o momento oportuno para localizarmos nosso objeto de estudo: o processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Elegemos o Plano Municipal de Educação (2015-2025) de Vitória da Conquista como esfera de investigação e análise.

Território de Identidade, na Bahia, é a construção de unidade administrativa para o planejamento e aplicação de políticas públicas a partir de supostos consensos identitários baseados em semelhanças socioculturais, geográficas e econômicas. É uma política de governança que tem como propósito o desenvolvimento econômico do Estado sob a plataforma da conformação/coesão social. Trata-se da possibilidade de produção de políticas públicas e ações governamentais, com fins de desenvolvimento econômico dos territórios e melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, tanto a política do Plano Municipal de Educação, quanto à própria política de Território de Identidade, são atravessadas por interesses de comunidades políticas e organizações empresariais que buscam transformar as relações e as práticas sociais em algo mercantilizável, calculável, e intercambiável. Nesses moldes, ambas as políticas se conformam em mecanismos de governamentalidade sob os princípios da razão neoliberal. É a governamentalidade neoliberal que engloba a subjetividade, as instituições, o governo, e a economia.

Em combinação, a política do PME, hipoteticamente, deve alinhar-se à política de Território de Identidade, já que essa é parâmetro para que políticas públicas baianas sejam elaboradas em consonância aos aspectos comuns compartilhados nos distintos territórios. São políticas que performatizam subjetividades no intuito de formar capital humano necessário ao desenvolvimento territorial.

Nesse seguimento, a proposta da tese é situar as forças que influenciaram na produção do Plano conquistense, bem como as articulações e os possíveis efeitos na realidade educacional e social do Município. Com isso, o caminhar com o texto percorreu o seguinte itinerário:

Capítulo I - **TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COMO OBRA DA IMAGINAÇÃO: estratégias e (des)caminhos de uma política.** Neste capítulo, tratamos Território de Identidade como uma política identitária e economicizante que atua para

estabelecer e hegemonizar certo sentido de identidade, uma identidade que seja reconhecível, inteligível, valorizada e, portanto, suscetível de ser assistida pelas políticas públicas elaboradas pelo Estado. Nesse sentido, a concebemos como uma política de governança, de condução de condutas e das populações. É, por excelência, um instrumento da governamentalidade em tempos da racionalidade neoliberal.

Por essa razão, no Capítulo II - **GOVERNAMOS A NÓS E AOS OUTROS!:** a **governamentalidade como grade de inteligibilidade para a análise da condução de condutas e produção de sujeitos**, abordamos a noção de governamentalidade para tentar compreender como as políticas conduzem as condutas e produzem identidades estáticas mediante canais estratégicos, para que determinada racionalidade seja articulada com vistas a permitir empreendimentos e intervenções na condução das condutas e das populações. Assim, mobilizamos a noção de governamentalidade, sob as bases da epistemologia *foucaultiana*, como instrumento analítico profícuo e potente para pensarmos as políticas em jogo.

Nessa esteira, pensamos ser importante apresentar o itinerário da governamentalidade, seus deslocamentos e perspectivas históricas, no intuito de dizer que essa arte de governar passou por reformulações significativas e constitutivas da governamentalidade que agora estamos discutindo. Ela nunca foi igual nos diversos momentos históricos, mas sofreu deslocamentos e apresentou variadas formas de governo e de governar até chegar ao que vivenciamos nos dias atuais. Ou seja, a nova era traz a governamentalidade neoliberal como estratégia política de organização e controle da vida socioeconômica.

No Capítulo III - **POLÍTICAS NACIONAIS NEOLIBERAIS: o exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024)**, apresentamos o PNE como possível cenário político de influência do PME conquistense. O PNE é produto de redes políticas constituídas por demandas neoliberais e conservadoras. É instrumento de governamentalidade neoliberal posta em prática a partir de articulações em redes entre agentes públicos e privados. Mobilizamos a noção de rede política como ferramenta analítica e conceitual para pensar as relações entre os empreendimentos educacionais – *edu-business* – e a educação pública. Isso permite refletir a redefinição do papel do setor público envolvendo uma mudança de governo para governança, de burocracia para redes, de prestador para contratante (BALL, 2014).

Nas redes transitam atores diversos que disputam significações nas políticas educacionais e demandam interesses variados, os quais vão produzir contextos de influências que terminam por orientar as políticas em níveis locais. Nesse sentido, as parcerias público-privadas, firmadas em redes, são poderosas e constroem espaços discursivos para a reorientação de políticas sob a plataforma do dinheiro e das políticas de financiamento.

No Capítulo IV - **O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PME) (2015-2025) E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO COMO PROJETO DE QUALIDADE**, trazemos uma discussão sobre como a política de financiamento tornou-se um dos condutores do processo de produção do PME.

Para isso, dados, informações, e cálculos sobre os corpos discentes formaram a métrica econômica de investimentos. Esses recursos, portanto, colocaram no jogo do processo do PME novos atores, novos empreendimentos e novas parcerias advogando a suposta qualidade educacional. Isso revela que há uma gama de organizações e entidades pró-mercado influenciando os rumos da educação pública do Município, operando sobre a plataforma de microfinanças e pequenos acordos comerciais. Por essa razão, podemos pensar o PME como uma política economicizada.

Outro fator de incidência na construção do PME é o avanço do conservadorismo. Assim, abordamos, no Capítulo V - **POLÍTICAS EDUCACIONAIS ECONOMICIZANTES E CONSERVADORISMO: os efeitos sobre a diferença**, as decorrências e desdobramentos das políticas economicizantes sobre a diferença, bem como o seu provável apagamento.

Abordamos o impacto do avanço do conservadorismo sobre o PME que terminou por cercear as demandas de movimentos sociais presentes no Município: LGBTQIA+, indígenas, movimentos negros, juventude, quilombola, religiões de matriz Africana. Indicamos a dificuldade da realização de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, uma vez que o PME relega à margem outras formas de existência, outros modos de viver. Tais apagamentos não produzem justiça social, tampouco a democracia, mas fortalecem práticas de governança, enquadramentos estigmatizantes da diferença, potencializam preconceitos diversos, excluem, e violentam corpos considerados abjetos.

### **Perspectivas de análise e caminhos da pesquisa**

O desenvolvimento da pesquisa aconteceu com abordagens qualitativas em matriz Pós-estrutural. Desse modo, buscamos a desconexão com esquemas da ciência moderna que divide a realidade em unidades passíveis de cálculos e mensurações, analisando-as isoladamente. O que propomos é pensar a produção de realidades sobre o objeto de estudo, considerando os elementos que atravessam o momento histórico em seus deslocamentos, entrecruzamentos, interações e influências recíprocas.

De maneira mais direta, o nosso objetivo é analisar o processo político de construção dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Estamos

operando nesse Território como um todo, e definimos, como *locus* de investigação, o município de Vitória da Conquista por seu destaque no cenário regional, tanto com relação à sua massa populacional, quanto a seus aspectos educacionais, econômicos, sociais e culturais. Vitória da Conquista é também núcleo territorial de educação do Território do Sudoeste, composto por vinte e quatro Municípios.

A pesquisa buscou analisar os possíveis tensionamentos e mobilizações de forças diversas sobre o processo de fabricação do Plano e adentrar no campo da construção de sentido para uma política de educação local. Em seguida, caminhar pelos efeitos desse movimento na educação e na sociedade conquistense.

O texto do PME e as falas de nove enunciadores compõem o *corpus* de análise. O conjunto das unidades de investigação é formado por agentes públicos que atuaram no Governo, mais diretamente com a condução do PME, e que faziam parte de grupos representativos para o PME tanto no âmbito do Executivo quanto do Legislativo, e outros agentes sociais de movimentos diversos. Alguns desses agentes atuaram nas coordenações e conselhos de políticas de promoção da Igualdade Racial, nos Movimentos Negros e Quilombolas, em núcleos de atenção à comunidade LGBTQIA+, em movimentos de Hip Hop existentes em Vitória da Conquista. Outros atuam como professores na educação Municipal e militam nos SIMMP.

São sujeitos oriundos das camadas populares; trabalhadores e trabalhadoras que conseguiram ocupar espaços acadêmicos e sociais. Para a maioria, a escolaridade importa na formação de valores morais mais modernos e para percepções mais igualitárias.

Esse coletivo prenuncia as relações de poder que continuam a permear a política do PME de Vitória da Conquista. Acreditamos, por essa razão, que “o discurso é sempre parcial, um ponto de vista entre vários. No entanto, algumas bases para interpretação ou definição se tornam mais dominantes do que outras; poder e conhecimento são distribuídos” (MAGUIRE; BALL, 2011, p. 185).

Chegamos a esses enunciadores via rede de contatos composta por professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, vereadores, integrantes de Comunidades de Base da Igreja Católica, pesquisadores, e militantes de movimentos sociais que indicaram e mediou o contato com eles.

É importante registrar as limitações, pois, no itinerário da investigação, nos deparamos, por vezes, com dificuldades na produção de dados junto à Secretaria Municipal de Educação que não subsidiou informações mais detalhadas referentes ao processo de produção do PME, apesar da emissão de ofícios explicando a natureza e a importância da pesquisa para o cenário educacional do Município. Outro entrave observado foi a insuficiência de produções inerentes

aos estudos sobre Território de Identidade. Há poucos registros que tratam da polissemia da noção de Território de Identidade no campo epistemológico filosófico. Sobre isso, as publicações mais encontradas são produtos, de natureza técnica, divulgados pelo Governo do Estado.

Ao que se segue, nas entrevistas, realizadas entre 2020 e 2022, buscamos dialogar sobre as possíveis participações; disputas de interesses; influências de diversos atores; as forças que, contingencial e precariamente, se hegemonizaram na política do Plano; concepções de educação; e sobre aspectos da diferença.

Para complementar essas perspectivas, pesquisamos dados e informações – em plataformas digitais da administração pública – acerca do que estava/está perpassando a educação conquistense. De modo igual, como ela está sendo posta em prática atualmente; e quais agentes estavam/estão jogando nesse jogo.

Nesse ínterim, começamos a estudar o processo do PME à luz do Plano Nacional de Educação e das possíveis articulações que se efetivaram, em âmbito local, entre os diversos atores. As disputas por significações e definições de sentido para o Plano Nacional foram consideradas, pois acreditamos que tal movimento, em torno dessa política maior, produziu efeitos nas políticas educacionais e nas pluralidades de vidas existentes no território.

Dito isso, a operacionalidade do conjunto de conhecimento produzido ao longo das buscas e das investigações, mesclado com outros saberes que pavimentaram esse itinerário, a exemplo dos marcadores território e identidade, foi possível a partir das discussões teórico-metodológicas que propusemos.

Portanto, no que diz respeito a essa possibilidade, operamos com o pensamento *foucaultiano* com a noção de governamentalidade, e a noção de Redes Políticas elaborada por Stephen Ball. Tais noções tornam-se caminhos capazes de direcionar nosso olhar para a construção epistemológica e política acerca do objeto de estudo.

O uso de Redes Políticas como recurso analítico para pesquisar, assim como argumenta Ball (2014), possibilita observar a estrutura das comunidades de política e suas relações sociais. As redes, nesse sentido, permitem “capturar e descrever alguns aspectos dessas relações, isto é, alguns aspectos mais visíveis dessas relações” (BALL, 2014, p. 30). Redes Políticas, portanto, se configuram como o social novo, como tipos bastante peculiares de relações sociais, fluxos e movimentos. Elas são comunidades de políticas alicerçadas em compreensões compartilhadas de problemas sociais e suas soluções, e refletem um complexo de transformações nas formas de governança da educação em nível global, nacional e local.

## 1 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE COMO OBRA DA IMAGINAÇÃO: ESTRATÉGIAS E (DES)CAMINHOS DE UMA POLÍTICA

Mundos imaginados pelos homens são prisões políticas para os homens. São universos construídos por imaginações historicamente situadas de pessoas e grupos.

*Appadurai, 2004*

Seguimos com Appadurai no empreendimento de apresentar, neste capítulo, reflexões em torno da noção de território de identidade enquanto paisagem imaginada. A imaginação está no centro de todos os modelos de ação, “é em si um facto social e é o componente-chave da nova ordem global” (APPADURAI, 2004, p. 49). Assim, no bojo dessa nova ordem, posicionamos a política de Território de Identidade, na (in)lógica do Estado, enquanto unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia. O intento supõe agrupar identidades presumidamente contíguas a partir de critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecidos pela população, os quais alargariam as possibilidades de coesão social, identitária e territorial.

A política de Território de Identidade foi estabelecida em atenção à Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014, e dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Nesse sentido, o Estado foi dividido em 27 territórios de identidade, definidos com base nas especificidades de cada região através de uma metodologia que considerou o suposto sentimento de pertença das comunidades. Essa divisão, teoricamente, viabilizaria a promoção do desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, via participação social, articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Nessa lógica, tal política tem como pretensão o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida. A economia parece ser o articulador de toda a vida na sociedade, e, por isso, as diversas realidades e identidades existentes nos territórios, que também são diversos, não são consideradas. Por essa razão, as múltiplas e transitórias identidades são negligenciadas no momento mesmo em que há a tentativa de conformação e fixação de uma identidade universal, que supõe ser a representação do todo.

Para entender essa dinâmica, partimos do argumento de que Território de Identidade é uma paisagem imaginada, uma *ideopaisagem* (APPADURAI, 2004). É produto de uma identificação como fantasia, de enunciações linguísticas, do discurso, de uma coerência



desejada, anelada e estrategicamente pensada. Território de Identidade, por essa razão, é performativo<sup>1</sup> no sentido de que a essência e a unicidade que se pretende definir e fixar são imaginações; fabricações amparadas por signos e outros meios discursivos (BUTLER, 2017).

Nesse processo de invenções, fantasias e performatividade, o saber estatístico encontra o seu espaço. Território de Identidade torna-se uma construção, um signo “subtraído às coisas e constituído como signo pelo conhecimento” (FOUCAULT, 2007, p. 79) estatístico. É esse conhecimento – “Estatísticas dos Municípios Baianos” – que oferece ao Estado informações relativas às características econômicas, culturais e sociais dos municípios.

Os dados estatísticos que retratam a evolução econômica e social dos municípios baianos, bem como as referências geográficas e ambientais, cumprem “o papel de subsidiar com significativas informações os formuladores de políticas públicas” (BAHIA, 2012, p. 13). Assim, a estatística torna-se elemento basilar na construção da política de Território de Identidade, e a população, diante disso, é segmentada em territórios fabricados numericamente. Territórios arbitrários, exemplos de como são possíveis combinações de elementos para formar a gênese ideal na complexidade das coisas (FOUCAULT, 2007).

A conformação da população a determinados territórios de identidade acontece mediante saber estatístico que produz um discurso analisante e combinante. Um discurso que é realmente a língua dos cálculos. Dessa forma, o conhecimento estatístico pode definir suas relações, suas medidas, seus territórios e suas identidades combinadas, e, com efeito, parciais, distribuídas num quadro performativamente ordenado (FOUCAULT, 2007).

A performatividade desenha primeiro, e fundamentalmente, “aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência” (BUTLER, 2018, p. 35). Ela é uma forma de designação, nomeação de um poder que atua para produzir uma nova condição ou mobilizar um composto de efeitos. Butler (2018) ilustra essa ideia com exemplos práticos: o crédito a Deus pelo primeiro ato performativo – faça-se a luz, e a luz passa a existir –; as guerras que, quase sempre, sucedem as declarações que anunciam a sua iminência; ou a produção de casais casados como resultado da enunciação dos juízes que os declaram unidos sob as condições legais.

Território de Identidade, nesse sentido, é marcado pelo performativo. Isso sugere que ele é produzido por atos que elaboram sua realidade. E se essa realidade é imaginada como uma essência interna, essa própria essencialidade é resultado e finalidade dos discursos sociais e

---

<sup>1</sup> A performatividade é própria das políticas. Nesse sentido, operamos com o pressuposto de que a Política de Território de Identidade é performática, o que nos faz pensar os territórios de identidade como criando a identidade e não a representando.

públicos, da condução pública da fantasia de uma política do consenso, da homogeneização e do controle.

Os desejos e atos postos em prática no intuito de conformar o todos como um, de conceber uma unidade, criam a ficção de um todo uniforme e idêntico; e a política se torna mecanismo organizador e condutor das condutas e das populações com objetivos de reter as pluralidades em fluxos, e conservar o ideário colonial e neoliberal de um Estado regulador.

A política de Território de Identidade é performativa no sentido de que ela objetiva construir modos de ser e estar a partir de métricas mercadológicas. A forma como ela é pensada, na Bahia, deixa transparecer o seu caráter, por excelência, de instrumento a serviço da “governamentalidade neoliberal, que abrange a subjetividade, as práticas institucionais, a economia e o governo” (BALL, 2014, p. 66). A performatividade é elemento crucial para o movimento de governança e de empreendimento, pois ela viabiliza e demanda a reordenação reflexiva das relações sociais, organizacionais, e ecológicas.

O efeito de primeira ordem da performatividade, na política de Território de Identidade, é produzir identidades supostamente contíguas para fins de definição de políticas públicas alinhadas às características identitárias de cada comunidade, no intuito de impactar, positivamente, nos resultados do desenvolvimento econômico pretendido para o grupo, para as instituições, e para o Estado. Ao que tudo indica, tal política é ferramenta-chave na gestão neoliberal das políticas públicas em via de produção e implementação no Estado da Bahia.

No entanto, por compreendermos, sobretudo fundamentados nas perspectivas pós-estrutural e pós-fundacional, que essa pretensão de unificação identitária, territorial e social dificilmente produzirá o efeito desejado, até porque, identidade e território são elementos passíveis de deslocamentos, transformações e não fixações, é que nos apoiamos nas reflexões desenhadas por Appadurai, justamente porque seu pensamento e trabalho teórico fornecem subsídios para uma crítica epistemológica alicerçada na ideia de que territórios de identidade não são relações objetivamente estabelecidas de uma vez por todas, que parecem ser os mesmos dos diferentes ângulos de visão. São propriedades fenomenológicas da vida social, localizadas historicamente; espaços, virtuais ou não, que possuem particularidades alinhadas às suas realidades e suas capacidades de reprodução social. Portanto são frágeis, difíceis e atravessados por contrastes (APPADURAI, 2004).

Os Territórios de Identidade da Bahia estão subjugados às deliberações que definem o Plano Plurianual do Estado (PPA). “Este Plano sintetiza não apenas o pensamento do executivo baiano, mas dos atores envolvidos na escuta e de diversos grupos de interesse e *stakeholders*” (BAHIA, 2019, p. 9). O PPA se constitui, portanto, em um documento técnico e político, tendo

em visto que sua implementação depende de ordenações institucionais que se dão no âmbito do Estado, junto ao setor produtivo privado e aos movimentos sociais.

Esse instrumento de planejamento tem como elementos estruturantes as análises de ambiente externo, lacunas de valor, mapas de negócio, objetivos e metas que, hipoteticamente, “justificariam a maior integração entre o que se planeja e a capacidade de realização diante das estruturas do Estado” (BAHIA, 2019, p. 10). Trata-se de uma ferramenta de gestão e controle para garantir a articulação de diferentes órgãos setoriais, bem como grupos, entes federativos e sociedade civil que compartilham do mesmo objetivo. A essas dimensões do ciclo de planejamento devem ser agregadas a atuação em rede de empresas de assessorias de planejamento, gestão, *stakeholders*, movimentos sociais (BAHIA, 2019).

Desse modo, o Estado da Bahia planeja crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB), em média, de 2,4% ao ano. A estimativa de evolução real do PIB girou em torno da ordem de 2,5% em 2020, 2,3% em 2021, 2,5% em 2022. Calcula-se que, em 2023, o PIB fique em torno de 2,4% (BAHIA, 2019). Para atingir o desejado e conseguir reduzir as desigualdades sociais e regionais, o Estado prega a retórica da recuperação da confiança pelos agentes econômicos via aperfeiçoamento de políticas que são determinantes para o desenvolvimento.

A parceria público-privada, os investimentos públicos e privados, e as concessões públicas tornam-se fundamentais para alavancar projetos e políticas, dinamizar a economia do Estado, e construir uma esfera promissora de admissão de novos empreendimentos, potencializando os já existentes, e maximizando a competitividade e ganhos de produtividade (BAHIA, 2019). Em face disso, a categoria Território de Identidade se compromete principalmente com perspectivas econômicas, tonificando as perigosas aspirações neoliberais de natureza universalista.

Nos empenhamos em descrever o processo de construção da política de Território de Identidade e as estratégias utilizadas pelo Governo do Estado para tentar agrupar identidades em uma identidade socialmente reconhecível e monolítica. A possibilidade de uma composição teórica nos fez pensar sobre os itinerários epistemológicos indispensáveis para o trabalho de reflexão e escrita. Logo, pensamos ser importante, ao falar de Território de Identidade, apresentar abordagens introdutórias sobre as categorias território e identidade.

Assim, para operar com a noção de território enquanto esfera fluida, permeada de vida, temporalidades e discontinuidades, enveredamos pelos meandros da epistemologia do pensamento geográfico humanístico/cultural. A perspectiva geográfica de natureza humanística e/ou cultural(ista) aborda a construção social do território, independentemente de qualquer suporte físico ou natural de sua existência. Porém, tal perspectiva não nega a dimensão

natural/material do espaço, apenas defende a não potencialização deste em detrimento da dimensão humana/cultural.

Na geografia cultural/humanística, há a sobrevalorização do político, e o território passa a ser visto como produto sócio-político permeado pelas relações de força e poder, e pelas normas que atuam no plano simbólico, mítico, sem conexão com a base natural do território (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Com o deslocamento do pensamento geográfico a partir da década de 1960, o entendimento de território, para além de um espaço de governança, alcançou outras dimensões. Assim território, nos estudos geográficos, passou a ser compreendido também como território híbrido, de natureza subjetiva e simbólica, influenciado pelas complexas relações sociais.

Contudo, ainda impera a idealização de territórios a partir de olhares colonizadores. O olhar do outro define o território, assim como define as identidades. Criar um consenso de identidade social universal é estabelecer fronteiras e distinções sobre o que pode ser inteligível ou não, o que fica dentro ou fora. Desse modo buscamos discutir a noção de identidade como não fixa ou essencial, mas como produto em processo constante, contingente, inacabado, incompleto, e que estará sempre em formação e reformulação interna e não externamente à representação (HALL, 1996).

Com efeito, a mobilização das categorias território e identidade se configura como subsídio epistemológico importante para pensar Território de Identidade enquanto tentativa do Estado de compor, sobre os aspectos identitário supostamente homogêneos, uma divisão administrativa, uma unidade de planejamento de políticas, sem, contudo, ponderar sobre o político, sobre as vidas e os mundos que perpassam, constroem e reconstróem os territórios e que são, de igual modo, construídos e reconstruídos por eles.

### **1.1 Entre o material e o imaterial: a noção de território para além de hierarquias imutáveis de simbologias**

A discussão em torno da ideia de território, para além da tradicionalidade dos debates no campo da Geografia, se potencializa também em outras esferas do conhecimento, a exemplo da filosofia e da antropologia. As várias significações atribuídas a território são viabilizadas a partir dos complexos discursivos, das relações sociais de poder.

Na Geografia, a noção mais habitual de território é abordada ao se fazer menção à divisão administrativa dos espaços. Nesse sentido, a reflexão do que seja território se ajusta à sua origem etimológica, do Latim *territorium*, no sentido de uma fração de terra apossada e controlada politicamente (SILVA, 2015). Desse modo, pela óptica do senso comum, território se igualaria a conceitos manipulados pela Geografia, quais sejam: região, país, bairro, municípios, dentre outros, os quais são designados por meio de criações fronteiriças, assim como considerara o geógrafo alemão Friedrich Ratzel<sup>2</sup>, que definira território como uma porção específica de terra apropriada por um coletivo humano (BRITO, 2008). No pensamento de Ratzel, é evidente a ideia de “conquista, domínio e, por fim, de propriedade de uma dada porção do espaço geográfico, que se desenvolve ao nível das relações entre os seres do mundo natural” (BRITO, 2008, p. 26).

Percebe-se que, no entendimento de Ratzel, território e espaço possuem a mesma conotação: substrato, plataforma material para consolidação das vivências humanas, terra, solo, possibilidades naturais essenciais aos povos sujeitados ao domínio do Estado (FERREIRA, 2014). Para Ratzel, o território é concebido na relação entre o espaço material/físico/natural e a esfera política do espaço, o Estado. Assim, de acordo com o autor, o Estado não pode ser considerado “sem o seu território, assim também a sociedade [...] só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence” (RATZEL, 1990, p. 73).

Com efeito, a compreensão de território apregoada por Ratzel se sustenta na base natural e material do Estado-nação. Diz respeito a um território que, “com sua população, fronteiras, recursos naturais, e outros, se constitui no suporte fundamental para o desenvolvimento de dada Nação e o fortalecimento de um dado Estado” (FERREIRA, 2014, p. 115).

Desde então, os geógrafos ocuparam-se a pensar o território ao passo que atentaram para os problemas de geografia política, e lidaram com a questão do espaço como sendo designado a uma nação arquitetada por um Estado. Diversos dilemas surgem do desarranjo entre a divisão das populações e as fronteiras do Estado; outros problemas nascem da complexidade que alguns países possuem em asseverar sua segurança dentro das demarcações estabelecidas pelo povoamento da região, por essa razão eles buscavam definir fronteiras mais fáceis de serem defendidas, como montanhas e rios (CLAVAL, 1999). No intuito de justificá-las, “seus representantes declaravam que a natureza concedeu-lhes os limites do território nacional. O

---

<sup>2</sup> Friedrich Ratzel (1844-1904) foi pioneiro nos estudos em geografia política e um dos precursores na análise do território, relacionando-o à concepção de “espaço” enquanto componente relevante no progresso das nações numa conjuntura de expansão imperialista europeia do fim do século XIX (FERREIRA, 2014).

território, nessas concepções, resulta de apropriação coletiva do espaço por um grupo” (CLAVAL, 1999, p. 8).

Para o autor, a configuração geopolítica do período entre-guerras suscitou outro fator que, não obstante, está vinculado à compreensão moderna de território: a soberania. “Para que uma entidade política possa ter a experiência do caráter absoluto do poder, é preciso que ela não tenha concorrente, e que exerça um monopólio total sobre o espaço dado; ela é então soberana” (CLAVAL, 1999, p. 8). O entendimento de território, nessa condição, está vinculado à ideia de domínio, controle, e o fundamenta. “O território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social - uma outra maneira de dizer que ela exprime uma soberania” (CLAVAL, 1999, p. 8).

Ao longo do tempo, sobretudo a partir da década de 1960, com os deslocamentos ocorridos no pensamento geográfico, a noção de território definida anteriormente a partir das ideias iluministas do século XIX é transgredida, e passa a ser influenciada, especialmente, por pensamentos filosóficos ancorados no Materialismo Histórico Dialético e na Fenomenologia, os quais oportunizaram interpretações outras acerca do termo (FERREIRA, 2014).

Assim, consideramos importante trazer vários sentidos de território para viabilizar, interpretativamente, a compreensão que fazemos de sua noção nesse texto. Não o entendemos unicamente como espaço material fixo, mas, numa perspectiva Pós-estruturalista, como espaço simbólico em movimento, em constante processo de construção, desconstrução e reconstrução.

A despeito dessa evolução, no Brasil, diferentes autores do campo da geografia subsidiaram contribuições para a discussão de território alicerçando-se nesses pensamentos. Dentre eles, Rogerio Haesbaert<sup>3</sup> que opera com a noção de território embasada na perspectiva materialista e idealista, estabelecendo relações entre aspectos sociais, naturais, políticos e econômicos (enfoque material) e os aspectos culturais (enfoque nas representações existentes no território) (SILVA, 2015).

Para Haesbaert (2007a), sob qualquer compreensão, território está relacionado ao poder, não exclusivamente ao poder político usual. O poder, nesse sentido, pode se apresentar de modo mais cristalino, dominação, inerente ao valor de troca, funcional; ou velado, simbólico, de apropriação, permeado pelos registros de experiências, vivências, valor de uso (FERREIRA, 2014). Assim, o território para Haesbaert estaria imbuído pelas “relações de dominação e/ou

---

<sup>3</sup> Professor titular do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Niterói. Atua principalmente nos temas: território e des-territorialização, região e regionalização (Plataforma Lattes - CNPq, 2020). Disponível em: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783249D9>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural simbólica’” (HAESBAERT, 2004, p. 95).

Nessa lógica, o território se caracteriza tanto por sua natureza subjetiva, que se pretende dominar – consciência, apropriação, identidade territorial – quanto pela sua proporção mais objetiva, consolidada através de mecanismos de ação político-econômica (HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

Segundo Haesbaert e Limonad (2007) para entender a polissemia do termo território, é preciso refletir sobre as possibilidades de sua apropriação em comparação com as realidades sociais precedentes. Pois, o complexo de práticas e os recursos empregados por grupos sociais particulares no intuito de deter ou preservar certo controle, seja ele, afetivo, político, econômico, cultural, e outros, sobre/através de uma fração distinta do espaço geográfico, se apresenta de múltiplas formas, “desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados” (HAESBAERT, LIMONAD, 2007, p. 44).

Em uma visão geopolítica do território, enquanto espacialidade social contida por limites e fronteiras sob o estatuto de um Estado-nação, por exemplo (mas nunca restrita apenas a ele), a territorialidade pode ser entendida como a estratégia geográfica para controlar/atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações através da manutenção do domínio de uma determinada área. O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que se abre a fluxos como os do capital financeiro globalizado, exhibe inúmeros exemplos de fortalecimento dos controles territoriais, como é evidente nas fronteiras internacionais que se fecham aos fluxos migratórios (HAESBAERT, LIMONAD, 2007, p. 44).

Ao aduzir o papel do Estado-nação, é relevante ressaltar a conflituosa e disjuntiva conexão entre Estado e nação, haja vista que em diferentes agrupamentos sociais, a nação e o Estado transformaram-se em desígnios um do outro. “Enquanto as nações procuram captar ou obter Estados e poder de Estado, ao mesmo tempo os Estados procuram captar e monopolizar ideias de nação” (APPADURAI, 2004, p. 58).

Segundo Appadurai (2004), os Estados buscam controlar a herança moral da sociedade simulando representar todos os grupos, através de políticas perceptivelmente homogêneas, num movimento que pretende estabelecer uma ideia coletiva e consensual de nação. É evidente que existe nesse processo a capitalização do território pelo Estado (FOUCAULT, 2008b); a intenção de controle social através do poder que se exerce nos limites de um território. Dessa forma, o Estado-nação firma sua legitimidade “na intensidade da sua presença significativa num corpo contínuo de território delimitado” (APPADURAI, 2004, p. 251).

Tudo isso tem muitos contextos e implicações, e por certo, existem inúmeros territórios que apresentam pluralidade de territorialidades, com proporções e conteúdos distintos. Destarte, os sentidos atribuídos à territorialidade são diferentes, conforme sua dimensão local, regional, nacional ou supranacional, cotidiano. De forma igual, há inúmeras acepções de território consoantes à sua maior ou menor permeabilidade, desde territórios simples, exclusivos e excludentes, até territórios híbridos, os quais reconhecem a existência de territorialidades outras sempre fluidas, contingenciais e sobrepostas (HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

Para as Ciências Humanas, esses territórios, nos quais interagem diferentes tradições, representam um mundo de fluxos globais, fragmentados e disjuntivos, imagens de incertezas e deslocamentos contínuos, “de caos, e não das velhas imagens de ordem, estabilidade e sistemática” (APPADURAI, 2004, p. 69).

Desse modo, territórios que podem ser construídos e desconstruídos ciclicamente, que podem ser fragmentados e disjuntivos, fugazes ou nem chegar a imprimir marcas, não são análogos a territórios fixos, entendidos sob a dimensão material. Eles, por isso, não são sinônimos (SOUZA, 2008).

Diante disso, a noção de território apresentada até então, parece possuir dupla definição, expõe certa imobilidade ou impermanência, conforme atribuições sinalizadas sobre ela por diversos agrupamentos sociais, o que é produzido a partir do ordenamento político, econômico e social (BRITO, 2008).

Esse caráter duplo da noção de território, bem como as inúmeras possibilidades de pensamento sobre o termo, parece encontrar bases em formas singulares de associação entre as dimensões jurídico-política, econômica e cultural (HAESBAERT, LIMONAD, 2007). Para proporcionar melhor análise, o quadro a seguir apresenta um arcabouço das recentes percepções de território; as três vertentes que parecem viabilizar o seu entendimento através das perspectivas das relações de poder, da dinâmica simbólica/subjectiva, e como valor de troca/provedora de recursos.



Quadro 1 – Noções de território a partir das três principais dimensões

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores/ agentes	principais vetores		
jurídico-política  (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>fronteiras políticas e limites político-administrativos</li> </ul>	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>diversas organizações políticas</li> </ul>	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980)  a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> <li>lugar e cotidiano</li> <li>identidade e alteridade social</li> <li>cultura e imaginário</li> </ul> (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>indivíduos</li> <li>grupos étnico-culturais</li> </ul>	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972)  Tuan (1980 e 1983)
econômica  (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> <li>divisão territorial do trabalho</li> <li>classes sociais e relações de produção</li> </ul>	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>empresas (capitalistas)</li> <li>trabalhadores</li> <li>Estados enquanto unidades econômicas</li> </ul>	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994)  Benko (1996)  Veltz (1996)

Fonte: Haesbaert, Limonad (2007)

Haesbaert (2004) salienta que o território é produzido pelas complexas experiências sociais, pelas relações de controle e apropriação no, com, e através do espaço. Nesse ínterim, autores do campo da Geografia, sobretudo no Brasil, instigados pelo movimento de reformulação da noção de território, ressaltam a imprescindibilidade de pensar esse termo para além da concepção que o relaciona à ideia de áreas de governança. Nessa lógica, para entender as demandas, as ações, vínculos e disputas entre entidades e os múltiplos territórios, não basta considerá-los unicamente como espaços de governança (FERNANDES, 2009).

Se o território for reduzido a uma unidade, como ferramenta administrativa, sem considerar os variados territórios existentes nesse espaço, por certo, a noção de território que se produz é aquela que serve como mecanismo de controle mediante políticas neoliberais (SILVA, 2015), as quais produzem ambientes, criam mecanismos de governança como forma de razão

normativa que constrói o Estado, a sociedade, sujeitos, gera políticas sociais, postulam uma verdade e uma teoria do direito (BROWN, 2017).

De acordo com Saquet e Silva (2008), o território precisa ser compreendido levando em consideração suas dimensões culturais, políticas, ambientais e econômicas. Se ele for pensado, conforme o faz a geografia tradicional, exclusivamente como delimitação territorial e como região constituída mediante relações de poder do Estado, serão desconsideradas, por essa razão, suas possibilidades polissêmicas e as relações no processo de produção do território, as quais negam um entendimento unívoco do termo, e asseguram a complexidade de sua análise valorizando os sujeitos, as subjetividades e as relações sociais.

Para os autores:

[...] o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (SEQUET, SILVA, 2008, p. 31).

Podemos dizer, portanto, que o sentido de território flutua num terreno movediço, contingencial e impossível de ser delimitado de uma vez por todas. Nessa lógica, território seria um híbrido, um espaço cultural e imaginário “que surge contingente e disjuntivamente na inscrição de signos da memória cultural e de lugares de atividade política” (BHABHA, 2003, p. 27). Não há a possibilidade de um território simples a ser apreendido, pois não existe uma noção unitária de uma agência política, tampouco hierarquia imutável de simbologias, valores e efeitos políticos (BHABHA, 2003).

O território é, em função disso, construído historicamente; é possibilidade ante aos entrelaçamentos do material e do imaterial, do espaço-tempo (MACEDO, 2006), na mobilidade híbrida entre sociedade e natureza, política, cultura e economia, na descontinuidade, rupturas e no distanciamento entre os acontecimentos e enunciação, no entre-tempo entre signo e símbolo (BHABHA, 2003).

Na evolução do pensamento geográfico, ainda que a dimensão instrumental e material de território ocupe lugar relevante; o deslizamento epistemológico do termo evidencia a importância da influência da vida cotidiana, das relações de afetividade e do sentimento de pertença das pessoas em relação ao espaço produzido através de suas vivências.

Diante das possibilidades outras de compreensão, Saquet (2007) ressalta que no território existem temporalidades, territorialidades, variedades e descontinuidades, mas também unidade. É uma esfera permeada de vida, objetiva e subjetiva, é terra, superfície e relações

sociais, “obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material” (SAQUET, 2007, p. 73).

Para Haesbaert e Limonad (2007), a definição de território precisa contemplar a dimensão material e/ou natural do espaço, porém sem sobrevalorizá-la. Numa perspectiva materialista, o espaço é visto como o alicerce para a construção do território; o espaço existe antes do território, ele é o insumo para a sua construção (FERREIRA, 2014). Nessa esteira, espaço e território não seriam equivalentes; de modo inverso, o espaço precederia o território, sendo este o produto de práticas intencionais, materiais ou abstratas, de indivíduos que ocupam um determinado espaço, territorializando-o (RAFFESTIN, 1993). O autor sugere que “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Ao ocuparem os espaços, os sujeitos os territorializam, conseqüentemente por intervenção de práticas, condutas, atitudes, normas e regras que demonstram as relações de poder as quais sustentam a afirmação e continuidade do território. “O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Compreendido a partir das relações de poder, o território representaria “a prisão que os homens constroem para si” enquanto que o espaço, a “prisão original” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para além de uma concepção geográfica, território é, antes de qualquer coisa, uma noção jurídico-política; regulado por certo tipo de poder que, não obstante, se conecta ao saber. Segundo Foucault (1979), a partir do momento que se considera o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transição, pode-se compreender o processo através do qual o saber funciona como um poder e gera seus impactos. Há um controle do saber, uma política do saber; relações de poder que atravessam o saber e que, de fato, quando se quer especificá-las, reportam aos modos de controle a que se referem noções como campo, região, posição, território.

Tais noções são articuladas através de mecanismos efetivos de elaboração e condensação do saber, quais sejam: os métodos de análise, técnicas de registro, processos de investigação e de pesquisa, ferramentas de verificação. Esse conjunto de instrumentos significa que o poder, para ser efetivado nestes dispositivos sutis, é compelido a reunir, ordenar e difundir um saber (FOUCAULT, 1979).

De acordo com Foucault (1979), o poder não precisa da ciência, mas de um conjunto de informações o qual ele é capaz de explorar. Desse modo, o poder faz uso do saber geográfico para justificar as fronteiras, o território, a ideia de nação. O território, nessa lógica, seria produto das relações de poder, das táticas e estratégias de poder que se desenrolam por intermédio das implantações, das delimitações, divisões, ordenamentos e domínio dos territórios, os quais podem apresentar características distintas: podem ser férteis ou estéreis, populosos ou não, suas populações ricas ou menos abastadas, porém esses aspectos são circunstanciais quando território é tomado como fundamento de dominação.

Contudo, Haesbaert (2004) salienta que o poder se estabelece mediante a razão legal e/ou padrões de classificação. O autor cita como exemplo, o poder que permeia a dinâmica laboral dos latifundiários e os trabalhadores que desenvolvem a agricultura familiar, tanto os primeiros quanto os agricultores familiares se ocupam com atividades no campo, todavia, a representatividade dos latifundiários é mais expressiva, pois sua atuação no campo melhor se ajusta às demandas capitalistas (PAVINATO, SILVA, OLIVEIRA, 2017). Nesse ponto de vista, o poder, por assim dizer, significaria uma forma de identificação, uma vez que pode categorizar grupos e classes “o que permite identificar cada indivíduo e grupo social. Portanto, apresenta caráter político em ações conciliatórias e iniciativas de fortalecimento desses mesmos grupos ou classes” (PAVINATO, SILVA, OLIVEIRA, 2017, p. 121).

Ao analisar a genealogia do poder, Foucault o apresenta como algo circulante, que não cessa de interrogar, de indagar. “O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 2019, p.284). Não é domínio de ninguém, é destituído de um ponto limiar. Desse modo, o poder deve ser pensado como algo em fluxo, em constante circulação, que só se realiza em cadeia, rede. Nessa dinâmica, os indivíduos se movem sendo transmissores, receptores, e praticantes de poder (FOUCAULT, 1979).

Em termos de legislação, de Constituição, Estado ou de aparelho de Estado, a questão do poder fica empobrecida. O poder é mais complexo, denso e generalizado do que uma coleção de leis ou um aparelho de Estado. É impossível compreender o processo das forças produtivas inerentes ao capitalismo, tampouco pensar seu progresso tecnológico sem a presença, concomitante, dos aparelhos de poder (FOUCAULT, 1979). Dessa premissa, parte a noção mais usual de território: divisão efetivada pelas relações de poder ao nível de Estado, leis e Constituição.

Considerando isso, encontra-se nessa perspectiva, sobretudo praticada pela Ciência Política, a noção de território mais tradicional, permeada pelas relações de poder vinculadas ao Estado. Dito de outra maneira, na esfera econômica, território é a origem dos recursos; na

Psicologia, é o campo do estudo das construções subjetivas; na Antropologia e Sociologia, é o campo de invenção, reflexão e investigação dos acontecimentos simbólicos, culturais e históricos dos grupos sociais e seus entrelaçamentos (HAESBAERT, 2004).

Na esfera de formulação sobre o mundo, território é um processo cíclico no qual fluem significações simbólicas diversas, produzidas pelos indivíduos através de suas ações, experiências e interações constantes. É essa percepção de território que chama a atenção das Ciências Humanas, que buscam atender às nuances da ordem política e das dinâmicas culturais, simbólicas e identitárias, porquanto o termo em debate ajusta-se “às relações centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades e representações” (SILVA, 2015, [on-line]).

Inerente a isso, Saquet (2009) destaca que há diversos arranjos sociais e territoriais que vão desde os sujeitos, passando pela família, organizações de bairro, localidades rurais, até grandes corporações empresariais, ordenamentos políticos e entidades culturais. Para o autor, é fundamental pensar sobre os diversos territórios que são construídos na vida em sociedade como uma forma de conhecer e “explicar os territórios e as territorialidades destacando a heterogeneidade e os traços identitários de certos grupos sociais, considerando-se [...] a processualidade histórica [...]” (SAQUET, 2009, p. 85).

No bojo das discussões atinentes a território e territorialidades, Haesbaert (2007b) acentua a natureza distinta dos termos. Pois, segundo o autor, territorialidade, “independente ou não da efetivação de um território, tem papel cada vez mais relevante” (HAESBAERT, 2007b, p. 24). Para além de uma concepção mais específica de territorialidade, a qual reduz o termo a uma dimensão simbólico-cultural do território, sobretudo no que se refere aos decursos de identificação territorial, Haesbaert (2007b) destaca que territorialidade não é tão somente algo abstrato – numa acepção que, regularmente se limita à natureza de abstração analítica, epistemológica – é, inclusive, uma dimensão imaterial, como paisagens construídas (APPADURAI, 2004), “no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2007b, p. 25).

É o caso dos Israelitas que, por quarenta anos, atravessaram o deserto rumo à terra prometida por Deus a Abraão e aos seus descendentes. Conforme Haesbaert (2007b), essa passagem bíblica ilustra uma territorialidade que acompanhou os judeus e os encorajou através dos tempos, ainda que não existisse, efetivamente, uma elaboração territorial correlata. Com isso, o autor evidencia que pode existir territorialidade sem território, mas não o contrário.

No âmbito dessa reflexão, território possui caráter funcional, de controle físico dos processos; é, igualmente, uma dimensão simbólica, híbrida, submetida a movimentos de destruição e reconstrução, do ir e vir entre territórios. Por outro lado, a territorialidade na concepção de Haesbaert (2007b) ganha conotações outras que não somente aquelas abordadas convencionalmente – efetiva, condição de existência –, de sentido mais ajustado ao entendimento de território.

Territorialidade numa outra proporção, sem desprezar as acepções tradicionais, é mais abrangente que território. É uma construção no e pelo movimento, é imaterialidade, comunidade territorial imaginada, abstração analítica, “condição genérica para a existência do território” (HAESBAERT, 2007b, p. 25). Este, enquanto *continuum* e esfera controlada e/ou apropriada, possui caráter multidimensional, e somente pode ser pensado no interior de uma concepção de multiplicidade, quer na lógica da coexistência de vários tipos de territórios, quer na produção efetiva da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007b).

Nesse ponto de vista, a multiterritorialidade se realiza a partir da justaposição de vários territórios apreendidos no seu cerne, cuja extensão pode ultrapassar seus limites. Em certo sentido, “toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 344). Assim é possível, no entendimento do autor, associar de diferentes maneiras a intervenção e as vivências simultâneas de um conjunto maior de territórios díspares.

Para Haesbaert (2007b), o mundo imerso na lógica culturalista da pós-modernidade engloba, por conseguinte, a multiterritorialidade como produto de uma nova roupagem de território, o território-rede, uma superfície ininterrupta a mercê das discontinuidades, das fragmentações e da simultaneidade de territórios sobre os quais se torna impossível identificar seus pontos iniciais e finais, ou em que ponto sofrerão rupturas, visto que construções rizomáticas<sup>4</sup> podem ocorrer.

Essa plasticidade territorial caracteriza o mundo atual, rizomático, ou mesmo esquizofrênico, disjuntivo. Ao passo que os sujeitos se locomovem num movimento de (re)territorialização, imagens e ideias se potencializam, “o fiel da balança foi-se deslocando imperceptivelmente” (APPADURAI, 2004, p. 78). E as vidas passaram a imaginar outras formas de vidas possíveis; a fantasia, nesse mundo dito pós-moderno, se tornou uma prática

---

<sup>4</sup> O rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades (HAESBAERT, BRUCE, 2002, [on line]).

social; “entra de infinitos modos, no fabrico de vidas sociais para muitas pessoas em muitas sociedades” (APPADURAI, 2004, p. 79).

Isso sugere pensar a questão do desejo na produção do território, “o desejo pode se reorientar para a construção de outros territórios, outras maneiras de sentir as coisas” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 236). Essa afirmativa, segundo Haesbaert e Bruce (2002), apresenta o desejo como produtivo, construtivo. Dessa forma, os sujeitos nunca desejam apenas uma coisa, mas sim um conjunto de coisas. Metaforicamente, os autores ilustram essa ideia realizando uma leitura do social desde o desejo. Por exemplo: “um músico não deseja apenas um bom instrumento, ele quer harmonia, sonoridade, uma plateia, um lugar” (HAESBAERT, BRUCE, 2002, [on line]).

Dada essa exemplificação, num deslocamento do desejo ao político, no quadro dos modos de subjetivação (GUATTARI, ROLNIK, 1996), percebe-se que o desejo constrói territórios, pois ele cria uma sequência de agenciamentos (HAESBAERT, BRUCE, 2002, [on-line]) capazes de levar as pessoas a se sentirem bem. Assim, território é acompanhado de agenciamentos, sejam eles de corpos ou coletivos; composições de regimes de signos e enunciação, os quais consideram outras dimensões semióticas (GUATTARI, ROLNIK, 1996). Com esse movimento dinâmico de agenciamentos, um território se inaugura no universo de “fluxos de toda natureza e que não são da ordem de um ato”, de uma verdade absoluta, “[...] mas que são uma espécie de encontro com outras dimensões de existência” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 227).

Pensando assim, Haesbaert e Bruce (2002) argumentam que os indivíduos podem se territorializar em qualquer coisa à medida que realizam agenciamentos. Destarte, um território pode ser criado em um livro a partir do agenciamento dos corpos da natureza (árvores, terra, sol, e outros elementos), do corpo do autor permeado por múltiplas experiências subjetivas, e do agenciamento coletivo, ou seja, um esquema sintático e semântico que permite recortar elementos (pedra, lua, terra, por exemplo) e conferir-lhes sentidos.

Em outro exemplo, “uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio” (HAESBAERT, BRUCE, 2002, [on line]). Isso implica dizer que território “é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 323).

Com efeito, muitas vidas estão complexamente conectadas a representações/reconhecimentos e, por essa razão, elas precisam revestir-se das multiplicidades da representação significativa (APPADURAI, 2004). Como parece óbvio, o fabrico dessas representações que molduram frações do espaço humanizado dos territórios parece estar indissociável da produção das identidades. Segundo Claval (1999, p. 16), território e identidade “são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente”. A identidade, portanto, está frequentemente vinculada ao reconhecimento; é um modo de referenciação, “de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários” (APPADURAI, 2004, p. 69).

Essa negociação é produção cultural, o qual tenta preestabelecer o sentido de identidade e território a partir da tradição, da “transmissão consensual ou contígua de tradições históricas” (BHABHA, 2003, p. 24). A identidade, nesse sentido, parece ajustar-se aos espaços definidos pelo pertencimento, que é de ordem territorial (FERREIRA, ROSEIRO, SANTIAGO, 2016). O sentimento identitário, por isso, autoriza o sujeito a se sentir plenamente membro de um grupo (CLAVAL, 1999) ou de um território.

A identidade territorial, nessa perspectiva, parece ser uma construção que se baseia no reconhecimento identitário a partir de um ponto fundante, fixo e hermético. Desse modo, alicerçada em um imaginário universal travestido de identidade, a cultura seria compartilhada, e teria como arena das práticas de sua reprodução o próprio território – espaço ideal para a inscrição do exercício do controle social e político – sustentado, contudo, na ideia de identidade coletiva única.

Ou seja, a idealização do território é especificamente colonizadora, e a identidade é produzida a partir do olhar do outro. “É o olhar que os outros têm de você que o define” (CLAVAL, 1999, p. 13). A criação das identidades assume, por essa razão, aspectos geográficos; “um grupo preocupado em não ver suas novas gerações se afastarem dos ideais tradicionalmente professados tem interesse em viver isolado. Desse ponto de vista, a construção do território faz parte de estratégias identitárias” (CLAVAL, 1999, p.13), articuladas em “momento histórico e cronotípico em que há um reconhecimento formal” (APPADURAI, 2004, p. 244) de que a criação de um território demanda ação coordenada e definida, possivelmente violenta, inerente ao solo, fauna, flora, e aos seres humanos (APPADURAI, 2004).



## 1.2 Identidade: produto dos hibridismos, fusões de incertezas, e negociações culturais

O território é produto social e condição; é elaboração dos sujeitos pertencentes ao mesmo coletivo e de grupos diferentes. Existem no território, por certo, continuidades e rupturas no tempo e no espaço, há de igual modo, territorialidades com estreitas conexões com cada local, possibilitando a elaboração de identidades influenciadas “pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (SAQUET, 2009, p. 88).

Nesse sentido, a noção de identidade elaborada pela linha de pensamento da epistemologia geográfica, ainda que a Antropologia e a Sociologia tenham contribuído com a inserção das vertentes cultural e simbólica em seu itinerário, está pautada em algo que não é iminente às experiências dos indivíduos, mas segue sendo balizada pela compreensão de “identidade nacional/cultural/territorial como unificada, estável, coerente e consoante aos propósitos do Estado-Nação” (LEITE, 2012, p. 6) e ao projeto de coesão dos grupos sociais.

Aliás, a própria concepção de Estado-nação e de identidade nacional “sugere a força originária de uma vontade radical” (BUTLER, 2017, p. 240), um projeto cuja finalidade é a sobrevivência cultural. Isso significa que as políticas de identidade no Brasil operam performaticamente com uma compreensão emoldurada de território. O território, nesse sentido é *locus* compulsório de identidade (SILVA, 2019). Ele produz identidades, para que elas possam, em seguida, aperfeiçoá-lo.

Nessa relação profunda, o território é plataforma de (re)organização do poder político, marcado pela centralização e domínio das relações políticas. Por essa razão, ele passa a funcionar como unidade contígua de poder, produzido mediante concatenações de imagens. É *ideopaisagem* política elaborada a partir dos interesses ideológicos de estados e “contra-ideologias de movimentos explicitamente orientados para a tomada de poder de Estado ou um bocado dele” (APPADURAI, 2004, p. 54).

Portanto, os territórios, nessa concepção, são composições elaboradas com base numa visão iluminista (APPADURAI, 2004) caracterizada por um coletivo de pensamentos, normas e imagens, entre os quais: justiça social, liberdade, democracia, equidade, direito, igualdade, desenvolvimento econômico. Essas ideias são, por exemplo, os fundamentos que sustentam a produção de políticas com fins a estabelecer uma ideia de nação, de um todo coeso, de identidades contíguas alinhadas a um suposto projeto de comunidade.

Os territórios performáticos, portanto, implicam na criação de identidades também performáticas, as quais são produtos da emergência de comunidades fabricadas como projeto;

são, do mesmo modo, visão e construção, “que leva alguém ‘além de si para poder retornar, com um espírito de revisão e reconstrução, às *condições* políticas do presente” (BHABHA, 2003, p. 22).

Assim, num movimento fantasístico, o território político imaginado vai produzindo significações e denotando supostas expressões de sentimento político, vivacidade social e vontade coletiva que engendram, hipoteticamente, o sentimento de pertença. E esse sentimento de pertencer é que afiança a idealização, planejamento, produção e legalização de mecanismos de desenvolvimento e gestão. Isso posto, é possível argumentar, baseado nas reflexões de Silva (2019), que os territórios são construídos e imaginados por intermédio de mecanismos geopolíticos de governança, de controle das identidades – laudos antropológicos, etnográficos e censos –, com vistas ao exercício da governamentalidade. Todavia, “essa discursividade nunca esta fechada, sendo composta por uma variedade de etnopaisagens de grupos e indivíduos que dão outros sentidos à suas vidas e mundos” (SILVA, 2019, p. 65).

Nesse itinerário, as abordagens de natureza pós-estrutural dos estudos culturais e sociológicos sobre território e identidade revelam que não existem territórios inalteráveis, tampouco identidades únicas, fixas, mas sim um processo de identificação que é mutável e oscilante, incapaz de garantir unificações e singularidades; longe disso, é um processo fragmentado, influenciado por múltiplos discursos e práticas que se justapõem ao real, os quais podem ser tanto dissonantes quanto aquiescentes. Desse modo, a identificação é algo construído “dentro e não fora do discurso”, por essa razão ela precisa ser compreendida como produzida “em locais históricos e instituições específicas, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2012, p. 109).

Afirmar a identidade sugere delimitar fronteiras e estabelecer distinções sobre o que fica dentro e o que fica fora, bem como privilegiar hierarquias e parâmetros de normalização. Essa asserção demonstra, primeiramente, a negação a qualquer conotação de identidade enquanto processo social e histórico de produção, reprodução e reformulação que se desenvolve na esfera particular – o sujeito enquanto entidade – e coletiva. Contudo, como ressalta Hall (2003, p. 30), a identidade é “irrevogavelmente uma questão histórica”, e, por isso, pode se expandir à medida que a identidade de um coletivo se movimenta mediante as conexões constituídas com os territórios criados, historicamente estabelecidos a partir de uma economia de saberes relacionada às peculiaridades ambientais, ideológicas e identitárias (LITTLE, 2003, p. 254).

O pensamento a respeito de quem somos, e como nos localizamos em referência aos coletivos com os quais mantemos contatos, nos direciona para uma epistemologia da identidade. Dessa forma, assumir o debate teórico em torno dela possibilita e justifica o descortinar dos

entrelaçamentos realizados entre vivências particulares no e do mundo, e os momentos históricos e culturais nos quais a identidade é produzida.

Sob essa compreensão, é possível dizer que as identidades são resultados de operações que buscam construir mecanismos cujos objetivos são atender às supostas demandas externas e internas da população. Tais identidades são elaboradas performaticamente mediante interesses ideológicos ou signos compartilhados; símbolos comuns inerentes às estruturas e racionalidade dos níveis territoriais em que vão sendo alinhadas (PERICO, 2009).

Essa dinâmica, efeito de uma performatividade sutil e política, nos permite observar com atenção – e aqui situamos os Territórios de Identidade da Bahia – o movimento de construção e mobilização de identidades contíguas, vinculadas a territórios pré-definidos e nomeados a partir de uma lógica do desenvolvimento econômico, da expansão dos territórios rurais, e do agronegócio. Contudo, assim como afirma Silva (2009), a criação de uma ideia de identidade unicamente conectada a um território material, físico, impede outras possibilidades de reconhecimento, sobretudo quando os limites imaginários do território são transpostos.

Para o autor, “aceitar localizar-se dentro de um território não significa que os rompimentos não estão se dando, o que pode levar a pensar que o jogo está dado” (SILVA, 2019, p. 65). Ademais, o jogo nunca cessa e está acontecendo o tempo todo. Apesar de o Estado tentar reter as pluralidades existentes num território mediante a afirmação de um discurso de coesão social, as identidades – processos de identificação – seguem fluindo e se deslocando.

Ora, é importante compreender que o sujeito não chega ao mundo trazendo uma identidade imbuída em seu corpo, ela é performaticamente elaborada e remodelada no âmbito da representação, a qual forja a pré-condição de existência do sujeito elegível de reconhecimento. Logo, os atributos do ser sujeito precisam ser respondidos para que a representação possa ser ampliada (BUTLER, 2017) e incorporada mediante múltiplos recursos de linguagem, os quais, possivelmente, produzem narrativas fantasmáticas. “Nesse ponto, a afirmação de que a incorporação é uma fantasia sugere que a incorporação de uma identidade é uma fantasia” (BUTLER, 2017, p. 107). A fantasia, por isso, é considerada como uma espécie de falsa consciência, e “tende a ser interpretada como um tipo de má consciência, moralmente regressiva” (GLYNOS, 2011, p. 68), instituída e inscrita na superfície dos corpos suscetíveis à nomeação.

Butler (2018) considera que a nomeação surge com as esperanças e fantasias dos outros, as quais influenciam o “eu” em um momento limiar, de modo irrefreável, impondo normas psicossociais registradas nos corpos, como se esses fossem simplesmente telas passivas obrigadas a pintar uma marca inteligível desde o momento do nascimento. Desta

forma, “ao nomear o negro, a mulher, o sujeito racional, o trabalhador, as perspectivas que operam com a identidade como fixa ou essencial estão pressupondo que há algo real e específico desses sujeitos expresso pela nomeação” (LOPES; MACEDO, 2011a, p. 223).

No entanto, a leitura que propomos de identidade é aquela que nos permite compreendê-la, sobre as bases pós-estruturais e pós-fundacionais, como processo de identificação híbrido, performático e despojado de *status* ontológico. Assim, entendemos que esse processo de identificação é perpassado por vários atos que o modifica constantemente, e que, por isso mesmo, o constrói no fluxo de ações discursivas que se locomovem na fronteira e na negociação “e se reinscreve como processos de identificação, não sendo mais evidente a determinação, e sim fluida, que negocia e coabita com/na diferença” (OLIVEIRA, FRANGELLA, 2018, p.154).

A alternativa que doravante utilizamos, portanto, é mais complexa: diferença sem identidade, diferença sem mensurabilidade, diferença como diferimento. Por essa razão, julgamos tal possibilidade como a mais coerente para pensar, por exemplo, Território de Identidade como uma política que, ao tentar manter certo fechamento e fixação sobre as noções de território e identidade, acaba por promover a exclusão e a transformação da diferença em desigualdade. Ao tentar criar consenso e unicidade, tal política surge como produto hegemônico, e dificulta o acolhimento da diferença, o reconhecimento da pluralidade social e seus conflitos, bem como o caráter político presente nos sistemas simbólicos e discursivos que permeiam os processos de identificação.

Operar com esse registro, nos leva a pensar que o caráter relacional das identidades requer reflexões sobre o político e a diferença, e nos remete à cultura como sistema de significação. Desse modo, os movimentos sociais diversos – étnico-raciais, de gênero, LGBTQIA+, religiosos, juventude, e outros – denunciam a exclusão de suas culturas dessa cultura tida como universal, a qual é contestada por sociedades cada vez mais multiculturais.

A cultura, nesse sentido, não é mais pensada como repertório partilhado, mas como fluxos culturais em negociação, como processo de significação, zonas de fronteiras culturais, nas quais as identidades se tornam produtos de um sistema de identificação em que as subjetividades dos indivíduos são constituídas na disputa pela autoridade narrativa no interior dos discursos culturais (BHABHA, 2003).

Na sociedade de controle, os sujeitos, por certo, não são construídos somente via mecanismos de repressão ou censura. Os sujeitos se produzem, de igual modo, mediante práticas e relações que estabelecem “gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente diversas)” (LOURO, 1997, p. 41). Por essa razão é possível perceber que o poder opera de modo imanente, não é externo, tampouco

hierarquizado. O poder está dentro e capilarizado, permeia todas as esferas da existência, “incorporando, integralizando, monitorando, investindo de maneira antecipatória, até mesmo os possíveis que vão se engendrando, ou seja, colonizando o futuro” (CARVALHO, SILVA, DELBONI, 2017, p. 487).

Assim sendo, a diferença é produzida na e pelas relações de poder. Diante disso, as lutas de fronteira inerentes à diferença cultural possuem grandes possibilidades de serem tanto consensuais quanto conflitivas; podem embaralhar a compreensão de tradição e modernidade, “realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso” (BHABHA, 2003, p. 21).

Dessa forma, pode-se compreender a diferença cultural como um encadeamento de expressão da cultura, um curso de significação mediante o qual afirmações da cultura diversificam, diferenciam e consentem a construção de esferas de força, correspondência, aplicabilidade e tendências. Sob esse ponto de vista, a sistematização da diferença ocorre no processo contingencial de hibridização, fortalecendo, assim, a impossibilidade de plenitude do significado e definição absoluta da identidade dos indivíduos (BHABHA, 2003).

Trata-se de deslocamentos corrompendo as identidades que, não obstante, são fixações de paisagens mutantes, ficções de fluxos de diferença. Tais deslocamentos são eles mesmos desencadeados por atos de diferenciação e hibridização; produtos de negociações entre as diferenças culturais nos entre-lugares. Essas negociações e essas práticas culturais atuam, correspondentemente, umas sobre as outras, ainda que diferentes, e produzem deslocamentos relevantes.

Esses entre-lugares, conforme Oliveira e Frangella (2018), configuram-se como base para a dinamização de estratégias de subjetivação – ou processos de subjetivação –, tanto individual quanto coletiva, haja vista que é nos interstícios que as experiências intersubjetivas, bem com as demandas compartilhadas ou o valor cultural, são agenciadas. Tal leitura permite pensar que os entre-lugares são esferas preliminares em que a lógica dicotômica e binária de identidades fixadas e universais se tornam impossíveis, pois são nesses entre-lugares que se dão os processos de “iteração simbólica e de articulação da diferença” (OLIVEIRA; FRANGELLA, 2018, p. 161).

Sob a óptica pós-estrutural, a identidade é considerada um acontecimento momentâneo, um presente que acontece num terreno movediço frágil, precário e contingente. A identidade é, por isso, produto dos hibridismos, de amálgamas, das fusões de incertezas e negociações culturais. Nesse processo que é permeado por atos de diferimento, jamais se admite a essencialização de identidades, e por essa razão, é possível pensá-las não como pré-

estabelecidas, fixadas de uma vez por todas, mas como processos de identificação, de diferenciação, como construções e reconstruções contínuas que acontecem nos espaços-tempos culturais, nas esferas políticas e sociais em que se apresentam; não são genuínas, tampouco inalteradas e/ou uniformes.

É interessante observar que, nos territórios de identidade, o fato de existirem identidades coletivas agrupadas em torno de um determinado significante é entendido, conforme trata Butler, como uma disputa; uma luta que impacta “na organização espacial do poder que inclui a alocação e a restrição de localizações espaciais nas quais – e por meio das quais – qualquer população pode aparecer” (BUTLER, 2018, p. 95). Isso significa que a harmonização e a conformação de identidades plurais em territórios de identidades universalizados predizem quem pode se tornar objeto do aparecimento.

Tal pensamento sugere uma articulação de poder que é mobilizada a partir de sentimentos de pertença da população, que, hipoteticamente, se identifica com determinados artefatos culturais objetificados. Colocando de forma simples, é a partir desse movimento de pertencer a um universalismo programado, a um território previamente identificado, que o Estado autentica os territórios de identidade mediante instituição de políticas públicas distintas e ajustadas a cada um deles, com fins de atender às supostas demandas de direito das identidades existentes em cada território.

Apesar da tentativa de restrição e unificação das identidades, elas são passíveis de escapes, e não jazem num terreno da essencialidade, mas na esfera do deslocamento e do desarranjo perene, da desintegração. Elas são processos, produtos de mesclas constantes, e, justamente por ser assim, não podem ser contidas, tampouco fixadas em torno de significantes, os quais tentam estancá-las.

Nesse sentido, no âmago das identidades coletivas, territorializadas, é possível dizer que se manifestam as diferenças dentro das diferenças, bem como as pluralidades que ali habitam. Tais diferenças, portanto, são produtos dos agenciamentos culturais dos sistemas simbólicos que as produzem.

No entanto, ao estipular um sentido de identidade a ser fixada para um determinado território a partir de seus aspectos culturais reificados – assim como ocorre com os Territórios de Identidade da Bahia – sem considerar as pluralidades transitórias, tanto dos territórios quanto das identidades contingenciais que ali transitam, está sendo posto em operação um projeto de conformação social embalado por visões colonizadoras de mundo; projeto de definição de identidade monolítica no qual não cabem as diferenças.

E, por isso mesmo, falar das diferenças não significa trazer à baila, basicamente, questões, por exemplo, de raça, gênero, sexualidade, classe. Mas localizar no bojo dessas discussões os fatores materiais e simbólicos, bem como as relações de poder. Isso requer, acatando a perspectiva *butleriana*, questionamentos acerca dos significados atribuídos aos corpos, os quais só ganham sentido “no discurso no contexto das relações de poder” (BUTLER, 2017, p. 162). Isso remete ao fato de que o corpo é uma organização histórica e culturalmente específica do poder e do discurso que engendra significados culturais (BUTLER, 2017).

Essa questão recoloca a observação sobre o jogo do poder, da disputa, da tentativa de estabelecer, de um lado, uma identidade universal, e de outro, de fazer emergir a diferença; e tantas outras marcas de inclusão e exclusão, de pertencimentos e não pertencimentos; demarcações de fronteiras – nós e eles –, classificações, enquadramentos, racionalidade e irracionalidade, normais e anormais. Nesse ínterim, o poder opera para registrar o que é concebível como humano e o não-humano, ou o “humano que apaga o humano como uma alteridade conhecida” (BUTLER, 2015, p. 117).

Para a autora, se existe o humano, existe o inumano. A condição de humanidade para Butler expõe “a idealidade e o caráter coercitivo da norma: alguns humanos podem ser qualificados como humanos; outros não” (BUTLER, 2015, p. 117). Em outras palavras, os humanos que não podem ser inteligíveis a partir das normas sociais aceitáveis e legitimadas são considerados não-humanos, os quais não se alinham a identidades culturais socialmente reconhecíveis, reguladas por normas que são hierárquicas e excludentes (BUTLER, 2015), ao passo que operam para determinar quais as vidas são inteligíveis, vivíveis, e quais são descartadas. Nesse sentido, Judith Butler (2018, p. 47) compreende que “ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir”.

Nessa dimensão, o outro cultural, não-humano, é em todo o tempo um incômodo e um inconveniente, pois significa uma ameaça constante à identidade inteligível. Esse outro se apresenta através de muitas formas “dentro de diferentes relações temporais, culturais e de poder” (BHABHA, 2003, p. 91). Portanto, a suposta alteridade que habita o eu do outro está dentro, é intrínseco ao eu, ela não está fora, e por essa razão, não pode ser apagada.

A tentativa de definir o outro diferente como não-humano, como não reconhecível, então, refutado e reprimido, é o que Bhabha (2003) denomina de construção do sujeito colonial no/do discurso através das articulações das diferenças, sejam elas raciais, sexuais, de gênero, religiosas, dentre outros. Essas articulações são preponderantes quando se considera que o corpo a todo o momento está, concomitantemente, ainda que de modo conflituoso, registrado

“tanto na economia do prazer e do desejo, como na economia do discurso, da dominação e do poder” (BHABHA, 2003, p. 107).

Esta forma de poder é investida na vida cotidiana presente, sem tardar, o qual “categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos”. (FOUCAULT, 1995, p. 235). Isso remete ao fato de que o “poder não pode se reproduzir sem investir em um corpo, o que significa que um corpo é formado no poder, e forma-se ali, dentro de seus termos” (BUTLER, 2008, p. 118), num movimento performático de (re)elaboração constante a partir da validação de um arquétipo hegemônico.

Contudo, mantém-se o jogo, e é através dele que outras significações são possíveis. A significação é o jogo das diferenças com e na diferença no palco da luta política-discursiva (OLIVEIRA; FRANGELLA, 2018), nos interstícios, nas fronteiras, nos entre-lugares. No entre-lugar estão inscritos os processos de diferenciação cultural; os fluxos culturais que tornam possíveis a manifestação do alcance global da cultura e o movimento desintegrador da enunciação enquanto disjunção súbita do momento agora.

É mediante essa cisão e descentramento fragmentado e esquizofrênico do “eu” que a constituição do novo sujeito histórico se realiza na própria fronteira da representação (BHABHA, 2003). Nesse sentido, o entre-lugar, o terceiro espaço de enunciação, é uma circunstância preliminar para a dinamização da diferença cultural e criação da instabilidade oculta que prenuncia transformações culturais significativas. “E ao explorar esse terceiro espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos” (BHABHA, 2003, p. 69).

Nesse sentido, a mobilização das diferenças culturais acontece como consequência de processos intrincados e imprevistos de hibridização, de movimentos suplementares de camuflagem, “como uma agência contestadora, antagonística, funcionando no entre-tempo do signo/símbolo, que é um espaço intervalar entre as regras do embate” (BHABHA, 2003, p. 268), ou através do agenciamento de sentidos ambivalentes.

Desse modo, nenhuma versão de identidade orientada a partir de determinadas categorias – raça, gênero, sexualidade, classe, religião – se materializa antes da enunciação, tampouco assegura a criação de um sujeito que se eleva sobre o discurso, haja vista que a subjetivação se desenrola através dos entrecruzamentos de paisagens imaginadas. Tudo o que atravessa o decurso da subjetividade – os acontecimentos de gênero, raça, etnia, sexualidade, religião – encontra-se num movimento do estar sendo, de incertezas, de imprecisão



(APPADURAI, 2004). Isso demonstra que a subjetividade acontece no interior do complexo discursivo, na relação com o espaçamento e a temporalidade, com a *différance*.

Na perspectiva *derridiana*, os processos de identificação possivelmente são repercussões da *différance*. E passam a ser considerados no rastro, como diferença. O rastro seria o movimento, idas e vindas, o nada; “não é nunca como tal, em apresentação de si. Apaga-se apresentando-se, silencia-se ressoando, como o escrevendo-se, inscrevendo a sua pirâmide na diferença” (DERRIDA, 1991, p. 57).

Nessa lógica, as identidades só podem ser concebidas no rastro, e por assim ser, não existem, não existiram, e tampouco existirão de uma vez por todas, haja vista que a diferença, de modo algum, termina. Em função disso, a identidade é contingente; ao mesmo tempo que é, não é, e assim vai se registrando num movimento disjuntivo, num deslocar que a permite ser tudo e ao mesmo tempo não ser coisa alguma. E, por isso mesmo, torna-se politizada (HALL, 2006), desloca-se de uma política de identidade baseada na classe para uma política da diferença.

Ora, as paisagens políticas do mundo contemporâneo são fragmentadas, sofrem o fracionamento engendrado pelas identificações conflitantes e discrepantes oriundas da deterioração da identidade monolítica referendada na classe.

Essa fragmentação irreversível é acentuada pela “emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais” (HALL, 2006, p. 2) que, num processo de denegação política e cultural – os quais cooperam para deslegitimar, indagar e contrapor o pensamento hegemônico – contribuem para o processo de descentramento crítico que culmina na possibilidade de novos caminhos de identificação: feminismo, demandas dos movimentos negros, povos indígenas, os movimentos ecológicos, o pacifismo, juventude, LGBTQIA+, movimentos quilombolas, religiosos e da terra, questões de sexualidade e gênero, e outros, (BURITY, 2001).

O enunciado acima remete à indagação elaborada por Bhabha (2003, p. 57): “poderão esses sujeitos divididos e esses movimentos sociais diferenciados, que mostram formas ambivalentes e divididas de identificação, serem representados em uma vontade coletiva em que ecoa claramente a herança iluminista [...]?” Tal questionamento evidencia os desafios epistemológicos apresentados às categorias de território e identidade, bem como a outra categoria que sugere ser a unidade de planejamento de políticas públicas: Território de Identidade.

### 1.3 Territórios de Identidade do Estado da Bahia<sup>5</sup>: paisagens imaginadas para justificar o planejamento de políticas públicas

O discurso que envolve a noção de Território de Identidade, possivelmente, é um discurso performativo, que objetiva estabelecer como autêntico uma delimitação que se faça conhecida e reconhecida enquanto território, o qual apresenta aspectos identitários homogêneos. Isso permite pensar – sob a óptica da definição dominante – o território de identidade como um bloco monolítico, estático, e que apresenta uma identidade unívoca, comum.

Essa é uma fabricação da ideologia neoliberal e conservadora, por meio da qual os territórios criam identidades essencializadas, performando-se em territórios de identidade. São paisagens imaginadas, construídas e alicerçadas em perspectivas inflectidas da “localização histórica, linguística e política de diferentes tipos de atores: Estados-nações, empresas multinacionais, comunidades da diáspora, bem como grupos e movimentos substanciais” (APPADURAI, 2004, p. 50) tais como: grupos religiosos, povos indígenas e quilombolas, comunidade LGBTQIA+, segmentos políticos e econômicos, entidade familiar, movimento de mulheres e de juventude, movimentos negros, questões de gênero e sexualidade, entre outros.

As reflexões de Bhabha (2003) possibilitam entender que não se pode ignorar o fato de que a unidade política que pressupõe o território de identidade é estremecida pelos deslocamentos contínuos suscitados pelas inquietações do espaço moderno inevitavelmente plural. Nesse sentido, a representação da territorialidade moderna do território de identidade se transfigura na temporalidade obsoleta, hereditária, do tradicionalismo. “A diferença do espaço retorna como a Mesmice do tempo, convertendo Território em Tradição, convertendo o Povo em Um” (BHABHA, 2003, p. 211).

Por essa razão, mobilizamos a categoria Território de Identidade relacionando-a à ideia de paisagem imaginada, ficcional. Para tal, dialogamos com Appadurai (2004) no intuito de problematizá-la enquanto objeto quimérico, elaborado conforme convenções do mundo iluminista o qual reivindica um conjunto de significantes – liberdade, prosperidade, direitos,

---

<sup>5</sup> Território de Identidade não foi a única política dessa natureza nesse período. É importante ressaltar que outras políticas, com teor semelhante, já existiam, a exemplo do Programa dos Territórios Rurais, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), e a política do Território de Cidadania instituída pelo Decreto, não numerado, de 25 de fevereiro de 2008. Tais políticas tinham como objetivos o desenvolvimento econômico de regiões rurais do país e a universalização dos programas básicos de cidadania com fins de diminuição das desigualdades sociais e regionais, bem como promover a melhoria das condições de vida da população.

soberania, representações e democracia – com objetivo de firmar políticas globais de planejamento e ação com base em interesses econômicos do Estado modernizador que acaba por tentar controlar as propriedades da vida social. Desse modo, ainda que a construção do território de identidade se dê sempre em um momento de colonização, ele “é um centro de interpretação múltiplice” (APPADURAI, 2004, p. 245), no qual diversas formas de vidas-mundos estão em fluxo (APPADURAI, 2004).

Com efeito, a categoria Território de Identidade tona-se um campo referencial analítico capaz de evidenciar a circularidade da existência, bem como trazer ao centro do processo a sua pluralidade, as instabilidades inerentes às relações sociais, a transitoriedade das identidades, frações de mundo, de localidades, “de territórios, motivo por que essas palavras são alçadas à condição de categoria com múltiplos significados e riqueza teórica conexa e imersa em vários saberes” (RIOS, 2018, p. 231).

No entanto, a Modernidade constrói fronteiras. E elas obscurecem a dinâmica interna local através “de modos de regulamentação, credenciação e produção de imagens impostas de fora” (APPADURAI, 2004, p. 255).

Nesse sentido, a modernidade é basicamente construtora de fronteiras como parte indissociável da condição de existência humana, individual e coletiva. De acordo com Rios (2018), abismos são construídos na dinâmica das ideias, na estruturação da ideologia hegemônica para sustentar de forma perceptível e também imperceptível as divisões tornadas legítimas, marcas de uma evolução dissemelhante. “Esse processo, no atual momento do capitalismo globalizado, corresponde à internacionalização do corpo ocidental do mundo, em detrimento de outros corpos de mundo” (RIOS, 2018, p. 232). Isso sugere que o poder hegemônico “é em grande medida uma questão de incutir disciplinas de civilidade, dignidade e controle corporal em larga escala no nível íntimo dos sujeitos corporalizados” (APPADURAI, 2004, p. 197). Parece óbvio que o corpo é o suporte sobre o qual se realizam as práticas de reprodução e inscrição de disciplinas sociais, cujo objetivo é levar a cabo o controle tanto do território que se busca governar quanto dos sujeitos fundamentais para exercer a governança (APPADURAI, 2004).

Essas questões entrecruzadas produzem as evidências de “um mundo em que as identidades em larga escala forçosamente entram na imaginação local e se tornam locutoras dominantes nos trâmites da vida corrente” (APPADURAI, 2004, p. 205), como também de projetos políticos específicos, a exemplo das políticas públicas de saúde e educação, planejamento familiar, política de controle de migração, os censos.

A categoria Território de Identidade é utilizada como pretexto de homogeneização sócioespacial, econômica e política, cujos propósitos são justificar políticas públicas que pressupõem finalidades: respeito à diferença, justiça social, equidade, inclusão social, valorização cultural, sentimento de pertença. Esses elementos formam um conjunto de insumos essenciais para um suposto alargamento da cidadania (FREITAS 2014) e desenvolvimento territorial.

Os territórios de identidade são introduzidos na política de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia mediante a Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014, e tem como propósito global o “desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população” (BAHIA, 2014, [on-line]).

Nesse sentido, torna-se desafiador entender a categoria Território de Identidade como justificativa para o planejamento de políticas públicas na Bahia num mundo em constantes deslocamentos, fissuras e conflitos. Território de Identidade indica a valorização de uma identidade universal em detrimento de outras identidades. Ademais, o limite representativo do território de identidade – conjunto de municípios – “não pode encerrar a existência dele; diversamente, serve de zona de intermediação e exploração de sentidos da construção social, política, econômica e simbólica da vida” (RIOS, 2018, p. 232).

### 1.3.1 Território de Identidade como unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia

Segundo Rios (2018), Território de Identidade não foi uma estratégia genuína da política de desenvolvimento do Estado da Bahia. Surgiu orientado por modelos já existentes e articulados em âmbito nacional, a exemplo do Programa Territórios da Cidadania, instituído pelo Decreto, não numerado, de 25 de fevereiro de 2008, o qual apresentava propostas de implementação de “ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País” (BRASIL, 2008, [on-line]), sobretudo em regiões rurais.

Nesse momento, queremos abrir um parêntese para tentar desenhar uma compreensão possível sobre como concebemos Território da Cidadania em atenção à nossa compreensão de Território de Identidade. Cidadania é comumente pensada como uma noção que designa o *status* daqueles que fazem parte de uma comunidade e são por ela reconhecidos. Ser cidadão significa ser portador de direitos e deveres; ter o direito de pertencimento a uma comunidade política.

Em termo jurídico-legal, cidadania corresponde ao poder de participação ativa nos espaços públicos (COSTA; IANNI, 2018).

No entanto, no contexto do Programa Territórios da Cidadania, podemos pensar essa designação como o marco normativo do Decreto – a qualquer momento – que objetiva a criação de uma identidade social política. Sob esse ponto de vista, “identidade social são as características que o identificam perante as demais comunidades. E, em certa medida, a consciência de pertencer a algo maior, a um coletivo, a uma sociedade” (COSTA; IANNI, 2018, p. 48).

De modo semelhante, Territórios de Identidade são empreendimentos que intentam fixar uma única identidade como representativa de todas. É uma construção social que tem por objetivo estabilizar modos de ser e estar no mundo. Na Bahia, os territórios de identidade têm alterações de composição possíveis a cada quatro anos na elaboração do Plano Plurianual (RIOS, 2018), e tudo isso é calculável, fecha parêntese.

Em 2003, no início do Governo Lula, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial rural passaram por mudanças significativas. Pensava-se, neste momento, na criação de territórios zonas, de cunho intermunicipal. Isso significou idealizar a construção de territórios em espaços geográficos contínuos. Segundo Ortega (2016), esses territórios reuniram municípios eleitos com base em parâmetros como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seriam eleitos aqueles municípios que apresentassem excessiva pobreza, presença significativa de agricultores familiares, beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, a exemplo dos atendidos pelo Programa Bolsa Família, dentre outros.

Nesse sentido, a abordagem territorial foi tomada como possibilidade para o desenho e articulação do desenvolvimento de municípios caracteristicamente agrários e, especialmente, com predomínio da agricultura familiar, bem como aqueles que denotaram baixo ritmo de crescimento e potencial de desenvolvimento, cujos indicadores sociais – educação, saúde e mortalidade – revelaram-se inferiores à média nacional (ORTEGA, 2016). Por essa razão, alguns Programas foram criados, como por exemplo: Programa Fome Zero<sup>6</sup>, Programa dos Territórios Rurais, este coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do

---

<sup>6</sup> O Programa Fome Zero foi extinto após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social, que alçou o Programa Bolsa Família como a grande vitrine na área social do governo Lula (TOMAZINI; LEITE, 2016).

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)<sup>7</sup> e o Programa Territórios da Cidadania sob a coordenação da Casa Civil.

Desse modo, o Programa Território da Cidadania tem seu ponto limiar quando da verificação, por parte do Governo, de que o Brasil era capaz de articular, sobre a plataforma da organização territorial, o desenvolvimento econômico com a mitigação das disparidades sociais e regionais. Logo, era fundamental criar um cenário no qual pudesse ser mobilizada a questão da cidadania, e, a partir daí, possibilitar o aumento das condições de renda e de qualidade de vida. Assim, em 2008, o Governo aglutina às políticas territoriais a política de Territórios da Cidadania como resultado, supostamente profícuo, da articulação de políticas precedentes, a exemplo do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)<sup>8</sup> (SOUZA, 2008).

Nesse processo, o arranjo territorial tornou-se imprescindível para a regulação das ações que, não obstante, influenciariam no ordenamento da população, do trabalho produtivo, das áreas de proteção ambiental, da divisão dos territórios, por meio de conexões institucionais e articulação de diversos agentes. Em seu sentido normativo e estratégico, a composição territorial representava um conjunto de arranjos formais, funcionais e estruturais, associados aos processos econômicos, sociais, políticos e ambientais, os quais caracterizavam o espaço. Tais fatores foram basilares na gênese dos territórios (BRASIL, 2006).

Território da Cidadania, portanto, orientado por essas políticas, emergiu como mecanismo de desenvolvimento territorial sustentável e de preservação de direitos sociais, sendo direcionado às regiões menos desenvolvidas do Brasil. Os objetivos diziam respeito ao desenvolvimento econômico e universalização dos programas básicos de cidadania. Possuía como plataforma de sua possibilidade a dinâmica integralizadora de ações entre os Governos Federal, estaduais e municipais, mediante plano elaborado nos distintos territórios, com a colaboração da sociedade (BRASIL, 2008).

---

<sup>7</sup> O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) foi criado em 23 de janeiro de 2004 e extinto em 1º de janeiro de 2019.

<sup>8</sup> O PNDR tinha como foco de atuação a redução das desigualdades de renda nos territórios em que os agentes de mercado menos atuavam; ao passo que preconizava o reconhecimento de valores e forças internas e suas diversidades. De acordo com Souza (2008), esse Plano se desdobrava em defender a minimização das dessemelhanças regionais e a explorar com mais veemência as potencialidades internas das regiões, com devida atenção aos valores sociais e à diversidade ambiental e socioeconômica. Em outra vertente, o PNOT tencionava “atuar como um agente articulador das diversas políticas de ordenamento territorial” (SOUZA, 2008, p. 115). Pois o Brasil apresentava, conforme esse documento, significativa concentração da atividade econômica em regiões metropolitanas, litorâneas, sobretudo no Sul e Sudeste. A solução seria, por essa razão, o desenvolvimento sustentável através da apreciação do potencial econômico e das distinções socioculturais. Desse modo, acreditava-se que as discrepâncias regionais e sociais poderiam ser reduzidas (SOUZA, 2008).

Segundo Souza (2008, p. 117), essa perspectiva territorial “buscava dar um maior apoio ao desenvolvimento rural”, no entendimento de que o rural não se restringia apenas à atividade agrícola. Nesse sentido, era preciso mitigar, mediante estratégia de progresso territorial, as disparidades sociais, bem como de gênero, raça e etnia em áreas rurais por meio da superação da pobreza (MELO; VIEIRA, 2018).

No âmbito dessa reflexão, o Programa Território da Cidadania almejava fomentar territórios sinérgicos mediante dinâmica intersetorial, viabilizando a distinção de regiões destituídas de possibilidades econômicas favoráveis, nas quais políticas e programas sociais deveriam ter enorme prevalência. Em suma, as ações priorizavam o suporte às atividades produtivas e a harmonia dessas atividades entre pequenos e grandes produtores, cidadania, direito, fortalecimento de grupos identitários e infraestrutura, cujos públicos alvos eram territórios fragilizados, agricultores familiares, quilombolas, pescadores e comunidades indígenas (MELO; VIEIRA, 2018).

Nessa esteira, o Programa, em seu Art. 1º, §1º, determinava que os municípios com população média de até cinquenta mil habitantes, e densidade populacional média inferior a oitenta habitantes por quilômetro quadrado, fossem agrupados, segundo o Art.1º §2º, conforme suas características sociais, culturais, geográficos e econômicos, pressupostamente semelhantes. Almejava-se que as respectivas populações reconhecessem o coletivo como território historicamente produzido, e a partir daí cultivassem o sentimento de pertença, com identidades que ampliassem as possibilidades de harmonia social e territorial (BRASIL, 2008).

Certamente, tal política limitou-se a programas de enfrentamento à fome e à disparidade social rural, contudo, “elegeu o conceito básico de cidadania (até mesmo como pressuposto de qualquer identidade consciente de si)” (RIOS, 2018, p. 236) como bandeira de sua representação, porém, sem manifestar referência alguma à noção de cidadania como orientação epistêmica da política de desenvolvimento territorial (RIOS, 2018). Sobre esse aspecto, fica evidente que os territórios da cidadania foram pressupostos para a criação de sujeitos locais; *etnopaisagens*, “em que se imagina que decorrem as práticas e os projetos” (APPADURAI, 2004, p. 245).

Na vigência desse Programa Federal, foram implantados, segundo Souza (2008), cento e vinte territórios da cidadania, sendo a Região Norte com treze territórios, Nordeste com vinte e nove, Sudeste com oito, o Centro-Oeste e Sul com quatro territórios cada um. Com relação à Bahia, o Estado foi dividido em cinco Territórios da Cidadania: Sisal, Velho Chico, Chapada Diamantina, Litoral Sul e Irecê.

A ideia de desenvolvimento territorial no Estado da Bahia, no bojo do debate da questão territorial, elevou-se por meio de um processo bastante característico. A concepção dos territórios de identidade na Bahia teve como indutor principal o MDS, que no ano de 2003, mediante a SDT, apresentou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) no intuito de possibilitar o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como a consolidação e o impulsionamento de sua economia (BAHIA, [on-line]).

Nessa conjuntura, foram reconhecidos na Bahia, de início, cinco territórios rurais para fazerem parte do Programa: Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Velho Chico e Irecê. Posteriormente, outros oito territórios foram introduzidos: Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Corrente, Sertão Produtivo, Itaparica, Baixo Sul, Piemonte do Paraguaçu e Bacia do Jacuípe. De acordo com a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), o PRONAT viabilizou o apoio institucional aos territórios, fornecendo assistência técnica ao seu processo de dinamização e disposição do seu colegiado territorial, o qual foi constituído por representantes de cada território. De igual modo, auxiliou na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e na aplicação de recursos nas cadeias produtivas e infraestrutura rural (BAHIA, [on-line]).

Para instalar o programa na Bahia, a SDT articulou oficinas com representantes das esferas públicas e de organizações da sociedade civil. Nesse período, participantes reagiram contestando o número restrito de territórios e os parâmetros de identificação dos mesmos. Desse modo, decidiu-se pela composição de uma equipe de trabalho para mapear os territórios existentes na Bahia e fomentar propostas de rearranjos para a organização territorial. A justificativa pautou-se no fato de que os territórios e suas identificações não deveriam ser mobilizados de forma unilateral pela SDT.

A pesquisa de Sodré (2015) mostrou que esse processo de mobilização, para debater uma proposta de reordenamento territorial para a Bahia, foi viabilizado pelas reuniões realizadas com o intuito de definir critérios para o mapeamento dos territórios rurais baianos, e estimular os atores sociais. Os encontros contaram com a participação das bases locais, instituições públicas, representantes de organizações populares rurais, organizações não governamentais, movimentos sociais, Pastoral da Terra, e outros.

Assim, entre 2003 e 2006, aconteceram diversas atividades tais como: verificação das fronteiras geográficas existentes, reuniões entre organizações e sociedade civil para deliberarem quanto à inclusão dos municípios nos territórios, exposição de ideias e adaptações. Esse movimento culminou na definição de vinte e cinco territórios rurais (BAHIA, [on-line]), o que



favoreceu, posteriormente, para a “ampliação do diálogo sobre o reconhecimento dos territórios de identidade” (SODRÉ, 2015, p. 52).

Nesse período, houve também a influência de outras organizações além da SDT, no intuito de consolidar as bases dos territórios e seu ordenamento: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>9</sup> e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (BAHIA, [on-line]).

É importante destacar nessa conjuntura, a criação da Coordenação Estadual dos Territórios (CET), fundada a princípio por “membros da sociedade civil organizada e por representantes de órgãos públicos” (SODRÉ, 2015, p. 52), os quais pertenciam a um grupo de trabalho instituído pelo PRONAT. Tal grupo terminou por se estabelecer como uma rede estadual de representação política dos colegiados territoriais (BAHIA, [on-line]), com o compromisso de orientar e intervir no debate inerente ao desenvolvimento territorial rural no Estado, bem como “apontar prioridades de atuação, ajudar na definição e homologação da divisão territorial, acompanhar localmente a formação e implantação dos territórios e articular instituições, recursos e políticas públicas para implementar e desenvolver os territórios” (SODRÉ, 2015, p. 52).

Para Sodré (2015), esses anos foram assinalados pela amplificação das discussões em torno da territorialização e pela tonificação da articulação estadual, bem como pela mobilização social no processo de formação dos territórios rurais baianos, “considerado de características muito peculiares, marcado pela participação da sociedade civil na identificação dos territórios” (SODRÉ, 2015, p. 52).

Ao assumir o Governo da Bahia no ano de 2007, o Governador Jaques Wagner – Partido dos Trabalhadores - PT – admitiu a validade da distribuição territorial deliberada pelos movimentos locais. Tal divisão foi adotada em seguida como unidade de planejamento das políticas públicas do Estado. Nessa esteira, foi preciso expandir a representação e os propósitos das políticas agenciadas nos territórios, agregando ao rural as questões e as entidades urbanas. Conseqüentemente, houve a inserção do vigésimo sexto território, o Território Metropolitano de Salvador. Ocorreu, por isso, a renomeação dos territórios rurais, os quais passaram a ser identificados como Territórios de Identidade (BAHIA, [on-line]).

Em 2011, uma discussão em torno da configuração dos territórios da Bahia expôs um novo recorte territorial, o qual deveria ser ratificado mediante aprovação do PPA (2012-2015)

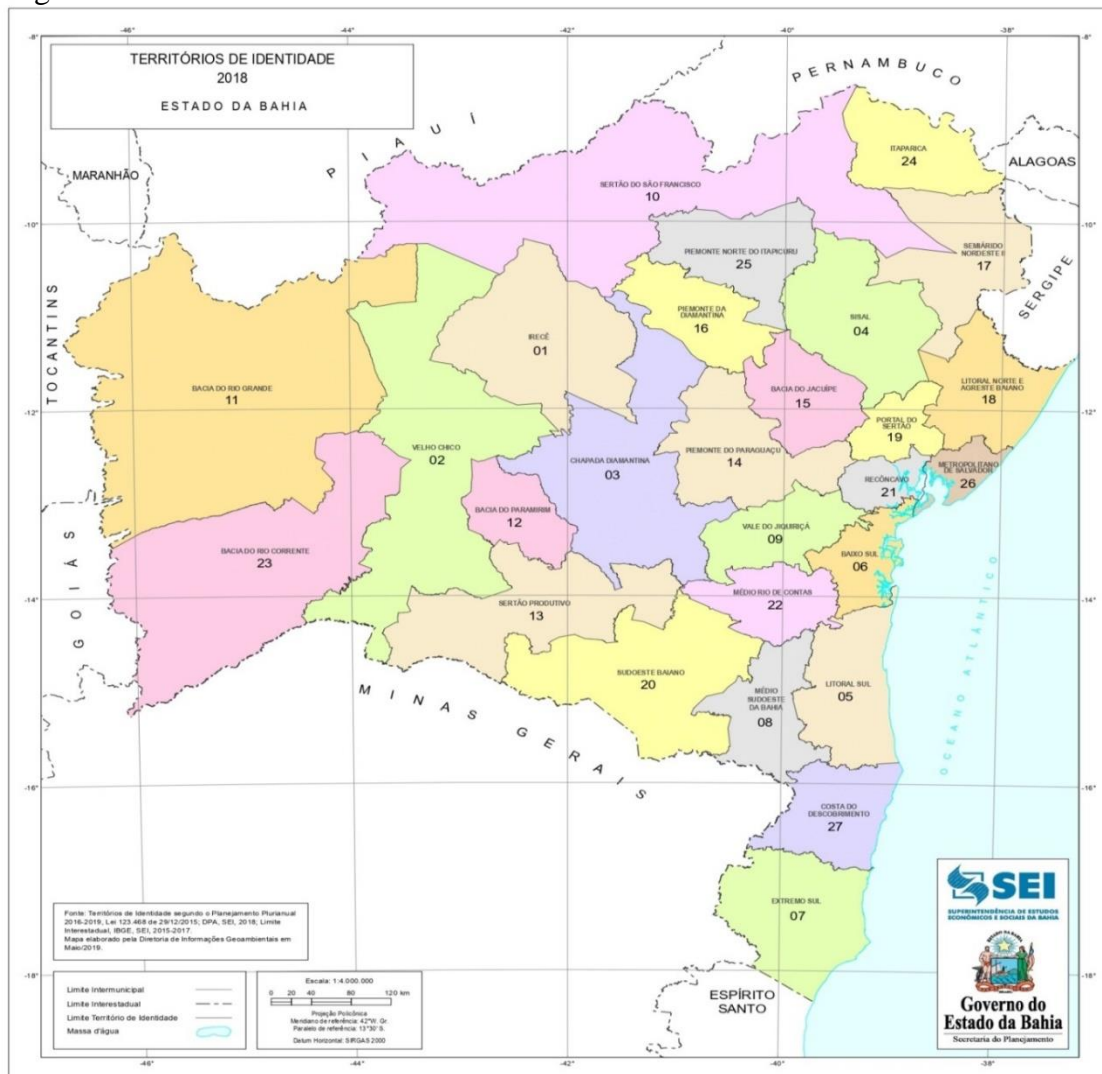
---

<sup>9</sup> Sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*.

na Assembleia Legislativa do Estado. Dessa forma, no dia 14 de fevereiro de 2012 o Governador Jaques Wagner sancionou a Lei nº 12.630, revelando assim o vigésimo sétimo território, o Território de Identidade Costa do Descobrimento (BAHIA, 2016), o qual surgiu do desmembramento do Extremo Sul, passando este a abranger a sua divisão setentrional (BAHIA, [on-line]).

Na proposta mais recente do PPA (2020-2023), não consta alteração em relação ao número de territórios. Atualmente, é reconhecida a existência de vinte e sete territórios de identidade (figura 1) que servem, supostamente, como unidades de planejamento de políticas públicas, e como “uma nova expressão para o desenvolvimento territorial no Estado da Bahia” (SODRÉ, 2015).

Figura 1 – Divisão do Estado da Bahia em territórios de identidade



Fonte: Seplan, 2020

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia possui área territorial de 564.722,611 (quinhentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e onze) km<sup>2</sup> (IBGE, [on-line]), equivalendo um pouco mais do território francês. É o quinto estado brasileiro em extensão territorial, o que corresponde a 6,64% do território nacional e 36,3% da área total do Nordeste. A população em 2019 era de 14.873.064 (catorze milhões, oitocentos e setenta e três mil, e sessenta e quatro) habitantes distribuídos em 417 municípios (IBGE, [on-line]) os quais compõem os 27 Territórios de Identidade (01-Irecê, 02-Velho Chico, 03-Chapada Diamantina, 04-Sisal, 05-Litoral Sul, 06-Baixo Sul, 07-Extremo Sul, 08-Médio Sudoeste da Bahia, 09-Vale do Jequiirjá, 10-Sertão do São Francisco, 11-Bacia do Rio Grande, 12-Bacia do Paramirim, 13-Sertão Produtivo, 14-Piemonte do Paraguaçu, 15-Bacia do Jacuípe, 16-Piemonte da Diamantina, 17-Semiárido Nordeste II, 18-Litoral Norte e Agreste Baiano, 19-Portal do Sertão, 20-Sudoeste Baiano, 21-Recôncavo, 22-Médio Rio de Contas, 23-Bacia do Rio Corrente, 24-Itaparica, 25-Piemonte Norte do Itapicuru, 26-Metropolitano de Salvador, 27- Costa do Descobrimento).

De acordo com o documento “A política territorial e a participação social” publicado pela Seplan, o Estado da Bahia é um dos mais diversos da Federação, haja vista suas características plurais, as quais subsidiam a análise de um território. A formação de sua população se deu em diferentes momentos históricos, mediante agrupamento dos povos tradicionais do Brasil Pré-Colonial com escravos trazidos de nações africanas e imigrantes (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, e outros). Desse modo, o Estado apresenta uma miscelânea de particularidades sociais, culturais, econômicas e ambientais, as quais influenciaram no processo de revelação dos territórios (BAHIA, [on-line]).

Tais particularidades são assim concebidas: **Culturais**, conjunto de valores, costumes, religião, manifestações folclóricas, elaboração cultural, gastronomia, percepção da sociedade acerca de si e outras maneiras de representação da realidade local; **Geoambientais**, as particularidades ambientais como: geografia, topografia, hidrografia, clima, vegetação, fauna, solo, ecossistemas, proteção dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade; **Político-institucionais**, potencial de construção de capital social – habilidade de negociação e colaboração da comunidade em favor de propósitos comuns –, sua institucionalização em agrupamentos sociais, nível de sistematização política das forças sociais no território; **Econômicos**, aprimoramento econômico, infraestrutura convergida às atividades econômicas, base produtiva, produção e distribuição de renda, capacidade de transporte, comunicação e articulação dos recursos locais para propiciar oportunidades de trabalho e renda. (BAHIA, [on-line]).

Com base nesses aspectos, as políticas públicas na Bahia, a partir de 2007, começaram a ser elaboradas tendo como referência as novas configurações territoriais, sociais e políticas. Segundo informações extraídas de publicações da Seplan, essas reconfigurações foram marcadas pelo sentimento de pertença da população e pelos diálogos com os movimentos sociais e aqueles relacionados às atividades rurais que terminaram por orientar a territorialização das políticas governamentais (BAHIA, [on-line]).

Certamente, a mobilização dos agrupamentos sociais, tanto no meio rural quanto no urbano, dentre outras entidades, como associações e conselhos municipais, cooperativas, sindicatos, dentre outros, tiveram papel fundamental nessa nova ordenação política territorial na Bahia. Assim, por ocasião da posse do Governador Jaques Wagner, diversos movimentos sociais, movimentos populares, ONG's, apresentaram ao governador, por circunstância do Seminário de Diálogo realizado no Teatro Gregório de Mattos em Salvador, no dia 7 de março de 2007, o “Documento da articulação de movimentos sociais na Bahia” para o diálogo com o Governo estadual. Tal documento foi elaborado com a intenção de que o novo Governo advogasse a favor do “diálogo com a sociedade no sentido de construção da democracia a partir do desenvolvimento baseado na justiça social e na sustentabilidade ambiental” (DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA, 2007, p. 1).

Os movimentos sociais têm representado as demandas comuns que não foram atendidas pela sociedade capitalista. Esses interesses compartilhados se apresentam na forma de direitos sociais (SANTOS *et al*, 2019, p. 9). Por essa razão, os movimentos sociais baianos, sobretudo no incipiente cenário político, com a justificativa de que o Estado vinha de uma prolongada trajetória de governos autoritários, os quais refutavam a potencialidade da sociedade civil organizada como mediadora imprescindível para o processo de desenvolvimento, sugeriram, por meio do Documento da articulação, que o novo Governo conduzisse sua relação com a sociedade pelo caminho da transparência na gestão e no uso dos recursos públicos, da garantia do acesso público à informação, do permanente diálogo mediante construção de espaços efetivos de participação, do respeito aos modos de ordenamento social e à sua autonomia, bem como da não-criminalização dos movimentos sociais (DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA, 2007).

Desse modo, os movimentos pretendiam um estreitamento das relações Estado X sociedade via canais democráticos de participação social, ou seja, a efetivação dessa participação se daria pela abertura de espaços aos movimentos sociais baianos, os quais passariam a dialogar e a colaborar com o Governo no âmbito de diversos espaços e momentos, quais sejam: conselho de comunicação, conselho de economia solidária, na realização dos

planos plurianuais, na elaboração de consenso, de deliberação e acompanhamento das políticas públicas.

Nesse sistema participativo descentralizado, os movimentos e demais organizações sociais demandavam por um modelo de desenvolvimento que possibilitasse a ampliação dos direitos sociais e a melhoria de vida da população baiana. Nesse sentido, propuseram que as políticas para tal desenvolvimento atendessem a alguns critérios como: sustentabilidade ambiental, universalização das políticas sociais, implementação de políticas afirmativas, respeito aos direitos humanos, transversalidade das políticas públicas com relação às questões de raça e gênero, no intuito de elaborar estratégias que considerassem a equidade e a justiça social, bem como assumir políticas que fossem apropriadas aos diferentes biomas – Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Manguezais –, distribuição de terras e reforma agrária, reconhecimento das terras das populações tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais –, implantação de políticas de promoção e defesa dos direitos da população LGBT, ampliação e fomento de políticas públicas para crianças, adolescentes e jovens.

A tônica do Documento citado se deu na possibilidade da relação participativa entre sociedade civil organizada e o Governo do Estado da Bahia. Assim sendo, ele foi consentido e assinando por diversas organizações, movimentos, redes e fóruns, a exemplo do Fórum Diversidade Étnico Racial, Fórum de Mulheres de Salvador, Liga Brasileira Lésbica/Bahia, Movimento pelo Empoderamento de Mulheres de Lauro de Freitas, Rede Aiyê Hip Hop, Rede de Protagonismo Juvenil - Bahia, Pro-Homo Movimento LGBT, Rede de Educadores Populares do Nordeste, Associação Baiana de Imprensa, Associação para o Desenvolvimento da Educação Especial, Amigos da Pastoral do Menor, Associação Centro Social Fraternidade Baiana, Associação Cultural de Capoeira grupo Anjos de Angola, Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania, Associação Obras Sociais de Irmã Dulce, Cáritas Arquidiocesana de Salvador, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, Comissão Pastoral da Terra, Grupo Cultural OLODUM, Grupo de Jovens Liberdade Já, Rede de Jovens do Nordeste Bahia, Centro Batista Clériston Andrade, dentre outros (DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA, 2007).

As demandas sociais por políticas públicas, sobretudo locais, converteram-se em ações governamentais conduzidas por políticas territoriais. A adoção de Território de Identidade definiu um novo protótipo de construção das políticas públicas. Isso significa dizer que o Governo, em vez de planejar para a sociedade, passou a realizar esse planejamento com a sociedade. E assim foi necessário o reordenamento territorial em atendimento ao sentimento de

pertença dos povos, os quais constroem conexões e inter-relações nesses espaços (BAHIA, [online]).

No intuito de estabelecer a abordagem territorial como uma política de estado e não mais de governo, em 29 de dezembro de 2014 é instituída a Lei nº 13.214 que define os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, bem como os seus espaços de participação social e de relação entre as representações de parcelas da sociedade civil e os Poderes Públicos Federal, estadual e municipal (BAHIA, 2014).

Nesse ínterim, a referida Lei, em seu Art. 1º, §1º, compreende Território de Identidade como:

[...] unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituídos por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades e coesão social e territorial [...] (BAHIA, 2014).

Essa Lei parece ser a tentativa do Estado em criar localidades, inventar consensos, produzir fantasias. É “o fabrico de identidades” (APPADURAI, 2004, p. 234). Mas é preciso considerar os territórios enquanto propriedades fenomenológicas da vida social. São espaços, virtuais ou não, que possuem particularidades alinhadas às suas realidades e suas capacidades de reprodução social. Portanto são frágeis, difíceis e atravessados por contrastes.

Os territórios de identidade, nesse sentido, são produtos imaginários que não escapam aos abalos produzidos pela mobilidade humana que potencializa a formação de novos tipos de territórios e identidades. Para Appadurai (2004), as populações deslocadas, desterritorializadas e em contínuo fluxo, fabricam as paisagens contemporâneas, e se esforçam para construir espaços como estrutura de sentimento, quase sempre diante da modificação, dissolução e desconstrução dos territórios enquanto formações sociais unívocas.

Pretender uma identidade coletiva num terreno movediço, como sugere o autor – tendo como justificativa o sentimento de pertença, o reconhecimento da terra, a cultura compartilhada – significa anular as forças afetivas, os sentimentos, as diferenças, a volatilidade cultural e as singularidades de grupos minoritários.

Assim como denuncia o estudo de Trindade (2019), quando traz, por exemplo, o fato de que o Estado da Bahia, dentro do planejamento das políticas públicas para os territórios de identidade, “não discutiu a situação de violência que as comunidades [...] sofrem na luta pela terra e pela garantia do direito a reprodução da vida e dos seus respectivos territórios” (TRINDADE, 2019, p. 66).

Nessa conformidade, entre as paisagens reais e ficcionais, o Estado que se coloca como promovedor da coesão social e da redução das desigualdades sociais, assim como prescreve a Diretriz II do Art. 3º da Lei nº 13.214, em certos momentos, não tem como omitir uma tendência às propostas unilaterais neoliberais para o pretencioso desenvolvimento.

Para Rios (2018), a categoria Território de Identidade, com esse viés, parece atender aos agentes de mercado, às redes políticas que interferiram na sua produção, aos fatores econômicos, reforçando as danosas indicações neoliberais de natureza universalista. Isso nos permite pensar sobre a intenção presente no Art. 3º da Lei mencionada, de que a perspectiva de “inserção competitiva dos territórios baianos” em “estratégias de desenvolvimento territorial solidário” (BAHIA, 2014) anulará a tendência à acumulação relacionada ao processo capitalista em dimensão mais ampla, ou seja, no nível macro.

Ao que tudo indica, a política de Território de Identidade instituída pelo Estado da Bahia fundamenta-se, eminentemente, nos anseios e premissas do desenvolvimento econômico, haja vista que ela está subjugada à política do PPA em que transitam atores econômicos numa relação público-privada. Ela, desse modo, possui nexos com setores produtivos globais conectados em redes. E por esse motivo, é possível que esteja ocorrendo uma sobreposição do econômico ao político, ao social.

Tal possibilidade, portanto, pode encontrar abertura na debilidade epistêmica presente na política territorial baiana, pois ela, aparentemente, não contempla o político, mas pressupõe as dinâmicas das forças hegemônicas – mercado, organizações e empresas globais – que terminam por ditar os parâmetros de uma “boa política” para o “desenvolvimento”. Essas forças, contudo, estão “conectadas em rede e não por laços de contiguidade (solidariedade), as quais comandam, ordinária e verticalmente, as dimensões simbólicas, social e econômica do território” (RIOS, 2018, p. 230).

Nesse ponto, o significativo “desenvolvimento” não pode estar limitado ao sentido de crescimento econômico. Desenvolvimento, sobretudo o local, “não é um elo em uma cadeia de desenvolvimento total” (RIOS, 2018, p. 234), pois cada território é perpassado por diferentes territórios entrecruzados, assim como diz Haesbaert (2004). Possui particularidades que, incontestavelmente, se disseminarão por múltiplos caminhos até atingir sentidos muito singulares de justiça social e do próprio entendimento de desenvolvimento que, todavia, é uma noção igualmente polissêmica e de muitas dimensões (RIOS, 2018).

A questão do desenvolvimento não se limite aos problemas econômicos do modelo como um todo, mas diz muito sobre as variedades de conhecimentos que se entrelaçam localmente, sobre os modos de entender a natureza. Esse desenvolvimento que pensamos não é

o etnocêntrico e tecnocrata que trata as populações em termos de cálculo, estatística, e gráfico, é o desenvolvimento enquanto conjunto de práticas – por ora conflitantes – que produz espaços democráticos de legitimação dos desejos daqueles que habitam os territórios, potencializando a “reconfiguração político-epistêmico que sinalize a colonialidade vigorosa que permeia todo princípio de representar, prescrever em nome de um desenvolvimento universal” (RADOMSKY, 2011, p. 158).

Por outras palavras, o desenvolvimento pretendido dificilmente será determinado unicamente por fatores intrínsecos ao território. Dessa forma, nem sempre as políticas públicas fomentadas terão “a respectiva escala no âmbito exclusivo do território pretendido” (RIOS, 2018, p. 240). Para o autor, cada reivindicação pública possui uma equivalência espacial *sui generis*, de sorte que gerenciar uma política territorializada de desenvolvimento, como é proposto pela Lei nº 13.214/2014, pressupõe desvelar a dimensão apropriada de definição da intervenção pública. Como corolário, os impasses serão melhores observados e as deliberações mais ajustadas às soluções de problemas (RIOS, 2018).

A política que intenta estabelecer unicidade/consenso em espaços permeados por disformidades e dissensos parece ter como objetivo controlar a imprevisibilidade iminente dos territórios e das identidades. Essa tentativa de controle ocorre por força das investidas políticas de economização da vida, como dispositivo de controle e regulação, como biopolítica<sup>10</sup>. A formação da biopolítica conforma-se ao “Estado governamentalizado” (FOUCAULT, 2008b, p. 488) cujo alvo principal do poder é a população, “por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008b, p. 143).

O objetivo dessa forma de “governo dos homens” é apresentar a população como degenerada – a efeitos de origem racial, classe, gênero, e formações sociais diversas –, e por essa razão, justificar a instituição de políticas públicas como ferramentas de administração e instrução. Nesse sentido, a política de Território de Identidade, ao buscar a homogeneização e a uniformidade das dinâmicas sociais e dos sujeitos locais, parece pretender “uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma ‘nação sujeita’, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade” (BHABHA, 2003, p. 111).

---

<sup>10</sup> O termo biopolítica surge a partir do deslocamento teórico que Foucault empreende: da teoria do controle disciplinar dos corpos para a regulação das populações, em que as táticas de disciplina se vinculam aos instrumentos de regulação. A biopolítica, desse modo, é caracterizada como um tipo de poder e de governo sobre as populações com o objetivo de conter tanto o corpo-organismo como o corpo-espécie da população. O foco do poder é a vida como um todo, e a biopolítica é por essa razão a gestão da própria vida (CARVALHO, SILVA, DELBONI, 2017).



O território governamentalizado parece ser a precondição da existência e reconhecimento. Contudo, essa forma de governo pode sofrer deslocamentos e suscitar outros modos de apreensão da realidade, pois à medida que os indivíduos locais ampliam a contínua reprodução do seu território, “as contingências da história, ambiente e imaginação contêm o potencial de novos contextos (materiais, sociais e imaginativos) a produzir” (APPADURAI, 2004, p. 246). Com efeito, mediante os impulsos da dinâmica social dos sujeitos locais, o território enquanto contexto produz o contexto de território (APPADURAI, 2004).

Portanto, é impossível concluir que há um território de identidade genuíno, puro em si mesmo na sua esfera de particularidades formativas, até porque, em um único território existem, habitualmente, diferentes modos de apropriação do espaço, bem como multiplicidade de territórios e identidades conectados quantitativamente e, principalmente, qualitativamente. “Então, o que dá sentido ao território de identidade não é a pureza de seu conteúdo, e sim o tipo de dinâmica particular de suas relações” (RIOS, 2018, p. 233). Isso significa dizer que é desse modo que os sujeitos da história se transformam em sujeitos históricos “para que nenhuma comunidade humana, por mais estável, estática, confinada ou isolada na aparência, possa ser proveitosamente considerada fria ou marginal” (APPADURAI, 2004, p. 246).

#### **1.4 Território de Identidade como política identitária**

No seguimento desta seção, nosso intento é problematizar a política de Território de Identidade enquanto política de identidade que parece se configurar como mecanismo de conformação social e hegemonização de determinada visão de mundo; como política de centralização possivelmente alicerçada nas ações e interesses de determinados grupos, os quais “buscam e/ou tentam conquistar ou manter uma hegemonia e/ou lutam por emancipação” (ALVES, 2017, p. 3), num movimento que se esforça para apagar a política da diferença.

Sob as bases pós-estruturalistas, o exercício pretendido aqui é o de analisar as estruturas que sistematizam as identidades territorializadas previamente estabelecidas – as quais apagam a diferença –, bem como o uso político de identidade e seu vínculo com território. Diríamos que a categoria Território de Identidade nunca é simplesmente descritiva, mas funciona como ferramenta de construção de subjetividades, de pertencças, de corpos que estão vinculados a atos linguísticos que os nomeiam e os produzem.

“Este indivíduo pertence ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano”. O sentimento de pertença deve estar ligado ao território que a identidade produz, e que é, ao mesmo tempo, produzida por ele. O anúncio de pertença do indivíduo não é um enunciado de um fato, mas uma interpelação que dar início ao processo de tornar-se sujeito desse território, “um processo baseado em diferenças percebidas e impostas” (SALIH, 2019, p.125) a homens e mulheres. Diferenças que estão longe de ser naturais (SALIH, 2019).

Com base no pensamento *butleriano*, isso não significa que tal categoria não deva ser utilizada, ou que é preciso extirpá-la. Pelo contrário, se Território de Identidade conjectura, a nosso ver, um emaranhado de identidades e territórios contingentes, precários e transitórios, então o que há é um encadeamento da diferença de difícil fixação e universalização; “um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e resignificação” (BUTLER, 1998, p. 25).

Antes de apresentarmos nossa análise sobre a política de Território de Identidade enquanto política de identidade, pensamos ser relevante registrar diálogos conceituais mais amplos, os quais alicerçam e fundamentam nossas reflexões acerca do objeto de interesse nessa seção. E fazemos isso porque é possível que as políticas de identidade são precárias e sempre passíveis de deslocamentos, apesar de tentar fixar uma identidade que se quer hegemonizar. Sigamos!

Por certo, com a emergência das demandas sociais e as reivindicações de grupos minoritários – movimentos feministas, negros, indígenas, LGBTQIA+, gênero, sexualidade, religião de matriz africana, imigrantes, deficientes, dentre outros – por políticas que atendam aos seus interesses e anseios por direito social e melhoria de vida, as velhas certezas e hierarquias da identidade vêm sendo contestadas mediante confrontações culturais.

No entanto, percebe-se também, no cenário social recente, a existência de grupos – partidos políticos distintos, reacionários, segmentos religiosos, conservadores, fundamentalistas, paternalistas, e outros – que postulam a reconstrução de identidades purificadas por meio de um discurso baseado na tradição. Uma identidade que seja monolítica, totalizante, e que retenha as ameaças e os riscos das experiências sociais. Tais grupos vêm se articulando e lançando demandas ao estado, ao campo econômico e a outros agentes sociais, num movimento que reivindica o retorno ao passado, a construção de identidades consensuais e a redefinição de padrões societários (BURITY, 2001).

É a tentativa de estabelecer *status quo* de identidade unificada. Ou como sugere Hall (2006), de construir entidades políticas em torno de identidades culturais homogeneizadas. Aí

reside o problema: no interior dessas identidades que se pretendem uniformes, encontra-se a diferença, de igual modo, minorias que se identificam com culturas plurais. Com efeito, a exigência de uma identidade singular implica assumir o domínio do político e a imposição de “fronteiras do domínio do político de tal forma que essa imposição fica protegida do exame político” (BUTLER, 1998, p. 13).

Ou seja, num movimento defensivo, o que se pretende é uma identidade singular, cujo objetivo é evitar o olhar e o cálculo político sobre a natureza das forças em conflito e sobre a pluralidade das lutas sociais contemporâneas. Tal defesa vem se intensificando a partir de vozes que ecoam desde o campo liberal-conservador, as quais insistem numa suposta crise governamental das sociedades para justificar a tentativa de suas reestruturações e torna-las, quiçá, inteligíveis, com histórias particulares e povoadas por sujeitos universais.

Isso demonstra que outras maneiras de viver, a potencialização de identidades locais, e, portanto, o transitar da diferença, têm sido considerados, por grupos dominantes, como dinâmicas perigosas que os ameaçam com a possibilidade mesma de outras configurações de vida, com a presença de outras culturas e outras lógicas sociais. Em outras palavras, a iminente ameaça provoca, naqueles que se consideram em risco, o desejo da reconstrução de identidades purificadas no intuito de torná-las tradicionais, coesas, e fechadas diante do infortúnio que as vidas culturalmente híbridas e plurais representam.

A tentativa de afirmar uma identidade, portanto, demanda a demarcação de suas fronteiras. E isso pressupõe lutas e disputas sobre sua forma de representação.

Nesse ínterim, a questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social que, para Silva (2012), ainda que refutado ou reprimido, o retorno do outro, do diferente, é incontrollável, irrompendo em conflitos, combates, disputas, rivalidades e até mesmo em atos de violência. Ele é “o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2012, p. 97).

Diante das crescentes demandas de grupos minoritários por mais visibilidade, e do recrudescimento das reivindicações conservadoras, “consequentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre eles e os grupos conservadores” (LOURO, 2001, p. 542). Para a autora, os grupos minoritários são silenciados, contudo, ao se politizarem, transformam os guetos em territórios e o estigma em orgulho. A visibilização desses grupos produz efeitos paradoxais, ou seja, enquanto frações da sociedade tendem a aceitar a diferença e, até mesmo fazer uso de seus produtos culturais, outra parte, notadamente reacionário-conservadora/fundamentalista

intensifica os seus ataques, promovendo discursos a favor do resgate dos valores tradicionais da família e, por vezes, agindo violentamente (LOURO, 2001).

Notadamente estamos em processo constante de deslocamentos, de misturas e cruzamentos em que os espaços e tempos se transpõem para elaborar figuras de diferença, multiformes e transitórias. Esse movimento exploratório ininterrupto possibilita, diante da tentativa de fixação de identidades universais, articulações e tomadas de posições dos sujeitos a partir de categorias como raça, gênero, localidade geopolítica, sexualidade, e outros.

Por certo, é politicamente importante contestar e desconstruir os discursos pautados nas subjetividades primitivas, e trazer à baila o caldo produzido nas interações das diferenças culturais no entre-lugar. Somente nesse entre-lugar, no espaço-tempo, que é possível criar estratégias de subjetivação que, nas palavras de Bhabha (2003), subsidiarão novos signos de identidade, contestações e colaborações no momento mesmo de pensar o que pode ser a sociedade.

Pensando nisso, localizamos o movimento gay do final da década de 1970. Conforme Louro (2001), a política *gay* e *lésbica* deixou para traz a referência que tencionava a liberdade via transformação da sociedade, e seguia para um modelo considerado “ético”. Doravante, *gays* e *lésbicas* passaram a ser significados como grupo minoritário, igual, mas diferente. Um grupo que demandava igualdade de direitos no âmago da ordem social vigente. Estabelecia-se, discursivamente, uma identidade homossexual. E mesmo sendo um novo signo de identidade, a identidade homossexual sofreu críticas em razão do propósito unificador, que pretendia integrar os/as homossexuais ao sistema social. Diante desse dilema, os subgrupos – *gays* e *lésbicas* negros/as, jovens, dentre outros – passaram a contestar essa identidade homossexual cujas convenções estavam marcadas por valores brancos, classistas, e por ideais como o relacionamento comprometido e monogâmico.

Nessa esteira, algumas *lésbicas*, assim como firma Louro (2001), opuseram-se à política de identidade homossexual dos anos de 1970, alegando que ela “repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens *gays*” (LOURO, 2001, p. 544). Para outros subgrupos – bissexuais, transexuais, sadomasoquistas –, tal política terminava por excluí-los, mantendo-os à margem. Nesse debate, portanto, o que estava em voga era a refutação de uma identidade homossexual monolítica, a contestação de uma política de identidade que supunha a unificação de todos como um. Contudo, o movimento mostrava-se fragmentado, o que impediria que as múltiplas vozes opositoras se emudecessem.

A insuficiência da política de identidade homossexual possibilitou a emergência da política *queer*. O movimento *queer*, portanto, surgiu em contraposição à normalização heteronormativa compulsória, mas também não deixou de criticar a normalização preconizada pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Nesse sentido, a forma de atuação da política *queer* é transgressiva e perturbadora, ela representa a diferença que não quer ser enquadrada, tolerada ou assimilada (LOURO, 2001).

Tais inquietações também se fizeram presentes no movimento feminista pós-estruturalista. Ou seja, a concepção de mulher como a diferença do homem denota certa universalização da categoria mulher. Por muito tempo, o movimento feminista se empenhou em elaborar uma identidade política feminista universal, situando todas as mulheres sobre uma plataforma comum, esquivando-se das particularidades e das diferenças entre mulheres. Por essa razão, o movimento foi contestado e passou a ser criticado por feministas negras, latino-americanas, lésbicas, de países periféricos. “Trata-se da crítica ao feminismo branco ou dominante, colocando em questão o que é ser mulher e denunciando que a unidade entre as mulheres também é excludente, opressora e dominante” (MARIANO, 2005, p. 489). Está posto, portanto, a crítica a uma política identitária que tenta universalizar o sentido de mulher dentro do próprio feminismo.

O agrupamento identitário da diferença, de fato, resulta em problema. Assim como aponta Hall (2006) quando menciona a produção de novas identidades agrupadas em torno do significante *black*<sup>11</sup>, por exemplo. Segundo o autor, tal significante subsidia um foco de identificação para as comunidades afro-caribenhas e asiáticas. Quando essas comunidades são representadas pela identidade *black*, elas passam a ser vistas e tratadas como a mesma coisa – ou seja, não branca, como o outro – pela cultura dominante. Contudo, apesar da tentativa de universalização e unificação dessa identidade *black*, ela é perpassada pelas diferenças. O *black*, por isso, é exemplo de uma política que, apesar da tentativa de fechamento, carrega consigo uma gama de diferenças e particularidades que se movem conforme a natureza contingencial e posicional do momento histórico.

São diferenças produzidas na relação com outras diferenças, em tempos e lugares específicos e transitórios. Possivelmente, elas disputam, no interior do eixo comum de equivalência, significações que atendam às suas demandas particulares. Essas diferenças são sempre circulantes e precárias, jamais fixas. E por isso, o resultado são as múltiplas

---

<sup>11</sup> Considera-se aqui o contexto britânico.

possibilidades e posições de identificação; “identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2006, p. 87).

Registramos esses breves exemplos com a intenção de salientar que as políticas de identidade reivindicadas por grupos dominantes que tentam hegemonizar um fundamento, até mesmo no âmbito dos próprios grupos minoritários, são sempre assombradas pela instabilidade e pelo movimento de contestação por parte do exterior que as constitui. Nisso, é preciso prestar atenção ao jogo político aí implicado. É preciso refletir as relações políticas, inclusive no âmago das minorias, e olhar para o fato de que as políticas identitárias podem ter efeitos diferentes daqueles pensados anteriormente. Ou seja, uma política de identidade, assim como explica Louro (2001, p. 549), “pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir”.

Dentro desse quadro, para além de pensar uma sociedade multicultural, é importante comunicar as negociações, as demandas, conflitos e disputas que constituem as posições que os sujeitos assumem. Tendo em vista essa inferência, qualquer tentativa de enclausuramento das diferenças em uma identidade única e universal, no intuito de estabelecer paisagens consensuais supostamente emancipativas, estará sujeita à debilidade ontológica do fundamento que reivindica. Isso indica que qualquer política de identidade é sempre flutuante e impregnada pelos antagonismos, de modo igual jaz num terreno movediço, contingente, precário, provisório e dependente das condições históricas de sua inscrição.

Essa problematização é propícia para pensarmos a analítica do Território de Identidade enquanto suporte para o consenso identitário, imprescindível para a nova ordem econômica global de racionalidade neoliberal. É possível dizer isso, dado que a política de Território de Identidade está subordinada ao Plano Plurianual do Estado da Bahia, que está pautado no “conhecimento e análise do cenário econômico do Estado e suas inter-relações com as principais dinâmicas nacionais e internacionais” (BAHIA, 2019, p. 13). Dito de outra forma, a economia globalizada tem pressionado para a lógica de um lugar comum, orientado para o consenso, assim como a política identitária baiana tenta fazer.

A conexão entre identidade e território é politicamente imaginada para atender aos interesses econômicos de setores públicos e privados. E por isso, ela é pré-fabricada e distribuída mediante ferramentas jurídicas – a própria Lei que estabelece Territórios de Identidade – que consubstanciam e ainda tentam fixar as obras da imaginação de um Estado baiano supostamente modernizador, o qual preza pelos grandes interesses comerciais.

O discurso legal em torno do controle social, desenvolvimento sustentável, justiça social e ambiental, dignidade humana, redução das desigualdades territoriais, melhoria da qualidade de vida da população, valorização da diversidade de gênero, étnica, social, cultural, econômica,

geográfica, e outros, potencializou a tentativa de definir identidades que, teoricamente, representam os territórios e agrupam o todos como um.

Desse modo, as identidades definidas para os distintos territórios da Bahia prescindem do sentimento de pertencimento. Logo Território de Identidade, assim como está estabelecido no §1º do Art. 1º da Lei nº 13.214/2014, deve ser reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertence, com possibilidades de coesão social e territorial. É o esforço de estimular sentimentos tradicionais, essencialistas, com supostos objetivos de neutralizar dissensões internas e produzir populações homogêneas, submetidas à vigilância e ao controle. É por isso mesmo, a tentativa de construir territórios tradicionais, um empreendimento para valer-se da idealização de territórios de identidade como armazéns – cada um na sua forma única – de diferenças culturais.

Numa acepção que ultrapassa o seu sentido material/espacial; territórios são sempre comunidades simbólicas, imaginadas, “onde e através dos quais a vida social se produz” (APPADURAI, 2004, p. 243). Nesse sentido, enquanto circunstâncias imaginadas, os territórios são pressupostos para a fabricação de identidade. Na concepção de Santos *et al* (2007, p. 14), “território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Para o autor o território deve ser compreendido como território usado, não o território em si. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS *et al.*, 2007, p. 14).

Nessa dimensão, as identidades presumidas pela política territorial da Bahia parecem vincular-se – considerando o fator pertencimento – aos distintos territórios. O pertencer, o sentimento de pertença a um conjunto de objetos culturais, supostamente emergiria a partir de uma coleção de contextos historicamente herdados, materialmente conexos, socialmente apropriados, naturalmente sem oposições. Tais contextos harmonizados parecem prover um cenário à produção técnica de identidades locais, uma comunidade imaginada, um território de identidade regular e regulado, sem problemas (APPADURAI, 2004). Para Santos *et al* (2007), é o território que ajuda a fabricar a identidade, para que ela, em seguida, o molde.

Isso possivelmente expõe o mecanismo utilizado pelo Estado da Bahia para articular a sua política territorial. Ou seja, o uso do território enquanto plataforma de inteligibilidade para a definição e fixação de identidades, para em seguida, elaborar e aplicar políticas públicas, digamos, de isolamento, de confinamento, que abrem caminhos para as práticas econômicas neoliberais. Esse confinamento, assim como sugere Butler (2018), é uma forma de estabelecer, criar, governar e controlar o que vai ser a esfera pública. É uma forma de poder que age

privatizando, buscando transformar cada território de identidade em um campo do empreendedorismo do Estado da Bahia convergido ao mercado.

Essa é a aritmética da biopolítica colonial. Uma política que tenta enquadrar subjetividades e retê-las em um espaço imaginário de conformação. Nessa lógica, enquanto formação jurídica, os territórios são organizados sob a vigilância do poder disciplinar e regulador, e a elaboração de identidades se dá mediante uma estrutura hierárquica de valores pautados nos domínios culturais, na ciência, economia e filosofia. São os modos coloniais de apropriação (BHANDAR, 2018).

A política de Território de Identidade, por essa razão, ao tentar fixar territórios, bem como identidades que, supostamente, os representam, funciona como instrumento de normatização, de controle de contextos e enquadramento de corpos auto-identificados. É por isso mesmo performativa, e “está intimamente entrelaçada com as possibilidades sedutoras de um determinado tipo de autonomia econômica” (BALL, 2012, p. 37). Para o autor, a performatividade é um tipo de tecnologia a serviço da regulação, e assim sendo, faz uso de alguns instrumentos tais como: avaliações, comparações e demonstrações como formas de controle, fixação e conformação.

Portanto, a política de Território de Identidade é performativa. Dizer isso significa declarar o que ela performa: os corpos, as subjetividades, as identidades; sujeitos de pertencimento que não são meramente descritos, mas construídos no ato da descrição, do enunciado performativo. Quando a política atribui uma identidade para toda a população, está, com efeito, atribuindo identidade inteligível aos corpos que não podem existir fora do discurso. Sob esse ponto de vista, a afirmação da identidade acarreta, geralmente, o movimento de incluir e excluir.

Ao dizer o que somos, estamos operando com a negação daquilo que não somos. Ao relatar que sou indivíduo pertencente ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano, marco minha identidade como positiva, como aquilo que sou, um aspecto insubordinado, uma ocorrência autônoma. Nesse sentido, a política identitária tem o poder de trazer “à vida as pessoas que nomeia ou exige que elas se reúnam sob a enunciação” (BUTLER, 2018, p. 186), tem o poder de nos perdoar.

A performatividade, o enunciado performativo, por conseguinte, revela a política como aquela que fala, e ao falar, supostamente deixa transparecer o estatuto que lhe permite, ao pronunciar seu enunciado, materializar o que é enunciado; “ele tem de ser presidente para abrir efetivamente a sessão, ele tem de ter sofrido uma ofensa para dizer ‘eu te perdoo’ e para que o ‘eu te perdoo’ seja um enunciado performativo” (FOUCAULT, 2010, p. 63).



Nessa direção, Território de Identidade, performaticamente, estabelece um jogo pré-determinado, no qual a sua posição e a situação na qual se encontra definem precisamente o que pode e o que deve ser dito. Ele pretende, de igual modo, a unificação e reorganização das coisas no intuito de monitorar, governar, ressignificar, construir e alinhar os incontrolláveis processos de identificação (BALL, 2004) designados pelas diferenças culturais, as quais contestam “formas de identidade que, devido à sua implicação contínua em outros sistemas simbólicos, são sempre ‘incompletas’ ou abertas à tradução cultural” (BHABHA, 2003, p. 228).

Por essa razão, a política de Território de Identidade, que tem como propósito formar um todo coeso, com identidades contíguas, e que se façam representar determinados territórios elaborados com base em um conjunto de artefatos culturais o qual deve ser compartilhado, jamais conseguirá controlar os deslocamentos das diferenças. Ela pode até estabelecer espaços e nomeá-los como territórios de identidade; contudo, não será possível conter as contingências e o movimento transitório dos múltiplos territórios que se criam e recriam ao sabor das relações culturais e dos processos de subjetivação. Em vista disso, conforme alerta Hall (2006), nenhuma identidade particular pode contemplar as múltiplas identidades e alinhá-las a uma identidade singular, universal, na qual fosse possível, de forma cautelosa, basear uma política.

### **1.5 O Território de Identidade do Sudoeste Baiano**

A povoação do que hoje é o Território de Identidade do Sudoeste Baiano – definido em dezembro de 2005 – teve início no século XVIII com o intuito de alargar as incursões da colonização portuguesa na região. O objetivo era a concentração urbana entre o litoral e o interior do Sertão. O primeiro município fundado foi Vitória da Conquista que se originou do Arraial da Conquista, constituído no fim do século XVIII pelo bandeirante português João Gonçalves da Costa, que subjugou a população nativa, obscurecendo a história das etnias indígenas no território.

A ocupação territorial teve início logo após o domínio sobre os indígenas, e Vitória da Conquista tornou-se “centro da civilização” (OLIVEIRA, 2020, p.36) com uma economia baseada na pecuária. “O gado ocupou um papel primordial na composição desse território, sobretudo a partir da expansão de grandes fazendas obtidas, em sua maioria, nas guerras contra os índios” (OLIVEIRA, 2020, p. 37).

Os colonizadores, “donos” da civilização, supostos vencedores e “dignos” da terra, geraram um território simuladamente branco, e esse imaginário é cultivado até os dias de hoje. Com a expansão do domínio sobre as terras indígenas, os arranjos familiares e os mandos

políticos ganharam novos contornos. O legado estabelecido pelos Gonçalves da Costa passou a abranger a economia e as relações sociais da região, e se estendeu às práticas políticas marcadas pela violência, autoritarismo, e conservadorismo. O Coronelismo é a característica principal das práticas sócio-políticas de então.

A história política do Município registra os mandos dos Coronéis, e inscreve as disputas que envolviam política e família, na maioria das vezes membros de uma mesma família, situacionistas versus opositoristas, que promoveram fortes embates (SANTOS; MEDEIROS [s.d.] [*on-line*]).

A relação política-familiar alicerçava-se na dominação e subordinação que definiam a participação política e o poder de decisão na administração local. Assim sendo, as instituições políticas e sociais – Câmara Municipal, polícia, justiça, intendência – eram controladas por homens brancos, coronéis donos de grandes porções de terras, que, em grande parte, descendiam da numerosa família de João Gonçalves da Costa (MEDEIROS, 2009).

De acordo com Damasceno (2019), os troncos familiares mais significativos provenientes de João Gonçalves foram Fernandes de Oliveira, Oliveira Freitas, Santos Silva, Lopes Moitinho, e esses influenciaram a história política e social do Município, permanecendo em importantes cargos representativos até recentemente. Todos eles “aparentados entre si e que naturalmente pertenciam ao mesmo grupo social, perpetuando uma governança distante da população, que era subjugada de forma autoritária e clientelista” (DAMASCENO, 2019, p. 41).

Segundo a autora, a dinâmica política local ganhou novos delineamentos a partir do Estado Novo – era ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945) –, pois novos atores passaram a figurar na realidade social, impactando diretamente nas disputas do comando do Município. Esses agentes sociais surgiram do processo migratório que se deu com a construção da Rodovia Rio-Bahia nos anos de 1940, o que contribuiu para o desenvolvimento do comércio local, para a expansão da malha urbana, e para a sedimentação da comunicação entre o Nordeste e o Sudeste.

Nesse período, as disputas políticas já não se faziam somente no âmbito das famílias dos coronéis. Os imigrantes despontavam como força expressiva no desenvolvimento social e cultural da região, aumentando, assim, o núcleo urbano e o contingente populacional que era inferior à população rural (TANAJURA, 1992).

A reconfiguração das relações sociais, políticas, culturais e econômicas, em Vitória da Conquista, marcou a não sujeição dos imigrantes ao mandonismo e às relações de favor entre as famílias e os coronéis. Essa característica marcou a dinâmica política partidária do território que experimentou o acirramento e a polarização entre grupos dominantes.

No decorrer da construção do cenário político conquistense, em 1996, o Partido dos Trabalhadores, apoiado por sindicatos locais, associações de bairro, ONGs, e movimentos estudantis, venceu as eleições municipais contra um candidato da direita conservadora, “rompendo com o ‘carlismo’<sup>12</sup>, bem como quebrando a histórica sucessão das famílias mandonistas no Poder Executivo e adotando uma gestão pautada na participação popular” (DAMASCENO, 2019, p. 47). Essa vitória significou, também, o rompimento com o ciclo vitalício de comando de famílias remanescentes de João Gonçalves e a construção de uma nova base político-social.

Por vinte anos, Vitória da Conquista foi governada pelo Partido dos Trabalhadores. A interrupção do ciclo petista ocorreu em 2016, no auge da lava-jato, com a vitória do conservador Herzem Gusmão (MDB).

O recrudescimento dos pensamentos bolsonaristas em todo o país ganhou peso decisivo na política local, e tendo uma base de apoio considerável entre os evangélicos, Herzem é reeleito em 2020. Após sua morte, em 2021, o Município passou a ser governado por Sheila Lemos (União Brasil) que adotou uma postura neutra no primeiro turno da última disputa presidencial, mas declarou seu apoio a Bolsonaro no segundo turno.

No quadro atual de disputa político-partidária, o antipetismo, aguçado por pautas conservadoras e retóricas que negam a diversidade, tem aproximado a atual gestão a partidos da direita mais radical. Desse modo, bolsonaristas não descartam aliança para barrar a volta do Partido dos Trabalhadores ao Governo do Município (RODRIGUES, 2023).

Vitória da Conquista é o terceiro maior colégio eleitoral da Bahia, com mais de 250 mil eleitores; abriga hoje tendências políticas que, teoricamente, sugerem a pluralidade de pensamentos, mas, o que se percebe é a polarização de ideias em torno da disputa pelo poder que situa, de um lado, o conservadorismo, e de outro, princípios progressistas.

Sobre outros aspectos – socioeconômicos, geográficos e ambientais – que alicerçam a produção do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, é importante dizer que ele está localizado no Centro Sul do Estado, ocupando aproximadamente uma área de 27.275,6<sup>2</sup>, e marca seus limites com os Territórios de Identidade do Sertão Produtivo, Médio Rio de Contas, e Médio Sudoeste da Bahia, além de, ao sul, estabelecer limites com o Estado de Minas Gerais.

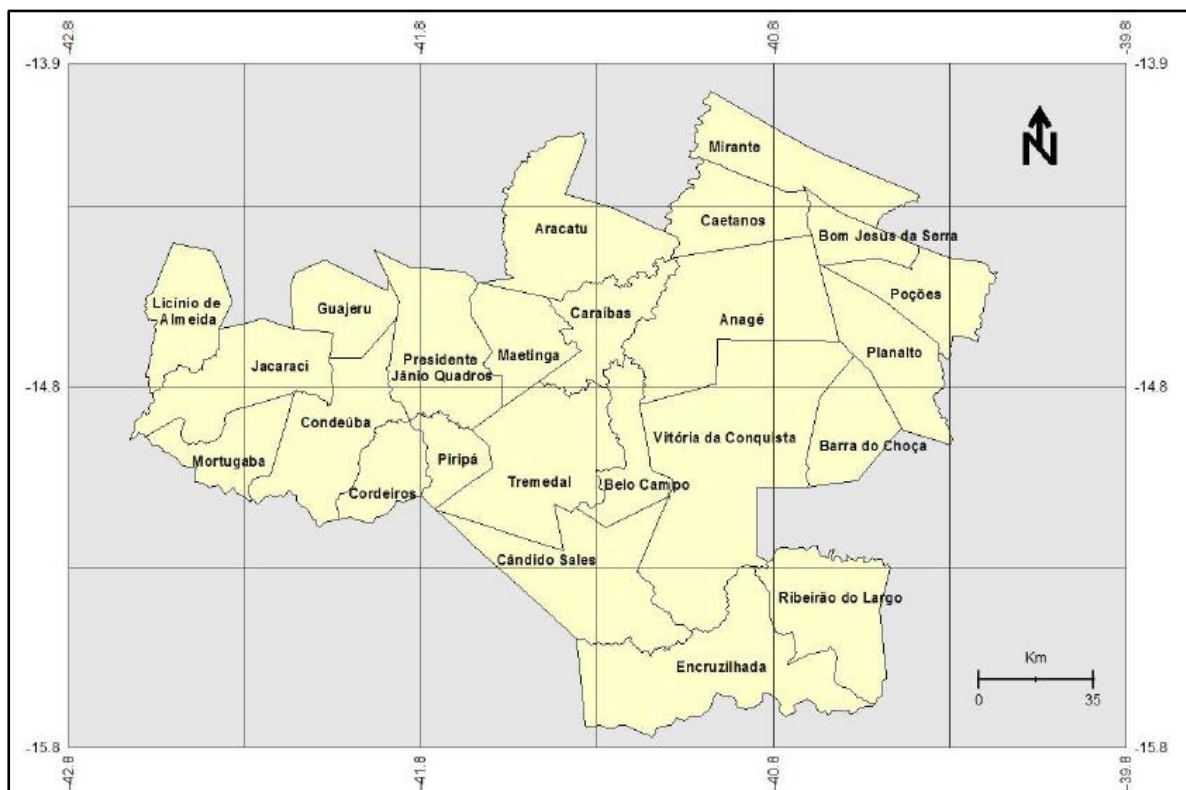
---

<sup>12</sup> Carlismo foi o termo usado para designar o grupo de políticos baianos liderados por Antônio Carlos Magalhães (ACM) que exerceu diversos cargos políticos durante sua trajetória política, tornando-se sem dúvida a mais importante personalidade política do estado da Bahia. Seu poder se estendia a quase todos os 417 municípios do interior baiano, além de muitos deputados federais, mídia, controle sobre o Tribunal de Contas, Legislativo e até Judiciário. Ele e seus aliados estiveram à frente do governo do Estado da Bahia desde a década de 1970 até 2006, com algumas poucas interrupções (DAMASCENO, 2019, p. 43).

O Território do Sudoeste compreende, portanto, 4,8% de todo o Estado da Bahia, e é administrativamente formado, assim como é apresentado na figura 2, por 24 municípios: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista (BAHIA/SEI, 2015). O Território faz parte da área de abrangência do Semiárido e está totalmente inserido na Região Semiárida.

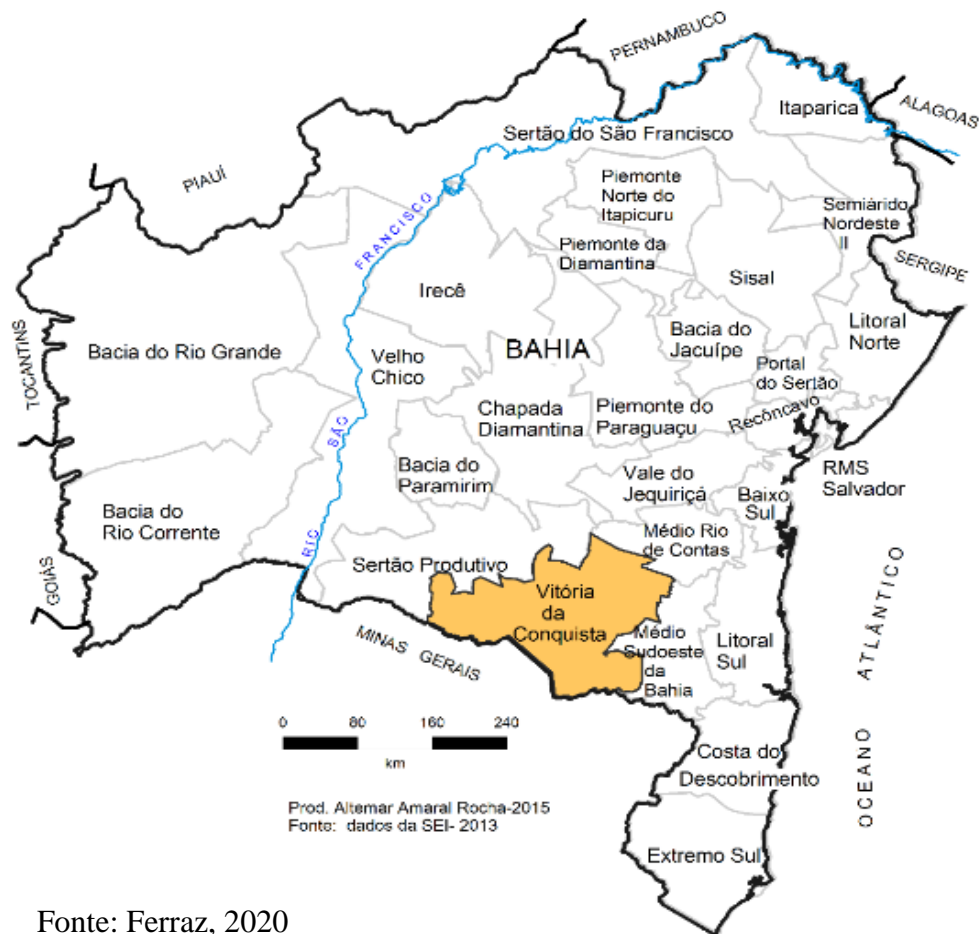
O seu PIB gira em torno de R\$7 bilhões. É o sexto maior PIB do Estado. Contudo, esse indicativo representa somente 3,6% do PIB estadual e, conforme expõe Ferraz (2020), está abaixo dos seguintes Territórios: Metropolitano de Salvador (43,4%), Portal do Sertão (7,1%), Bacia do Rio Grande (5,2%), Litoral Sul (4,7%) e Litoral Norte (3,9%).

Figura 2 – Divisão político-administrativa do Território de Identidade do Sudoeste Baiano



Fonte: BAHIA/SEI, 2015

Figura 3 – Localização do Território de Identidade do Sudoeste Baiano



Fonte: Ferraz, 2020

Conforme Censo Demográfico de 2010, a população total desse Território era de 695.302 habitantes, isso representa, em termos de densidade demográfica, 26,9 hab/km<sup>2</sup>. Com relação à população censitária por gênero, 49,4% era composto por homens, e 50,6% por mulheres.

Na distribuição populacional, conforme tabela abaixo, entre os 24 municípios que perfazem o Território, Vitória da Conquista possuía 44,2% na composição total, ou seja, 306.866 habitantes em 2010. Quanto aos outros 23 municípios, o arranjo populacional variava entre 6,4% e 1,0%. Do total de habitantes do Território, 64,7% residia no perímetro urbano, e 35,2% na zona rural, o que representa uma escala de urbanização abaixo da média do Estado, que é de 72,1% (BAHIA/SEI, 2015).

Tabela 1 – População total e percentual populacional, em ordem decrescente, dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, 2010

<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Vitória da Conquista	306.866	44,1
Poções	44.701	6,4
Barra do Choça	34.788	5,0
Cândido Sales	27.918	4,0
Anagé	25.516	3,7
Planalto	24.481	3,5
Encruzilhada	23.766	3,4
Tremedal	17.029	2,4
Condeúba	16.898	2,4
Belo Campo	16.021	2,3
Aracatu	13.743	2,0
Presidente Jânio Quadros	13.652	2,0
Jacaraci	13.651	2,0
Caetanos	13.639	2,0
Piripá	12.783	1,8
Mortugaba	12.477	1,8
Licínio de Almeida	12.311	1,8
Mirante	10.507	1,5
Guajeru	10.412	1,5
Caraíbas	10.222	1,5
Bom Jesus da Serra	10.113	1,5
Ribeirão do Largo	8.602	1,2
Cordeiros	8.168	1,2
Maetinga	7.038	1,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>695.302</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ferraz, 2020

O município de Vitória da Conquista – figura 4 – desponta, em termo populacional, como o maior da região. Em seguida, Poções com 44.701 habitantes e Barra do Choça, com 34.788 habitantes. Quanto aos outros municípios: quatro possuem entre 23.766 e 27.918 habitantes; quatorze entre 10.113 e 17.029; e três entre 7.038 e 8.602 habitantes (FERRAZ, 2020).

Figura 4 – Vista panorâmica da cidade de Vitória da Conquista/BA - 2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA, [on-line]

No cenário estadual, o Território de Identidade do Sudoeste Baiano é considerado um dos mais importantes, uma vez que o município de Vitória da Conquista impacta significativamente nas perspectivas econômicas do Estado e de toda a Região Sudoeste. “Isso se dá pela diversidade e pelo dinamismo do setor de comércio e serviços em Vitória da Conquista, que serve também de entreposto na malha rodoviária federal” (BAHIA/SEI, 2015, p. 18). Nesse sentido, o município “exerce papel de polarização na região [...] em razão dos serviços sediados nessa cidade, especialmente os de saúde, educação e comércio, além dos relacionados ao setor público nos âmbitos federal, estadual e municipal” (FERRAZ, 2020, p. 36).

Para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), ainda que esse município se destaque significativamente no Território de Identidade, há, contudo, uma uniformidade no funcionamento e desenvolvimento dos demais municípios no que é inerente às realizações econômicas e à organização social. “Há predominância do setor de comércio e serviços, baixo índice de urbanização e número reduzido de habitantes<sup>13</sup>” (BAHIA/SEI, 2015,

---

<sup>13</sup> Com exceção de Vitória da Conquista, a população média dos municípios que compõem o Território de Identidade do Sudoeste Baiano é de 16.889 habitantes (BAHIA/SEI, 2015).

p. 19). Para o Estado, a prática econômica e social, supostamente homogênea, de grande parte dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste é benéfica, pois essa condição facilita a elaboração e aplicabilidade de projetos e políticas públicas para o seu desenvolvimento.

Em termos de diversidade, o Território registra a presença marcante de heranças quilombolas e indígenas. De acordo com dados da SEI, existem 30 comunidades quilombolas certificadas no Território, e Vitória da Conquista abarca grande parte delas: 23 comunidades (BAHIA/SEI,2015). Há, também, no município, núcleos de defesa e organização de ações voltadas à promoção de populações afrodescendentes: Movimento Cultural Consciência Negra, o Conselho Territorial de Comunidades Remanescentes de Quilombos, o Núcleo de Educação Quilombola, o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, dentre outros.

Vitória da Conquista evidencia, ainda, a luta da Comunidade Indígena da Batalha pela ressignificação de sua história e resistência diante do quase extermínio dos índios Paneleiros do Planalto da Conquista. “A esperança que move o grupo rumo à afirmação da identidade étnica é a posse das terras perdidas ao longo do processo histórico de ocupação desse lugar” (OLIVEIRA, 2020, p. 130). A reivindicação de um território indígena pelos remanescentes de índios Paneleiros da Comunidade da Batalha em Vitória da Conquista diz muito sobre sua luta pela reafirmação enquanto grupo étnico “capaz de compartilhar crenças comuns, criar e recriar novos costumes e estabelecer novos laços” (OLIVEIRA, 2020, p. 130).

Outras populações também se fazem presentes na dinâmica social da região: movimentos LGBTQIA+, movimento de mulheres, movimentos indígenas, de juventude, comunidades rurais, Comunidade Eclesiais de Base - CEBs. Todas elas, na dialética da política de Território de Identidade, se configuram como mecanismo de produção de contexto e de sujeitos locais que não podem ser outra coisa senão cidadãos baianos.



## 2 GOVERNAMOS A NÓS MESMOS E AOS OUTROS!: A GOVERNAMENTALIDADE COMO GRADE DE INTELIGIBILIDADE PARA A ANÁLISE DA CONDUÇÃO DE CONDUTAS E PRODUÇÃO DE SUJEITOS

O modo de vida das pessoas passa a ser cerceado e vigiado, padrões de normalização são crescentemente postos em ação, pessoas cada vez mais dependentes e assujeitadas são postas e dispostas pelas sutis tecnologias de poder existentes na era do controle e da governamentalidade. Todos passam a ser responsabilizados.

*Branco, 2019, p. 77*

À luz do pensamento *foucaultiano*, nos empenhamos em problematizar as prováveis articulações entre a noção de governamentalidade e a racionalidade neoliberal no bojo das questões educacionais, mais precisamente no campo das políticas públicas de educação. Tal movimento permitiu melhor compreender, dentre outros aspectos, a dinâmica que suscita modos de governança. Ou seja, “modos pelos quais somos governados e nos governamos, bem como os limites em que se dão as ações de governo” (VEIGA-NETO, 2011, n.p).

Neste capítulo, portanto, empreendemos o exercício de elaborar e apresentar o itinerário da governamentalidade e suas múltiplas formas de governo e de governar, para argumentar que a política dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano – bem como o processo político de sua construção – foi, supostamente, marcada pela racionalidade neoliberal. Em outras palavras, estes Planos Municipais de Educação se configuram como dispositivos de segurança, os quais tentam controlar a sociedade, regulamentar a educação, conduzir condutas, vidas e as relações que, efetivamente, acontecem e são estabelecidas nos municípios.

A política dos Planos Municipais de Educação – e aqui podemos situar também a política de Território de Identidade – é produzida por uma intrincada rede de organizações, públicas e privadas, as quais objetivam a gestão e condução política da população, dos agentes econômicos e sociais. Tal argumento encontra sustentação no fato de que a política dos PMEs é um todo integrado conectado a outras políticas educacionais em nível macro. Não é por acaso que eles foram construídos tendo como documento de referência obrigatória a política do Plano Nacional de Educação.

O processo de construção e aprovação do PNE se deu numa plataforma de intensas disputas e influências – grupos conservadores, empresariais, políticos reacionários, religiosos, movimentos sociais, dentre outros –, que acabaram por produzir uma política voltada para a gerencia, para a planificação, para a regulamentação de eventuais conflitos e descaminhos sociais e econômicos. Nesse sentido, enquanto política de referência obrigatória, seu teor se reverbera pelas esferas locais, e assim chega aos municípios – pontos de interação – onde, de fato, tudo isso acontece. E chega sob a forma de política do Plano Municipal de Educação.

Assim, os PMEs, despontam como mecanismos de regulação e conformação legalmente sancionados. Ao mesmo tempo em que são orientados para o mercado, uma vez que grandes conglomerados têm atuado para influenciar na produção dessas políticas públicas.

Por essa razão, os Planos Municipais de Educação têm servido como ferramenta performática de governança, de controle dos corpos, de conformação das subjetividades a um projeto comum de educação; de uma governamentalidade baseada na racionalidade neoliberal que intenta produzir sujeitos da competição, da autoresponsabilização, e do auto aprimoramento enquanto capital humano. Desse modo, na era da governamentalidade neoliberal, os PMEs são políticas que foram construídas e orientadas para o mercado, mediante os princípios de mercado, o qual deve ser viabilizado por instituições políticas (BROWN, 2019).

Dessa maneira, é imprescindível entender o modo como nos governam e como nos governamos, para, a partir disso, tentarmos manifestar qualquer ação política diante das desconfianças acerca da forma como estão nos conduzindo e como nós mesmos nos conduzimos, sobretudo no momento contemporâneo em constante mudança, permeado por demandas diversas. Momento marcado por transformações sociais, históricas, culturais e que, por certo, constitui a realidade intrínseca do Estado.

Na primeira parte do capítulo, apresentamos uma discussão acerca da noção de governamentalidade. Ressaltamos que a sua análise é imprescindível para o estudo de políticas públicas, sobretudo as educacionais, uma vez que, dentro da matriz de governança, novas redes e comunidades de políticas estão sendo construídas com base nas demandas e discursos neoliberais; e o conhecimento, por isso, ganha destaque e legitimidade mediante a prática de significação, de novos agenciamentos de políticas por agentes públicos e privados em “um novo tipo de espaço de política em algum lugar entre agências multilaterais, governos nacionais e negócios internacionais, dentro e além dos locais tradicionais e de circulação de formulação de políticas” (BALL, 2014, p. 220).

Por essa razão, compreender o sentido de governamentalidade; essa forma de governança, permite pensar como as práticas da racionalidade vigente conduzem as condutas,

fabricam sujeitos e governam as populações. Trata-se, desse modo, da governamentalidade como forma de ver e compreender o mundo a partir de articulações políticas, com fins de operar as políticas públicas como mecanismos estratégicos de governança.

Em seguida, na segunda seção, alicerçados nas contribuições e *insights* propostos por Foucault, sobretudo os que emergiram por ocasião dos cursos no *Collège de France* desde meados da década de 1970, construímos o caminho histórico do fenômeno da governamentalidade e as perspectivas dos deslocamentos das artes de governar. Desse modo, desenhamos uma genealogia da governamentalidade – o movimento de governamentalização do Estado – que, conforme Foucault, tem seu prelúdio baseado em um tipo de governo primitivo, fundado na pastoral Cristã. Para em seguida firmar-se na razão de Estado, ou seja, na técnica diplomático-militar, e, por fim, na técnica de polícia.

Os deslocamentos das artes de governar seguiram, ao sabor dos momentos históricos, engendrando racionalidades distintas e outras formas de exercício do poder. Nesse sentido, no século XVIII, essas transformações das artes de governar foram denominadas governamentalidade; como poder, como um conjunto de técnicas, procedimentos, métodos, instituições, estudos e pensamentos, cálculos e táticas que possibilitaram e possibilitam a exequibilidade dessa forma específica de poder.

Na terceira seção, trazemos as ressonâncias dos deslocamentos das artes de governar. Estamos falando, portanto, da governamentalidade neoliberal. Essa razão política que pode ser entendida como um modo de vida, de pensar, de ser e estar no mundo; que subsidia rudimentos para a produção de instrumentos de controle e condução da vida dos sujeitos submetidos à vigilância e ao cerceamento. A promessa neoliberal se constrói na plataforma do discurso de um mundo melhor, de uma vida melhor. Tal discurso se materializa por meio de múltiplas políticas públicas. No que se refere às políticas educacionais, elas operam performaticamente, como fabricantes de subjetividades na era do controle e governamentalidade.

Sob esse ponto de vista, a governamentalidade neoliberal age para conduzir o modo de vida dos sujeitos e das populações com objetivos evidentes de maximização econômica e capitalização humana. É essa a insígnia das políticas públicas de educação em voga: a constituição do capital humano, do sujeito competente e habilitado para o trabalho; a construção de um *homo oeconomicus* em desfavor de um *homo politicus*, a produção de subjetividades a partir do princípio de liberdade, autoresponsabilização e autossuficiência.

## 2.1 Governamentalidade como noção operatória para pensar as relações de poder e as tecnologias de dominação postas em práticas sobre as populações e indivíduos

Foucault em o “Nascimento da biopolítica” explica que o Estado é algo que existe e ao mesmo tempo está em processo de elaboração. A razão de Estado se pauta na racionalização de uma prática que vai se estabelecer entre o Estado pré-suposto e outro a ser edificado.

Assim, a racionalização presume certa lógica que move a arte de governar<sup>14</sup>, a qual estipula suas regras e funda seus modos de fazer, os quais operam nas instituições e na condução dos sujeitos e nas suas relações políticas, “fazendo o dever-ser do Estado tornar-se ser” (FOUCAULT, 2008a, p. 6 ). Isso recai sobre a percepção da ação de governar; o dever fazer do governo deve ser correlato ao dever-ser do Estado. Nesse sentido, são empregadas tecnologias de governança baseadas em uma racionalidade política que as mobiliza em determinados períodos históricos. Sob a base do pensamento *foucaultiano*, o Estado deve ser o produto da racionalização da arte de governar no exercício da soberania política.

Essa arte de governar possibilitou um conjunto de conhecimentos objetivos, os quais compreendem os conhecimentos da economia política, da sociedade, das instituições, da demografia, e toda uma gama de processos. Uma racionalidade própria da arte de governar que Foucault (2008b) concebeu como dispositivo de cálculos, como certa maneira de pensar e raciocinar, certa maneira de idealizar as ações do governo, as disposições dos espaços, instituições, o controle e ordenamento dos comportamentos, a produção de verdade. Por esse ângulo, a racionalidade leva a certo princípio de inteligibilidade do real.

Nessa esteira, pode-se compreender que as tecnologias empregadas na prática da governamentalidade prescindem da mobilização do poder na esfera política, tanto global quanto local, sobre determinada plataforma ideológica e discursiva. O discurso, por isso, é a reverberação de uma verdade nascendo diante dos nossos próprios olhos, e “pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle” (FOUCAULT, 1999, p. 66),

---

<sup>14</sup> A “arte de governar”, segundo Foucault, se configura como um conjunto tecnológico de práticas utilizadas para governar. Ela se constitui, não como uma essência, mas um modo de operar, manipular, manter, distribuir e restabelecer relações de força, relações estas que se dão num espaço de concorrências e competitividade. Assim, Foucault se empenhou em estudar a maneira pensada de governar, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar. Isto é, o autor buscou compreender a “instância da reflexão na prática de governo e sobre a prática de governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 530). De modo igual, se esforçou em estabelecer o modo como se deu o “domínio da prática do governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto, a fim de governar da melhor maneira possível. Em suma e, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política” (FOUCAULT, 2008a, p. 4).

os quais são operados para governar e produzir subjetividades elaboradas e conduzidas por meio de técnicas racionalizadas.

Essa noção de governamentalidade é profícua para o estudo sobre as políticas educacionais contemporâneas, haja vista que tal noção possibilita refletir como práticas da racionalidade vigente conduzem as condutas, produzem sujeitos e governam populações. Dito de outra forma, a governamentalidade contemporânea atua nos bastidores das articulações políticas sobre as políticas públicas de educação, e trabalha para que estas funcionem como ferramentas estratégicas da governamentalidade neoliberal, que “opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis da sua transformação em empreendedores; [...] e da implantação local de normas de conduta” (BROWN, 2018, p. 17).

Essa governamentalidade produz, portanto, caminhos estratégicos para que determinada racionalidade seja mobilizada no intuito de viabilizar empreendimentos e intervenções na condução das condutas das populações e, de forma individualizada, dos sujeitos.

Um exemplo que permite ilustrar a operacionalidade de práticas distintas no âmbito de uma mesma racionalidade política, nesse caso a racionalidade neoliberal, diz respeito às articulações em torno das políticas públicas de educação que emergiram, e continuam a emergir, em tempos recentes, no cenário educacional brasileiro. Nesse contexto, localizo a própria política dos Planos Municipais de Educação do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, que é a reverberação de políticas produzidas em outras localidades, na macro esfera, com base em diferentes parâmetros e realidades, por novos agentes e organizações. Ao que parece, os PMEs servem como forma de governar a razão política, estruturada em outros lugares, e de produção e condução de condutas em nível local.

Outro exemplo possível é o processo político de elaboração e aprovação da BNCC como um dos produtos dessas articulações. O encadeamento de construção e aprovação da Base foi permeado por embates e ações mais consequentes, mediante incursões do movimento Escola Sem Partido (ESP)<sup>15</sup> e outros agentes políticos, os quais se esforçaram por interferir nas políticas públicas de educação com o objetivo de regular e conduzir os currículos (MACEDO, 2014).

---

<sup>15</sup> O movimento Escola Sem Partido se compreende como uma iniciativa compartilhada entre estudantes e pais inquietos com o nível de propagação político-ideológica das instituições educacionais do Brasil, do ensino básico ao superior. Dessa forma, como afirma o próprio movimento, este foi instituído para expor o suposto e grave problema da instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. Segundo Macedo (2017, p. 509), este é um movimento que chama à atenção para os “princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular”.

Estranhamente, demandas conservadoras e o projeto neoliberal de educação se ajustaram em um instante que dificilmente pode ser localizado nitidamente no tempo, a ponto de reduzir a BNCC a um conjunto de conteúdos a ser ensinado, deslocando, “potencialmente, o jogo político na direção do fortalecimento das demandas neoliberais por *accountability*<sup>16</sup>” (MACEDO, 2017, p. 515). Nesse cenário, advogando uma suposta “educação de qualidade”, despontaram agentes sociais privados com o propósito de intervirem nas políticas públicas educacionais com vistas à centralização e controle dos currículos. Segundo Macedo (2014), pode-se citar como exemplo instituições vinculadas a grupos financeiros como Roberto Marinho, Victor Civita, Aírton Senna e Lemann, empresas como a Natura, Gerdau e Volkswagen, grupos que desenvolvem atividades educacionais como o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e a autointitulada organização da sociedade civil “Todos pela Educação”.

Nessa lógica, Macedo (2017) adverte para o fato de que a implantação de uma BNCC é parte do trabalho de uma normatividade neoliberal compreendida como um modo distinto de razão que caracteriza todos os aspectos da existência em termos econômicos. O sujeito é “tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens” (BROWN, 2018, p. 8). Esse controle, no entanto, é o que se pode chamar de “tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 29).

A governamentalidade, por essa razão, torna-se uma potente lente teórico-metodológica de análise nas pesquisas no campo da educação. O próprio Foucault, segundo Nogueira-Ramírez (2011), fez uso dessa noção ao longo de suas investigações como possibilidade metodológica, como lentes criadas para trabalhar sobre um problema. Contudo, como afirmam Kroetz e Ferrano (2019, p. 78), “a analítica de poder não foi substituída pela governamentalidade, mas ocorreu um deslocamento, visto que essa lhe permitiu identificar técnicas implicadas na condução de condutas dos sujeitos.” Assim, governamentalidade foi conceituada como:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha

<sup>16</sup> O termo *accountability*, baseado na concepção clássica do adjetivo neoliberal, diz respeito à avaliação, prestação de contas e responsabilização. É um modo gerencialista, hierárquico e burocrático que enfatiza imputações negativas e estigmatizantes, consolidando modos antidemocráticos de responsabilização de organizações, instituições e sujeitos (MACEDO, 2017).

de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008b, p. 143-144, grifos do autor).

O primeiro sentido de governamentalidade elaborado por Foucault remete à questão da racionalidade, como foi colocado no início da seção. Uma racionalidade que constitui a realidade intrínseca do Estado. No entanto, essa razão de Estado se torna um entrave no avanço da arte de governar, e durou até o início do século XVIII. Nesse primeiro sentido do termo, o Estado governa de acordo as regras racionais que lhe são inerentes, que não se originam em leis naturais ou divinas, tampouco dos mandamentos da sabedoria ou do discernimento. Foucault (1979, n.p) afirma que “o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo”.

No contexto dos cursos ministrados entre 1977 e 1979 por Foucault, no *Collège de France*, denominados, por essa ordem, “Segurança, território, população” e “Nascimento da biopolítica”, o pensamento filosófico *foucaultiano* trouxe à baila sentidos dessemelhantes daqueles abordados em anos precedentes. Desde então, foi possível observar que sua analítica de poder se dilatou e alcançou outras noções como: conduta, liberdade, biopolítica, governo e governamentalidade.

Em termos mais específicos, a segunda noção de governamentalidade apresentada por Foucault surge de suas análises inerentes ao deslocamento histórico que se processou nos modos de conduzir as condutas dos indivíduos e das populações. É a própria história da arte de governar que se desenrolou através da história ocidental. É a história da governamentalidade pela qual Foucault desvela a existência de múltiplas formas de governo e de governar, as quais veem se deslocando desde a Idade Média até os dias atuais; subsidiando diferentes formas de governar: desde o “governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante” (FOUCAULT, 1979, n.p), até a problemática do governo político das populações.

Nos dois cursos citados, a proposta de Foucault foi desenvolver a história da governamentalidade como uma nova racionalidade política, cuja abrangência e implicações ultrapassam a política econômica e o fortalecimento do capital. Trata-se, portanto, da definição de um novo campo de análise para as relações de poder: “a da razão governamental, isto é, dos tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio de uma administração estatal” (FOUCAULT, 2008a, p. 437).

A compreensão dos deslocamentos históricos, o entendimento desses modos díspares pelos quais as pessoas se tornam sujeitos mediante práticas de governo é imprescindível nesse estudo, tendo em vista a possibilidade de localizar, historicamente, o processo político de elaboração e aprovação das políticas públicas de educação, precisamente os planos municipais de educação do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, os quais configuram o campo empírico dessa investigação. É importante destacar que o pensamento *foucaultiano* aqui assumido, bem como o desenho que Foucault produz sobre tais deslocamentos são tomados como alicerce para as reflexões sobre políticas educacionais no Brasil. Por certo, e diante das dessemelhanças existentes em contextos distintos, é relevante salientar que as ideias de Foucault são utilizadas para pensar as idiossincrasias do contexto brasileiro.

A despeito do exercício de análise da noção de governamentalidade e inerente a ele, pensamos ser necessário o desdobramento sobre algumas observações elaboradas por Foucault por ocasião das aulas no *Collège de France* em 1980. No curso “Do governo dos vivos”, o filósofo francês apresenta olhares inéditos sobre o sentido de governamentalidade. A partir de 1980, a noção de governamentalidade se desprende do problema do Estado, e passa a ter o mesmo valor de amplitude que possui o significado de governo (MARTINS; JUNIOR, 2013).

Desse modo, o governo seria exercido no interior de uma ordem inegável do mundo, e se manifestaria por meio da verdade da ordem do mundo (FOUCAULT, 2011), ou seja, do governo dos homens pela verdade. Assim o governo governa guiado por uma verdade, pelo conhecimento exato que representa os processos que caracterizam a realidade, “realidade que é constituída por uma população, uma produção de riquezas, um trabalho, um comércio, etc.” (FOUCAULT, 2011, p. 55). A verdade, por isso, pode ser manifestada de diferentes modos. E dizer a verdade requer a mobilização de estratégias diversas, as quais se valem do discurso, do ensino, da demonstração, e do convencimento.

Com efeito, como consequência do curso “Do governo dos vivos” a compreensão de governo é operada para refletir uma acepção de governamentalidade que culmina na constituição ética do sujeito. Na análise empreendida por Foucault, essa constituição ética do sujeito diz respeito ao governo de si mesmo mediante as técnicas de si, do autodomínio e autocontrole, as quais perfazem os modos como os sujeitos se conduzem baseados nos jogos de verdade. Nesse sentido, a noção de governamentalidade não pode ser tratada sem perpassar pelo entendimento de sujeito pensado na relação de si para consigo.

Nessa decisão, as artes de governar e os jogos de verdade dependem um do outro. Só é possível governar no campo dos jogos de verdade. Isso desvela novas formas de se conduzir a partir de um governo pela verdade. Destarte, o que significa elaborar uma conexão entre



governo pela verdade e a governamentalidade? Ao que parece, Foucault não trata dessas esferas de forma linear. Ele sugere um deslocamento da noção saber-poder para a noção de governo pela verdade. Não há rupturas de uma noção em detrimento de outra; o que há é uma ampliação do sentido de governamentalidade que, em sua grade de análise, passa a contemplar o sujeito ético e as ações de condução que são incorridas sobre si mesmo em nome de uma verdade.

Assim, as relações de poder encontram-se numa esfera “de ações de múltiplas possibilidades, porém de uma mesma natureza” (CANDIOTTO, 2010, p. 37). Trata-se da ação sobre uma população, sobre o governo do outro e sobre o governo de si mesmo que, em nome de certa verdade, intervém nas lutas e reestruturações políticas de determinados períodos históricos. Pode-se dizer que a verdade não existe fora ou sem o poder. A verdade é produzida sob as diversas formas de coerção e gera efeitos regulamentados de poder.

Por assim dizer, a verdade pode ser concebida como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, n.p). Ela é deste mundo e cada sociedade possui seu próprio regime de verdade, sua política de verdade universal. A verdade é, portanto, o modo como se consagra uns e outros; os diferentes discursos que a sociedade toma para si e os mobiliza como regimes de verdade; os instrumentos e as urgências que possibilitam diferenciar os enunciados verdadeiros dos inverídicos; os mecanismos e os procedimentos que são reconhecidos para a sua aquisição; a posição daqueles que detém a incumbência de definir o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979).

Assim, as formas específicas de governança, segundo Foucault, prescindem de determinadas relações com a verdade, seja essa verdade um dogma, um conhecimento especializado, regras, preceitos, confissões, e outros, pertencentes a momentos históricos e épocas particulares. Desse modo, é possível observar, a partir dos cursos “Segurança, território, população” e “Nascimento da biopolítica” que existem contextos específicos para períodos distintos das dinâmicas sociais. As sociedades, por essa razão, eram e são perpassadas por tipos peculiares de racionalidades governamentais, definidas por regimes de verdade mobilizados de diferentes formas em diferentes períodos históricos sob a plataforma do exercício do poder.

O exercício do poder, essa prática bastante peculiar que permeia as relações sociais, e que envolve os sujeitos de tal modo que se torna quase impossível se desvencilhar dela, sim, quase impossível porque, conforme Foucault (2011), os homens podem escapar da prática do poder somente por alguns momentos, instantes, por meio de processos distintos e ações individuais ou conjuntas. Nessa análise, Foucault tratou de empreender como é possível regrar esse exercício de poder e estabelece-lo naquele que governa.

Nesse ponto, emerge a reflexão de que as sociedades ocidentais experimentaram dois modos significativos de regulação da dinâmica do poder naquele que governa: a primeira, durante a Idade Média, compreendeu a indexação do exercício do poder à sabedoria e à verdade do texto sagrado, religioso; à verdade da epifania e da ordem do mundo. O segundo, com o Estado Moderno, a prática do poder se deslocou do saber e da luz divina para a sabedoria do Príncipe. Conforme Foucault (2011), essa indexação produziu dois modos distintos de racionalidade:

[...] um primeiro momento ela se deu sob a forma da Razão de Estado como racionalidade do soberano na qual o poder de soberania ocupa um papel central. Mas, num segundo momento, essa racionalidade deixou de assumir a forma unitária da Razão de Estado e adotou a forma do pacto e do contrato social, agora relacionados a uma série de novos problemas não mais ligados ao Príncipe, mas ao mercado, à população e à economia (FOUCAULT, 2011, p. 28).

A partir dessa perspectiva, a indexação do exercício do poder que desloca a racionalidade do Príncipe para uma racionalidade marcada pelo contrato social, configura um ponto de cisão e de mudança significativa na economia do poder. Esse ajustamento do exercício do poder à racionalidade do contrato social “significa, simplesmente, indexá-lo sobre a racionalidade daqueles que são governados, e que são governados de modo particular” (FOUCAULT, 2011, p. 28). Ou seja, como sujeitos econômicos, de interesses, sujeitos que, para suprirem suas vontades fazem uso, de forma parcialmente autônoma, das prescrições e instrumentos viabilizados pelo mercado. Isso sugere que o ponto de cisão se torna imprescindível porque ele funda a Modernidade, estabelecendo a forma como os sujeitos são conduzidos e governados recentemente.

A racionalidade política do contrato social caracterizada pelo neoliberalismo que vivenciamos nos dias atuais, por exemplo, atua para inserir a prática do poder na racionalidade dos sujeitos, sobre os quais o próprio poder é praticado. Nesse sentido, após a razão do Estado, a racionalidade política do contrato social passou a demandar um constituinte que, outrora fora pouco relevante, mas se tornou preponderante para a operacionalização do poder: o sujeito. Por essa razão, Foucault afirma que o exercício do poder será continuamente uma prática cuja indexação depende de uma subjetividade, de um Eu, de um Si. Esse encadeamento mostra que pensar a governamentalidade prescinde do componente sujeito, o qual se constrói através da relação de si consigo.

A governamentalidade, nessa nova ordem, se caracteriza pela intersecção de dispositivos de dominação empreendidos sobre os outros e sobre as tecnologias de si (FOUCAULT, 2011), e intenta produzir uma racionalidade do governado, que não é produto

de eventualidades, mas produto de motivações e provocações pela e para a obediência a partir da verdade, ou de regimes de verdade. Uma verdade que está o tempo todo em circulação, sendo mobilizada pelos sistemas de poder que a elaboram e a sustentam.

Nessa lógica, a racionalidade não é apenas produto dos princípios de verdade, mas de igual modo, produz a verdade. A verdade produz efeitos de poder os quais passam a reproduzi-la. São os regimes de verdade que operam para conduzir condutas e que, nesse processo de condução, terminam por se atualizar. A condução dos homens não é possível sem mobilizar a ordem da verdade, e nesse decurso, a racionalidade é, concomitantemente, artefato e produtora de regime de verdade. “E esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 1979, n.p).

Para Lockmann (2013), até esse ponto, Foucault se empenhava em compreender de que forma, em cada período histórico, as práticas governamentais distintas eram articuladas com a finalidade de orientar as condutas dos outros. Tratava-se de uma governamentalidade política em que os sujeitos tornam-se objetos de dominação. Contudo, diante das transformações elaboradas nos processos históricos e culturais que marcam determinadas épocas, dos empreendimentos e mudanças das relações consigo mesmo, com seu delineamento técnico e seus efeitos de saber, Foucault (1997, p. 111) assinala para a possibilidade de análise da questão da governamentalidade com base em outra perspectiva, ou seja, “o governo de si na sua articulação com as relações com o outro (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição de modelos de vida, etc.)”.

O deslocamento de perspectiva não significa que o governo de si não aparecia nas reflexões de Foucault antes das aulas no *Collège de France* em 1980. Segundo Lockmann (2013), o governo de si, até então, apenas não era o foco das análises de Foucault sobre a questão da governamentalidade.

A partir do curso “Do governo dos vivos”, Foucault, apoiado nas suas análises precedentes sobre a noção de governo – compreendidas, extensivamente, no sentido de técnicas e estratégias elaboradas para conduzir a conduta dos homens, o governo das crianças, as almas, as consciências, o Estado, a casa ou governo de si mesmo – passa a estudar a formação de uma espécie de governo dos homens no qual a obediência se torna apenas mais um elemento nessa engrenagem. Nesse momento, a questão posta paira sobre a manifestação daquilo que se é, mediante o ato de verdade. Nesse jogo, para além da submissão, o sujeito é compelido a dizer a verdade, dizer uma verdade sobre si mesmo, seus pecados, e seus desejos.

Nesse ínterim, para pensar a genealogia do sujeito moderno na Civilização Ocidental, Foucault (2011) assinala para a necessidade de considerar, não apenas as técnicas de

dominação, as quais possibilitam definir os comportamentos, a imposição de certas vontades aos indivíduos e submetê-los a certos propósitos; mas também as técnicas de si que autorizam aos indivíduos efetuarem, por eles mesmos, a condução dos próprios corpos, das próprias almas, dos pensamentos, das condutas, de modo tal que eles possam reelaborar a si mesmos em direção a certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural.

O entrelaçamento das técnicas de dominação e das técnicas ou tecnologias de si é o que Foucault, portanto, concebe como governo:

Governar pessoas, no sentido geral da palavra, não é um modo de forçá-las a fazer o que o governo quer; é sempre um ponto de equilíbrio, com complementaridades e conflitos entre técnicas que garantem a coerção e os processos pelos quais o sujeito é construído e modificado por ele mesmo (FOUCAULT, 2011, p. 156).

Com base nesse pensamento, o que se percebe é que o exercício do poder não pode ser compreendido como imposição violenta, como rigorosa opressão. O poder se constitui nas relações complexas, orientadas pelas técnicas racionais que se tornam eficazes justamente em razão da associação entre técnicas de coação e técnicas de si. O conjunto dessas técnicas permite compreender a noção de governamentalidade no seu sentido mais abrangente, e como essa governamentalidade está estreitamente relacionada com o governo pela verdade. Destarte, as técnicas direcionadas à produção da verdade referente a si mesmo são imprescindíveis. O governo das pessoas, não só prescinde da submissão, da obediência, mas da construção da verdade sobre si, e de sua popularização. Segundo Foucault (2011, p. 156) “o exame de si e a confissão estão entre os mais importantes desses procedimentos”.

Os deslizamentos do pensamento *foucaultiano*, esse olhar em outra direção para pensar novamente, nos permite tomar essa concepção expandida de governamentalidade para meditar sobre as técnicas de dominação e as técnicas de si que são inseridas e operadas pelas políticas públicas de educação no Brasil, sobretudo em tempos mais recentes.

Isso implica dizer que a ampliação da noção de governamentalidade se alinha a momentos históricos distintos e, de igual modo, a racionalidades políticas fundadas em verdades que terminam por construí-las. A verdade nada mais é do que efeito; produto de demandas que se articulam em esferas de disputas e em campos institucionais nos quais se encontram vencidos e vencedores, triunfos e sujeições. A manifestação da verdade, por essa natureza, se articula ao governo dos homens e ao governo de si pela verdade de si, pelo autoconhecimento, “o exercício de si, e a transformação de si” (FOUCAULT, 1997, p. 13).

Na economia das relações de poder, a verdade está indexada à subjetividade, exigindo que os sujeitos expressem não somente a obediência, “mas lhes exige ainda que digam: ‘eis aquilo que eu sou, eu que obedeco; eis o que eu sou, eis o que eu quero, eis o que eu faço’” (FOUCAULT, 2011, p. 76). Mais claramente, isso demonstra como modos distintos de condução das condutas dos outros e de si estão conectadas às obrigações de verdade; operados por manifestações de verdade tornadas válidas por aqueles que, assumindo o papel de representantes autênticos do texto sacro e inviolável, se posicionam como detentores da verdade.

Nessa grade de inteligibilidade, é possível localizar as demandas neoconservadoras e neoliberais como exemplos de supostas verdades, cujas agendas são traduzidas em políticas por meio das quais seria possível administrar a desordem social e reestabelecer os valores familiares, morais e econômicos. Ainda que emanem de diversas matrizes e almejem diferentes objetivos, as duas racionalidades se articulam para construir forças obscuras de controle e governança, fundamentados em princípios de verdade.

Nesse sentido, a governamentalidade é mobilizada a partir de uma coleção de estratégias articuladas para produzir e manter a população, bem como calcular, conduzir e governar as subjetividades. Isso remete à questão do ressentimento que sucumbe movimentos nutridos pelo rancor da ameaça e da perda (BROWN, 2019), e por isso se empenham na reivindicação dos valores tradicionais.

No Brasil, a título de exemplo, citamos o movimento conservador, de base Católica, Escola Sem Partido, cujo discurso tem como principal plataforma de sustentação a suposta “ideologia de gênero”. No entanto, é necessário destacar que, a princípio, a objeção conservadora religiosa à questão da diferença entre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres era independente do movimento ESP, que surgiu com o registro de combater a “doutrinação marxista” nas escolas. A confluência da denúncia da “doutrinação marxista” com a refutação à “ideologia de gênero” seguiu, desse modo, ao senso da conjuntura do ESP. Assim, a fusão ocorreu mobilizada por reacionários de extrema-direita, para quem a ruptura da moral sexual padronizada é uma estratégia comunista (MIGUEL, 2016).

Não nos interessa aqui fazer uma explanação exaustiva acerca do entendimento de “ideologia de gênero<sup>17</sup>”. Mas ao passo que esse pensamento se justapõe à suposta

---

<sup>17</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o termo “ideologia de gênero”, indicamos as seguintes publicações: Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo (LOPES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018); Educação democrática - antídoto ao Escola sem Partido (PENNA; QUEIROZ; FRIGOTTO, 2018); dissertação intitulada O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA (MIRANDA, 2022); Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e

“doutrinação marxista”, o discurso do ESP toma outros rumos. “A defesa de uma educação ‘neutra’, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola” (MIGUEL, 2016, p. 601) e o foco principal passa a ser a “ideologia de gênero”, vocábulo reduzido a *slogan* e “defendido por vários grupos reacionários e transformado em vários projetos de lei” (PARAÍSO, 2018, p. 220), com intenções óbvias de controlar o currículo e evitar corpos discentes “abomináveis”. Essa tentativa de controle, no entanto, é o que se pode chamar de técnicas políticas do corpo (FOUCAULT, 2013), cuja função é o governo do sujeito como uma imposição moral extrínseca, por meio de demandas que surgem de lugar outro, desconhecido.

Nesse seguimento, o efeito de verdade produzido por este movimento levou a desdobramentos que influenciaram as políticas públicas educacionais brasileiras, a exemplo do Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, os quais sofreram supressões em seus textos de temas referentes à diversidade e à pluralidade cultural (MACEDO, 2018). Os vetos basearam-se nas supostas “posições políticas entendidas por movimentos como o de esquerda, questões de gênero e sexualidade, cultura negra (referida como religião), entre outras” (MACEDO, 2018, p. 2).

Isso aponta para o modo como os neoconservadores religiosos se veem como aqueles que podem dizer a verdade, portadores de uma epistemologia santificada e verdadeira que os autoriza a decidir sobre o que é benéfico para a sociedade. Assim fazem uso do poder político para coagir e constranger. Esse conservadorismo ameaçador, ostentado, sobretudo pela extrema direita cristã, não organiza apenas a autoridade do Estado afiançado pelo neoliberalismo, mas, como afirma Brown (2019), estrutura seu alargamento e alcance estendido.

Este quadro mostra a justaposição da moralidade às forças reacionárias que se constituíram a partir das mágoas suscitadas pelos deslocamentos da família “tradicional”, da masculinidade branca heteronormativa e da autenticidade étnico-racial considerada intocável. À medida que determinados agentes, movimentos e organizações sociais demandam por questões de sexualidades não normativas, gênero, raça, feminismo, outras versões de família, artes, educação, dentre outras; as forças conservadoras e religiosas se deparam com o niilismo e o ressentimento, e isso produz o ódio de um mundo visto como aquele que deseja destruí-las.

O ressentimento, o ódio, a mágoa, o sentimento de sujeição, humilhação e o sofrimento, esse conjunto de sensibilidades que, não obstante perpassa pelo patrocínio de partidos de direita

---

as leis da mordaza no parlamento brasileiro (MIGUEL, 2016); A política do gênero : um comentário Genealógico (CORRÊA, 2018).

a líderes autoritários, se configura com uma política do ressentimento que aflora naqueles que, historicamente, dominaram, mas que agora veem essa dominação decair.

Trata-se de ressentimentos, feridas não estacadas que vão subsidiar uma política perene da vingança. Uma política de enfrentamento àqueles tidos como responsáveis por zombar e deslocar os supostos valores tradicionais e a imagem intocável da masculinidade branca. Quando o ressentimento emerge, o que possivelmente acontece é a motivação à vingança. Isso significa dizer que, os que se sentem destronados se mobilizam. Eles “só tem vingança, sem saída, sem futuridade” (BROWN, 2019, p. 217).

Isso implica naquilo que podemos presenciar, a título de exemplo, no Brasil de hoje, em que a religião cristã é tratada – por algumas denominações – como mercadoria e se serve de armas de fogo. A retórica do patriotismo limita-se ao combate à diferença e ao apoio àquele que representa a vingança, o qual corporifica a dor dos destronados e os representa. Não importa que política ele siga, o que ele seja ou pratique, desde que faça acontecer o banimento daquilo que seus apoiadores julgam ser o culpado por suas dores, e promova ideias e valores hipoteticamente nacionalistas cristãos. Ele representa a supremacia do homem branco na política de valores tradicionais, como uma inclemente reivindicação de posse, “uma apresentação que converge de modo poderoso com o ataque neoliberal à igualdade e à democracia, ao social e ao político” (BROWN, 2019, p. 220).

De modo sucinto, abordamos esses dois momentos, no contexto brasileiro, para ilustrar como tais implicações emergiram a partir da mobilização de grupos que se sentiram ameaçados e ressentidos diante de conquistas de direitos por parte de grupos minoritários. O medo, a mágoa e o sentimento de humilhação ante aos movimentos que reivindicaram e que ainda resistem postulando o respeito à diferença e reconhecimento nas suas particularidades, os quais abalaram o pressuposto quadro de valores da supremacia branca heteronormativa, desencadearam o fenômeno da repreensão formalizado pelos sujeitos do ressentimento, os quais não são capazes de criar o mundo, e em vista disso tentam elaborar um sistema moral e de valores pautado na sua dor profunda e em regimes de verdade, que seguem constringendo os indivíduos e definindo, para esses, condutas, comportamentos e intenções específicas.

Tais discursos, no entanto, tentam se materializar através de políticas públicas neoliberalizadas. No jogo do mercado e da moralidade no neoliberalismo, as grandes economias buscam legislações, políticas e ações do Estado que atendam aos seus interesses, promovendo a competição e a estabilização do capital. Os valores tradicionais reivindicados, nesse processo, tonam-se politizados, convertidos em táticas e comercializados. A moralidade, os valores masculinos, brancos, heteronormativos, a fé, os papéis definidos e atribuídos a homens e

mulheres, a configuração familiar são pautas que impactam as políticas. São instrumentos libertários, são gritos de guerra contra os efeitos da diferença: “compromisso com uma abertura modesta, diversidade, igualdade social e política e o Estado de direito” (BROWN, 2019, p. 144).

O que possivelmente esteja em movimento é o empreendimento de reconfiguração da nação como família, tornando-a uma empresa privada. Nesse sentido, assim como afirma Brown (2019, p. 141), “a privatização econômica neoliberal subverte profundamente a democracia” por meio de valores morais antidemocráticos. Esses valores são reduzidos a marcas corporativas e políticas, e induzem à potencialização da defesa de uma liberdade individual que, na racionalidade neoliberal, serve como meio de governo, de autoresponsabilização, de governança de condutas.

Trata-se do governo pela verdade; a forma de conduzir as condutas dos outros e a si mesmo, através de uma determinada racionalidade, de uma verdade que os sujeitos internalizam e passam a se conduzir, balizando suas condutas a partir dela e de seus parâmetros. É apoiado nesse conhecimento que pensamos ser profícua a reflexão sobre as engrenagens que movem, produzem e reestruturam as políticas públicas de educação no Brasil, mais precisamente a política dos Planos Municipais de Educação dos municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

Assim, por entender que as políticas públicas de educação são produtos das articulações de redes de governança pautadas na racionalidade neoliberal, pensamos que elas estão, de igual modo, conectadas aos regimes de verdade produzidos por essa racionalidade.

Não ao acaso, os PMEs do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, enquanto produto dessas redes, trazem as verdades estabelecidas e defendidas pela razão neoliberal, quais sejam: justiça social; defesa da melhoria da qualidade da educação em face ao fracasso da educação pública; reivindicação de conteúdos universalizados os quais, supostamente, assegurariam práticas educacionais mais democráticas, ajustando democracia à igualdade (FRANGELLA, 2018); formação do indivíduo competente e autoresponsável para atuar no mundo do trabalho; a necessidade do setor público “aprender a enfrentar suas supostas inadequações, aprender lições advindas dos métodos e dos valores do setor privado e aprender a reforma-se” (BALL, 2014, p. 65).

Ou seja, os regimes de verdade que embalam os PMEs são elaborados a partir de vozes diversas. E essas verdades envolvem “a instilação de novas sensibilidades e valores, e novas formas de relações sociais nas práticas do setor público” (BALL, 2014, p. 65), notadamente, a



educação pública. Nesse jogo, a verdade jaz no sentido de que o setor público precisa tomar como referência o modelo do setor privado, e ser empreendido a partir desse.

Desse modo, essas verdades agem sobre os indivíduos na forma de condução dos outros e de si mesmo. As técnicas de governo dos outros e as técnicas de si, portanto, dialogam e se traduzem na governamentalidade neoliberal.

Com relação a isso, Lockmann (2013) diz que a condução da conduta de si e dos outros não ocorre de forma individualizada, mas de maneira mútua. A relação consigo emana da relação com os outros. Significa dizer que as relações com os outros podem se desdobrar, possibilitando o surgimento de uma relação consigo. É uma via de mão dupla em que transitam o governo político e o ético.

Vivemos na era da governamentalidade, e para entender como as políticas públicas de educação servem a determinadas racionalidades, as quais agem de diferentes formas a depender dos momentos históricos e das demandas políticas, econômicas e sociais que as perfazem, é necessário, conforme aponta Foucault (2008b), considerar aquilo que ele chama de governamentalização do Estado, o fenômeno que possibilitou o Estado sobreviver. Sua sobrevivência e seus limites só podem ser concebidos a partir das estratégias gerais da governamentalidade. Por essa razão, é importante nos inteirarmos dos deslocamentos e ampliações suscitadas no itinerário do pensamento *foucaultiano* sobre a arte de governar. E a partir daí compreender como a população vai se tornando o objeto essencial desse Estado de governo (FOUCAULT, 2008b).

## **2.2 Deslocamentos e perspectivas históricas das artes de governar: o itinerário da racionalidade governamental**

No curso ministrado no *Collège de France* (1977-1978) “Segurança, Território, População”, Foucault elabora importantes considerações sobre a instauração do fenômeno da governamentalidade, e apresenta apontamentos que permitem traçar a perspectiva histórica dos deslocamentos das artes de governar. Para Foucault, o prelúdio da governamentalidade encontra-se num modelo de governo arcaico, o da pastoral Cristã, para em seguida apoiar-se, no bojo da razão de Estado, na técnica diplomático-militar e, por fim, a polícia. Esses três grandes pontos fundamentais são imprescindíveis para a compressão do fenômeno basilar na história do Ocidente: a governamentalização do Estado.

No empenho de compreender a dinâmica do Estado de governo, Foucault desenvolveu a noção de governamentalidade como uma linha de força; campo estratégico para o governo dos seres humanos. É no Oriente que a ideia de um governo dos homens tem sua gênese, sobretudo na sociedade hebraica, em que o tema do poder pastoral<sup>18</sup> se expande.

O pastorado Cristão constituiu o primeiro ponto de sustentação na elaboração da governamentalidade. Essa forma de poder assume o problema da salvação como alicerce das relações entre condutores e conduzidos. No âmago dessa relação global, o pastorado Cristão vai inserir toda uma economia, os dispositivos de transmissão, de distribuição, de inversão dos méritos, e é isso, segundo Foucault (2008b), que constitui o ponto basilar dessa forma de governo.

Segundo Ambrózio (2012), na pastoral Cristã há uma ruptura entre a condução dos indivíduos e a soberania política. Isso caracterizou o reordenamento das relações de poder do período. Nesse segmento, o pastorado incumbiu-se de conduzir os indivíduos em direção à salvação, condução por meio da obediência desmedida; enquanto ao soberano, coube a conservação do território no qual se daria toda essa função pastoral.

O modelo de governo pautado na obediência cristã não exerce seu poder sobre um território, mas, como designa Noguera-Ramírez (2011), sobre um rebanho em movimento, que precisa da salvação. O pastorado, nesse sentido, é um poder individualizador e o pastor zela tanto por todos como por cada um. Ele é, necessariamente, um médico encarregado de aliviar e curar as almas, aquele que se empenha em cuidar do rebanho.

Essa individualização não significa a fixação de posições hierárquicas dos indivíduos, tampouco marca um domínio de si sobre si. Ela diz respeito a estruturas de servidão, servidão geral de todos em relação a todos, suscitando a extirpação do egoísmo dos indivíduos. É, por isso, uma individualização por sujeição e subjetivação, adquirida mediante a construção de uma verdade interior e oculta.

Ao conduzir cada ovelha e o rebanho pelo caminho da salvação, o pastorado se relaciona com a lei. Para que todos alcancem a salvação é preciso reduzir-se à obediência aos mandamentos e à vontade de Deus, às leis divinas. Uma relação de extrema submissão, de

---

<sup>18</sup> Sem pretender trazer uma descrição exaustiva sobre as particularidades que tornam distintas a pastoral hebraica e a cristã, trazemos algumas reflexões sobre esses dois tipos de poder/governo pastoral. Segundo Foucault (2008b, p. 201), tanto na história como na organização do povo hebraico, a relação pastor-rebanho não era a única das dimensões, a única forma sob a qual se podia perceber as relações entre Deus e seu povo. Também não existia entre os hebreus uma instituição pastoral propriamente dita. Na sociedade hebraica ninguém era pastor em relação aos outros. Na Igreja cristã, a questão do pastorado possui outra dimensão. O pastor dispõe de autonomia em relação aos outros. O pastorado cristão, nesse sentido, não é meramente uma das dimensões da relação entre Deus e os homens. É a relação fundamental e única, essencial, institucionalizada num pastorado que possui suas leis, regras, técnicas e procedimentos.

desposseção de si, de abdicação do próprio querer e desejos (LOCKMANN, 2013). Isso significa dizer que aquele que é conduzido deve despir-se de si e acatar o que outro diz sobre o que ele deve desejar. Segundo Foucault (2011), a vontade do outro funciona como fundamento da minha própria vontade, contudo eu tenho que desejar por mim mesmo essa vontade do outro. É, por essa razão, simplesmente obediência, subordinação de uma vontade à outra, cuja finalidade é um “estado de obediência definido pela renúncia, a renúncia definitiva a toda vontade própria” (FOUCAULT, 2008b, p. 235).

Trata-se da relação da obediência – para fins de salvação – com outro elemento presente no pastorado: a verdade. Assim a salvação só pode ser alcançada mediante sujeição à lei com a condição de obedecer, confessar e praticar determinada verdade. O pastor, nesse processo, deve orientar para a salvação, estabelecer a lei, e ensinar a verdade. Ensinar a verdade, o ato de ensinar, a função do pastor quanto ao ensino da verdade é inerente aos seus próprios atos, ao seu exemplo de vida. Essa atribuição não é um empreendimento unilateral, não significa meramente ensinar sobre um objeto. Quanto a isso, Foucault ressalta que se trata de algo complexo, pois o pastor deve conduzir o ensinamento pautado na sua própria vida, ensinar por seu exemplo, “[...] o valor desse exemplo é tão forte que, se ele não dá uma boa lição com sua própria vida, o ensino teórico, verbal, que vier a ministrar se verá obscurecido por isso mesmo” (FOUCAULT, 2008b, p. 238).

O pastor, como aquele que ensina – e não ensina a todos da mesma forma, até porque o espírito daqueles que são ensinados é diferente, e é impossível alcançá-lo do mesmo modo – ; a forma como ele se comunica com seus ouvintes se assemelha com a noção tradicional de ensino. Contudo, há duas características essenciais que marcam o ensino no pastorado cristão: primeiro, ele precisa ser realizado no intuito de conduzir as condutas das ovelhas no cotidiano. Dessa maneira, essas condutas estariam submetidas à vigilância da vida cotidiana. Nessa lógica, não seria apenas produto de um ensino dos princípios gerais, do saber/fazer, tampouco resultado de um exemplo. Trata-se de assumi-la como grade para a construção de um saber contínuo, o qual serviria como parâmetro para o comportamento dos indivíduos e de suas condutas.

A segunda característica pauta-se na direção de consciência. “O pastor não deve simplesmente ensinar a verdade. Ele deve dirigir a consciência” (FOUCAULT, 2008b, p. 239). Na experiência cristã, a direção de consciência era imposta e perene, diversamente do que era praticado na Antiguidade quando ela era voluntária e circunstancial. Esse exame de consciência, segundo Kroetz e Ferrano (2019) não objetivava levar o indivíduo a tomar o controle de si mesmo, mas dizer a alguém o que praticou, sentiu, ou ao que foi submetido; dizer a alguém:

“dirija-me” (FOUCAULT, 2008b, p. 239). O exame de consciência, por isso, fundamenta a relação de dependência ao outro.

Nesse segmento, o indivíduo, a todo o momento, vai elaborar sobre e a partir de si um determinado discurso de verdade via exame de consciência. Essa verdade se tornará o elo que o conectará àquele que conduz sua consciência. Isso configura o exercício de poder do pastorado cristão, ao passo que marca a relação dessa prática de poder aos atos de verdade. Com efeito, o poder, ou qualquer forma de poder, dificilmente será exercido sem vincular-se, de algum modo, a uma manifestação de verdade, sem qualquer coisa como uma aleturgia.

A aleturgia, assim como ressalta Lockmann (2013), pode ser entendida como o feito de exteriorização do verdadeiro, um tipo de ritualização que expõe algo como uma verdade. Nesse sentido, a produção do conhecimento e da verdade na consciência dos sujeitos pelos instrumentos lógicos e experimentais, nada mais é do que um exemplo das formas possíveis de aleturgia.

No curso “Do governo dos vivos” de 1980, são observáveis os deslocamentos da noção de governo dos homens pela verdade. Isso se deve ao fato de que os momentos históricos distintos são atravessados por racionalidades diferentes, por formas peculiares da prática do poder, por racionalidades que produzem o exercício mesmo do governo. Nesse sentido, ao tratar da pastoral cristã, cabe destacar a aleturgia oracular/religiosa – mencionada na aula do dia 23 de janeiro de 1980 – como um dos modos de verificação, de dizer o verdadeiro que se autoriza em um poder que é sempre exterior àquele que fala. Então, aquele que se ergue para proferir sua opinião como um parecer de direito e verdade, começa invocando uma divindade para legitimar o seu dizer verdadeiro, “ele se serve de um bastão de comando que é ao mesmo tempo o signo de sua potência e a fonte, de qualquer modo, da verdade disso que ele dirá” (FOUCAULT, 2011, p. 62).

O poder pastoral, por essa razão, tinha o pastor como portador da verdade, e ele anunciava a verdade a partir de um outro. Esse outro, salienta Lockmann (2013), é Deus, a verdadeira fonte da verdade. A autora chama a atenção para a natureza transcendente que acompanha o exercício do poder pastoral. Esse se alicerça em elementos de outro mundo, seja através da verdade metafísica que ele proclama, seja pela condução do rebanho rumo à salvação, seja pelas explicações embasadas no poder do próprio Deus para os fenômenos que sucediam.

Para prosseguir com o itinerário das artes de governar e seus deslocamentos históricos, é importante sublinhar que a pastoral cristã coexistiu com outra racionalidade, outra forma de governo, caracterizada por um tipo de poder soberano, um poder centralizado na pessoa do soberano, um poder que evidencia a problemática do principado e do príncipe. Assim, para

avançar nesse exercício é imprescindível tomarmos como plataforma de subsídios teóricos as reflexões oriundas das aulas dadas por Foucault no *Collège de France* entre os anos de 1978 a 1980, quais sejam: “Segurança, Território, População”, “Nascimento da biopolítica” e “Do governo dos vivos”. Portanto, é necessário identificar alguns pontos inerentes à própria compreensão de “governo”, para a partir disso ser possível entender os desdobramentos sobre seus problemas e sobre as multiplicidades de suas práticas.

Nas sociedades greco-romanas, a prática do poder político não pressupunha o direito, tampouco a expectativa de um governo concebido como o exercício de condução dos sujeitos e suas vidas. Nessas sociedades, o governo tinha como objeto essencial o território, as cidades. O governo era exercido com base em orientações subsidiadas por tratados que se configuravam como recomendações ao príncipe. De acordo com Foucault (1979, n.p), tais recomendações diziam respeito “ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos; conselhos para amar e obedecer a Deus, introduzir na cidade dos homens a lei de Deus, etc.”.

Do século XVI ao século XVIII outros tratados emergiram, não mais como recomendações ao príncipe, mas como prenúncio de um modo diferente de governo, da arte de governar. Isso não significa dizer que, nesse momento, tais tratados já representassem uma ciência política. Contudo, o problema do governo, nesse período, colocara em pauta a emergência de se pensar sobre outros e diferentes aspectos quanto ao seu exercício. O problema do governo dos Estados pelos príncipes, então, suscitou questões diversas a propósito de aspectos dessemelhantes: como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos permitir ser conduzidos, como fazer para ser o melhor governador?

Nessa nova grade de inteligibilidade eclodiram atualizações do problema, ou seja, problema do governo de si, problema do governo das almas e das condutas, problema do governo das crianças, problema do governo dos Estados pelos príncipes (FOUCAULT, 2008b). Esse arcabouço de problemas que é característico do século XVI se localizou, portanto, na confluência de dois movimentos, quais sejam: a criação dos Estados territoriais, administrativos, coloniais; e o movimento de Reforma e Contrarreforma<sup>19</sup>, esse, além de

---

<sup>19</sup> A contrarreforma é entendida como a reação da Igreja Católica ao avanço do protestantismo pela Europa. A ascensão protestante foi impulsionada pelas críticas realizadas pelo monge alemão Martinho Lutero, por meio de uma carta escrita por ele, conhecida como “95 teses”. Mediante este documento, Lutero objetivava contestar a respeito da utilização das indulgências como forma de conceder perdão aos pecados dos fiéis. Seu intuito era reformar a Igreja por meio da moralização das práticas do clero, e sua ação manifestava uma insatisfação de longo prazo que existia contra os abusos promovidos pela Igreja de Roma. Em resposta, a Igreja Católica desencadeou uma série de ações que incluíram a catequização de pessoas por meio dos jesuítas, a reativação do tribunal da Inquisição, a proibição de certos livros, etc. Alguns dos princípios estabelecidos para a reforma da Igreja Católica

interferir no primeiro, contestou o modo como se desejava ser espiritualmente conduzido na terra, em direção à salvação individual. O que está posto é, de um lado, a concentração do Estado, e de outro, o conflito e a dispersão religiosa, ou seja, a instabilidade do pastorado.

É no cruzamento desses dois movimentos que, segundo Foucault (2008b), está situado o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual propósito, por meio de quais estratégias. “É uma problemática geral do governo em geral, que é a característica dominante dessa questão do governo no século XVI” (FOUCAULT, 2008b, p. 119). Isso nos leva a pensar sobre o contraste entre a forma monolítica da soberania e as variadas formas de governo. A pluralidade das artes de governar, portanto, é o fator que estabelece limites ao poder unilateral do monarca, estatuído pela teoria jurídica do soberano, o qual busca demarcar, a todo o momento, a fronteira entre o poder do príncipe e qualquer outra configuração de poder.

Nesse sentido, para delinear uma compreensão da noção de governo sob sua forma política, Foucault elaborou um quadro de entendimento no qual ele posicionou essa pluralidade das artes de governar em contraponto a um texto que, do século XVI ao XVIII, significou um marco de objeção e rejeição: “O Príncipe” de Maquiavel.

Entretanto, a obra de Maquiavel não foi objeto de repulsa para seus contemporâneos, tampouco para seus sucessores imediatos. Segundo Candiotta (2010), o texto reaparece no início do século XIX devido ao intrincado momento assinalado pelas incursões de Napoleão Bonaparte em terras estrangeiras, pelo problema da Revolução Francesa, bem como pela emergência da estabilidade e importância política das relações de força e do cálculo dessas relações nos países europeus – declarada pelo Congresso de Viena em 1815 como fundamento para a inteligibilidade e racionalização das relações internacionais –, e pelos embates inerentes ao processo de unificação da Alemanha e da Itália.

A propósito, um dos motivos do retorno ao pensamento de Maquiavel está relacionado ao fato de que ele, no seu momento, foi um dos que já haviam pensado sobre em que circunstância poderia ser materializada a unificação territorial da Itália. Contudo, para Candiotta (2010), a razão principal para esse novo acesso à obra “O Príncipe” foi o questionamento preponderante que se apresentou ao sabor da contingência do final do século XVIII e início do século XIX: “como e em que condições é possível manter a soberania de um soberano sobre um Estado?” (FOUCAULT, 2008b, p. 120).

Entre esses dois movimentos – a valorização da obra de Maquiavel no século XVI e sua redescoberta no século XIX – emerge uma vasta literatura anti-Maquiavel, que não possui

---

foram debatidos durante o Concílio de Trento. Disponível em: < <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/contrareforma.htm>>. Acesso em: 12 set. 2020.

unicamente uma conotação negativa de cerceamento, de refutação, de repúdio do inaceitável, mas, de igual modo, apresenta positivities no que tange a objeto, conceitos e estratégias. É por esse ângulo profícuo que Foucault analisa essa literatura.

Na emergência da ideia de um governo dos homens, em face dessa literatura antimachiaveliana, Foucault toma como empreendimento a análise de um dos principais livros dessa grande literatura: “O espelho político, contendo diversas maneiras de governar”, de Guillaume La Perrière. Candioto (2010) salienta que no século XVI, esse texto foi considerado um dos expoentes da política da multiplicidade frente à ideia monolítica do governo, semelhante à soberania do príncipe.

O príncipe de Maquiavel é aquele que se põe soberano por aquisição de um principado. A sua soberania se estabelece a partir de uma monarquia herdada, conquistada. Isso significa que o príncipe é um elemento extrínseco a esse principado, não é parte dele. Não há um vínculo de pertencimento primordial, elementar, natural e jurídico entre ele e seu principado. O elo entre soberano e seu domínio é um elo de violência, de tradição, de acordos e tratados de outros príncipes. Logo, “na medida em que essa relação é de exterioridade, ela é frágil, e não vai parar de ser ameaçada” (FOUCAULT, 2008b, p. 122). Por essa razão, o poder do soberano, o exercício desse poder recai sobre a intenção de proteger, consolidar e assegurar o principado.

Essa é uma relação de proteção que se dá entre o príncipe e o que ele detém, ou seja, o território com os súditos obedientes. No entanto, a fragilidade dessa relação, denunciada, sobretudo pelas ameaças exteriores e pela incerteza da submissão dos súditos, vai criar uma plataforma de reflexões que permitirá problematizar e questionar a habilidade do príncipe em manter seu principado, bem como a articulação das relações de forças que possibilitará ao monarca protegê-lo.

Ao sabor da obra de Maquiavel, o que parece estar em questão é a habilidade do príncipe em conservar seu principado mediante tratados. O príncipe é o soberano, e somente ele governa. Em contraposição a esse pensamento, a literatura antimachiaveliana tratou de contestar essa habilidade do príncipe de garantir sua soberania enquanto uma arte de governar. A arte de governar seria, portanto, outra coisa.

Essa conjuntura, pensamos nós, é o ponto limiar de reflexão sobre os problemas do governo; do deslocamento do instrumento de soberania para os instrumentos de disciplina e segurança. É o momento que marca o movimento inicial da análise da arte de governar “centrada no problema da governamentalização do Estado moderno entre os séculos XVI e XIX, para análise do governo como problema ético na constituição do sujeito através de prática de si” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 77).

Nesse seguimento, o que seria essa outra coisa mencionada pela literatura anti-Maquiavel? Para tentar identificar isso, Foucault lança mão do texto supracitado de La Perrière, o qual traz distinções sobre o que se entende por “governar” e “governador”. O sentido de “governador”, portanto, estaria vinculado a uma multiplicidade de agentes – monarca, rei, príncipe, juiz, etc., – enquanto o termo “governar” estaria relacionado às diversas formas das artes de governar, por assim dizer, governar uma casa, governar as almas, as crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, governar uma família, a população, a si mesmo.

Esses diversos modos das artes de governar pensados desde o século XVI, assim como dito por Candiotta (2010), foram essenciais para a ideia *foucaultiana* de uma genealogia da governamentalidade ante a teoria da soberania. A partir de então, a questão da política e da ética segue entrecruzada numa corrente composta pelas relações de poder, governamentalidade, governo das populações e governo de si (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011).

Portanto, todas essas formas de governo estão localizadas e são mobilizadas no interior do Estado ou da sociedade. Aqueles que governam, bem como as práticas heterogêneas de governo, são variados. Em outras palavras, à proporção que muita gente pode governar – o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação ao aluno –, muitas formas de governo podem existir. Isso nos leva a pensar que, a singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel é meramente mais uma forma de governo.

Em vista disso, tal concepção implica no esforço de identificação de certa imanência entre o governo soberano sobre o Estado e outras formas e práticas de governo. Significa buscar compreender a “pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado; multiplicidade e imanência que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel” (FOUCAULT, 1979, n.p). Dentre essas entremeadas formas de governo que se conectam no âmago da sociedade e do Estado, é imprescindível determinar qual delas predomina sobre o Estado como um todo.

Foucault, na ânsia de desenhar a tipologia das diversas configurações de governo e exemplificar as suas distinções, contrasta o Príncipe de Maquiavel a uma série de textos de La Mothe de Vayer (1588-1672). Assim, Foucault chama a atenção para a existência de três tipos de governo, os quais apresentam contornos de pensamento e ciência dessemelhantes: o governo de si mesmo, que diz respeito à moral; o governo da família, alicerçado na economia; e o governo do Estado, que pertence à política.

Contrariando a ideia de uma descontinuidade entre o poder do príncipe e outras configurações de poder, assim como é reivindicada pela teoria jurídica do soberano; essas artes de governar, no entanto pressupõem uma continuidade ascendente e outra descendente. A



espécie de linha ascendente embasa a concepção de que, quem deseja governar o Estado, precisa, primeiramente, ser capaz de governar a si mesmo, para em seguida ser capaz de governar sua família e seus bens, e, por fim, estará habilitado para governar o Estado. De outro modo, a continuidade descendente diz respeito ao sentido de que, quando o Estado é bem conduzido, as famílias e os bens são bem governados pelos pais de família, e assim, os indivíduos, de modo semelhante, se governam apropriadamente.

Segundo Foucault, essa continuidade descendente, “que faz o bom governo do Estado repercutir até na conduta dos indivíduos ou na gestão das famílias, é o que se começa a chamar, nessa época, de ‘polícia’” (FOUCAULT, 2008b, p. 126). Nessa óptica, a teoria jurídica do soberano garante a continuidade ascendente das formas de governo, e a polícia, sua continuidade descendente.

Retornando ao que defendia La Perrière, existem outras perspectivas na análise das artes de governar. Assim, o principado em Maquiavel e a soberania jurídica se firmavam no domínio sobre o território e as pessoas que nele habitavam, esses eram o alvo do poder, o próprio fundamento do principado ou da soberania. Na obra de La Perrière, a noção de governo não se relaciona ao território, mas sim a “coisas”, governam-se coisas. Foucault (2008b) esclarece então o que compreende essas coisas, o que La Perrière sugere com isso. Destarte, ele as associa com aquilo que forma um complexo constituído pelos homens e pelas coisas; as conexões dos homens com as coisas. Essas coisas são, portanto, as riquezas, os recursos, os meios de sobrevivência, o território e suas características geográficas, os costumes, os hábitos, os acidentes, a fome, as doenças, a morte, o modo de fazer e de pensar.

O governo, para La Perrière, significa a correta disposição das coisas, as quais alguém se responsabiliza por orientá-las rumo a um propósito adequado. Nesse sentido, segundo Foucault (2008b, p. 130), “o governo tem, portanto uma finalidade, ele dispõe das coisas [tendo em vista um fim]. E, nisso também, creio que o governo se opõe muito claramente à soberania”.

As múltiplas possibilidades de governo assumidas tanto na obra de La Perrière quanto na de Vayer, assinalam para uma ruptura significativa entre o propósito do principado em si mesmo e o objetivo do governo nos processos que ele conduz. Enquanto a soberania produz suas ferramentas de poder, sob a forma de lei, a partir de si mesma; o governo busca potencializar suas práticas mediante diversas táticas. A lei, por certo, não é o instrumento principal.

Essa ruptura, bem como esses diversos modos de governar ensejaram, por assim dizer, deslocamentos das ideias sobre as relações de poder e sobre aquilo que se concebe por Estado. “Este deixa de ser entendido exclusivamente como forma terminal, sedimentada, de uma

correlação germinal entre forças heterogêneas” (CANDIOTTO, 2010, p. 37). Essa correlação de forças e suas formas não são mais ponderadas pela analítica do poder. Desse modo, as relações de poder consistem numa esfera de influências e interferências pautada em perspectivas díspares, todavia de uma ordem singular, ou seja, o objetivo será sempre conduzir as populações, o comportamento e as ações alheias, e a si mesmo. Por essa razão, Candiotto (2010) salienta que a macropolítica se torna inseparável da micropolítica.

Diante desse quadro de entendimento, Foucault, ao considerar a insolvência do modelo de governo no qual o exercício do poder era pensado como exercício da soberania, bem como a transição desse modelo a uma nova perspectiva das relações de poder, elaborou uma superfície de contato entre as diversas formas de governar. Assim, apresentou, ao estudar as relações de poder no sentido de condução das condutas, uma genealogia das grandes economias de poder no Ocidente. Um Estado de Governo, definido a partir de três momentos distintos: primeiro, o Estado de Justiça, o qual emerge de uma territorialidade de natureza feudal, sociedade da lei – lei sacramental e leis escritas –; Estado administrativo, oriundo de uma territorialidade de tipo fronteira, sociedade de regulamentos e de disciplina; e um Estado de Governo, caracterizado não por sua territorialidade, mas por sua população.

Nessa espécie de prisma, é possível perceber uma sequência de mudanças; deslocamentos que suscitaram outros tipos de racionalidades e outros modos do exercício do poder. Assim, pode-se situar um fenômeno que é capital, uma mudança importante na arte de governar. Trata-se do governo exercido conforme a razão de Estado, razão esta que, no final do século XVI e início do século XVII, deparou-se com seu primeiro formato, resultado do deslocamento de um governo, orientado por leis divinas e naturais, para um governo dirigido segundo sua realidade e demandas.

Nessa lógica, o governo orientado por essa razão de Estado se abstém da preocupação com a salvação dos indivíduos, e assume regras racionais que lhes são particulares, que não se baseiam nas leis naturais, tampouco nas leis divinas, nem nos princípios da sabedoria ou da prudência (FOUCAULT, 1979).

Em suma, a arte de governar não mais se fundamenta em regras transcendentais, muito menos na sabedoria ou no poder centralizado no soberano, mas naquilo que compreende a realidade específica do Estado. A razão de Estado, nesse sentido, é o próprio *telos* do Estado, “e é igualmente o conhecimento que possibilita, de certo modo, acompanhar a trama dessa razão de Estado e obedecer a ela” (FOUCAULT, 2008b, p. 344). É, por isso, uma forma de conhecimento; existência das coisas que possibilita que os desejos emergam a partir daquilo que se conhece. A razão, então, é a essência das coisas, o conhecimento da natureza das coisas que

produz certa força. E esta força autoriza e, pode se dizer, obriga a uma vontade, vontade mesmo de atender à razão das coisas. A razão de Estado é, portanto, um modo novo de governo que se alicerçou em duas dimensões de saber e tecnologias políticas, a citar: a tecnologia diplomático-militar e a polícia.

O dispositivo diplomático-militar<sup>20</sup>, segundo Lockmann (2010), objetiva equalizar o desenvolvimento dos Estados, sua potencialização, e seus interesses. Essa tecnologia possibilita o crescimento das forças de alguns Estados sem, contudo, consentir que outros sofram prejuízos ou deixem de existir. Nesse sentido, as forças estatais são garantidas mediante alianças e pela estruturação de um aparelho armado. Isso asseguraria a não ameaça de Estados potentes àqueles menores e menos potentes, os quais podem se articular para disputar com os mais fortes. Assim, elabora-se um mecanismo de equilíbrio do desenvolvimento e potencialização dos Estados. “Tal dispositivo age de fora dos Estados, do seu exterior, estabelecendo alianças para que nenhum dos Estados se desenvolva demais ou se enfraqueça demais” (LOCKMANN, 2010, p. 51).

Esse sistema de segurança foi estabelecido ao fim da Guerra dos Trinta Anos<sup>21</sup> para delimitar, o máximo possível, a mobilidade dos Estados e o acúmulo de riquezas. Pensava-se que isso, possivelmente, impediria que um Estado dominasse os outros, anulando, na prática, um ordenamento de características imperiais. É um sistema de proibições e impedimentos representado, por exemplo, pelo modelo mercantilista. O mercantilismo, por isso, não significa apenas um teoria econômica, é também uma prática política que tem por objetivo conduzir a movimentação financeira, os fluxos monetários entre os Estados, bem como a fluidez de mercadorias e a produção da população.

Para Foucault, a política mercantilista constitui, fundamentalmente, o aumento da produção da população, o quantitativo de população ativa, a produção de cada indivíduo ativo e, a partir daí, definir fluxos e equilíbrio comercial que permitam a inserção, no Estado, do maior montante de moeda que seja possível, “graças a que se poderá pagar aos exércitos e tudo o que assegure a força real de um Estado com relação aos outros” (FOUCAULT, 1979, n.p).

---

<sup>20</sup> A técnica diplomático-militar era operada por meio de uma organização permanente entre os Estados. Segundo Foucault (2008b, p. 406), era uma organização de consulta, com embaixadores reunidos em permanência numa cidade. Essa cidade seria Veneza, território tido como neutro e indiferente a todos os Estados, e esses embaixadores reunidos permanentemente se encarregariam de extinguir os conflitos e as disputas e assegurar para que o princípio do equilíbrio fosse mantido.

<sup>21</sup> A Guerra dos Trinta Anos ocorreu na Europa Central entre 1618 e 1648, e foi marcada por lutas religiosas e políticas que culminaram, de forma definitiva, no desaparecimento tanto do sonho imperial como do universalismo eclesiástico, e que definiram, uns diante dos outros, certo número de Estados que podiam, todos, aspirar à afirmação de si mesmos e à autoridade de sua própria política. O objetivo era o equilíbrio da Europa (FOUCAULT, 2008b, p. 398).

Sobre a emergência da técnica política de polícia, segundo a razão de Estado, ela se relaciona às características do poder pastoral. Trata-se da polícia como mecanismo decisivo da arte de governar, que foi crucial no processo de governamentalização do Estado, tendo a vida e a população como objetos e alvos da prática de governo. Assim, se define os componentes que sinalizam a governamentalidade, ou seja, a população como alvo, a economia política como forma de saber e as técnicas de segurança, internos e externos, como meios para assegurar o domínio do governo em referência à soberania e a disciplina.

A polícia se constitui, portanto, em instrumento de controle das atividades do povo, dos homens, da população. Elemento que forma a força do Estado, e regula seus objetos: o número de cidadãos, as necessidades da vida, a saúde, as profissões, a coexistência e mobilidade dos indivíduos, bem como seus direitos de nascer e morrer. Seu intento é administrar vidas, conduzir a urbanização do território e o bem-estar das populações.

É importante mencionar, assim como Foucault (2008b) evidencia, que do século XVII ao fim do século XVIII, a palavra polícia possuía significado dessemelhante ao que hoje concebemos como polícia. Conforme o autor, a partir do século XVII, o termo será utilizado para designar “o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 421). Isso significa que a polícia será o cálculo e a tecnologia que viabilizará a definição de uma relação instável, porém controlável e, de certo modo, estável, entre a ordem no interior do Estado e a potencialização de suas forças.

Essas duas grandes tecnologias trabalham no âmago da arte de governar – a razão de Estado – e operam a partir de táticas e ações diversas. Conforme Lockmann (2013), enquanto o dispositivo diplomático-militar atua exteriormente, no esforço de zelar pelo equilíbrio e, ao mesmo tempo, limitando as forças dos Estados; a polícia exerce sua função no interior dos mesmos, buscando sua potencialização, vigiando e velando pela ordem e disciplina.

A disciplina, por isso, está presente na razão de Estado a partir do século XVII. Nesse período, houve um movimento de olhar para o corpo como objeto e interesse do poder. Ele seria o corpo passivo de manipulação, conformação, de treinamento, o corpo que se submete, que é obediente, habilidoso, que responde, ou cujas forças se intensificam. O corpo numa dimensão técnico-político, construído por um complexo de prescrições militares, escolares, hospitalares, metodológicos e procedimentos empíricos e cautelosos com o objetivo de conduzir ou retificar o cálculo do corpo com vistas a um Estado completamente gerido e controlado.

Nos séculos XVII e XVIII, a disciplina se tornou mecanismo geral de dominação e caracterizou as sociedades como disciplinares. É o momento em que surge uma arte do corpo

humano, cujas pretensões vão além do desenvolvimento de habilidades, da submissão e obediência. Mas intenta, de igual modo, constituir uma relação “que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2013, n.p).

Assim, fica evidente a existência de uma política do constrangimento de gestos e comportamentos, posta em prática pela maquinaria de poder que analisa, desloca e classifica os corpos, definindo, por isso, o controle sobre a conduta e os corpos dos outros. Sendo assim, fixam-se procedimentos para que os corpos trabalhem conforme técnicas que visam à rapidez e a eficácia que se necessita.

A disciplina procede, portanto, na construção de corpos submissos e treinados, corpos docilizados. Ao mesmo tempo em que ela intensifica a força do corpo para fins econômicos e laborais, subtrai essa mesma força no que se refere ao político e à obediência. O que se pode perceber é uma desarticulação do poder do corpo. Ora é sinônimo de aptidão, habilidade e eficiência em constante impulsionamento, ora isso se inverte, e o corpo é reduzido a uma relação de sujeição inflexível. O pensamento *foucaultiano* desvela, portanto, que se a exploração econômica desassocia a força e o produto do trabalho, é preciso saber que o constrangimento disciplinar determina no corpo a conexão repressiva entre uma capacidade ampliada e uma dominação exacerbada.

Apesar desses desdobramentos apresentados pelo pensamento *foucaultiano*, o qual considera a sociedade moderna como uma sociedade disciplinar, e mesmo diante da emergência da razão de Estado, o filósofo francês não declarou extinta o *modus operandi* da soberania. Para Foucault (2008b), a arte de governar, antes do século XVIII, não conseguiu, por algumas razões, se expandir e adquirir consistência.

Desse modo, a arte de governar permaneceu bloqueada no desenrolar do século XVII. Primeiro por razões históricas: a Guerra dos Trinta Anos, as grandes revoltas rurais e urbanas, a crise financeira, a crise dos meios de subsistências, enfim. Esse conjunto de acontecimentos levou ao endividamento de toda a política das monarquias ocidentais no findar do século. Isso impediu que a arte de governar se expandisse, haja vista que ela só pode ser efetivada, “se refletir, adquirir e multiplicar suas dimensões em período de expansão, isto é, fora das grandes urgências militares, econômicas e políticas que não cessaram de atormentar o século XVII, do início ao fim” (FOUCAULT, 2008b, p. 135).

Foucault assinala outras razões, além das históricas, para a obstrução da arte de governar, são razões de ordem política. Trata-se da legibilidade da problemática da prática da soberania, percebida tanto como questão teórica quanto como princípio e organização política. Essa legibilidade foi preponderante para o bloqueio da arte de governar. Para Foucault,

enquanto a soberania, as instituições de soberania eram as instituições principais, enquanto o exercício do poder foi tomado como prática da soberania, a arte de governar não conseguiria se alargar de modo distinto e autossuficiente.

Nesse contexto, o mercantilismo foi, por certo, “a primeira racionalização do exercício do poder como prática do governo; é de fato a primeira vez que começa a se constituir um saber de Estado capaz de ser utilizado para as táticas de governo” (FOUCAULT, 2008b, p. 136). No entanto, conforme afirma Foucault, o mercantilismo se viu bloqueado, e isso se deve ao fato de que o seu objetivo era, necessariamente, o poder do soberano. Nesse intuito, ele assumiu as próprias ferramentas da soberania: leis, decretos, regulamentos.

Em razão disso, o desenvolvimento e o enriquecimento do Estado não era a sua pretensão primordial. A finalidade era garantir ao soberano dispor de riquezas, possuir recursos e compor exércitos com fins de promover sua política. “O mercantilismo procurava fazer as possibilidades dadas por uma arte refletida de governo entrarem numa estrutura institucional e mental de soberania que a bloqueava” (FOUCAULT, 2008b, pg. 136). Assim, essa racionalização se viu tolhida frente ao quadro, demasiado amplo, rígido e abstrato da soberania enquanto instituição; e por uma ideia de economia baseada na gestão de um pequeno conjunto formado pela família e pela gente da casa.

O governo da família, segundo Lockmann (2013), era compreendido como uma estratégia de poder indissociável da sociedade, e possuía diversas intencionalidades, tais como: o bem-estar da família, a administração de seu patrimônio, de sua felicidade, e de sua riqueza. Esse modelo econômico limitava-se, portanto, ao exercício de gerência do lar, dos membros da família, bem como da defesa da propriedade privada. Sendo assim, ele acabou por reduzir a economia às questões domésticas.

Em outras palavras, pode-se dizer que, o modelo econômico baseado na gerência da família possuía aspectos limitados, estreitos e incoerentes. E por essa razão, ele não pôde mais ser tomado como parâmetro para a gestão geral do Estado, como a referência de um bom governo, de um governo econômico, como a medida para aplicação de uma economia ajustada à grande dimensão do Estado.

Contudo, somente no início do século XVIII que se pôde operar o desbloqueio e a emancipação das artes de governmentação preliminarmente rascunhadas pelo mercantilismo. Os fatores que influenciaram para esse desbloqueio se relacionaram, conforme Foucault (2008b), à expansão demográfica do século XVIII; à profusão monetária alimentada pelo desenvolvimento agrícola; e à extração de metais preciosos e outros insumos de grande valor de terras além mar.

O desbloqueio das artes de governar esteve relacionado à emergência do problema da população, ao deslocamento do modelo econômico para outra coisa além da família. Isso possibilitou a constituição de uma ciência do governo, o que permitiu que a economia pudesse ser tratada com base na realidade do Estado, bem como viabilizou a definição do problema específico da população. Esse desbloqueio decorre precisamente pela necessidade imediata dos ditos instrumentos de seguridade.

Tais instrumentos são compreendidos como as tecnologias de governo capazes de tratar, refletir e calcular, fora do marco jurídico da soberania, os efeitos próprios da população, ou seja, crescimento, consumo, mortes, epidemias, reprodução, trabalho, riqueza, dentre outros, os quais, segundo Duarte (2011), se tornaram conhecidos a partir da constituição da ciência estatística em meados do século XVIII. É por meio da estatística que as artes de governar vão mostrar que a população é permeada por múltiplos fenômenos, os quais excedem os efeitos da família. Com isso, a população passa a ser medida e calculada a partir de seus deslocamentos, suas ações, mobilidades e atividades, e, por isso, apresenta consequências econômicas peculiares.

A família, nesse processo, deixou de ser o modelo ideal do bom governo, como na Idade Média, e vai figurar como unidade no âmbito da população, como objeto do bom governo da população (DUARTE, 2011). Desse modo, o povo emerge como meta final do governo, cujo propósito não é governar, mas melhorar as condições de vida dele, sua mobilidade, saúde, entre outros aspectos, através, por exemplo, de campanhas ou estratégias que vão viabilizar o impulsionamento de determinadas atividades ou fluxos da população que, a partir de então, se torna o objeto que o governo necessitará considerar nas suas observações, em seu saber, para assim poder, verdadeiramente, governar de forma racional e refletida. Nessa lógica, vemos o nascimento de uma determinada ciência, notadamente a economia política.

A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população em sentido amplo, daquilo que chamamos precisamente de 'economia'. A economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre população, o território, a riqueza, se constituirá uma ciência chamada 'economia política' e, ao mesmo tempo, um tipo característico de intervenção do governo, que será a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, passagem de um regime dominado pelas estruturas da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, deu-se no século XVIII em torno da população e, conseqüentemente, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 2008b, p. 140-141).

É importante ressaltar, assim como salienta Lockmann (2013), que a temática fulcral das artes de governar sempre foi a economia, ou seja, a forma como a economia poderia ser inserida na administração do Estado com fins de conduzir adequadamente os indivíduos, os patrimônios, as riquezas. Essa problemática, constantemente permeou os debates em torno do desbloqueio das artes de governar.

No transcurso dessas reflexões, pode-se perceber em síntese, que o desbloqueio das artes de governar se deu mediante três fatores, os quais insularam a economia como domínio singular de realidade, ao mesmo tempo, como ciência e tecnologia de interposição e influência do governo nesse campo de realidade (FOUCAULT, 2008b). Tais fatores compreendem: a supressão da família como modelo econômico e sua redução a nível inferior em relação à população; a população como objeto e objetivo principal do governo, como fim e o instrumento do governo – “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer” (FOUCAULT, 2008b, p. 140) –; e o surgimento da economia política, ou seja, o emprego de um conhecimento específico, um saber particular que possibilita avaliar, mensurar e quantificar os efeitos globais da população.

Convém destacar que, com o nascimento da economia política, o problema da soberania não foi eliminado. Ele foi alterado a partir da integralização de novas tecnologias de governamento, baseadas em técnicas de regulação de autorregulação dos fenômenos populacionais (DUARTE, 2011) a partir de rudimentos e estratégias de governamento já existentes e atuantes, as quais, precisamente, tinham sustentado o *modus operandi* do Estado, fortalecendo-o.

Quanto à disciplina, ela também não foi extinta. Sua organização e sua implantação em instituições onde ela floresceu no século XVII e no limiar do século XVIII – escolas, fábricas, conventos, exércitos – são assumidas como grade de inteligibilidade para pensá-la no momento mesmo em que se buscava administrar a população. Gerir a população não significa meramente gerenciar a massa coletiva dos fenômenos na esfera dos seus resultados totais. Para Foucault (2008b, p. 142), “administrar a população quer dizer administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe”.

Esses deslocamentos, esses movimentos das artes de governar ocorridos desde o século XVI, vão suscitar, no século XVIII, aquilo que Foucault denominou de governamentalidade, um complexo de técnicas, procedimentos, instituições, estudos e reflexões, cálculos e estratégias que viabilizaram o exercício dessa forma particular de poder. A governamentalidade, enquanto tendência e linha de força, enquanto forma de governo que



proporcionou e ainda propicia a evolução de um conjunto de instrumentos específicos de governo, bem como o desenvolvimento de toda uma série de saberes, segue sendo praticada até os dias atuais. Nesse sentido, percebe-se que o Estado, desde a Idade Média até hoje, continua sendo governamentalizado por instrumentos de gestão da conduta das populações. É o que Foucault (2008b, p. 145) denomina de “governamentalização do Estado”, salientando que não se trata da estatização da sociedade.

Aqui, devemos lembrar que as reflexões de Foucault partem de um contexto próprio da realidade europeia. Mas isso não nos impede de toma-las como recursos profícuos para pensar os contornos que o processo de governamentalização vem assumindo na realidade brasileira, o qual segue orientando as práticas do Estado brasileiro na condução de condutas e da população, bem como marcando, por meio de intervenções múltiplas, novas formas de materialização do neoliberalismo.

Assim, considerando os diferentes momentos históricos que classificam ambas as realidades, o pensamento *foucaultiano*, sobretudo o que direciona para a noção de governamentalidade, nos permite analisar os mecanismos de governo em operação no Brasil. Segundo Lopes (2011), temos um Estado cada vez mais ubíquo e mais articulado às relações de mercado como um investidor em políticas que apontam para a importância do empreendedorismo de si; estimulador de políticas públicas diversas, dentre elas as educacionais.

Desse modo, as incumbências do Estado alcançam todas às instâncias institucionais nas quais os indivíduos são marcados como sujeitos morais, educacionais e econômicos. Nesse sentido, consumo, educação, reprodução, morte, vida, trabalho, casamento, e outros, são exemplos de práticas de investimento em si mesmo, “sendo o ‘si mesmo’ uma empresa individual” (BROWN, 2018, p. 6).

Isso nos permite pensar sobre o campo de articulações e produção das políticas públicas de educação no Brasil sob a óptica da mercantilização, bem como a universalização das práticas sociais e educacionais baseadas no mercado, as quais estruturam condições para a governamentalidade neoliberal num movimento que reivindica o *homo oeconomicus* em detrimento do *homo politicus*.

Nessa lógica, as políticas educacionais brasileiras parecem fazer parte do trabalho de uma normatividade neoliberal compreendida como um modo distinto de razão, que caracteriza todos os aspectos da existência em termos econômicos (MACEDO, 2017). O sujeito é “tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens” (BROWN, 2018, p. 8).

Trata-se de uma nova arte de governar pautada na racionalidade neoliberal, e que muito se aproxima das táticas potencializadas e aplicadas ao processo de elaboração das políticas públicas de educação no Brasil. Em vista disso, na tentativa de melhor compreender os seus desdobramentos avançaremos, na próxima seção, sobre a temática a partir do curso ministrado por Foucault no *Collège de France* em 1979, “O nascimento da biopolítica”, o qual traz apontamentos que possibilitam pensar a governamentalidade e as agendas políticas e econômicas neoliberais contemporâneas, as quais estão ancoradas na concepção de *homo oeconomicus* como elemento essencial da nova razão governamental inaugurada no século XVIII.

### **2.3 A governamentalidade neoliberal como estratégia política de organização e controle da vida socioeconômica**

Pensamos ser considerável, ao iniciar essa seção, partir das reflexões de Brown (2019), as quais nos levam a pensar a razão política neoliberal atual. Segundo a autora, o neoliberalismo não objetivou as circunstâncias políticas presenciadas atualmente no mundo, sequer as convicções, as práticas, as formas de racionalidade que emergem. É importante registrar também que, nessa conjuntura, não se pode falar de um ressurgimento do fascismo tal qual existira em tempos de outrora<sup>22</sup>, tampouco que a civilização Ocidental se encontra em processo de retrocessos.

O que há é um ineditismo dos novos modos de pensar a liberdade no bojo da racionalidade neoliberal vigente. Essa nova formação difere-se das agendas autoritárias, fascistas, despóticas e tiranas, de lugares e momentos precedentes, bem como dos conservadorismos tradicionais. Tanto no pensamento quanto na prática neoliberal recente, a

---

22 Aqui, fazemos referência ao fascismo clássico surgido na Itália na década de 1920. Salientamos da impossibilidade de usar o termo para reportar aos movimentos políticos que eclodem no mundo e no Brasil na atualidade. A justificativa ancora-se no fato de que o fascismo apresenta configurações diversas, os quais se ajustam aos diferentes momentos históricos. Enquanto movimento político e social, o fascismo engloba um discurso populista de combate à corrupção e às supostas transgressões dos valores morais; apresenta soluções simples para problemas complexos e, ao se hegemonizar, apropria-se de uma postura autoritária, violenta, hierárquica. É importante trazer à tona algumas características para tentar elucidar, ainda que parcialmente, a noção de fascismo clássico: a defesa de um sistema político baseado no unipartidarismo, ou seja, o próprio partido fascista é a única força política atuante; culto ao líder do partido e defesa da ideia de que ele é o único capaz de solucionar os problemas da nação; controle total do Estado sobre assuntos relativos à economia, política e cultura; mobilização das massas a partir de retórica populista; exaltação de valores tradicionais e crítica a tudo taxado como “moderno”; desprezo pelos valores liberais, como a democracia representativa; desprezo por valores coletivistas, como o socialismo e o comunismo; ataque à política tradicional, afirmando que ela não é capaz de solucionar os problemas da nação (ORWELL, 2017).

elaboração da liberdade influencia e legitima grupos extremistas na articulação de um “discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital” (BROWN, 2019, p. 16).

Essa é uma nova configuração de governamentalidade pautada por princípios neoliberais os quais potencializam o discurso das liberdades individuais e da responsabilização de si. E “articula-se a esses princípios neoliberais um viés fascista que mostra a sua face violenta no desprezo ao outro e a determinadas formas de vida” (LOCKMANN, 2020, p. 4).

É um universo de forças em conflitos; é um importante momento crítico que anuncia mudanças nos modos de vida individual e coletivo a partir de manobras neoliberais, as quais tentam censurar o social e o político. A política da razão neoliberal, por isso, se converge numa esfera de posicionamento radical e intransigente, e a liberdade passa a ser demandada como direito, direito de posse, cessação e supressão do social.

Essa é a face contemporânea do neoliberalismo, que subsidia rudimentos para a construção de mecanismos que passam a controlar e governar o modo de vida dos indivíduos, os quais são submetidos, nessa nova ordem, à condução de si e à vigilância, bem como a padrões de normalização que são, constantemente, postos em práticas; “pessoas cada vez mais dependentes e assujeitadas são postas e dispostas pelas sutis tecnologias de poder existentes na era do controle e da governamentalidade” (BRANCO, 2019, p.77).

Em função disso, é indispensável pensar a governamentalidade neoliberal como mecanismo particular de organização e controle das populações, cujo objetivo é conduzir as condutas e desenvolver mecanismos de condições sociais que estimulem e reivindique a constituição do *homo oeconomicus* em detrimento do *homo politicus*; um modo de subjetivação particular produzido e baseado a partir do princípio da vontade própria e da autossuficiência.

Desse modo, Foucault (2008a) assinala para o entendimento do neoliberalismo como uma nova racionalidade política, cujos encadeamentos ultrapassam os limites da política econômica e da consolidação do capital. Isso significa que os princípios de mercado, para além de princípios de governo investidos pelo e no Estado, permeiam outras esferas sociais como as instituições escolares, os ambientes de trabalho, consultórios, clínicas médicas, e outros.

Tais princípios convertem-se em convicções, as quais fundamentam a realidade que prescreve os modos de governança direcionados a cada domínio da existência humana, reposicionando, por isso mesmo, o próprio *homo oeconomicus*, reduzindo-o a empresário de si mesmo, sendo ele próprio o seu capital, seu produtor, a fonte de sua renda. Sendo ele um indivíduo da competição e do aperfeiçoamento do capital humano no ordenamento neoliberal.

Diferentemente do que era no liberalismo clássico, quando o *homo oeconomicus* representava o sujeito das necessidades e dos processos de troca, como parceiro de troca.

Sobre esse último ponto, é importante ressaltar que o liberalismo é uma espécie de racionalidade da arte de governar, uma prática, uma maneira de fazer, um novo tipo de cálculo que põe limites à razão governamental do Estado, ou seja, é um princípio que todo governo deve se submeter e dizer: “aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso” (FOUCAULT, 2008a, p. 29). A racionalidade liberal que emerge no século XVIII é atravessada pelo princípio de que se governa sempre demais, portanto, apoia-se no pressuposto de que o governo não poderia ser seu próprio fim, seu princípio regulador, no intuito de governar sempre mais com objetivos de potencializar o Estado, bem como a maximização do poder e de suas riquezas.

No curso dado no *Collège de France* (1978-1979), intitulado “Nascimento da biopolítica”, Foucault mostra que o liberalismo – essa arte de governar o menos possível – é uma prática que asseguraria a manutenção da própria razão do Estado, pois, segundo o filósofo francês, um governo não possui percepção razoável sobre a sua suscetibilidade de sempre governar em demasia, ou ainda, não tem certeza suficiente de como governar apenas o bastante. Para Foucault (2008a), a nova prática governamental garantiria o aperfeiçoamento e o desenvolvimento mais completo do Estado: é a razão do Estado mínimo e de um governo frugal. A problemática da frugalidade do governo é a questão mesmo do liberalismo.

Isso significa dizer que o governo interviria o mínimo possível em um objeto privilegiado da regulamentação governamental: o mercado. Este, a partir do século XVIII, vai se tornar esfera e ferramenta de elaboração da verdade, um lugar em que a ação do governo é controlada. É preciso “deixa-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental” (FOUCAULT, 2008a, p. 42).

O mercado emerge como lugar de verificação, o qual deve dizer a verdade. E ao agir por si mesmo em virtude da economia do *laissez-faire* (deixar fazer), conforme a sua natureza, sua verdade natural possibilita a instituição do preço verdadeiro, do justo preço, o qual diferir-se a em torno do valor do produto, dos mecanismos naturais do mercado. Desse modo, o preço estabelecerá um parâmetro de verdade que permitirá identificar, como corretas ou não, as práticas governamentais.

O mercado é que orientará o governo. E para que seja um bom governo, precisa operar com base na verdade, num conjunto de regras. Portanto, ele precisa advogar a verdade no que se refere à prática governamental. Sua tarefa de verificação é que conduzirá, prescreverá e ditará,

a partir de então, os instrumentos jurisdicionais ou a ausência deles, sobre os quais possivelmente se sistematizará.

Nesse seguimento, Lockmann (2013) ressalta que o mercado precisa produzir um efeito de verdade, uma verdade a respeito da prática governamental. Tal verdade manifestar-se-á nos movimentos espontâneos e naturais do mercado. Trata-se, por isso, da não intervenção estatal nos processos econômicos; bem como da liberdade de mercado como a liberdade do *laissez-faire* (deixar fazer) e do *laissez-passer* (deixar passar), a liberdade que permite as pessoas fazerem, as coisas passarem, a realidade se desenrolar e prosseguir conforme as leis, os fundamentos e os mecanismos inerentes à própria realidade (FOUCAULT, 2008a).

Por essa razão, Foucault concebe os princípios da nova arte de governar, para além de um liberalismo, como um naturalismo governamental. Contudo, ele sugere seguir com a palavra liberalismo ao considerar que a liberdade está no espírito dessa prática ou das questões que lhe são atribuídas. Isso nos leva a pensar a razão liberal como um modo de governamentalidade que permite mais espaços à liberdade. Ou melhor, ela é consumidora de liberdade porquanto necessita, para ser operacional, de um conjunto de liberdades: liberdade dos homens agirem como quer, liberdade do vendedor e do consumidor, liberdade de mercado, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão e, casualmente, liberdade de expressão. Portanto, a nova razão governamental consome liberdade e é, ao mesmo tempo, obrigada a produzi-la<sup>23</sup>.

Contudo, no âmago do liberalismo existe uma relação problemática, permanentemente distinta e mutável; é a relação entre a produção da liberdade e aquilo que, elaborando-a, pode cerceá-la ou, até mesmo, destruí-la. Isso implica, nas palavras de Foucault (2008a), numa relação de produção e destruição com a liberdade. Esse movimento que requer a construção e aniquilamento simultâneo dela é necessário para limitar e coagir o mercado, no intuito de evitar os efeitos de hegemonia de uma nação sobre outra, bem como os efeitos monopolísticos do mercado interno.

Desse modo, a liberdade carrega consigo uma espécie de contrassenso. Parece que as lutas da modernidade, de acordo com Branco (2019), são lutas contra a modernidade, e, nesse ínterim, a liberdade demanda a subserviência aos preceitos ordenados por sua tarefa crítica, oriundas da reflexão acerca das possíveis ações suscitadas em momentos políticos e históricos distintos, com o qual o sujeito livre é estimulado a lidar e lutar.

---

<sup>23</sup> Foucault, no curso “Nascimento da biopolítica”, chama a atenção para o fato de que a razão liberal vai se colocar como gestora da liberdade, não como um imperativo: “seja livre”. Não é o “seja livre” que o liberalismo enuncia. Para Foucault (2008a, p. 87), o “liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha liberdade de ser livre”.

Nesse sentido, a liberdade é fabricada a cada instante, e também limitada na mesma medida. É, portanto, instrumento de regulação e de sua própria fabricação, e possui um custo baseado num princípio de cálculo: a segurança. Ela vai determinar até que ponto os interesses individuais não vão produzir um risco para os interesses coletivos e vice-versa. Sob esse ponto de vista, Foucault relata, por exemplo, que a liberdade dos processos econômicos não deve representar uma ameaça, um perigo para as empresas e para os trabalhadores. Por conseguinte, a liberdade dos trabalhadores não pode converter-se em perigo – acidentes, doença, velhice, desemprego, criminalidade, dentre outros – para as organizações empresariais, tampouco para a produção (FOUCAULT, 2008a).

Assim, torna-se interessante refletir as políticas públicas de educação no âmbito dessas ameaças/riscos/perigos. Ou seja, podemos dizer que as diferentes políticas educacionais contemporâneas são pensadas, demandadas, construídas e aprovadas para funcionarem como instrumentos que tentarão mitigar, liquidar os supostos perigos que possam desestruturar o *status quo* social.

As políticas públicas de educação, portanto, correspondem a estratégias de segurança que são, de algum modo, o contrário e a própria condição de liberdade. Tais políticas jazem na esfera do jogo liberdade e segurança. Nesse jogo, a liberdade e a segurança dos sujeitos serão controladas considerando a noção de perigo, do risco iminente daquilo que supostamente ameaça a vida que se quer reconhecer.

Desse modo, toda uma educação do perigo é estimulada para que os indivíduos se vejam, constantemente, em situação de perigo. Ou, conforme Foucault (2008a), condicionados a vivenciar sua situação, sua vida, seu momento, seu futuro como portadores de perigos. Perigos cotidianos, colocados em movimento e em circulação mediante o que se pode conceber como política do perigo: campanhas sobre a seguridade social e sobre doenças, literatura policial, matérias jornalísticas sobre criminalidade e, mais recentemente, agendas políticas reacionárias e neoconservadoras, as quais incentivam a cultura do medo diante da suposta degeneração do indivíduo e da ameaça que emerge de outras formas de vida, as quais se constituem em torno de perspectivas outras como gênero, sexualidade, e raça.

Em vista disso, as políticas públicas, e aqui situamos as educacionais, são constituídas como mecanismos materiais de poder, as quais mostram um tipo de poder bastante particular e que perpassa pelos processos educacionais e seus atores. Dessa forma, esse poder é identificado como uma espécie de biopoder. As políticas públicas educacionais e os instrumentos que elas produzem: propostas, projetos, currículos, práticas, materiais didáticos, tornam-se instrumentos

biopolíticos, uma forma viável de operar o poder sobre os vivos, cujo objetivo é o assujeitamento dos corpos e o controle das populações através do exercício do biopoder.

Temos diante de nós uma tecnologia de poder que se manifestou em meados do século XVIII, e que tem por propósito a regulação da população. Trata-se da problemática da biopolítica da espécie humana (BRANCO, 2019). Um poder que é dessemelhante do poder do soberano, o qual fazia morrer e deixava viver. É um novo poder que controla e regulariza, e que, diferentemente do poder de soberania, consiste em fazer viver e deixar morrer. Sendo assim, Foucault, na aula do dia 11 de Janeiro de 1978, no curso “Segurança, território, população” no *Collège de France*, definiu biopoder como:

[...] conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana (FOUCAULT, 2008b, p. 3).

O biopoder, esse conjunto de mecanismos que permeia o momento atual de nossa história, evidencia-se pelo alargamento constante dos encadeamentos que se dão entre os saberes oriundos da biologia e da medicina e os instrumentos jurídicos e institucionais. Essa dinâmica produz efeitos na esfera de ação das macropolíticas, seja através dos vínculos que os estados estabelecem entre si, seja no âmbito mesmo de cada estado, ou ainda, influenciando a vida dos indivíduos mediante as micropolíticas no microcosmo familiar.

Trata-se do exercício da governamentalidade que, no novo tempo, funciona como tecnologia do biopoder, cuja missão fundamental é a gerência administrativa da população. Segundo Branco (2019, p. 74), a ocupação principal dessa tecnologia “é a regulação das atividades econômicas, assim como a articulação e o planejamento estratégico da vida econômica”. Esse controle é posto em prática mediante técnicas de poder, isto é, dos mecanismos de segurança aplicados às populações e aos indivíduos, “mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, [...] mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie” (FOUCAULT, 2008b, p. 15).

Ao fim e ao cabo, as relações de poder e os mecanismos de regulação e controle, praticados em tempos de biopolítica, tomam em mãos a vida do homem na qualidade de corpo vivo, e, projetam-se sobre as populações e os sujeitos. Os embates políticos engendrados nesse

empreendimento produzem implicações que alcançam as dimensões macro e micro das políticas.

É importante ressaltar que o poder sobre a vida tem seu ponto de partida simultaneamente às tecnologias de disciplinarização inauguradas no século XVII, as quais tinham como objetivos a domesticação do corpo e seu progressivo aperfeiçoamento; uma metodologia paralela de interferência no corpo biológico de natureza, a princípio, moral. Segundo Foucault (1988), esse poder que incide sobre a vida e, por isso, nomeado biopoder, possui duas formas essenciais, as quais são antitéticas e produzem duas extremidades de desenvolvimento conectadas por um conjunto de relações.

Uma dessas extremidades, representada pelas técnicas disciplinares, ou seja, a anátomo-política do corpo humano, focou no corpo como máquina; na sua regulação e domesticação, no desenvolvimento de suas habilidades, na exploração de suas forças, na potencialização concomitante de sua utilidade e docilidade, no seu acoplamento às estruturas de controle efetivas e econômicas. A outra, surgida em meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie permeado pelos movimentos e efeitos do ser vivo, como tela sobre o qual se desenrolam os processos biológicos tais como: nascimento, saúde, morte, longevidade, e outros; com todas as circunstâncias que possivelmente os influenciam. Esses processos são “assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Em suma, a anátomo-política disciplinar e a regulação da população formam as duas extremidades que subsidiaram a estruturação do ordenamento do poder sobre a vida, do biopoder. Pode-se dizer que essa forma de poder, indubitavelmente, foi componente preponderante na evolução do capitalismo, que só pôde avançar devido ao alinhamento dos efeitos de população aos movimentos econômicos. Além disso, os rudimentos de anátomo e de biopolítica presentes em todas as esferas do corpo social e aplicadas por instituições variadas – família, escola, igreja, exército, polícia, medicina, gestão das populações – atuaram e atuam no âmbito dos processos econômicos, sustentando e desenvolvendo-os.

Daí é possível perceber que não foi a ordem economia que possibilitou a estruturação de uma biopolítica, mas, ao contrário, foi essa forma de poder que regula e disciplina a vida e as populações que viabilizou os novos formatos da economia nomeada capitalista. Isso significa dizer que as técnicas disciplinares e a administração da vida coletiva são racionalidades que preexistem às relações econômicas. Em vista disso, a população é compreendida, especialmente, como uma massa subjugada aos dispositivos de biopoder e controlada por dispositivos de segurança.



Eis que a vida do ser vivo está em questão. Em razão disso, a inquietação que rodeia a vida – a massa dos homens – suscitou, à época da organização dos estados nacionais, desde o findar do século XVIII, um complexo processo de reconfiguração política, cujo ponto de convergência é a segurança da vida da população. Desde então, e até os dias contemporâneos, tem surgido intrincadas redes de organizações públicas e privadas tencionando a condução política dos agentes econômicos e sociais, bem como a administração da população via dispositivos de segurança estatais que controlam os riscos e as ameaças relativos à vida da espécie (CANDIOTTO, 2011).

Em outros termos, conforme Lockmann (2013), identificar essas ameaças e riscos e tentar compreender os problemas que emergem das populações é o foco do biopoder que se localiza no limite da razão política do liberalismo. Contudo, essa arte de governar produz algumas consequências tais como: o estímulo a uma cultura do perigo; ampliação dos procedimentos de controle e pressão como contrapeso das liberdades; e a possibilidade de mais liberdade por meio de mais controle e intervenção (FOUCAULT, 2008a).

Mais liberdade mediante mais intervenção acabou por produzir a crise do liberalismo. A instabilidade econômica da década de 1930 – com consequências econômicas e políticas – desvelou o perigo relacionado a certo número de liberdades tido como essenciais. Foucault (2008a) chama a atenção para o fato de que as intervenções econômicas representaram ameaças para a liberdade.

Desse modo, a arte liberal de governar estabeleceu por si mesma, ou é vítima, da crise de governamentalidade que, pode ter sido desencadeada pela ampliação do custo econômico da prática das liberdades, e ainda, pela inflação dos seus instrumentos compensatórios. Sendo assim, Lockmann (2013) ressalta que, possivelmente, os mecanismos designados a construir a liberdade corriam o risco de produzir o seu inverso, e, conseqüentemente, a liberdade estaria sob ameaça.

A crise do liberalismo se instalou, portanto, via mecanismos produtores de liberdade, os quais se empenharam em prescrever soluções econômicas e políticas que prevenissem os estados contra o comunismo, o socialismo, o nacional-socialismo, o fascismo. Esses mecanismos que se tornaram garantias de liberdade, operados com o intuito de fabricar mais liberdade, e se contrapor aos perigos que ameaçavam essa liberdade, foram, segundo Foucault (2008a, p.94), “todos da ordem da intervenção econômica, isto é, da subjugação ou, em todo caso, da intervenção coercitiva no domínio da prática econômica”.

Tanta intervenção na política econômica liberal, o que provocou seu desequilíbrio, favoreceu para o redesenho do liberalismo. Nesse sentido, emergiu uma nova racionalidade,

um novo modo de governamentalidade pautado na ideia de que a sociedade não é mais subordinada ao efeito mercador, mas sim à dinâmica concorrencial. Uma sociedade do empreendimento, empresarial, marcada não pelo homem da troca, do consumo, mas pelo *homo oeconomicus*, o homem da empresa e da produção. Trata-se, portanto, da racionalidade neoliberal do século XX; o neoliberalismo como forma de governamentalidade, modelo de regulação do exercício global do poder político, fundamentado nos preceitos de uma economia de mercado desvinculada do princípio político do *laissez-faire*.

Essa nova racionalidade, essa reprogramação liberal nomeada de neoliberalismo, apresentou-se sob dois formatos: o formato alemão e o americano. A ancoragem alemã criticava o desenvolvimento do Estado nazista, e se prendia à reconstrução no pós-guerra. Enquanto que a ancoragem americana referia-se à política do *New Deal*<sup>24</sup>, à crítica da política de Roosevelt, e era contrária ao intervencionismo do Estado e aos programas, muitos deles assistenciais, implementados por várias administrações, sobretudo, democratas.

Segundo Foucault (2008a), esses dois modelos neoliberais exteriorizaram um ponto comum de contestação, o qual o autor vai denominar de adversário doutrinal maior: a teoria *Keynesiana*. Isso significa dizer que ambos os formatos de racionalidade neoliberal refutavam os objetos da teoria de Keynes, a saber: a economia dirigida, a planificação, as intervenções estatais e o intervencionismo sobre as quantidades globais.

Na Alemanha, após a II Guerra Mundial, o excesso de governo representava o regime de guerra, o nazismo, uma economia controlada, planejada e guiada, bem como a mobilização global de insumos e dos homens, o socialismo de Estado, e o Estado de bem-estar social proposto por Keynes. Nessa conjuntura, a Alemanha se encontrava diante de um problema: a tarefa de fazer existir um Estado. Em vista disso, muitos questionamentos foram suscitados sobre de que modo se poderia tornar o Estado legítimo, aceitável, fundamentado na liberdade econômica capaz, concomitantemente, de garantir a sua limitação e lhe permitir existir. “Como a liberdade econômica pode ser ao mesmo tempo fundadora e limitadora, garantia e caução de um Estado?” (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Para Lockmann (2013), esse questionamento leva à compressão da liberdade de mercado como elemento rudimentar estruturador e regulador do próprio Estado. Ou seja, o Estado não mais supervisiona, fiscaliza e estabelece a liberdade de mercado. Ao contrário, a

---

<sup>24</sup> Trata-se do programa econômico e social de luta contra a crise econômica que se desenvolveu no curso dos anos de 1930. O objetivo era a produção de mais liberdade: liberdade de consumo, de trabalho, liberdade política, etc., ao preço de uma série de intervenções diretas no mercado. O *New Deal* foi elaborado por Franklin Roosevelt, logo após ser eleito presidente dos Estados Unidos em novembro de 1932.

liberdade de mercado é que deve definir a legitimidade de um Estado. O mercado passa a observar, monitorar o Estado, e não o inverso.

Esse deslocamento fez com que houvesse a reelaboração de pensamentos sobre elementos imprescindíveis na doutrina liberal. Estamos falando, portanto, da ideia de uma composição econômica. É essa a ideia que representa a contribuição do *ordo-liberalismo*<sup>25</sup> à racionalidade neoliberal frente à relação Estado-economia. É uma nova política econômica que busca articular economia e política. Trata-se de isolar o Estado e desorganizar a economia mediante a redução da composição política mais a um *ethos* incentivador do que a uma evidência soberana; e pela suplementação dessa composição política com uma econômica.

Assim sendo, os *ordo-liberais* se dedicaram aos elementos basilares da tecnologia liberal de governo. Esforçaram-se em estipular o que poderia ser identificado como uma economia de mercado organizada – mas não planejada e administrada – no âmago das instituições e das instituições jurídicas. Se por um lado eles almejavam a proteção da liberdade dos processos econômicos via garantias e limitações da lei, por outro, não tencionavam a distorção social. Nesse sentido, o Estado *ordo* ideal seria autônomo no que diz respeito à economia, porém dedicado a ela (BROWN, 2019).

Nesse decurso, entra em questão o deslocamento que vai da troca à concorrência. O essencial de mercado está na concorrência. Para os *ordo-liberais* o princípio da concorrência é um modo de organizar o mercado. Portanto, o jogo da concorrência, com seus instrumentos e resultados profícuos, não se desenrola naturalmente. A concorrência não é, conforme diz Foucault (2008a), corolário de um jogo natural das vontades, dos ímpetos e dos comportamentos. Ela é essência; um princípio de formalização que possui razão e estrutura próprias, as quais devem ser consideradas para assim produzir efeitos. “É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos” (FOUCAULT, 2008a, p. 163) como na lógica da razão liberal.

Por essa razão, o sistema de mercado se alimenta tanto da produção, quanto do sobretrabalho, do desemprego, da desigualdade, da concorrência e da competição. Assim, concorrência, competição, individualismo, desigualdades, os fluxos globais são indicativos da política neoliberal que segue elaborando e modernizando táticas de governo da população.

---

<sup>25</sup> A teoria que fundamentou o liberalismo alemão do segundo pós-guerra foi pensada, programada, e parcialmente aplicada por uma comissão científica (formada por economistas e juristas) que pertenceu ou foi influenciada pela escola de Freiburg. Segundo Candiotti (2010, p. 41), essa escola de economistas organizou-se em torno da revista *Ordo* que era canal de publicização dos estudos em economia. Constituem nomes importantes os de Wilhelm Röpke, Walter Eucken, Franz Böhm, Alexander Rüstov, Alfred Müller-Armach, dentre outros. Conhecidos posteriormente como *Ordo-liberais*, tais pensadores criaram a economia de mercado social e influenciaram a política econômica da Alemanha Ocidental.

Trata-se da combinação e do objetivo das ações de Estado e de mercado. Nessa conjuntura, a racionalidade neoliberal, ao contrário do liberalismo clássico, não tem mais aversão ao Estado (LOPES; RECH, 2013).

Nessa nova ordem, a problemática do neoliberalismo é compreender como se pode controlar a prática global do poder político a partir dos fundamentos de uma economia de mercado. Isso diz muito sobre o desafio que o neoliberalismo se depara, ou seja, relacionar, referir e arquitetar – numa arte geral de governar – os elementos rudimentares formais de uma economia de mercado. Uma economia de mercado que não cabe mais o *laissez-faire*, mas abre espaço para a vigilância e intervenção contínua por meio de ações reguladoras.

É importante observar que a regulação econômica não se dá via fenômenos de igualização. Foucault (2008a) explica que, ao contrário, a regulação econômica só é obtida através de um jogo de diferenciações que é inerente a toda estrutura de concorrência, e se constitui por meio das inconstâncias que produzem efeitos reguladores. Para o autor, em geral, as discrepâncias se fazem fundamentais. É preciso haver empregados e desempregados, altos e baixos salários, oscilações dos preços, para que as regulações sejam realizadas.

É evidente que o jogo econômico e as desproporcionalidades engendradas por ele funcionam como um tipo de engrenagem de controle social, do qual ninguém pode escapar. Para Lockmann (2013), as desigualdades são fundamentais para a concorrência e não se dissocia dela, até porque a concorrência econômica é ela mesma instrumento de formalização da vida social. Diante disso, não é possível ignorar as dessemelhanças sociais, os processos formais imanentes à concorrência e à competição, e os acontecimentos concretos que se desenrolam na esfera social.

Por esse motivo – assim como é exposto na aula do dia 14 de fevereiro de 1979 do curso “Nascimento da biopolítica” no *Collège de France* – o neoliberalismo alemão, ou *ordoliberalismo*, necessitava de uma política de sociedade, de um intervencionismo social ativo, diversificado, vigilante e onipresente. Um governo de sociedade, uma sociedade que se torna objeto e alvo da prática governamental.

A política social de que estamos falando, não diz respeito a uma política compensatória dedicada a minimizar os efeitos contraproducentes que o livre mercado pode suscitar sobre o tecido social. Mas trata-se de uma política social de que Foucault (2008a) fala, uma *Gesellschaftspolitik*; a formalização da sociedade submetida à lógica concorrencial. É “um governo de sociedade, é uma política de sociedade o que os neoliberais querem fazer” (FOUCAULT, 2008a, p. 200). Para o autor, uma política social, nesses moldes, não pode considerar a igualdade como um fim.

O mecanismo dessa política social não é a socialização do consumo e da renda. É, na verdade, a concessão a cada indivíduo de um tipo de esfera econômica dentro do qual ele pode tomar para si os riscos e enfrenta-los, bem como se garantir, por si só, contra as ameaças que o rodeiam, contra os perigos da própria existência, contra o infortúnio da velhice, da morte, a partir do seu próprio poder de caução, de sua reserva privada. É o que os neoliberais alemães nomeiam de “política social individual”. Ou seja, o indivíduo exonera o Estado, a lei, e a economia de responsabilizarem-se e de arcarem com a sua situação e necessidades. Ele está sempre disposto a oferecer-se em sacrifício pelo crescimento econômico.

Nesse ínterim, a política social verdadeira e essencial é o crescimento econômico. Isso implica uma política social intervencionista, intensa e pragmática. Nesse ponto, defrontamos, por exemplo, com a razão característica das intervenções praticadas, contemporaneamente, no âmbito das políticas públicas de educação no Brasil. Tais políticas, em seu processo de produção, englobam um conjunto multifacetado e conectado de instituições e organismos, públicos e privados, com vastos impactos econômicos sobre o tecido social.

Trata-se de políticas educacionais como instrumentos de governamentalidade neoliberal, as quais não intervêm diretamente na economia, mas elaboram táticas de condições sociais que têm implicações no âmbito econômico. Assim, diz Foucault (2008a), os processos econômicos não podem ser comprometidos pelos instrumentos sociais, os quais devem ser limitados com fins da não interferência, de modo direto, na economia, mas em proveito dela.

É nessa esfera de entendimento que se localiza a política dos Planos Municipais de Educação do Território de Identidade do Sudoeste Baiano, enquanto política local, produzida a partir de outras políticas construídas na esfera macro, as quais foram impactadas por demandas de setores públicos e privados. Nesse sentido, os PMEs operam para a potencialização do mercado e dos processos econômicos de forma indireta, pois, alicerçado no pensamento de Lockmann (2013), tais Planos tencionam viabilizar condições mínimas para que os indivíduos, experimentando níveis de desigualdade diversos, possam exercitar a competição. A política dos PMEs, por isso, serve à razão da política neoliberal que produz uma espécie de governamentalidade tal qual a que experimentamos atualmente.

Outra ancoragem do neoliberalismo analisada por Foucault foi o americano. Para o autor, o formato americano se deu num contexto não tão distante daquele que marcou o neoliberalismo alemão. De modo geral, ele está vinculado à Escola de Chicago, e se desenvolveu num cenário que aponta para a problemática do excesso de governo representado pela política *Keynesiana* e pela planificação econômica introduzida pela política do *New Deal*; pelos acordos sociais de guerra, e pelos programas econômicos e sociais – apoiados, quase

sempre, pelo Partido Democrata – que se estruturaram nos Estados Unidos, demarcando, assim, o intervencionismo de Estado e a ampliação da administração federal.

Conforme Candiotta (2010), no neoliberalismo americano, a base da economia racional não se limita à definição dos preços, mas se expande para outras esferas, não necessariamente econômicas, tais como a família, a educação, o controle de natalidade, a seguridade social, a saúde, dentre outras. Assim, as adversidades particulares da vida e da população, da delinquência, da política penal e do monopólio, “fazem parte da economia racional que, por sua vez, é considerada o modelo formal do conjunto dos problemas sociais” (CANDIOTTO, 2010, p. 42). Diferentemente do formato alemão, cuja dinâmica da economia social de mercado define o controle dos preços como alicerce singular de uma economia racional. No entanto, essa regulação dos preços apresenta-se tão vulnerável que é preciso uma política interna e vigilante de intervenções sociais para sustenta-la (FOUCAULT, 1997).

Nessa esteira, o neoliberalismo americano se apresenta como um método de pensamento, como uma ideia, uma espécie de correspondência dialógica que se dá entre governantes e governados. Não se configura como uma alternativa política, mas como uma solicitação global, um quadro de estudo econômico e sociológico. Foi esse neoliberalismo que triunfou e se espalhou por diversas nações liberais.

No canteiro histórico das ancoragens manifestadas, pensamos ser importante apresentar algumas distinções significativas. Pois bem, nos Estados Unidos do século XVIII – período da guerra de independência –, as reivindicações liberais, fundamentalmente econômicas, atuaram como princípio fundador e legitimador do Estado, e não como seu limitador. Isso significa dizer que as demandas liberais permearam todo o processo de constituição do Estado Americano, suas decisões e debates políticos. Na Alemanha, como dito anteriormente, o liberalismo surgiu como elemento de contenção da razão de um Estado preexistente, o Estado Nazista. O objetivo, portanto, se relacionava à emergência da criação de um Estado contrario ao posto.

Outra diferenciação consiste, como afirma Lockmann (2013), em entender que a liberdade econômica torna-se mecanismo de compreensão das relações sociais em sua completude, e não se restringe, unicamente, a um elemento balizador, organizador e regulador do Estado, assim como se deu na Alemanha. Isso significa que a política econômica, de mercado, deve impregnar e perpassar por todo o tecido social, operando como plataforma de compreensão dos movimentos e efeitos sociais produzidos, tanto pelas individualidades quanto pelas coletividades.

Outro aspecto dessa distinção é que o neoliberalismo americano, diferentemente do alemão, “é toda uma maneira de ser e pensar, [...] não é uma alternativa política, é uma espécie

de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda” (FOUCAULT, 2008a, p. 301). É um pensamento vivo, um estilo geral de reflexão, de imaginação, de análise econômica e social.

Dadas às distinções, é possível concluir a prevalência do neoliberalismo da Escola de Chicago, o qual busca compreender a racionalidade do mercado, as estratégias de reflexão que elas subsidiam, e os parâmetros de decisão que orientam para esferas não restritas ou não preferencialmente econômicas. Ou seja, para outros campos de análise como a família, a natalidade, a delinquência, e outros. É preciso lembrar que, nessa nova ordem, o mercado competitivo tornou-se referência não somente para os desdobramentos da economia, tampouco para as dinâmicas dos diversos campos sociais, mas, de igual modo, para a própria existência individual.

Nessa concepção neoliberal americana, Candiotto (2010) afirma que há um elemento fundamental que se constitui como método de análise: a teoria do capital humano. Trata-se da atualização contínua do capital humano, a condução de si mesmo no bojo do mercado competitivo, seja ele de trabalho e/ou de capitais. Essa dinâmica é incentivadora de novos modos de subjetivação, restringe o sujeito (BROWN, 2018) e o conduz a processos performáticos com fins de transformá-lo em agente econômico. Para Candiotto (2010, p. 42), “ao constituir-se em referência quase exclusiva, o mercado produz individualizações vulneráveis e suscetíveis a seus apelos e estímulos incessantes”.

Isso nos remete diretamente para a questão da possibilidade de uma nova compreensão, agora pautada em termos econômicos, de todo um campo que, até então, era considerado não econômico. Nesse decurso, os neoliberais americanos, numa crítica à economia política clássica, a qual não explorou o fator trabalho<sup>26</sup>, tentaram inseri-lo no campo da análise econômica, num movimento de mudança epistemológica que buscou salientar as especificações, as modulações qualitativas do trabalho e seus efeitos econômicos. Isso significa que, para elaborar uma análise do trabalho em termos econômicos, é necessário conhecer como o operário faz uso dos recursos de que dispõe. Desse modo, é fundamental analisar o trabalho

---

<sup>26</sup> Segundo Foucault (2008a), a crítica que os neoliberais americanos tecem sobre a economia clássica, é o fato dela ter esquecido o trabalho e nunca tê-lo feito passar pelo filtro da análise econômica; confronta a ideia marxista do trabalho que diz que o operário não vende o seu trabalho, mas sua força de trabalho por certo tempo e em troca de um salário definido com base na situação de mercado, na mecânica da oferta e da procura. Para os neoliberais, na lógica do capitalismo, esse não é um trabalho concreto, mas um trabalho abstrato que não considera a realidade humana e suas variáveis qualitativas. O capital, por essa razão, só absorveria do trabalho a força e o tempo, tornando-o produto de mercado e só reteria “seus efeitos de valor produzido” (FOUCAULT, 2008a, p. 305). Nesse sentido, a crítica elaborada pelos neoliberais sobre a economia política clássica pauta-se no fato de que essa abstração não seria produto do movimento real dos processos econômicos, mas de uma teorização no campo da economia clássica.

como “conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (FOUCAULT, 2008a, p. 307).

Sob esse aspecto, descortina-se um princípio de racionalidade tática, na qual as distinções qualitativas de trabalho podem suscitar efeitos de natureza econômica. Por essa razão, na análise econômica, o trabalhador torna-se um sujeito econômico ativo. E ele trabalha para ter um salário, e este salário é sua renda. A renda é, portanto, a realização de um capital, seu produto. O capital, por isso, é tudo que gera renda, logo o salário é o insumo proveniente de um capital.

Segundo Foucault (2008a), esse capital do qual o salário é renda, é o capital humano; é um complexo de fatores físicos e psicológicos que tornam um indivíduo capaz de ganhar o salário. Portanto, sob a óptica do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria abstrata, reduzida à força e ao tempo de trabalho. Em termos econômicos, o trabalho compreende um capital, o qual se constitui pelas aptidões e competências.

Nas palavras de Lockmann (2013), as habilidades e as competências, bem como as aptidões do sujeito integram seu próprio capital, o capital humano. Por essa razão, o sujeito humano precisa se compreender como capital, como membro de uma empresa e como sendo ele mesmo uma empresa. “É o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p. 310).

Tal movimento desvela a cultura de si; da tecnologia de si, do trabalho de se autoconstruir em conformidade com a verdade que constrói e materializa, assim como salienta Branco (2019), a autoeducação ao longo da vida por meio das técnicas de si. Nessa perspectiva, a economização neoliberal da vida política e social baseia-se numa fabricação discursiva que reduz todo indivíduo em capital humano, “em capital de si mesmo, das empresas, e de uma constelação econômica” (BROWN, 2018, p. 6).

Como esse capital humano se constitui e se acumula? De fato, Foucault aponta para a composição desse capital a partir de dois elementos: elementos inatos e elementos adquiridos. Os elementos inatos, ou hereditários, correspondem ao equipamento genético. Contudo, a tecnologia genética tem influenciado nesses elementos, apesar de serem congênitos. Ela tem atuado, por exemplo, no sentido de mapear as possibilidades do indivíduo apresentar patologias em distintas fases da vida. Isso facilitaria na identificação dos sujeitos que estariam em risco e o tipo de risco ao longo de sua vida. Em cálculos econômicos, os equipamentos genéticos trabalhariam para produzir indivíduos de baixo risco. Ou seja, os indivíduos, na intenção de terem descendentes geneticamente melhorados e de baixo risco, procurariam parceiros/as cujo equipamento genético seja positivo.



Isso nos faz pensar como a engrenagem de fabricação de sujeitos se ajusta às complexas relações econômicas e sociais com base nos atributos biológicos. Dizemos isso porque, se a pretensão dos indivíduos é terem filhos com capital humano – no que se refere aos elementos inatos – excelente, será preciso possuir uma renda aceitável, uma condição financeira que lhes possibilite “tomar por cônjuge, ou por co-produtor desse futuro capital humano, alguém cujo capital também seja importante” (FOUCAULT, 2008a, p. 314). É nessa lógica, no que diz respeito à composição, ao desenvolvimento, ao acúmulo e à potencialização do capital humano, que podemos posicionar a questão da genética como uma problemática política.

Contudo, não desejamos nos ater ao problema do investimento e da complexa alternativa da constituição de um capital humano genético. Nesse estudo, nos interessa, portanto, trazer uma discussão em torno do capital humano enquanto resultado de características, voluntariamente obtidas ou produzidas pela educação e pela escolarização no percurso da vida. É nesse terreno que jazem os problemas e pairam as reflexões elaboradas pela racionalidade neoliberal.

Estamos falando de um capital humano adquirido; da formação de um tipo de competência-máquina que vai gerar renda, bem como ser recompensada por uma renda (FOUCAULT, 2008a). Isso se traduz em investimentos educacionais na formação profissional, na instrução. Mas não só essa espécie de investimento é levada em consideração pelos neoliberais, há outros aspectos que ultrapassam os limites do aprendizado escolar ou da profissionalização. Ou seja, para além das atividades educacionais propriamente ditas, a formação da competência-máquina demanda, de igual modo, investimentos constituídos pelo tempo que a família devota aos filhos.

Tais investimentos têm suscitado – e temos como exemplo as articulações políticas que impactam, com mais veemência, as políticas públicas educacionais brasileiras, sobretudo dos dias de hoje – a abertura de espaço para o recrudescimento conservador que passa a ressignificar a família, o casamento, e a educação severa e controlada dos filhos como investimentos para o capital humano. Dessa forma, o homem-empresa, assim como ressalta Augusto (2011), obterá lucros como um *homo oeconomicus*, de onde se depreende, também, as funções fundamentais do Estado com investimentos em saúde e educação da população.

Nesse aspecto, as políticas educacionais, enquanto mecanismos de governmentação, acabaram por desenhar o Estado como ente educador (CÉSAR, 2011) com métrica empresarial, a serviço do mercado. Isso supõe que as políticas públicas educacionais recentes estão impregnadas pelas demandas conservadoras e empresariais. Tais políticas configuram, portanto, mecanismos que agem em favor do mercado, engendrando normas cotidianas de

identidade e conduta que identificam o indivíduo como capital humano, estabelecendo, por isso, “todo tipo de atividade humana em termos de autoinvestimento racional e empreendedorismo” (BROWN, 2018, p, 15).

Tal intenção nada mais é do que o esforço da racionalidade neoliberal de economização da vida, da substituição das alteridades pelo capital humano. É o próprio investimento no capital humano.

No pensamento de Brown (2018), a conformação do trabalhador em capital humano autoempreendedor e autoinvestidor, é um modo viável de governa-lo e adequá-lo a um projeto geral de crescimento econômico. Em outras palavras, “o indivíduo só vai se tornar governamentalizável, que só vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo oeconomicus*” (FOUCAULT, 2008a, p. 345). É a normatividade neoliberal em sua ação incessante de enaltecimento do *homo oeconomicus* (MACEDO, 2017).

Não o *homo oeconomicus* do liberalismo clássico – o homem da troca, da problemática das necessidades –, estamos falando do *homo oeconomicus* do século XX, ator autoresponsável do empreendedorismo neoliberal, portfólio de autoinvestimentos idealizado para sustentar e enriquecer o capital humano.

Na educação – nas políticas de educação, nos planos de educação, nos currículos, bem como na política de Território de Identidade – isso se expressa como modos cautelosos de investimento, “como modos de pertencimento à nação da qual se é membro” (BROWN, 2018, p. 6) através de conceitos apresentados como neutros, mas carregadas de normatividade. Estamos falando, portanto, do *homo oeconomicus* enquanto empresário de si mesmo, enquanto aquele que é por si só seu capital, sendo para si mesmo seu produtor e fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008a).

Nesse entendimento, a normatividade neoliberal é posta em prática por meio de políticas cujo discurso encontra justificativa na necessidade de sujeitos competentes, eficazes, e eficientes, capazes de se autogerirem nas esferas políticas, econômicas e sociais. Isso significa dizer que a normatividade neoliberal, essa forma de governo, tenciona “emancipar” os sujeitos. Ela os estimula a adequarem-se aos moldes do capital, fazendo-os crer que são livres para cuidar de si mesmos. É nesse movimento que a governamentalidade neoliberal tenta influenciar e conduzir o modo de vida dos indivíduos e da população com vistas ao desenvolvimento econômico e capitalização humana.

Dentro do quadro da normatividade neoliberal, a condução do sujeito é orientada pelas forças de subjetivação. Sujeitos orientados e disciplinados pelo mercado, governados por coleções de máximas normativas. E essas normas reguladoras atuam performaticamente.

Atuam, sobretudo, por meio das políticas, e, notadamente, por meio das políticas públicas de educação mais recentes, as quais são produzidas e operadas a partir de princípios da racionalidade neoliberal os quais expõem um alinhamento entre os interesses econômicos, empresariais, e as demandas conservadoras. A articulação desses interesses engendra impactos nas políticas educacionais, influenciando os rumos da educação, legitimando certos conhecimentos em detrimento de outros, conformando e (en)formando os sujeitos.

É a introdução de uma nova cultura de performatividade competitiva que, conforme concebe Ball (2004), diz respeito a um arranjo que agrega a descentralização, objetivos, e estímulos para gerar perfis inéditos institucionais; na tentativa de ajustar a organização e o desempenho das instituições – sobretudo as educacionais – à razão neoliberal, aos princípios econômicos vigentes, e às práticas empresariais “por meio de um sistema de recompensas e sanções baseado na competição e na performatividade” (BALL, 2004, p. 1107).

No âmbito das políticas, a performatividade é um instrumento tecnológico essencial, uma vez que ela vai operar como mecanismo de suturação e reorganização das coisas, permitindo o Estado controlar, vigiar, e governar à distância e sem governo. Para Ball (2004), a performatividade autoriza o Estado a se inserir intimamente nas culturas, práticas, e subjetividades das instituições do setor público e de seus trabalhadores, de maneira imperceptível.

Essa tecnologia política atua, portanto, para reelaborar significados e produzir novos sujeitos, de modo igual, objetificar e mercantilizar as atividades na esfera pública. No que se refere ao setor público educacional, esse movimento de mercantilização/economização está vinculado ao conhecimento – ao conhecimento para se fazer algo – que deve ser traduzido em resultados, em níveis de desempenho, formas de qualidade, melhoria e eficiência. Por essa razão, as políticas públicas de educação em voga parecem ter sido convertidas em instrumentos a serviço dos processos produtivos e de aprovisionamentos do mercado, com fins evidentes de melhoria do desempenho e o controle da qualidade, bem como da potencialização da eficácia, eficiência, e dos valores financeiros.

A política, por isso, é performativa. “Como toda norma, a política é performativa, só existe em funcionamento, quando reiterada” (MACEDO, RANNIERY, 2018, p. 744). Sendo assim, os efeitos performativos podem ser ou vir a ser efeitos matérias, são parte do processo mesmo de materialização (BUTLER, 2015). Por assim dizer, as políticas públicas brasileiras de educação, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular, do Plano Nacional de Educação, dos planos estaduais e municipais de educação, são políticas performativas que intentam produzir sujeitos e identidades, bem como governar as condutas.

Elas, por essa razão, são mecanismos de governamentalidade neoliberal que intentam regular, limitar, conduzir condutas e produzir sujeitos, sujeitos empreendedores de si mesmo. É nesse ponto que reside a natureza performática das políticas; esse poder de reiteração do discurso para construir os efeitos que controlam, governam, e restringem. A performatividade é, portanto, uma iteração e um ritual no nível enunciativo, “no próprio ato da enunciação” (BHABHA, 2003, p. 188), e produz seus efeitos por meio de sua legitimação na temporalidade do momento histórico em que o sujeito é orientado pela racionalidade ou pela diferença cultural vigente. Nessa lógica, cada iteração do signo da modernidade acontece de forma dessemelhante, distinta em suas condições históricas e culturais de enunciação (BHABHA, 2003).

Com efeito, nesse processo de economização do tecido social, o discurso performativo das políticas é deslocado em razão das manifestações de regimes de verdade, os quais emergem nos distintos momentos de enunciação. Essa verdade é estruturada e baseia-se nas vontades e propósitos de universalização e consenso, com fins de reger e prescrever, minuciosamente, a conduta dos indivíduos por meio de políticas normativas. Na normatividade neoliberal, a verdade é a verdade do mercado ancorada na dinâmica competitiva e na concorrência, bem como na transformação do sujeito em *homo oeconomicus* empresário de si, em competência-máquina, em capital humano.

São esses os efeitos desejados pelas políticas de governança neoliberais. São efeitos performativos que conduzem os sujeitos a se organizarem em função do que devem ser. São verdades formalizadas que os orientam de modo tal que, “o próprio desejo simultâneo de estabilidade e mudança pode gerar, por vezes, certa perda de pluralismo ou a suspensão da ação. Estas tensões estão subjacentes ao que está determinado como prescritível e estável” (MONTANÉ; SERDIO, 2010, p. 67).

O que está em questão é a condução de condutas em direção a uma suposta melhoria das condições de vida; é o governo da vida de cada um, e não mais somente o governo das populações. É a passagem do *homo oeconomicus* do liberalismo clássico – sujeito das necessidades, do consumo, e da troca – para o *homo oeconomicus* do neoliberalismo americano, da Escola de Chicago, convertido a empreendedor de si mesmo, autoresponsável por articular modos de estar vivo. Nessa esteira, os neoliberais americanos “tentam utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para decifrar as relações não-mercantis, para decifrar fenômenos que não são fenômenos estrita e propriamente econômicos, mas são os que se chama de fenômeno sociais” (FOUCAULT, 2008a, p. 329).

Assim, é notável a aplicação da grade econômica aos fenômenos sociais. Segundo Lockmann (2013), há um alargamento da forma econômica do mercado à esfera não econômica

da sociedade. Esse deslocamento funciona como princípio de inteligibilidade, de interpretação das relações sociais e dos comportamentos individuais. Desse modo, as interpretações suscitarão, a partir de uma análise de economia de mercado, da dinâmica da oferta e da procura, subsídios para pensar os campos não-econômicos. É um tipo de análise econômica do não-econômico, do comportamento dos indivíduos, suas ações, seus pensamentos.

Para dizer de outro modo, trata-se do investimento no capital humano, da qualificação dos sujeitos. Investimentos que vão desde o tempo que a família dedica aos seus filhos e ao acompanhamento de seu crescimento, até os fenômenos do casamento, daquilo que se passa com um casal; a racionalização propriamente econômica que o matrimônio promove na convivência das pessoas. Para Foucault (2008a), há, nas investigações de economistas dos neoliberais, um esforço de interpretar em termos econômicos os comportamentos sociais convencionalmente não-econômicos. Isso possibilita pensar intervenções nessa esfera, as quais viabilizarão efeitos econômicos positivos, bem como o desenvolvimento e potencialização da economia.

O fim único é a prosperidade econômica definida em termos de crescimento e investimento (BROWN, 2018). Investimento nas esferas não-econômicas: educação, saúde, capacitação, escolha de parceiros. Isso se traduz como “investimentos em si mesmo, sendo o ‘si mesmo’ uma empresa individual (BROWN, 2018, p. 6). Nessa lógica, os investimentos na educação, em políticas públicas e programas educacionais, por exemplo, cujos propósitos são construir nos indivíduos habilidades e competências, e formá-los para o trabalho, têm como finalidade o resultado futuro em termos econômicos e financeiros. Sendo assim, o neoliberalismo americano privilegia o investimento e a concorrência, ao invés da troca e do consumo característicos da racionalidade liberal (LOCKMANN, 2013).

Nesses termos, o sujeito é concebido como peça adicional da máquina econômica. Como um componente programado para aplicar seu potencial em favor das organizações e do crescimento econômico. É o sujeito da competição, da concorrência, do autoinvestimento; mas também é sujeito objeto de investimento tanto do setor público quanto do privado, agente com competências e habilidades desenvolvidas aos moldes das demandas dos novos formatos econômicos do século XX. É o próprio objeto da governamentalidade neoliberal que possui como pressuposto garantir uma das mais significativas regras da razão neoliberal, qual seja, a não exclusão, ou da inclusão de todos (LOCKMANN, 2013).

Essa regra, no entanto, choca-se com as condições concretas de existência, e expõe o paradoxo neoliberal: de um lado a exigência da autossuficiência e do autoempreendimento como uma ideia moral, e de outro, a destruição, no nível econômico, dessa possibilidade, ou

seja, a precariedade ensejada pela desigualdade econômica neoliberal, o que significa que “quando o sujeito demonstra inadequação à norma da autossuficiência, ao não conseguir pagar por assistência à saúde, por educação e por moradia, por exemplo, ele se torna potencialmente dispensável” (MARINHO, 2020, p. 155), e, por essa razão, submetido aos processos de precarização. Torna-se alvo de mecanismos de exclusão, quebrando com a regra máxima da racionalidade neoliberal: a regra da não exclusão.

O controle da economia e o controle dos corpos dos indivíduos, sobretudo, mediante o governo desses corpos, embaralham-se. Por isso, governando os corpos o Estado governa tudo. “Só isso já seria uma justificativa para que o Estado promova a inclusão” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 954). Ao incluir, condutas humanas são postas em jogo, e delas, espera-se a efetivação da própria vida. Tal operação consiste na tentativa de normalização, de fazer interagir as diferentes atribuições de normalidade e buscar que os corpos considerados desfavoráveis e indesejáveis se assemelhem aos mais favoráveis e desejáveis.

Dessa forma, podemos dizer que, na razão da governança neoliberal, a exclusão passou a ter como objetivo principal a inclusão. Em tempos atuais, as políticas públicas, as escolas, as fábricas, os hospitais psiquiátricos, as prisões, as igrejas têm como propósito a não exclusão, mas fixar e normatizar os indivíduos.

A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. [...] Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens (FOUCAULT, 2002, p. 114).

Tais instituições atuam como numa espécie de inclusão por exclusão, elas têm como propósito vincular os indivíduos a um processo de produção, de formação ou de correção de produtores. “Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma” (FOUCAULT, 2002, p. 114), cujo vínculo ao Estado pouco importa (VEIGA-NETO; LOPES, 2007). Assim, entendemos que inclusão e exclusão são mobilizadas no âmbito da norma, e que, talvez sejam as políticas educacionais e as escolas os mais consideráveis meios de normalização dos indivíduos.

Quanto a isso, segundo Veiga-Neto e Lopes (2007), a escola, bem como as políticas de inclusão escolar, funciona como *loci* privilegiados para a construção e experimentação de novos conhecimentos e para a ação do Estado e de suas políticas que objetivam a segurança da população. As escolas e as políticas educacionais, dessa forma, são usadas para o

governamento, “e pretendem ensinar o melhor comportamento e o que é melhor ou mais correto fazer, usar, etc.” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 958). Com efeito, escolas e políticas são mecanismos do jogo do poder e do saber que interfere e se exerce, ao mesmo tempo, sobre elas. Poder e Saber que transformam o tempo da vida em tempo de trabalho, em força de trabalho, em capital humano, e em força economicamente produtiva (FOUCAULT, 2002).

Nesse jogo econômico, em que permeiam diversas regras sustentadas pelo Estado, nesse jogo econômico, assim como afirma Foucault (2008a), o único ponto de convergência entre o econômico e o social é a regra que preserva da exclusão o indivíduo competidor. Significa dizer que, na ideia de um jogo econômico, cabe à sociedade e às regras do jogo estabelecidas pelo Estado fazer com que não haja a insulação da diferença, mas a incorporação voluntária de todos. Dito de outro modo, Aquino (2011) ressalta que, nesse jogo, evita-se a coerção do disciplinamento e a contenção física dos corpos, e busca-se, ao invés disso, a cooptação do controle e o estímulo da coletividade em direção às ideias consensuais.

Deparamo-nos, desse modo, e assim podemos dizer, com uma governamentalidade neoliberal de base educativa, isto é, a governamentalidade sendo mobilizada por meio das políticas públicas educacionais, as quais presumem a criação de consensos, a conformação de todos a uma ideia universalizante das coisas, a promoção de uma suposta equalização no acesso às oportunidades ou, de certo modo, da permanência de todos no jogo econômico neoliberal, uma vez que, considera-se, que as regras são as mesmas para todos.

Destarte, enquanto mecanismos de governamentalidade neoliberal, as políticas públicas de educação seguem atuando como ponto de contato entre o econômico e o social. São tecnologias políticas performativas que denunciam, por assim dizer, uma convergência das instituições do setor público com o setor privado. E na base disso tudo, segundo Ball (2004), encontra-se o mito político da eficiência, da competência, da qualidade, o qual enaltece a supremacia da gestão do setor privado em parceria com o Estado. É o avanço da racionalidade neoliberal que se projeta por meio das políticas públicas, rumo ao “cumprimento de metas, melhoria do desempenho e a maximização do orçamento” (BALL, 2004, p. 1117).

### 3 POLÍTICAS NACIONAIS NEOLIBERAIS: O EXEMPLO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) (2014-2024)

Mas no fundo, o que influenciou o PME foi o Plano Nacional de Educação<sup>27</sup>.

E. 2, 2022

O Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista foi produzido em atendimento às determinações legais de uma conjuntura nacional. Nesse sentido, o PME nasce da emergência do Plano Nacional de Educação – política já prevista na Constituição Federal de 1988 – respondendo às suas métricas.

A fim de contextualizar o debate sobre o Plano conquistense, neste capítulo, discutimos o PNE com foco nos novos agenciamentos de políticas no Brasil.

Trata-se de um capítulo que revisa a literatura sobre o PNE, destacando que ele tem sustentado redes políticas constituídas por demandas neoliberais e conservadoras. Utilizamos as ideias de Ball (2014), numa releitura *foucaultiana*, para pensar essa política que, não obstante, é direcionadora de outras políticas curriculares.

#### 3.1 Redes globais de governança

Foucault (2008a) aborda o neoliberalismo como cobertura para uma intervenção generalizada e administrativa do Estado. É uma racionalidade plástica e imprecisa que busca regular o exercício global com base nos princípios de uma economia de mercado. Isso significa a lógica normativa de governança que se estende ao Estado, à população e às subjetividades. Tal ideia permite pensar essa ordem de mercado como algo fabricado, mutável e em movimento, o qual possibilita a articulação e o estabelecimento de políticas e suas reformulações.

Ball (2014) faz uma leitura *foucaultiana* das políticas globais de educação chamando a atenção para as relações materiais e sociais que se apresentam. Aponta para a economicização da vida social, para a criação de novas oportunidades de lucro, e para a prática neoliberal por

---

<sup>27</sup> A epígrafe foi retirada da entrevista realizada com um representante do governo do Município de Vitória da Conquista sobre o processo político de produção do Plano Municipal de Educação.



meio da introdução de novas instituições, políticas e governamentalidades, especialmente o governo das populações mediante a produção de indivíduos empreendedores, capital humano, seres autogovernáveis.

Nesses termos, as políticas educacionais são atravessadas por complexas interações de forças materiais, relações, interesses, práticas e formas de organização que são discursivamente elaboradas como econômicas, deslocando as conexões entre governantes e governados, poder e conhecimento, e produzindo territórios por obras da imaginação.

Para Ball, esse conjunto é subsídio da racionalidade neoliberal vigente, cuja dinâmica envolve dinheiro e mentes; “é um nexos de interesse comum entre as várias formas de capital e Estado contemporâneos” (BALL, 2014, p. 26). Ao considerarmos o neoliberalismo, percebemos que não se pode pensar as políticas educacionais dentro dos limites do Estado. Elas estão sendo articuladas e produzidas em novas localidades, por novos atores e organizações, via redes políticas.

Redes políticas, portanto, é o método que buscamos para apresentar as mudanças nas formas de governança das políticas de educação, e podem ser compreendidas como mecanismos de inovação das relações sociais modernas a serviço da governamentalidade neoliberal. É importante destacar que Stephen Ball, na análise de políticas curriculares, operou muito tempo com o ciclo de políticas. Ele propôs, em sua versão inicial, um ciclo contínuo organizado por três contextos principais criadores de políticas: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática<sup>28</sup> (OLIVEIRA; LOPES, 2011). Esses contextos estão inter-relacionados, e podem ser entendidos “como um conjunto de arenas públicas e privadas de ação” (LOPES; MACEDO, 2011a, p 247).

Para as autoras, o contexto de influência é marcado pela presença de grupos que disputam significações para as políticas e se esforçam por hegemonizar suas demandas. É uma esfera de disseminação do discurso político com fins de estabelecer os rudimentos norteadores dos processos de política. Esse contexto é mobilizado por agentes públicos e privados, organismos internacionais e comunidades epistêmicas que tentam estabelecer sentidos para as políticas, bem como materializá-los na forma de regulamentações, assinadas, no contexto da produção de texto, pelas agências executivas e legislativas. É o momento mesmo da constituição de um regulador de mercado geral da sociedade (FOUCAULT, 2008a).

---

<sup>28</sup> Para um entendimento mais aprofundado sobre a abordagem do ciclo de políticas, ver Mainardes (2006). Ressaltamos que o autor agrega mais dois contextos do trabalho de Ball: o contexto de resultados e o contexto de estratégia política.

No contexto da prática, todo esse movimento realizado nos contextos anteriores é submetido à dinamicidade da “recriação e interpretação, modificando sentidos e significados” (LOPES; MACEDO, 2011a, p. 247). Nesse ponto, a abordagem da noção de um ciclo contínuo de políticas chama a atenção para o trabalho de recontextualização por hibridismo<sup>29</sup> que acontece, no caso das políticas públicas de educação, nas escolas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016).

Ao propor o ciclo de políticas e o debate sobre os contextos que as fabricam, Ball apontava para o fato de não ser possível concebê-las como documentos/textos/discursos verticalizados, subjugados ao controle estatal, lineares, como tradução de um processo hierarquizado centrado no Estado. Pois há todo um complexo de incertezas e discursos que gira em torno delas, impactando-as, sobretudo pela incorporação de princípios e disciplinas de mercado.

Apesar do caráter contínuo do ciclo de políticas, ele apresenta limitações; qualidades lineares que parecem definir “um contexto ao qual compete a formulação inicial das políticas – o de influência – e outro que tem privilégio na resignificação” (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 21). Dessa forma, o modelo prejudica o sentido de circularidade, visto que os ciclos aparentam possuir procedência estabelecida e um fim.

Os textos políticos são produzidos em meio a negociações e acordos entre posições. A política, nesse sentido, é constituída por mais de um texto e se estabelece numa esfera de entrecruzamentos e hibridizações em que outros textos, histórias, experiências, valores e propósitos, com seus respectivos discursos e demandas, estão em circulação, de modo que o controle se torna impraticável. Operar com o ciclo de políticas hierarquiza contextos e dificulta a análise da articulação entre macro e micropolítica (LOPES; MACEDO, 2011b). Tencionamos, em vista disso, trabalhar com a ideia de que as políticas são estruturas desestruturadas despossuídas de um centro fixo definidor de seus sentidos. A política educacional é, assim, “uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados para as decisões curriculares nas instituições escolares” (LOPES; MACEDO, 2011b, p. 273).

Desse modo, para dar conta dessa ideia, nossa tentativa aqui é, instigados inicialmente por Ball, alargar as possibilidades de análise de políticas globais por meio do uso de redes políticas. Entendemos que esse recurso possibilita mais dinamicidade ao estudo da política foco desse capítulo: o Plano Nacional de Educação.

---

<sup>29</sup> Sobre a noção de recontextualização por hibridismo, ver Bernstein (1996); Macedo e Lopes (2011).

Devemos nos lembrar de que, a partir da década de 1990, o movimento de reforma das políticas curriculares em diversos países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia – cujos delineamentos focavam a instituição de currículos comuns, implantação de mecanismos avaliativos centralizados em resultados, e competência (LOPES; MACEDO, 2011a, p. 239) – reflete sobre as políticas de currículo e o pensamento curricular, não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

A reforma educacional brasileira realizada nesse período definiu o currículo por competências como parâmetro para a formação humana, “bem como atrelou essa formação à lógica colocada pela economia e pelo mercado, ao situar a escola como instância privilegiada para atender às demandas de formação solicitadas pelo mercado de trabalho” (SILVA, 2012, p. 41).

Nesse encaminhamento, surgem as políticas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os mecanismos de avaliação como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a política do Plano Nacional de Educação e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular, as políticas dos planos de educação nos estados e municípios e os seus referenciais curriculares.

Essas são políticas adequadas aos novos imperativos das mudanças econômicas; efeito da nova ordem global e da reorganização social e produtiva. E nessa esteira, algumas características são notáveis: gestão por resultados, eficiência e eficácia do setor privado como parâmetro para o setor público, terceirização e privatização dos serviços e setores públicos, prestação de contas, responsabilização – *accountability* – como instrumentos de vigilância, controle, governança, regulação, e financiamento de políticas públicas (PEREIRA, 2019).

Esse é o conjunto de coisas do enraizamento contextual do mecanismo neoliberal e conservador percebido no processo político de produção do Plano Nacional de Educação, ditando-o a partir de demandas econômicas e religiosas conservadoras e parcerias público-privadas com propósitos de melhoria da qualidade educacional através de uma gama de soluções advindas do setor privado, articuladas via redes políticas.

No Brasil, a utilização da noção de redes na investigação dos processos de políticas públicas educacionais vem ganhando destaque nos últimos tempos. A ideia de que as políticas não se deslocam no vazio, mas são produtos políticos e sociais, (re)elaborados e (re)contados nos microespaços de políticas, toma fôlego em trabalhos de autores como: Adrião (2017); Araújo e Lopes (2021); Honorato e Rodrigues (2020); Krawczyk (2014, 2020); Lima e Hypólito (2020); Martins e Krawczyk (2016); Mendes e Peroni (2020); Peroni (2016); Quadros e

krawczyk (2019, 2021); Silva (2018), dentre outros pesquisadores que concebem redes políticas, assim como nós, como um modo de governo viabilizado pelas relações estabelecidas via conexões, as quais se articulam, desarticulam e se deslocam com objetivos de potencializar discursos e verdades sobre novas significações para a educação.

Para análise de redes e governança de redes, Ball (2014, p. 30) sugere o uso de duas noções diferentes, porém relacionadas: 1) - “rede é um método, uma técnica analítica para olhar a estrutura das comunidades de política e suas relações sociais”. Isso significa que a rede trabalha para apreender e descrever aspectos mais visíveis dessas relações; 2) - “rede também é um dispositivo conceitual”. Ela representa as mudanças reais nos modos de governança da educação nacional e global.

Dito isso, a possibilidade da análise de redes nos permite compreender o movimento de institucionalização das relações de poder. Isso pode ser chamado de governança em rede, e refere-se às supostas soluções aos problemas educacionais por meio de respostas gerenciais em torno de parcerias público-privadas e trabalho em rede.

Nesse sentido podemos conceber as redes como redes políticas de governança que, na governamentalidade neoliberal, são imprescindíveis para pensar as transformações que ocorrem nos processos de políticas e no Estado.

### **3.2 O PNE e suas redes de governança: *accountability* e conservadorismo**

Uma das coisas que nos chamam à atenção no estudo do PNE – como cenário emergente de produção do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista – é a existência de redes que o sustenta. O Plano Nacional é o epicentro das políticas de Estado para a educação; mecanismo normativo de construção política de textos como a BNCC, os planos estaduais e municipais de educação, as políticas de avaliação, e os referenciais curriculares.

Ele é a tessitura sociopolítica que se articula às agendas transnacionais e ao Estado-nação (DOURADO, 2017). Isso nos faz pensar que o PNE registra importantes negociações, disputas entre os diversos setores da sociedade, as dinâmicas entre o público e o privado, o debate pela sua regulação, as redes, as diferenças territoriais, e os desdobramentos neoliberais conservadores.

O contexto de produção e aprovação do PNE foi marcado pelas tentativas de construção de consensos, em meio a muitos mecanismos coercitivos e disputas que giraram em

torno dos interesses públicos e privados, bem como por concepções incompatíveis de educação: de um lado a perspectiva autônoma e de formação integral; e de outro a visão de uma educação que serve aos interesses de mercado (MACHADO, 2018).

Nesses moldes, impactado pela política de financiamento e pelas demandas conservadoras, o Plano é uma política atravessada pela racionalidade neoliberal global do controle, e tem realizado transformações viscerais nas sociedades de modo latente e generalizado, desdobrando seu complexo normativo sobre todas as relações sociais, atingindo todas as esferas da existência humana.

A sua tramitação ocorreu de forma muito tortuosa ao longo de três anos e seis meses, no Congresso. Tal morosidade foi ocasionada pelos intrincados processos de ajustes de calendário para a efetivação de audiências públicas, debates, seminários, principalmente, pelo cenário de disputas e contestações que permearam esse momento (RODRIGUES; FACCHINI, 2018).

No final de 2010, o Ministério da Educação enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8.035/2010 que criava o Plano Nacional de Educação, o qual se prolongaria entre 2011 e 2020. Contudo, a aprovação do Projeto só ocorreu em 2014 após debates e contestações em torno das questões de gênero e sexualidade (LEITE, 2018).

Segundo a autora, o texto elaborado inicialmente pelo Executivo e enviado ao Congresso continha 10 diretrizes e 20 metas que se desdobravam em 171 estratégias de materialização. Entre as diretrizes, uma dizia respeito à diversidade, e defendia que as políticas de educação se comprometessem com os princípios da equidade, com o respeito à diversidade e com a gestão democrática da educação.

Nesse contexto, conforme Amaro (2017), parecia haver razoável consenso sobre a maioria das metas e estratégias previstas. Mas algumas objeções tornaram-se focos de polêmicas acirradas entre os diversos setores no Congresso: o financiamento da educação, cujo debate pairava sobre a definição de 10% PIB para investimento em educação, a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ); e a diretriz que direcionava para a superação das desigualdades educacionais.

No que concerne a essa diretriz, o Projeto de Lei, Artigo 2º, Diretriz III, tratava da superação das desigualdades educacionais, atentando para a promoção da igualdade racial, regional, de gênero, e de orientação sexual, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação. Mas a redação do texto final levado ao Senado trazia a seguinte composição para a mesma Diretriz: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Essa formulação, conforme dizem

Rodrigues e Facchini (2018), foi uma versão mais nítida que incluiu as questões de gênero e de orientação sexual, “provavelmente fruto da incidência política realizada pelos movimentos feminista e LGBT naquela casa legislativa” (RODRIGUES; FACCHINI, 2018, p. 99).

Em 2011, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), articulando-se com representantes da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT no Congresso Nacional, produziram o Seminário “Plano Nacional de Educação: mobilização por uma Educação Sem Homofobia”. O Seminário, estimulado pelas Comissões de Legislação Participativa, de Educação e Cultura e de Comissão de Direitos Humanos da Câmara teve, na concepção do então deputado federal Jean Wyllis (PSOL-RJ) na ocasião da abertura, como principal intuito, expor e debater a ausência de referenciais inerentes à diversidade de gênero e sexual, isto é, o tema sexualidade referido como orientação sexual e diversidade de gênero no PNE (LEITE, 2018).

Essa foi a oportunidade para que setores religiosos fundamentalistas, católicos, evangélicos e conservadores orquestrassem verdadeira sinfonia de improbidades (AMARO, 2017). Uma delas foi a difusão da expressão equivocada “ideologia de gênero”.

Percebemos, com base nas pautas que ganharam foco no Congresso, dois movimentos discursivos que atravessaram mais fortemente a política do PNE: de um lado a perspectiva econômica pautada na política de financiamento; e do outro, as demandas conservadoras.

Sobre o financiamento da educação com a implantação do CAQi e do CAQ no PNE, há que se ressaltar a influência de comunidades epistêmicas pró-mercado articuladas em redes, as quais colocaram alicerces e contribuíram na produção do Plano. Estamos chamando atenção, especificamente, para uma: a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha). Esse agente surgiu impulsionado por um conjunto de organizações da sociedade civil com propósitos de somar diferentes forças políticas, priorizando ações de mobilização, pressão política e comunicação social, em favor da defesa e promoção dos direitos educacionais (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2022, [on-line]).

Isso envolve propostas e ideias sobre o que “deve ser o Custo Aluno-Qualidade” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2022, [on-line]). A propósito, o CAQ é um mecanismo criado pela Campanha e se traduz em valores sobre o quanto de investimento o Brasil precisa aplicar por aluno, ao ano, em cada etapa e modalidade da educação básica pública, para assim, supostamente, garantir, ao menos, um padrão mínimo de qualidade do ensino.

Para a Campanha, tal cálculo representa o empenho do Brasil em se aproximar dos países mais desenvolvidos do mundo em termos educacionais. Nessa esteira, o CAQ foi

“plenamente reconhecido como instrumento basilar para a consagração do direito a uma educação pública e de qualidade no Brasil, [...] e foi incluído em quatro das doze estratégias da Meta 20 do novo PNE” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2022, [on-line]).

Essas estratégias visam implementar o Custo Aluno-Qualidade como parâmetro para o financiamento da educação básica a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais: investimentos em qualificação e remuneração de pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, compra de material didático, alimentação, e transporte escolar (BRASIL, 2014b).

Nesse campo de investimentos e aquisições para a hipotética melhoria da qualidade educacional, se inserem os atores predispostos a certa gama de opções políticas. O conhecimento que produziu o CAQ serviu, por essa razão, à materialização do suposto conceito de padrão mínimo de qualidade do ensino. Isso significa a instilação de novas ideias, estratégias e enquadramentos que tornam poderosas e influentes as epistemologias neoliberalizadas, propagadas em rede, por meio do dinheiro, de parcerias, de trocas efetivas, e de atuações fundamentadas.

Com isso, destacamos que a produção do PNE foi impactada pelas redes políticas que a Campanha integra e articula. Tais redes possibilitaram nova forma de governança que coloca em jogo múltiplos atores: organizações; entidades religiosas; fundações filantrópicas nacionais e internacionais, como o Grupo Facilitador do Consórcio Global sobre Privatização da Educação e Direitos Humanos (Privatisation in Education and Human Rights Consortium (PEHRC)); o Laboratório de Dados Educacionais; a Unesco; a Trindade Tecnologia Desenvolvimento de Sistemas; o WK Kellogg Foundation; a Fundação Luterana de Diaconia; a Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, composta por igrejas Cristãs; e demais agentes como financiadores ou parceiros em projetos.

A Campanha também representa o Brasil no âmbito da rede Country Liaisons da Association for Childhood Education International. Todas essas redes, ao que parece, juntam negócios e fé na produção de realidades para as políticas globais de educação. A Campanha, nesse sentido, atuou como produtora de dados e de conhecimentos sobre o PNE. Ela trabalhou como consultora e assessora sobre assuntos de políticas sociais, gestão, religião e educação para um projeto de política pública educacional brasileira (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2022, [on-line]).

Esse é o atual modo de operacionalização da racionalidade neoliberal que coaduna dinheiro e fé na elaboração de políticas curriculares no Brasil, as quais são produtos de políticas globais que as deslocam da esfera do político para o econômico; movimento determinante para as deliberações educativas (HYPÓLITO, 2010). Conforme assinala o autor, isso significa a ação de um complexo discursivo potencializador de múltiplas políticas em lugares distintos, com objetivos de elaborar e naturalizar o entendimento de que é necessário promover reformas das políticas educacionais.

Pode-se dizer, pois, que essa dinâmica, inevitável, faz parte do processo de globalização “e do mercado internacional e de uma economia cada vez mais baseada no conhecimento e que, portanto, exige mudanças radicais na forma de organizar, conceber e desenvolver a educação” (HYPÓLITO, 2010, p. 1340).

Em tempos de racionalidade neoliberal, de recrudescimento conservador, de articulações dos movimentos sociais, e da tentativa de economicização de vários aspectos da vida humana, as políticas educacionais vêm sendo influenciadas por significados culturais diversos que negociam suas demandas e seus discursos. São vozes oriundas do movimento de globalização empresarial, da dinâmica entre produção e consumo, dos fluxos migratórios, das indústrias culturais, do conservadorismo, que terminam por tentar impor suas culturas e torná-las consensuais. Nesse sentido, assumimos que não se pode afastar da ideia de que as políticas educacionais e os currículos por elas defendidos são políticas híbridas, são artefatos da hibridização cultural.

Nesse cenário, o Plano Nacional de Educação registra as incidências da cultura neoliberal e conservadora. Pode ser pensado, com base no pensamento *foucaultiano*, como produto da verdade. É preciso produzir a verdade antes de gerar riqueza. O PNE é permeado de forças e valores econômicos, sociais, culturais e religiosos. E uma das supostas verdades que o subsidiou foi a categoria “família tradicional” como sujeito de direitos em relação à educação (RODRIGUES; FACCHINI, 2018).

Tal categoria estaria ameaçada pela suposta subversão dos arranjos familiares de origem divina, naturais, e indispensáveis à reprodução da vida social (MIGUEL, 2016). Esse discurso, portanto, colocou, na conjuntura do PNE, o movimento intitulado Escola Sem Partido. O sucesso do ESP, no processo de produção e aprovação do PNE, significou o silenciamento da diferença de gênero, sexualidade e raça no texto dessa política. Significou a tentativa de hegemonizar a verdade da fé sobre a política de igualdade de gênero. Ainda que a questão dos gêneros, negligentemente traduzida como “ideologia de gênero”, não tenha sido pauta inicial



do ESP, ela tornou-se seu discurso central e influenciou na aprovação do Plano Nacional, e demais planos educacionais nas esferas estaduais e municipais.

As investidas do ESP alinhadas às mobilizações de demais grupos conservadores, e de políticos vinculados a setores religiosos, produziram alterações no Projeto de Lei do Plano tanto no Senado, quanto na sua volta à Câmara quando da aprovação da redação final. Assim, no texto definitivo, a redação aparece como: Artigo 2º, Diretriz III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; Diretriz X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014b). Portanto, sem menção a marcadores como orientação sexual, igualdade racial e de gênero.

Tais apagamentos no PNE são respostas à “ideologia de gênero” que, no discurso conservador, coloca em risco a família tradicional e heteronormativa: “Deus criou a família e, a partir da família, tudo. A família tradicional foi instituída por Deus, macho e fêmea, homem e mulher” (MALTA, 2013, [on-line]).

Foi com essa retórica que políticos reacionários, religiosos e conservadores, operaram em conjunto para banir a temática de gênero do Plano Nacional de Educação (MIGUEL, 2016). É importante dizer que a refutação da categoria gênero, sexualidade e raça, no Plano, é inteiramente independente do Escola Sem Partido que, de fato, surgiu com outra agenda: o combate à doutrinação marxista.

Segundo Miguel (2016), foi assim que o ESP ganhou espaço no contexto de políticas públicas educacionais no Brasil, inicialmente em parceria com o Instituto Millenium. Esse é um *think tank* que reúne lideranças e a sociedade civil em um esforço de convergência para impulsionar supostas mudanças capazes de tornar o Brasil um país desenvolvido, “onde a liberdade e o desenvolvimento caminham junto” (INSTITUTO MILLENIUM, 2023, [on-line]).

Liberdade e desenvolvimento são traduzidos, pelo Instituto, como abundância. Como produtividade, capital humano e investimentos compatíveis com a concepção de valores de uma sociedade aberta e com uma economia de mercado livre. Essa agenda significa produtividade econômica em todas as áreas que definem uma sociedade (INSTITUTO MILLENIUM, 2023). A rede de governança em que o Millenium opera é formada pela Cato Institute, Atlas Network, Escola Nacional de Administração Pública - Enap, a empresa Igah Ventures, ABN AMRO Bank, a The New School For Social Research - NYC, Embraer S/A, Damha Agronegócio, unidade de negócios do grupo Encalso Dahma, Instituto Ayrton Senna, IBGC, dentre outros.

Essa rede evidencia que a bandeira prioritária do Instituto Millenium é o programa econômico de direita, e não, como destaca Miguel (2016), a moral sexual, a família e os valores

tradicionais. Mas, o ESP defendia uma escola que promovesse os valores do Millenium (MIGUEL, 2016). Isso mostra como as distintas demandas vão se justapondo, criando uma esfera de incidência em que a religião, o conservadorismo, a propriedade e o dinheiro coadunam-se e interferem na política.

Efetivamente, o movimento de oposição do ESP às questões de gênero, raça e sexualidade na política do Plano Nacional de Educação, bem como o de defesa dos valores tradicionais e da família tradicional, levou para o campo de decisão política sobre o PNE ideias e significações advindas da esfera econômica e religiosa conservadora.

Ele, nesse sentido, configura-se como resposta às demandas de forças políticas de grupos conservadores neoliberais. Com isso, o processo do PNE parece ser referência de como princípios neoliberais podem influenciar uma política. O que se seguiu, a partir de então, foi uma vigilância política sobre a educação pública e seus currículos. A BNCC, prevista e articulada no contexto do PNE, é exemplo de como o ESP, e demais agentes públicos e privados têm articulado, em rede, suas demandas religiosas, ideológicas e econômicas no intuito de hegemonizar suas verdades: de fé, de mercado, e de conhecimento.

A educação brasileira, nesses moldes, passa a ser negociada como mercadoria, “como uma mercadoria a ser consumida pelos clientes: pais e alunos” (LOPES; MACEDO, 2011a, p. 240). Uma mercadoria hegemonicamente neoliberal, mobilizada a partir da suposta necessidade de melhoria da qualidade da educação, tomando como métrica, para isso, conhecimentos construídos pelas *think tanks*, fundações e institutos, os quais apresentam uma gama de informações sobre a realidade da educação, uma realidade hipoteticamente precária.

Pensando sobre isso, destacamos o papel de alguns agentes públicos que contribuíram para a reterritorialização da política do PNE e para alinhar comunidades epistêmicas, as quais narraram sobre o que pode ser concebido como uma boa política. Nesse ínterim, parlamentares apresentaram, no processo de produção do Plano Nacional, por algum interesse, requerimento para a Audiência Pública com convidados representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho Nacional de Secretário de Educação (Consed), do Ministério da Educação, e do extinto Movimento “PNE pra valer!” vinculado à Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A presença da Undime, nesse processo, por exemplo, revela o instante em que há um empreendimento de disseminar e fazer legitimar um conhecimento sobre a realidade educacional brasileira daquele momento. Aliás, desde a sua criação, na década de 1980, ela vem trabalhando para produzir dados e informações sobre políticas de financiamento, qualidade educacional, formação, políticas educacionais, administração e gestão municipal.

A Undime e outras intuições ligadas à educação pressionaram deputados da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação para mudanças no texto original do Projeto de Lei 8.035/ 2010, encaminhado pelo Executivo (UNDIME, 2023). Ao mesmo tempo que construiu e tornou público o banco de dados sob o domínio: “pne.undime.org.br”. Nesse banco de dados, ela organizou quase três mil emendas apresentadas ao PNE.

A Undime sempre foi presença cativa em todas as audiências públicas promovidas pela Comissão Especial. Nessa esteira, ela promoveu seminários regionais e encontros – em que o PNE foi pauta – que discutiam assuntos sobre gestão, avaliação, novos marcos legais, avaliação e aprendizagem. Esse movimento a permitiu fabricar um arcabouço de informações sobre a realidade educacional dos municípios. Para isso ela contou com parceiros como a Unicef e a Fundação Itaú Social. Tais informações serviram de “suporte para futuro melhoramento na destinação dos recursos” (UNDIME, 2023, [on-line]).

A rede de governança da Undime “atuou para garantir a aprovação do Plano Nacional de Educação” (UNDIME, 2023, [on-line]). Isso significa que outras vozes ditaram os rumos da educação pública brasileira a partir de comunidades epistêmicas espalhadas pelo mundo. Aqui podemos localizar alguns desses protagonistas que se conectaram à rede da Undime para impactar o PNE: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Conviva Educação, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Roberto Marinho, Itaú Social, Consed, Instituto Natura, Associação Nova Escola, Instituto Reúna, Instituto Unibanco, Instituto Inspirare, BNDES, University of Oxford, Fundação Getúlio Vargas, Columbia University, Education USA, Harvard University, Stanford University, Todos pela Educação<sup>30</sup>, dentre outras figuras organizadas em torno “de um conjunto mutuamente reconhecido de questões sobre ‘conhecimento’, de verdades de base e de uma ‘visão’, que são continuamente rearticuladas e divulgadas” (BALL, 2014, p. 108).

Nessa rede, a mobilização do Todos pela Educação em torno do PNE revela as estratégias de atuação de uma rede internacional de relações para a difusão de conhecimento e de informação, “e estão trabalhando para mudar a percepção do público sobre problemas sociais no Brasil” (BALL, 2014, p. 63). Como exemplo específico de tal trabalho, Ball (2014) destaca que o Todos pela Educação foi fundado por empresas brasileiras, incluindo a cadeia de peças

---

<sup>30</sup> O movimento Todos pela Educação reúne como mantenedores institutos e fundações privadas empresariais que se preocupam com a escolaridade da população e a melhoria da qualidade da mão de obra, insatisfatória para as necessidades do mercado. São seus mantenedores: Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Camargo Correa, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, DPachoal. Entre seus parceiros figuram Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, McKinsey & Company, Instituto Natura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (BRASIL, 2014a, p. 18).

de carros DPaschoal; o Grupo Gerdau S.A presidido por Jorge Gerdau Johannpeter, que atuou como membro do conselho do Instituto Millenium; e os bancos Itaú, Bradesco e Santander.

O autor ressalta que o Todos, em parceria com Governo brasileiro, influenciou no desenvolvimento de metas para a educação pública e introduziu ferramentas de monitoramento de desempenho com a ajuda de peritos em educação americanos e brasileiros. “O programa Todos pela Educação tem utilizado canais acadêmicos e da mídia para ajudar a promover a educação como prioridade nacional” (BALL, 2014, p. 63).

O Todos é um elo manifesto das relações complexas, mutáveis, e investidas com antagonismos e interdependências entre o mercado, o Estado e o setor público. Há uma “sintonia’ entre o Todos e o Ministério da Educação o qual demonstra o imbricamento do governo e do Movimento e de parte da sociedade civil organizada” (MARTINS, 2013, p. 124).

Como destaca Martins (2013), o Todos buscou ocupar esferas representativas participando da comissão organizadora e de encontros realizados pela Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010, cujo tema central foi: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação. A representação ocorreu a partir da presença do coletivo Movimentos em Defesa da Educação, presidida por Daniel Tojeira Cara, membro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, tendo como suplente Mozart Neves Ramos, que à época ocupou a presidência executiva do Todos pela Educação.

Dentre os pontos defendidos na Conferência, o Todos apontou para a política de financiamento ancorada na perspectiva do Custo Aluno-Qualidade. Opôs-se à regulamentação do setor privado e às restrições ao ensino à distância. Desse modo, ele avaliou o setor público como incapaz de assumir, sozinho, sua responsabilidade em prover uma educação de qualidade, dependendo assim do setor privado (MARTINS, 2013).

Nesses termos, a mobilização política do Todos para a construção e aprovação do PNE traduziu-se em práticas incorporadas; práticas de significação efetivadas por atores que trabalharam para produzir, transferir, situar, e utilizar certas formas de conhecimento como parte fundamental de seus esforços.

Essa dinâmica pareceu buscar expandir o conjunto de opções de políticas educacionais possíveis para o contexto brasileiro, e, de certa forma, naturalizar, no âmbito da política do PNE, tecnologias neoliberais, incluído governança, gerencialismo, terceirização e a própria parceria público-privada. Como salienta Ball (2014), as políticas educacionais estão cada vez mais sendo terceirizadas para organizações com fins lucrativos, que mobilizam suas

habilidades, suas ideias e discursos, e suas sensibilidades para a esfera da política, por um custo definido e um contrato com o Estado.

Nesse contexto de racionalização técnica das parcerias público-privadas que se consolidaram no processo de aprovação do PNE, bem como a atuação das redes políticas constituídas, das *think tanks*, *edu-business*, comunidades epistêmicas, organizações filantrópicas, o próprio Governo e demais agentes sociais, emergiram as políticas dos planos estaduais e municipais que, por certo, representam também a tentativa de regulação viabilizada pelos instrumentos de controle do Estado.

O rearranjo das relações entre capital e Estado possibilitou que o Todos apreciasse o novo PNE a partir de um empreendimento de análise das possíveis semelhanças entre as metas do Plano Nacional de Educação e suas próprias demandas. Conforme Martins (2013), as avaliações prescreviam alguns apontamentos: o novo PNE deveria ser objetivo, com poucas e exequíveis metas, constando indicadores capazes de medi-las continuamente e promover a avaliação, além de prever recursos financeiros a serem investidos para a sua execução. Para o Todos, o PNE deveria reafirmar a importância da potencialização de coalizões e parcerias que garantissem a suposta modernidade social (MARTINS, 2013).

Na prática, esse Movimento organizou as condições para a instilação de novos valores culturais e sensibilidades, bem como a elaboração de um novo modo de governar, expondo, assim, o PNE como uma agenda global a ser cumprida localmente. Uma agenda atravessada por interesses de grupos diversos e empresas, conectados em redes de parcerias, para o fornecimento de produtos e serviços educacionais.

Nessas parcerias, novas ideias são negociadas e um pacote de soluções para a educação brasileira, supostamente arrojado, é posto em prática, tendo como métrica o mercado e o efeito final: a qualidade da educação (SILVA, 2018). Diante disso, Ball (2014) chama a atenção para uma das características que representam muitos dos participantes-chaves em redes de políticas: a capacidade para se deslocar entre o social, o político e o econômico, “eles praticam o que pregam rompendo limites tradicionais e por serem flexíveis e adaptáveis” (BALL, 2014, p. 93).

Trata-se da realização, disseminação e incorporação do neoliberalismo por meio do quase-mercado e das parcerias público-privadas nas questões da educação pública. “A educação é apenas uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento de serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social” (BALL, 2014, p. 43). Por essa razão, a política do PNE pode ser interpretada como política empresarial que se move, se reorganiza, ou se recauchuta ao sabor das inclinações econômicas e sociais, e porque também traz na sua essência os discursos

neoliberais: Diretriz IV- melhoria da qualidade da educação; Diretriz V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; Diretriz VIII - estabelecimento de recursos públicos em educação com padrão de qualidade (BRASIL, 2014b); e podemos acrescentar, também, o sentido de responsabilização e competência implicado nessa política.

As mobilizações do Todos no PNE não se limitaram, assim como observa Martins (2013), à participação nas conferências da CONAE 2010 e à avaliação do texto do PNE. O Movimento protagonizou outras iniciativas concernentes aos debates do Plano, como palestras sobre os desafios da produção de um plano que seja efetivo; publicação em parceria com a Fundação Santillana e a Editora Moderna, distribuída durante a CONAE 2010 com o intuito de influenciar a elaboração do PNE; realização do Congresso Internacional “Educação: Uma Agenda Urgente”, em parceria com instituições nacionais e internacionais, que aconteceu na sede do Conselho Nacional de Educação, em Brasília (MARTINS, 2013).

O objetivo, segundo a autora, era promover um debate, em níveis técnico e político, que culminasse em um documento a ser entregue aos parlamentares, ao Ministério da Educação, e à Presidência da República (MARTINS, 2013). Esse é um exemplo de neoliberalismo como um processo. Um exemplo de articulação em redes na fabricação de consensos essenciais para a incidência na política do PNE.

Trata-se de uma rede imensurável e sempre cambiável de políticas de governança que atua sobre a política do Plano Nacional de Educação a partir de uma multiplicidade de novos locais, com objetivos óbvios dos resultados econômicos e sociais.

As parcerias anunciadas acima revelam “a importância das interconexões – as redes – de políticas, de negócios e da ideologia e da prática neoliberal e o fluxo de ideias e de oportunidades entre eles” (BALL, 2014, p. 193). Tudo isso sinaliza para os aspectos da padronização transnacional e suas influências no novo PNE, bem como outros aspectos de mercantilização por atacado da educação e outros processos educativos. Isso revela também que o Plano é hibridismo cultural tendendo a validar determinados discursos em desfavor de outros, bem como criar conformidades e direcionar as transformações com fins particulares. As suas imprecisões, por exemplo, “produziram e continuam a produzir as negociações necessárias para garantir sua legitimação, ao mesmo tempo em que engendram zonas de escape dessa dominância” (LOPES, 2005, p. 60).

É provável que haja, nessa lógica, o hibridismo cultural a partir de fundamentos globais e locais (LOPES, 2005), os quais articulam diferentes níveis, tempos e espaços, e terminam por

reconfigurar a educação brasileira e reorganizar as condições para a governança por meio da política do PNE.

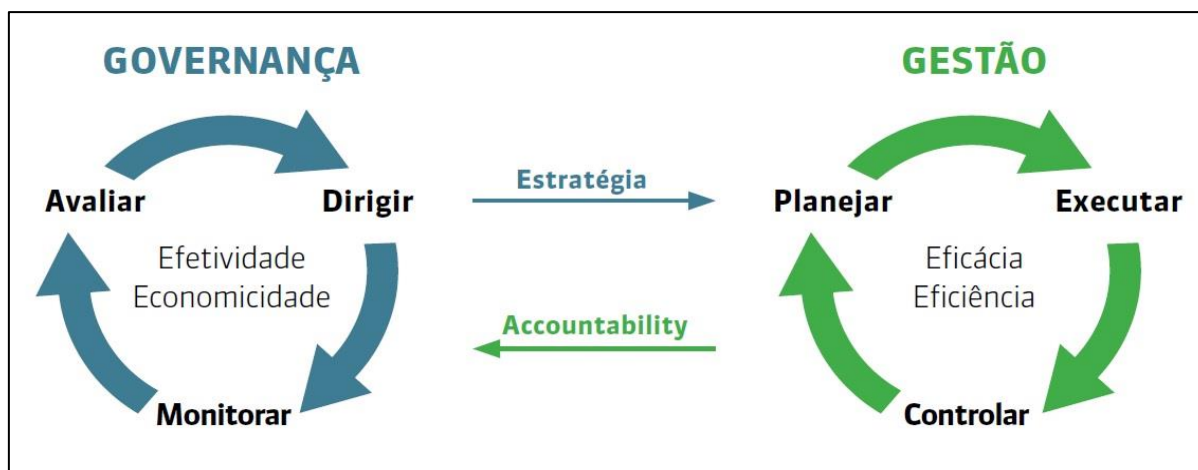
Assim, as articulações observadas na esfera de sua produção se constituem enquanto rede colossal de poder, de influências, de ideias e de dinheiro que veicula uma mensagem elementar e de fácil entendimento por políticos e formuladores de políticas em diversas localidades. Suas conexões exibem momentos dialéticos na disseminação do neoliberalismo. E expõem, assim como afirma Ball (2014), a crítica e a tentativa de converter a percepção pública acerca das questões de políticas através da construção de uma infraestrutura para a potencialização econômica. Questões orientadas pela disciplina de mercado, pela mercantilização, e pelas regras do capital.

As redes políticas que operaram com o PNE são parte de uma geografia complexa do neoliberalismo que avança para o interior do Estado-nação e para além dele, e constrói, nos termos de Appadurai, mundos imaginados – *financiopaisagens* e *ideopaisagens* – cujas disposições do capital global são hoje uma paisagem plástica, rápida e difícil de seguir. E tem a ver com “ideologias de Estados e contra-ideologias de movimentos explicitamente orientados para a tomada do poder de Estado ou de um bocado dele” (APPADURAI, 2004, p. 54).

Isso é parte do trabalho de negociação de conhecimento governante construído para uma política. Conhecimento produzido e representado em números, avaliações, comparações e os *rankings* das organizações do setor público. É dessa forma, produzindo realidades para o campo da educação pública – exemplo da atuação do Todos no CONAE 2010 –, que o setor privado tem direcionado o Governo no sentido de que a disciplina de mercado é a solução para a obtenção da qualidade educacional. Esse movimento persuasivo é prática de instituições de pesquisas que avaliam políticas públicas de educação no Brasil e propõem recomendações. E junto delas operam seus financiadores, advogando por políticas educacionais baseados em modelos mercadológicos.

O gráfico a seguir, mostra como o modelo mercadológico age governando e gerenciando as posições de sujeitos: consumidores, produtores, empreendedores, gestores/líderes, mão-de-obra qualificada e gerenciada, sujeitos autorresponsáveis, sujeitos comparáveis e aterrorizados – performatividade –, sujeitos eficazes e eficientes, dentre outros aspectos que marcam as políticas públicas de educação atuais.

Gráfico 1 – Modelo “tamanho único” das novas estratégias de políticas públicas de educação



Fonte: Tribunal de Contas da União, 2022

Essa representação é uma tecnologia que mobiliza o processo de políticas educacionais orientado pela dinâmica público-privada. Ela permite pensar que as políticas educacionais, enquanto instrumento de governança e gestão, são responsáveis por definir os rumos a serem tomados nas escolas – currículos e os conhecimentos essencializados, por exemplo –, com fundamentos em evidências – produzidos pelas *think tanks* – considerando os interesses diversos – empresas, organizações financeiras, agências transnacionais –, bem como planejar o modo mais oportuno de implementar as diretrizes estabelecidas – os Projetos Políticos Pedagógicos e os currículos nas escolas –, executar os planos – práticas pedagógicas – e o controle de indicadores – instrumentos de avaliação e comparação.

Essa é a via oficial neoliberal para salvaguardar a pretendida qualidade da educação; e por onde vai se produzindo mecanismos de *accountability* e suas extensões e efeitos nas instituições e nos sujeitos.

Como exemplo de efetivação desses mecanismos de *accountability*, estrutura-se o PNE, construído com base em objetivos, metas e estratégias para alcançar resultados (ARAÚJO, 2019), os quais são objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas (BRASIL, 2014a) a partir do *ethos* do gerencialismo. “O PNE, fruto de uma luta de caráter progressista, foi apropriado pelo Estado Gerencial-Avaliador e transformado em mecanismo normatizado de responsabilização, prestação de contas e avaliação” (ARAÚJO, 2019, p. 60).

Essa é um demanda neoliberal por *accountability*, um modelo “tamanho único” das novas estratégias de políticas públicas de educação que, no Brasil, tem o PNE como mecanismo de representação do Estado avaliador – colaboração intergovernamental como forma de garantir a avaliação nacional –, e como instrumento que constitui fonte de informação para a avaliação



da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas com fins aos resultados que serão monitorados pelo Saeb, coordenado pela União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios (BRASIL, 2014a).

O Saeb é um conjunto de avaliações externas em larga escala – Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb, Avaliação Nacional de Rendimento Escolar - Anresc ou Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - Ana – que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizar diagnósticos da educação básica e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Esse sistema de avaliação produz indicadores de rendimento escolar e de avaliação institucional que se traduzem em forma de índices para a avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL, 2014a). O motor do conhecimento produzido sobre o sentido de qualidade é impulsionado pelo IDEB, reforçado na Meta 7 do PNE que estabelece metas nacionais a serem alcançadas (BRASIL, 2014a).

Mas não somente metas nacionais. Na estratégia 7.11, o novo PNE traz referências a serem alcançadas também em exames internacionais. O objetivo é melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações de aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de padronização, internacionalmente reconhecido (BRASIL, 2014a).

O modo como o PNE orienta a avaliação da educação básica brasileira não considera as diferenças territoriais, as subjetividades, as realidades institucionais e suas infraestruturas, pois parte de uma noção de conhecimento baseado em um saber necessário para ser fazer algo. Para Araujo (2019), isso é um prejuízo na medida em que a interpretação do desempenho educacional do país se dá com base em questões objetivas, considerando somente habilidades e competências, situando à margem as heranças simbólicas e a organização do conhecimento humano. Nesse sentido, as estatísticas passam a ser a ferramenta crucial e reveladora do que se entende como educação de qualidade. Qualidade medida apenas por resoluções de questões fragmentadas, “secundarizando o ensino dos conhecimentos sistematizados e historicamente acumulados, asseverando ainda mais a exclusão educacional” (ARAUJO, 2019, p. 77).

Com isso, compreendemos que os mecanismos de avaliação reivindicados no PNE delineiam a *accountability*, sobretudo quando ela se beneficia das avaliações em larga escala para construir indicadores sobre a qualidade da educação. Nessa esteira, as avaliações funcionam como instrumentos de regulação e controle a partir de uma base mercadológica que exige a gestão pela eficácia e eficiência, a responsabilização, e a prestação de contas, o que produz competição e concorrência,

A organização do Plano Nacional de Educação com vistas aos resultados mensurados pelos cálculos dos índices o expõe como uma política de controle e responsabilização. A responsabilização é o conjunto de regras que as instituições e os sujeitos escolares precisam dar conta. É uma demanda neoliberal que também constituiu uma das pautas defendidas pelo Movimento Todos pela Educação na CONAE 2010 – presente, inclusive, no documento final da Conferência, como uma necessidade (NARDI, 2014) –, quando propôs, paralelo ao novo PNE, a Lei de Responsabilidade Educacional em referência à possibilidade do não cumprimento de metas de desempenho escolar e institucional, e de financiamento, supondo uma crise de *accountability* (MARTINS, 2013).

De fato essa Lei está prevista no PNE, precisamente na estratégia 20.11 que prevê a sua aprovação, assegurando o padrão de qualidade da educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade medidas por institutos oficiais de avaliação educacionais (BRASIL, 2014a). Portanto, o foco é a responsabilização.

A prestação de contas/responsabilização – *accountability* – contribui fundamentalmente para o trabalho de metatropa. Na verdade, esse é um componente chave da racionalidade neoliberal que situa como culpados aqueles que são sucumbidos pelo próprio fracasso. A força e a lógica bruta de desempenho são difíceis de evitar (BALL, 2014), e atores educacionais – docentes, discentes, e sistema educacional – são responsabilizados pelo próprio desempenho, que é medido pelos mecanismos avaliativos.

Segundo Menezes (2019), nas tessituras do PNE, com seus instrumentos de avaliação, jaz a necessidade de as instituições escolares e seus atores, bem como todo o sistema educacional prestar contas de seus resultados. Nisso, conforme o autor:

[...] consubstancia-se às políticas de *accountability* educacional – qualificada de mecanismo neutro e construtora de caminhos aplainados para o progresso educacional da nação, tendo suas moiras (responsabilização, prestação de contas, avaliação e informação dentre outras) como depuradoras das políticas educacionais. (Leia-se: purificar, limpar, desembaraçar a educação destinada aos trabalhadores de agentes indesejáveis – o conhecimento historicamente acumulado e sistematizado –, com isso desenvolve-se uma política de educação mínima, prática – aprender a aprender –, ou com expressa Shiroma (2008, p. 12) que “[...] a ideologia da ‘educação de qualidade’ e a apologia da *accountability* são estratégias utilizadas para produzir a fetichização dos resultados” (MENEZES, 2019, p. 261).

Isso significa dizer que, no itinerário do PNE, os setores privado e público, entidades filantrópicas, atores conservadores, organizações diversas, articuladas em redes políticas de governança empreenderam para a depuração dessa política. Incorporando a ela a política de *accountability* que implica no silenciamento das questões da diferença e na deturpação das especificidades existentes nos territórios. Isso revela que outros conhecimentos que não podem

ser quantificados tornam-se inverídicos para o mercado. O conhecimento válido é aquele que serve para se fazer algo, para produzir. É um conhecimento fragmentado que supõe ser a premissa para a construção de competências e habilidades neoliberalizadas.

A União, ao definir o PNE como política que rege todas as políticas educacionais nos estados e nos municípios, além de possibilitar a construção de ferramentas de avaliação da implementação dessas políticas nos entes federativos, potencializa as práticas de indução do PNE sobre elas. Isso, conforme ressaltam Gomes e Vidal (2022), pouco colabora para a mitigação das desigualdades entre os lugares.

As medidas contidas no PNE são produtos de pactos e das articulações entre Estado, mercado, e ideologias, e não refletem a pluralidade de existências e os processos culturais que ocorrem nos múltiplos territórios. O Plano não incide sobre a questão histórica e sobre as realidades que organizam a educação nas escolas. As escolas são esferas concretas de articulação entre os níveis de governo e proveem as políticas públicas de educação. Nesse sentido, Gomes e Vidal (2022) chamam a atenção para o alto grau de centralização financeira da União. Os investimentos do Governo Federal nos estados e nos municípios, supostamente, condicionariam a atuação dos Governos locais, já que haveria interferências entre os níveis de governo, hierarquicamente um sobre o outro, impactando nas diversas políticas de educação, sendo a avaliação também uma forma de intervenção.

A fixação, no PNE, do que será avaliado, é demanda dos atores que constituem sua rede política de governança. Elas passam a constituir poder indutor sobre o Sistema Nacional de Educação. Desse modo, diante de eventuais insucessos na gestão direta, esses atores se eximem de qualquer ônus. No entanto seguem controlando à distância. O governo, nesse sentido, exerce o papel de coordenador das políticas, induzindo programas, ações (GOMES; VIDAL, 2022), e controlando a diferença. Há nesse processo, por certo, elementos de interdependência entre o PNE e a *accountability*.

A política do Plano e a política da *accountability*, como assinala Araujo (2019), se retroalimentam na medida em que se evidenciam com a efetivação das metas e estratégias que são desenhadas para a produção de um projeto de sociedade. Um projeto por *accountability* que abarca discentes, docentes, comunidade, famílias, gestores, “demandando uma nova feição à responsabilização atribuída ao campo administrativo, transcendendo ao campo da responsabilização sobre resultados quantitativos” (ARAUJO, 2019, p. 78).

Os resultados, por essa razão, são de responsabilidade de cada escola, de cada sistema e rede de ensino, de cada aluno e aluna. O Estado não mais se responsabiliza pelos resultados alcançados. O Estado, nesse sentido, mobiliza a política de *accountability* no PNE para

apropriar-se de temas alinhados a demandas progressistas, como exemplo, a gestão democrática, que deixa de ser mecanismo democrático, e passa a ser operado com perspectiva técnico-gerencialista, ligado ao mérito, ao desempenho, às sanções, prestação de conta, avaliação, informações, dentre outros (ARAÚJO, 2019).

Isso é evidente na estratégia 7.36 do PNE que prevê a definição de políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar (BRASIL, 2014a). A valorização desses atores prescinde de uma autoresponsabilização. As recompensas e penalizações serão proporcionais ao mérito dos resultados. Isso provoca reordenamentos nas práticas educacionais e nas instituições escolares, e põem em evidência a concorrência, a competição, as segmentações, as classificações e a produção de *rankings*. Constituindo, assim, um sistema de regulação. É um movimento de conformidade, um acoplamento que fabrica corpos submetidos, praticados (FOUCAULT, 2014) e capacidades específicas.

É uma sistematização performática que alinha o microcosmo das interações da sala de aula e os anseios dos níveis globais de padrões e realizações. Nos termos de Foucault, podemos pensar o PNE como técnica de governo, como controle regular, como instrumento disciplinador na transformação geral e essencial da sociedade, como biopolítica.

A política da *accountability* efetivada no PNE é o compromisso performático de atuação sobre os sujeitos. Tudo precisa parecer natural, correto, verdadeiro e merecedor. A submissão às suas normas confere um caminho desejável, seguro e próspero numa sociedade submetida a um Estado gerencialista.

O fracasso ou sucesso é de responsabilidade de cada ente, cada indivíduo, os quais não escapam do processo educacional de natureza gerencialista. Ao definir metas e estratégias a serem alcançadas, o PNE não prevê de que forma elas podem ser atingidas em contextos diferentes, em cenários periféricos, em que muitas escolas estão sucateadas, em que a precarização do trabalho docente é mais sentida, em que alunos e alunas vivem condições instáveis e vulneráveis quanto a aspectos emocionais, financeiros, alimentares e familiares. Todo esse conjunto de coisas incide no desempenho das escolas, dos discentes e docentes. E como concorrer com realidades mais favoráveis? Como promover a melhoria da qualidade da educação brasileira nesses moldes?

Ao que parece, a promessa da melhoria da qualidade da educação brasileira contida no PNE só é possível pela submissão do sistema escolar, professores, comunidade, pais, alunos a um projeto comum de educação orientada pelas disciplinas de mercado e pensada, sobretudo, por quem é alheio às diversas realidades sociais. A retórica neoliberal de que é preciso melhorar,

promover a equidade e a justiça social, desenvolver economicamente as nações e oportunizar a inclusão de todos enfraquece o político, e faz emergir o reconhecimento do ser competente e responsável capaz de atender às necessidades do mundo do trabalho.

Como diz Araujo (2019), a política da *accountability*, operada pelo Estado que tem o papel de gerenciar e avaliar conforme disciplina do mercado, encontra no PNE *locus* para mobilizar o jogo da quantificação e da estatística sobre a educação. E isso tem ampliado o fosso educacional, o apagamento das diferenças, a exclusão, e a ideia de indivíduos autorresponsáveis, condutores de si.

Sumariamente, a política do Plano é a tentativa de estabelecimento de uma sociedade disciplinar referendada na lógica neoliberal e conservadora em que é preciso governar a espécie para torna-la útil, rentável e dócil; bem como obter o máximo de eficiência e força produtiva (FOUCAULT, 2013), “o que nos permite falar no funcionamento efetivo de uma biopolítica e, portanto, em um Estado brasileiro governamentalizado” (LOCKMANN, 2013, p. 233).

## **4 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (PME) (2015-2025) E A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO COMO PROJETO DE QUALIDADE**

[...] nós não tínhamos um plano anterior. Já tinha uma discussão de plano municipal, mas não dentro do modelo que se propõe ao Brasil. Até você ter um Plano Nacional... aí chegar nos municípios, você tem uma correlação de investimentos. É o primeiro modelo de fato!

*E. 1, 2022<sup>31</sup>*

Abordamos, neste capítulo, a conjuntura em que o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista (2015-2025) foi produzido. Tal política é uma demanda prevista no Plano Nacional de Educação, e requisito para a garantia de transferência de recursos financeiros da União e do Estado para a educação local.

Descrevemos como a política de financiamento orientou o processo político de construção do PME conquistense, ganhando, assim, protagonismo sob a insígnia de melhoria da qualidade educacional medida por indicadores estatísticos. Esses foram/são organizados e apresentados à população e à própria política como o retrato da realidade educacional do município.

Como desdobramentos do PME, situamos as parcerias público-privadas que vêm sendo firmadas com a proposta de manter e/ou melhorar os índices educacionais via investimentos de recursos financeiros.

### **4.1 Um plano para nortear os investimentos**

O Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista – Lei N° 2.042, de 26 de junho de 2015 – é um documento que tem por objetivo atender às demandas sociais, e está alinhado ao Plano Nacional de Educação. O Documento é a materialização de debates sobre a produção de um plano educacional para o Município. Debates que aconteceram na emergência do tempo.

As conferências de construção do Plano contaram com a participação de representantes do Sindicato do Magistério Público do Município, de instituições/órgãos do poder público, das

---

<sup>31</sup> A epígrafe foi retirada da entrevista realizada com um representante do Governo do Município de Vitória da Conquista sobre o processo político de produção do Plano Municipal de Educação.

universidades e faculdades, do empresariado local. O PME conquistense é resultado de esforços para definir políticas para o decênio 2015/2025, supostamente compatíveis com a realidade local.

Ele consiste em uma ferramenta de planejamento com vistas a contemplar as diretrizes e os objetivos educacionais com fins às metas definidas para a Educação Básica. Reivindica a educação de qualidade, a responsabilização social, a minimização das desigualdades sociais e culturais, a erradicação do analfabetismo, o alargamento do nível de escolaridade da população, e a qualificação para o trabalho.

Esse é um instrumento que estabelece as diretrizes para a gerência Municipal, bem como define as seguintes metas para os distintos níveis e modalidades de ensino: Meta 1 - Educação Infantil; Meta 2 - Universalização do Ensino Fundamental de 9 anos; Meta 3 - Universalização do Ensino Médio; Meta 4 - Educação Especial; Meta 5 - Política de Alfabetização; Meta 6 - Educação em Tempo Integral; Meta 7 - Qualidade da Educação Básica; Meta 8 - Educação de Jovens e Adultos; Meta 9 - Universalização da alfabetização e da Educação Básica para a população de pessoas jovens, adultas e idosas; Meta 10 - Garantia da integração da educação profissional na modalidade Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas; Meta 11 - Educação Profissional; Meta 12 - Educação Superior; Meta 13 - Elevar a qualidade da Educação Superior; Meta 14 - Fomentar a criação de pós-graduação *stricto sensu*; Meta 15 - Valorização dos Profissionais da Educação; Meta 16 - Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da Educação Básica; Meta 17 - Equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério da Educação Básica com escolaridade equivalente; Meta 18 - Assegurar planos de carreira; Meta 19 - Gestão Democrática do Ensino Público; Meta 20 - Financiamento.

O Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista traz como uma de suas diretrizes o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação com vistas a garantir o atendimento da necessidade de expansão, com padrão de qualidade e equidade – Diretriz VIII do Artigo 2º. A intenção do Governo Municipal, mediante estabelecimento da meta 20, é possibilitar o investimento progressivo na rede de ensino do município, com percentuais crescentes que atinjam 30% dos impostos (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015).

Tabela 2 – Proposta de investimento em educação no Município

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
25,5%	26%	26,5%	27%	27,5%	28%	28,5%	29%	29,5%	30%

Fonte: Secretaria de Educação do Município de Vitória da Conquista, 2015

Foi justamente sobre a meta 20, que os olhares do Governo Municipal se voltaram no processo de construção do PME. Não obstante, a elaboração e homologação do referido Plano ocorreu faltando três meses para a data limite de aprovação estipulada pelo Ministério da Educação<sup>32</sup>. Nesse período, diante da urgência e escassez de tempo, e da suposta inércia do Município, o Sindicato dos Professores Municipais de Vitória da Conquista (SIMMP) se adiantou ao debate, destacando o fato de que as cobranças para que se iniciassem as discussões sobre a elaboração do PME já vinham acontecendo desde 2014.

No entanto, o Governo relatou que a articulação para a elaboração do documento data desde 2014, logo que o PNE foi aprovado. Mas o Decreto Nº 16.381/2015 que dispõe sobre a criação do Grupo Colaborativo do Plano Municipal de Educação só foi publicado no Diário Oficial do Município no dia 11 de março de 2015 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015), um dia antes do seminário – “PME, nosso compromisso, nosso desafio” – realizado pelo SIMMP que reuniu, na Câmara Municipal, profissionais da educação da rede municipal de ensino, vereadores e entidades educacionais para debater a elaboração do Plano (CNTE, 2015).

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à época, Vitória da Conquista esteve extremamente atrasada nas discussões. Essa informação é corroborada pelo Governo Municipal quando diz que “realmente o tempo não foi tão grande assim, [...] se tivéssemos um tempo maior, se tivéssemos começado com mais antecedência, talvez teríamos um resultado melhor” (E. 1).

Isso valida o que expõe a CNTE quanto ao processo tardio do PME de Vitória da Conquista, e contraria a própria alegação inicial do Governo, quando afirmou que mobilizou um contingente para atuar no processo do PME imediatamente à aprovação do Plano Nacional de Educação.

Esse talvez seja um dos problemas enfrentados por muitos municípios brasileiros quando precisam definir suas políticas públicas de educação. Quase sempre elas são discutidas, elaboradas e aprovadas sob a urgência dos prazos, sobretudo, quando tratam das cestas de

<sup>32</sup> Estados e municípios tiveram o prazo de até 24 de junho de 2015 para aprovar suas diretrizes e metas para 2024.



financiamentos. A urgência revelou, no processo do PME, a preocupação mais significativa: garantir os recursos financeiros a serem investidos na educação pública municipal.

Tal celeridade, conforme publicação da CNTE (2014), marca a possibilidade de concessão de verbas públicas à iniciativa privada; de regulamentações inconclusas no processo Custo Aluno-Qualidade com suplementação da União; bem como de constituição do Sistema Nacional de Educação; do esforço fiscal dos entes públicos para atingir a meta de 10% do PIB para a educação. Isso produz, certamente, uma concentração das disputas sociais em torno das questões do financiamento, as quais terminam por nortear, controlar, e reformar os planos municipais de educação, de modo que o dinheiro passe a ser indispensável nas práticas sociais e nos contornos das políticas educacionais.

A política de financiamento – meta 20 – pareceu ser o componente primordial do Plano conquistense; o mecanismo de efetivação da política, instrumento único de planejamento e o caminho que norteará a educação.

O dilema aqui apresentado pode ser analisado a partir da ideia de que a política do PME, no momento histórico neoliberal, encontra na economia sua razão de ser, “o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual, [...] tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia” (FOUCAULT, 2019, p. 273).

Dito isso, é possível entender a política de financiamento da educação conquistense como o mecanismo de sua materialização e definição de seu arquétipo. Nesse sentido, o financiamento é estabelecido pela política do Plano na mesma medida em que é determinante. O PME, assim, foi construído para atender às métricas do PNE e ao financiamento. Os recursos financeiros, por isso, “não só balizam o que pode efetivamente ser concretizado, mas também consolidam algumas políticas que vão se tornando mais complexas e induzem a adoção de outras” (MARTINS, 2010, p. 499), especialmente na era de uma economia mercantil (FOUCAULT, 2008a).

A questão do foco na meta 20 do PME revela que ele, certamente, é “um Plano que está nortearando os investimentos” (E. 1). Obviamente aqui, investimento é sinônimo de dinheiro, e dinheiro é significativo, e como ressalta Ball (2004, p. 224), está “produzindo novos tipos de organizações”, controlando a política do Plano, e governando pessoas. Na verdade, o econômico tonou-se para a política, e, podemos dizer, para a prática governamental, um lugar de verificação.

O regime de verificação – conjunto de regras – permite definir, como verdadeiros, discursos como este: “o investimento na educação é que vai resgatar o nosso país, vai colocar nosso país em outro patamar” (E. 1). Por certo, não se pode negar o fato de que o financiamento

é fundamental para manutenção e o desenvolvimento da educação, mas é preciso, igualmente, atentar-se para outras perspectivas – o político, as diferentes realidades, as alteridades, outridades, subjetividades, outras possibilidades de currículo e pedagogias – que perpassam os sistemas educacionais e o fazer pedagógico, e que vão sim carecer de investimentos para o seu desenvolvimento.

Contudo, os recursos a serem investidos não deveriam ser, unicamente, a mola propulsora de constituição das políticas públicas de educação. Por outro lado, o que seria esse resgate e elevação do nível do país via financiamento? É difícil conceber uma educação de qualidade apenas injetando dinheiro na educação pública; é preciso pensar outros imaginários pedagógicos e deslocar o que já se encontra sedimentado. Mas o que é perceptível, na fala, é que a educação pública conquistense está sendo tratada como um serviço negociável em busca de resultados econômicos e sociais mediante relações sociais e agenciamentos articulados por diversos participantes, os quais alimentam o regime de verificação com a ideia de elevar “o nível do país via qualidade” com fortes investimentos na educação. Daí a razão dos debates e discussões enfatizarem a questão do financiamento presente na meta 20:

A meta 20 foi a mais discutida. É sobre o financiamento da educação, a ampliação dos investimentos públicos em educação pública de forma a atingir o patamar, à época, de 7% do PIB. E foi bastante discutida a questão do financiamento da educação no âmbito municipal, pois a meta 20 visa o investimento na melhoria da infraestrutura das escolas e dos planos de carreira para os profissionais da educação, garantindo uma melhor remuneração aos profissionais da educação (E. 1).

A meta financeira, a meta 20, gerou grande debate porque você tinha ali os *royalties* da educação, a parte social definindo todo o investimento que viria para a educação. Então, por exemplo, a meta 20 estabelece que chegue a 10% do PIB. Se você retira os *royalties* do petróleo com investimento no fundo social para a educação, se você não tem definição do FUNDEB, qual debate de educação no Brasil está sendo feita nos Planos Municipais? Acho que o que temos hoje, o grande desafio do plano é garantir o financiamento para que a gente possa desdobrá-lo melhor. Porque se isso não ocorrer, ele vai ser desnutrido, ele já está sendo desnutrido. O que eu penso é que, hoje, o maior desafio é garantir os financiamentos (E. 2).

Há uma compreensão de que a importância primeira do financiamento revela que o dinheiro é poder de vários modos (BALL, 2004). Situar o debate e a produção do Plano Municipal de Educação sobre a plataforma do financeiro possibilita pensar que tais discursos são produções culturais, os quais trazem em si uma coleção de crenças, verdades, hibridizações, e significados neoliberalizados que dialogam com os processos sociais e com as atuações de políticas, ou seja, maneiras de ser, de tornar-se, de governar a política do PME, e, conseqüentemente, a população. Nesse sentido, o protagonismo do financeiro revela o alinhamento do Plano a um dos critérios da política de Território de Identidade: o econômico.

A política de financiamento, por essa razão, atua como mecanismo de controle da política do PME na medida em que define, a partir de métricas econômicas, os contornos do Plano, suas metas e estratégias e iluminando os modos como outras políticas, práticas e ideias podem ser constituídas e gerenciadas. Estamos falando do poder dos recursos financeiros, dos fundos, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), do poder do dinheiro fazer as coisas. Estamos chamando a atenção para a possibilidade de condução e controle de outras políticas mediante o financiamento: construção e melhoramento de infraestruturas escolares, programas de livros didáticos, bolsas de estudos, programas de recursos digitais, assessorias e formação, dentre outros.

A Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB é, para Gluz (2021), um dos instrumentos mais importantes no trabalho de universalização da educação no Brasil, e pode ser compreendida, de modo geral, como ferramenta de vinculação de recursos públicos à educação básica, sendo responsável por mais de 60% da totalidade dos recursos de que os estados e municípios possuem para investir (BRASIL, 2021b).

Conforme Art. 8º da Lei citada, a distribuição dos recursos do FUNDEB é efetivada considerando a proporção do número de alunos matriculados nas escolas públicas. “O financiamento é por criança matriculada” (E. 2). E essa garantia financeira foi uma preocupação constante para o Governo Municipal de Vitória da Conquista no momento de produção de seu Plano de Educação:

O outro problema é exatamente o FUNDEB que tem data limite de 2020. Nós tínhamos muitas dúvidas, porque todas as comunidades querem creche, todas as comunidades querem mais escolas, todo mundo quer um Ensino Fundamental de qualidade. Mas esse elemento qualidade prescinde do debate sobre o Custo Aluno-Qualidade dentro da escola. Eu recebia doze centavos para fazer merenda para um aluno, ai foi aumentando até trinta centavos. A última vez que acompanhei estava em trinta centavos. Eu disse: como fazer gestão da Educação? Então, o nosso debate no Plano Municipal era como discutir esse Custo Aluno-Qualidade, sendo que as fontes de financiamento não estavam definidas, tanto que no nosso caso da meta 20, colocamos que o município de Conquista investisse, de forma obrigatória, 25% dos investimentos em educação. Só que aumentamos 0,5% pra chegar até 2025 com o mínimo de 30%. Isso foi aprovado. Isso é cobrado hoje do prefeito municipal. Então, como você discutir o Plano que precisa expandir serviços sem os financiamentos garantidos? (E. 2).

Conforme Manual de Orientação para o Novo Fundeb, o Fundo se configura como mecanismo permanente de financiamento da educação básica com a destinação de mais recursos, especialmente no que diz respeito à complementação da União, que chegará a 23%

até 2026 (BRASIL, 2021b). No contexto atual, até o mês de setembro de 2022, o Estado da Bahia recebeu de transferência do FUNDEB o montante de R\$3.518.582.708,30 (três bilhões, quinhentos e dezoito milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e oito reais, e trinta centavos). O repasse do Fundo para o município de Vitória da Conquista, nesse mesmo período, foi de R\$195.062.146,57 (cento e noventa e cinco milhões, sessenta e dois mil, cento e quarenta e seis reais, e cinquenta e sete centavos) (BRASIL, 2022).

Em 2015, a transferência constitucional do FUNDEB foi mais R\$130 milhões (cento e trinta milhões). Com possível referência a esse montante, a narrativa parece apresentar uma suposta situação de subfinanciamento da educação do município. A adequação da educação a um padrão mínimo de qualidade requer o ajuste dessa qualidade ao financiamento baseado na métrica CAQ.

Segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2022, [on-line]), “a falta de qualidade é um problema que atinge a escola brasileira desde as suas origens”. Esse é o discurso que variados atores – políticos, empresários, agentes públicos e privados, dentre outros – difundem e fazem uso para justificar a suposta imprescindibilidade de reforma da educação pública. Para esses atores, os resultados insuficientes dos estudantes em testes de larga escala impactam na economia, na dinâmica competitiva do capitalismo e no projeto de coesão social do país. Esse discurso é reverberado nas secretarias municipais de educação por meio de canais locais de informação.

A Undime Bahia – que possui parcerias com empresas, fundações e organizações que produzem conhecimento sobre educação –, por exemplo, é um desses canais que reiteram a necessidade de melhoria da qualidade educacional via políticas públicas de educação, inserindo, por essa razão, novas pautas na agenda educacional com objetivos de sua (re)organização. O financiamento da educação, para o Governo Municipal, parece ser o cerne da qualidade, com benefícios de aprendizagem como métrica para a qualidade. Nesse sentido, a educação de Vitória da Conquista “teve investimentos maciços em melhorias das escolas e maior IDEB entre os maiores municípios baianos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022, [on-line]).

Segundo o Governo, a qualidade educacional do município só é factível pelo financiamento com base no indicador CAQ – presente em duas das vinte e cinco estratégias da meta 20 do PME (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015).

Nesse entendimento, a abordagem sobre o CAQ – ferramenta viável de cálculo – significou, portanto, pôr em evidência, no processo político de construção e aprovação do PME de Vitória da Conquista, a centralização do debate sobre o financiamento – enquanto sinônimo

de qualidade – em detrimento de outras questões igualmente importantes como as realidades sociais locais, os diversos saberes, os múltiplos territórios, os contextos históricos, e as variadas subjetividades.

Os investimentos, por essa razão, prescindem de dados estatísticos e produção de conhecimento inicialmente aferidos pelo IDEB e pelo número de matrículas sobre cada aluno. Assim, a matemática se realiza sob a fórmula: aluno + valor = qualidade. Esse é o cálculo que exemplifica o movimento de economicização neoliberal da vida política e social. Cálculo usado para montar cenários educacionais padronizados de controle das variações materiais e subjetivas nos territórios de identidade da Bahia. Essa ideia reafirma o papel que os grandes conglomerados financeiros, articulados em rede de parcerias, exercem no ordenamento das políticas públicas de educação na esfera local.

Consumo, educação, subjetividade se traduzem em operação matemática e financeira de práticas de investimento. Trata-se da racionalidade neoliberal calculando o sujeito como partícula do capital, potencializando-o como maximizador de interesses. É a prática da governança neoliberal que toma o indivíduo como base de cálculo e o deixa ficar inteiramente cativo às necessidades, trajetórias e contingências de uma quantidade de instituições (BROWN, 2018).

#### **4.2 Dinheiro como métrica de qualidade**

Os estados e os municípios, em regime de colaboração, com vistas a alcançarem as metas definidas no novo PNE, precisaram elaborar seus correspondentes planos de educação no prazo de um ano contado da publicação do Plano Nacional. O PME de Vitória da Conquista está atrelado a essa exigência. Essa foi a primeira demanda da educação do Município. Contudo, tal Política foi motivada pela urgência da garantia dos recursos necessários para a manutenção da educação, desvelando, dessa forma, a lógica de sua produção: o financiamento.

O Plano Municipal é uma política que tem um sentido projetivo. É uma imaginação que precisa responder à política de Território de Identidade.

O Território de Identidade do Sudoeste Baiano, por isso, é outra norma que a política do PME conquistense precisa seguir para sustentar a ordem do território imaginado, que é fundamental para a legitimação de discursos que se ocupam do poder e da autodeterminação (APPADURAI, 2004). Essa ordem é a econômica que funde as identidades numa iniciativa

supostamente comum: o desenvolvimento econômico do Estado através da gestão das políticas pública de desenvolvimento territorial.

A economia é um método de reforma (BALL, 2014). E Vitória da Conquista produziu o seu PME nesses termos. Talvez por essa razão, a política de financiamento da educação do Município tenha ganhado destaque nesse processo. Possivelmente isso desvela uma das pretensões da política de Território de Identidade, as quais se reconfiguram no PME: investimento no educando como forma de assegurar o seu próprio futuro econômico, e o investimento do Município em seu próprio futuro econômico.

O investimento orientou a produção do PME conquistense com vistas, sobretudo, à política de financiamento do FUNDEB que projetou, para o ano de 2015, uma receita inicial total de R\$132,1 bilhões (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIO, 2015), com valor mínimo nacional por aluno de R\$2.545,31 (dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais, e trinta e um centavos), definido pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Fazenda (UNDIME, 2015).

No período de referência, as receitas com o Fundo, em Vitória da Conquista, foram da ordem de R\$ 130.898.731,32 (cento e trinta milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta e um reais, e trinta e dois centavos), assim como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 2 – Demonstrativo das receitas com o FUNDEB, referente ao ano de 2015, em Vitória da Conquista

<b>RECEITAS DO FUNDEB</b>		<b>RECEITA REALIZADA</b>
<b>1- RECEITAS</b>		<b>130.898.731,32</b>
1.1- Transferências de Recursos do FUNDEB - código 4.17.24.01.00.00		<b>99.044.909,55</b>
1.2- Complementação da União ao FUNDEB - código 4.17.24.02.00.00		<b>30.294.138,48</b>
1.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB - código 4.13.25.01.02.00		<b>1.559.683,29</b>

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 2023

O quadro apresenta o repasse total do Fundo ao Município de Vitória da Conquista – soma das transferências, da complementação da União, e da receita de aplicação. O demonstrativo revela a relação de dependência do Município ao FUNDEB. Vitória da Conquista investe 25% de recursos próprios em educação. Assim, a composição total dos recursos da educação conquistense se dá com 25% da receita resultante de impostos – o FUNDEB está contido aqui –, transferências do FNDE, e com os 25% dos recursos próprios.

Em 2015, as liberações financeiras do FNDE à prefeitura totalizaram R\$ 13.456.651,57 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais, e cinquenta e sete centavos) sendo que desse valor, R\$ 5.106.318,24 (cinco milhões, centos e seis mil, trezentos e dezoito reais, e vinte e quatro centavos) foram oriundos da quota Estadual e Municipal (FNDE, 2023).

De acordo com o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal, o Fundo Municipal de Educação, no ano de 2022, teve uma receita de R\$ 264.609.773,29 (duzentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e setenta e três reais, e vinte e nove centavos). Para 2023, a previsão é que a receita desse Fundo seja orçada em R\$ 420.854.100,00 (quatrocentos e vinte milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, e cem reais) (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2023).

Esse investimento de recursos financeiros, para chegar ao Município, só é possível via Plano Municipal de Educação. Nessa lógica, o PME é garantia de efetivação da articulação entre as metas do PME alinhadas ao PNE, e demais instrumentos orçamentários da União, do

Estado e do Município (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015). A política do Plano Municipal é, ao que parece, uma forma de aliciação da “aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015, [on-line]).

Tais recursos deverão ser implementados, em parceria com o Governo Estadual e o Federal, considerando o “Custo Estudante Qualidade inicial - CAQi, e, posteriormente, o CAQ como indicador prioritário do financiamento para todas as etapas e modalidades da educação” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015, [on-line]). Isso exige, como consta na estratégia 20.11 do PME, a garantia do efetivo cumprimento da Lei de Responsabilidade Educacional – *accountability*.

Garantir o financiamento significa, supostamente, garantir a qualidade da educação. Qualidade é outra demanda do PME de Vitória da Conquista. Melhoria da qualidade da educação é diretriz do PNE que se reflete no Plano de Educação do Município, cuja estratégia 20.1 trata sobre a garantia de fontes de financiamento permanentes para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre União, Estado e Município com vistas a assegurar o padrão de qualidade nacional (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015).

O sentido de qualidade que o PME traz corresponde àquele presente no PNE: qualidade da educação básica atrelada às médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (BRASIL, 2014a). A meta 7 do Plano Municipal prevê “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias propostas para o Município, em relação ao IDEB” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015, [on-line]). Esse sentido de qualidade funciona como ferramenta de constituição da hegemonia da política do PNE reverberada no PME, e aglutina diversas demandas, dentre elas, o IDEB como mecanismo de mensuração da qualidade educacional do Município.

Desse modo, o prognóstico que o Governo Municipal faz parece querer dizer que maiores investimentos significam melhoria da qualidade educacional medida pelo IDEB. Ele ressalta que, com investimentos em serviços especializados públicos e privados; parcerias com universidade, faculdades, e instituições de ensino locais, públicas e privadas; com a constituição de indicadores de avaliação, gerenciamento, acompanhamento e controle educacional dos índices; com investimentos em transporte escolar; na melhoria da infraestrutura das escolas; em aquisição de equipamentos; em avaliações institucionais internas e externas para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem; com a aquisição de tecnologia



pedagógica; com a garantia de alimentação escolar de qualidade; reformas; ampliações das unidades escolares; e o IDEB, a educação de Vitória da Conquista logrou destaque estadual, ocupando posições privilegiadas no ranking nacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022).

Os últimos dados sobre os indicadores educacionais por município e rede de ensino, publicados em 2021, mostraram que Vitória da Conquista obteve uma média de 5,6 e 5,1, respectivamente, para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Regular na rede pública. Enquanto que a média estadual foi de 4,9 para os Anos Iniciais e 4,2 para os Anos Finais na mesma modalidade de ensino. A média nacional foi de 5,5 para os Anos Iniciais e 4,8 para os Anos Finais do Ensino Fundamental Regular da rede pública (BRASIL, 2021a). Tais resultados, na visão do Governo Municipal, foram possíveis a partir de investimentos na melhoria constante da educação em Vitória da Conquista (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022). Nesse sentido, qualidade, para o Governo Municipal, estaria vinculada aos bons índices auferidos pela introjeção de dinheiro.

Esses dados constituem um tipo de saber imprescindível para a definição sobre os modos de operar da política do PME a partir do que o PNE concebe como qualidade da educação. Qualidade, desse modo, está fixada a metas educacionais que se pretendem precisas. Ela é compreendida por intermédio de mecanismos estatísticos, e representada por um conjunto de índices fundados em diagnósticos hipoteticamente incontestáveis (MATHEUS; LOPES, 2014). A ideologia estatística subjacente aos números concatena os indicadores e subsidia eles essenciais entre eles e os discursos que eles relatam: a qualidade.

Quem define qualidade da educação? São muitos os atores que cooperam para tal definição; colaboram para a construção de uma realidade educacional que supõe ser de qualidade: mercado, especialistas, estudiosos, empresariado, fundações, ONGs, movimentos sociais, comunidade escolar, trabalhadores, dentre outros. Esses atores de mercado são mobilizados pelo discurso de qualidade, e pressionam por políticas educacionais de produção de mão-de-obra qualificada.

Contudo, o discurso sobre qualidade das políticas públicas de educação mais recentes vem se potencializando nas vozes de organizações e entidades ligadas a setores privados, os quais vêm desenhando um sentido de qualidade – economicizada – para a educação local mediante organização de dados, os quais são “muito utilizados por gestores públicos em suas análises e tomada de decisões sobre os rumos da cidade” (MEU MUNICÍPIO, 2021, [on-line]).

Atores, como o Meu Município e o QEdu, trabalham como fabricantes de realidades locais apresentadas à população. A plataforma Meu Município é um portal de finanças públicas

municipais do Brasil sob a gestão da *startup* GovTech Bright Cities – base digital de entendimento e de diagnóstico de cidades, e mapeamento de soluções fundada por um grupo empresarial. Meu Município é um portal de referência em governança e gestão municipal que organiza e disponibiliza dados dos municípios brasileiros, bem como indicadores gerenciais e resultados de análises bastante utilizadas na administração pública (MEU MUNICÍPIO, 2021).

Meu Município faz parte de uma rede pronta; um microespaço globalizado virtual que faz uso de dados da plataforma QEDu, a qual diz “que dados são essenciais no processo de transformação da educação brasileira” (QEDU, 2023). Essa plataforma foi selecionada para o Banco de Propostas Inovadoras do INEP.

O QEDu aplica tecnologias inovadoras e *design* moderno para, supostamente, facilitar o acesso aos dados educacionais. A intenção é mostrar que é possível usar a estatística para a melhoria da qualidade da educação básica, “e, por isso, buscamos sempre conhecer e suprir as necessidades das escolas e redes de educação com relação ao uso de dados e indicadores educacionais” (QEDU, 2023, [on-line]).

Essa é mais uma oportunidade para o trabalho em rede e persuasão, e está produzindo realidades educacionais a partir da oferta de dados, informações, e conhecimento. O QEDu é um projeto idealizado pela Meritt – plataforma de informação educacional e gestão de dados educacionais – e pela Fundação Lemman, e reúne dados da Prova Brasil, Censo Escolar, IDEB e Enem. Ele está sendo utilizado por inúmeras secretarias de educação e escolas (QEDU, 2023). Entre os parceiros apoiadores, juntam-se: o Itaú Educação e Trabalho; o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE) – plataforma de gestão e mapeamento de dados educacionais, ligada à Nova Escola, Centro Lemman, Fundação Telefônica Vivo, dentre outros; e o B Social.

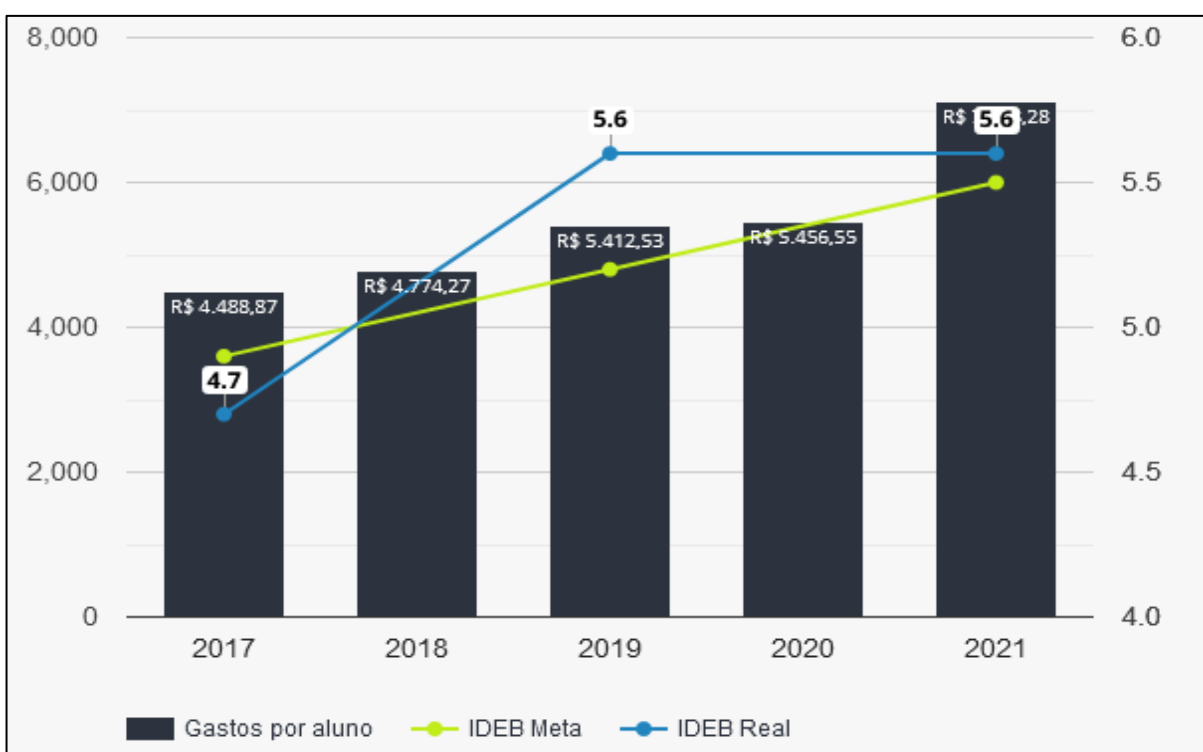
Toda essa cadeia atua para contar histórias e impactar a realidade educacional em nível local, ensaiando soluções rápidas, agrupando conhecimento, capital social, e criando confiança (BALL, 2014). O olhar sobre os dados que esse conglomerado produz acerca da educação de Vitória da Conquista fornece sentido à questão conectiva, discursiva e dialógica no que se refere ao discurso do Governo Municipal: mais investimento é sinônimo de potencialização dos índices, conseqüentemente, da melhoria da qualidade da educação.

A troca de conhecimento, a colaboração, e os incentivos permitem que esses agentes produzam uma realidade educacional para Vitória da Conquista. Nesse ínterim, os dados que se seguem expõem a dinâmica da evolução de microfinanças na esfera pública. Quanto mais investimento na educação conquistense, melhor será a sua qualidade. Essa é a sensação que se pretende criar e difundir. E a força desse discurso é o valor de verdade que possui. Isso mostra

a obtenção de neoliberalismo como um conjunto de saberes, conhecimentos, e ideias de políticas a ser apresentado à população local e para subsidiar a própria política do Plano Municipal de Educação.

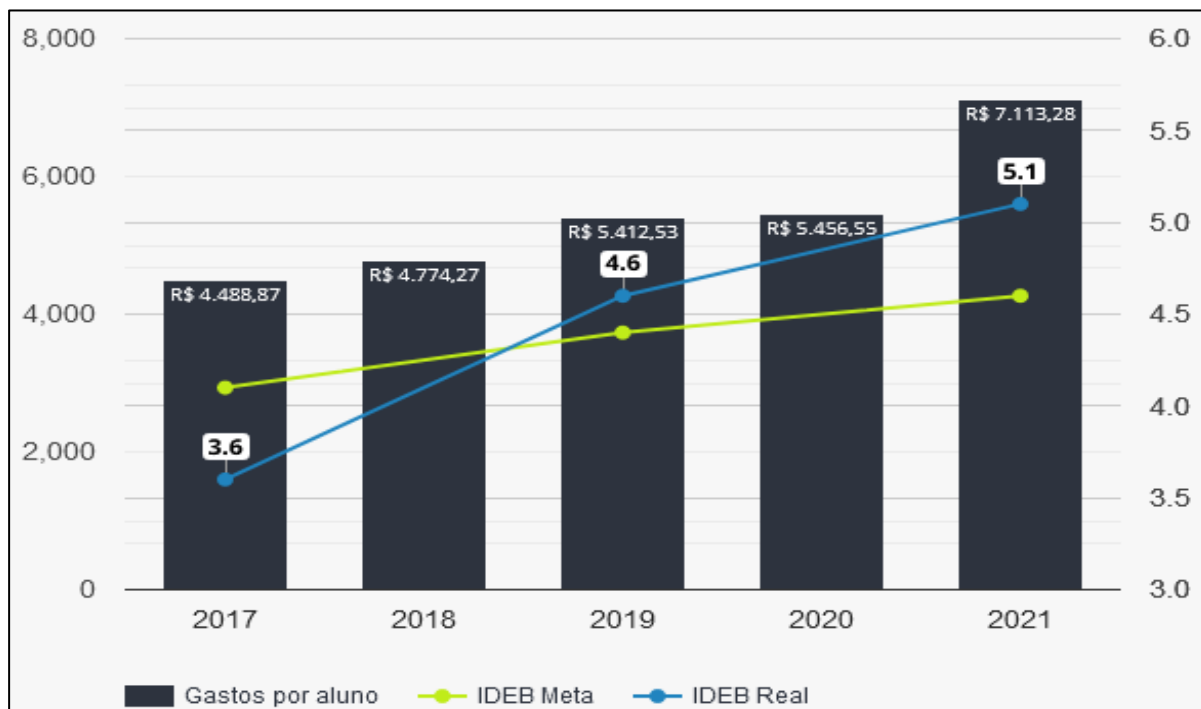
Conforme informações mais recentes, publicadas em 2021 na plataforma Meu Município, nos últimos 5 anos, Vitória da Conquista dispendeu uma média de R\$ 5.449,10 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais, e dez centavos) por aluno, num gasto total, em 2021, de R\$ 294.504.142,70 (duzentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e quatro mil, cento e quarenta e dois reais, e setenta centavos). Ao longo dos anos, a Prefeitura Municipal vem aumentando os investimentos (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022). Tal operação é interpretada pela Plataforma como havendo uma relação entre a potencialização do financiamento e os resultados do IDEB, assim como é apresentado nos gráficos a seguir.

Gráfico 2 – Evolução do IDEB X investimentos em educação por aluno em Vitória da Conquista - Anos Iniciais



Fonte: Plataforma Meu Município, 2021

Gráfico 3 – Evolução do IDEB X investimentos em educação por aluno em Vitória da Conquista - Anos Finais



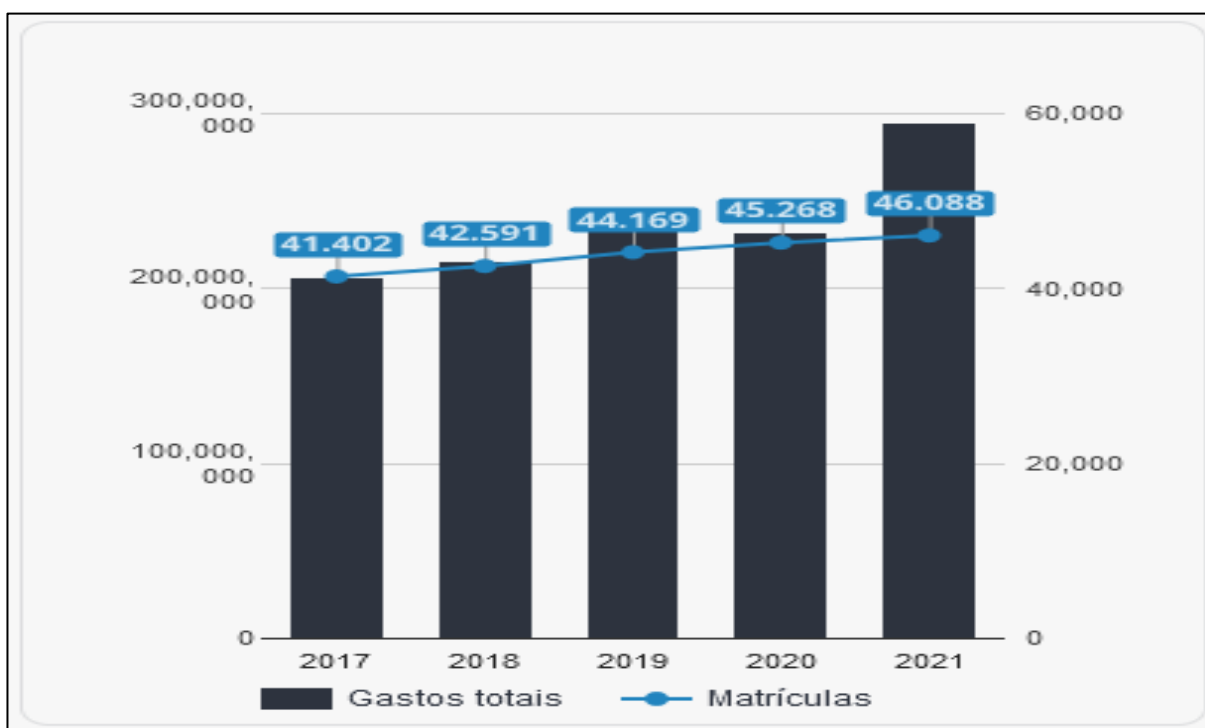
Fonte: Plataforma Meu Município, 2021

As tabelas expõem o movimento progressivo que relaciona valores investidos *versus* potencialização dos índices. Na medida em que investimentos são realizados, eles alcançam patamares maiores. A plataforma Meu Município utiliza dessa correlação de dados para justificar o discurso em defesa da qualidade da educação via investimentos e microfinanças. A realidade fabricada é que mais dinheiro na educação de Vitória da Conquista significa melhor IDEB. Nesse sentido, ele é o principal indicador de qualidade da educação, e reúne as médias de desempenho nas avaliações em larga escala como a Prova Brasil – nos municípios – e o Saeb – nas unidades da federação e para o país.

De modo igual, a plataforma QEdu mostra que o aumento dos investimentos na educação conquistense responde, similarmente, ao aumento do fluxo escolar. Segundo dados, em 2015, as matrículas na modalidade do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais na Rede Pública Municipal somavam 30.270, e, em 2022, 33.522 (QEDU, 2023). Esse retrato expressa um salto nos investimentos que, em 2015, foi de R\$ 130.898.731,32 (cento e trinta milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e trinta e um reais, e trinta e dois centavos), e em 2022, foi de 264.609.773,29 (duzentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e nove mil, setecentos e setenta e três reais, e vinte e nove centavos).

O gráfico seguinte apresenta o número total de matrículas no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais na Rede Municipal em diferentes períodos, e o total de recursos investidos na educação nos respectivos anos.

Gráfico 4 – Evolução do número de matrículas e investimentos totais em educação no Município de Vitória da Conquista



Fonte: Plataforma Meu Município, 2021

Os investimentos correspondem assim: em 2017, R\$206.882.875,38 (duzentos e seis milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais, e trinta e oito centavos); em 2018, R\$216.121.429,40 (duzentos e dezesseis milhões, cento e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais, e quarenta centavos); em 2019, R\$239.065.858,30 (duzentos e trinta e nove milhões, sessenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, e trinta centavos); em 2020, R\$232.399.739,32 (duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta e nove reais, e trinta e dois centavos); em 2021, R\$294.504.142,70 (duzentos e noventa e quatro milhões, quinhentos e quatro mil, cento e quarenta e dois reais, e setenta centavos).

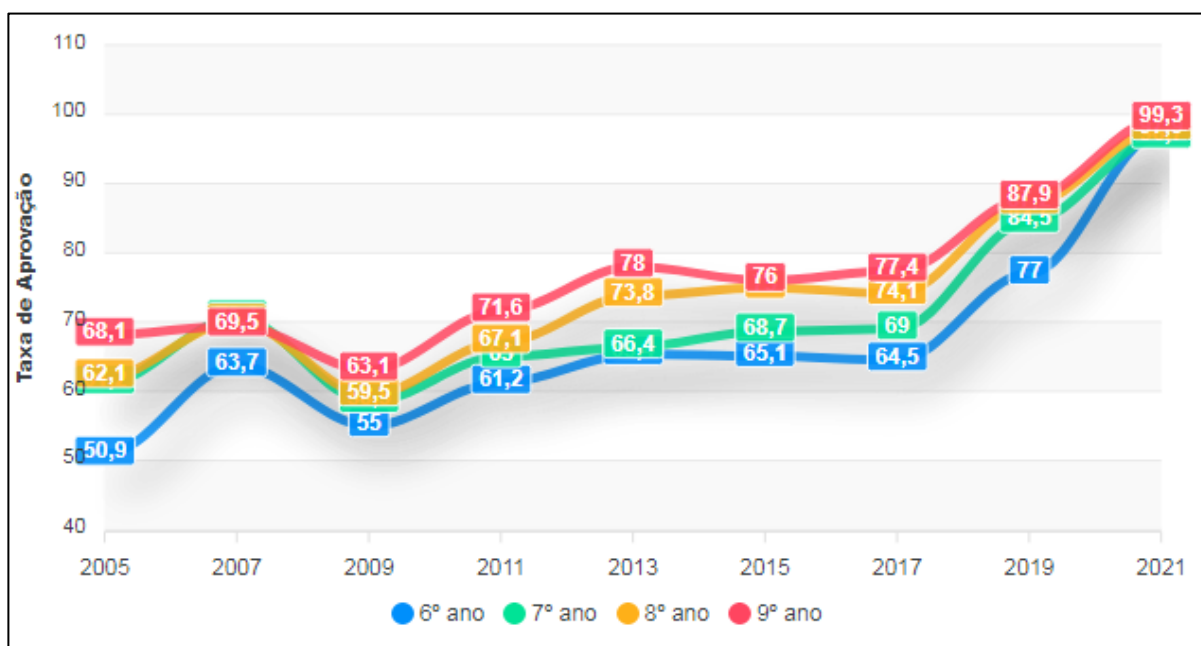
Apesar da queda dos recursos no ano de 2020, há uma tendência de aumento no número de matrículas e dos investimentos. A redistribuição dos recursos dos fundos ocorre de acordo com o número de matrículas e conforme fatores de ponderação que são fixados anualmente. A redistribuição dos recursos do FUNDEB, por exemplo, é realizada parametrizada pelo

quantitativo de alunos matriculados em cada etapa e modalidade. Quanto mais matrículas, mais dinheiro. Cada discente matriculado representa uma unidade de calculabilidade que impacta na política de financiamento, na política educacional, e no estímulo às novas oportunidades de parcerias, negócios, e lucros.

Outros aspectos sobre a realidade educacional conquistense também são apresentados na plataforma QEdu como supostos efeitos de uma ordem de investimentos. Os indicadores de aprendizagem, por exemplo, em 2015, era de 5,47 e 5,07, respectivamente para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal. Em 2021, a pontuação foi de 5,66 para os Anos Iniciais e 5,26 para os Anos Finais. Esses indicadores foram medidos em avaliações de Língua Portuguesa e de Matemática.

Quanto aos indicadores de aprovação. Em 2015, de cada 100 alunos matriculados no Ensino Fundamental da Rede Municipal Anos Iniciais, 24 não foram aprovados – indicador de fluxo: 0,76. Nos Anos Finais, de cada 100 alunos, 29 não foram aprovados – indicador de fluxo: 0,71. Os dados mais recentes mostram que em 2021, de cada 100 alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal, 1 não foi aprovado – indicador de fluxo: 0,99. Nos Anos Finais, de cada 100 alunos matriculados, 2 não foram aprovados – indicador de fluxo: 0,98 (QEDU, 2023). O gráfico a seguir dá uma melhor dimensão da evolução da taxa da aprovação:

Gráfico 5 – Evolução do fluxo de aprovação no Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais no Município de Vitória da Conquista



Fonte: plataforma QEdu, 2023

Os dados apresentados nas plataformas Meu Município e QEdu retratam o fluxo de aprovação escolar e a evolução da educação no Município de Vitória da Conquista com base no aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, mediante a Prova Brasil. O IDEB é calculado sobre esses indicadores de desempenho, e, juntos, suscitam evidências de valor que terminam por produzir conhecimento de política na seguinte lógica: investimentos + desempenho = qualidade da educação. Nessa razão, a realidade implica em números e aspectos organizados através de indicadores que transformam paisagens singulares em territórios controlados. É a própria função pedagógica disciplinar de controle de sujeitos operando por meio de práticas enumerativas que se abstêm das especificidades epistemológicas e ontológicas existentes nos territórios largamente diversos (APPADURAI, 2004).

Essas plataformas incitam, portanto, a manutenção de uma realidade educacional local quantificada e retratada com base em cálculos e estatísticas, o que legitima o discurso “da responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista em apresentar índices ainda melhores nos próximos anos e garantir a continuidade de uma educação de excelência” (PREFEITA SHEILA VAI A BELO HORIZONTE CONHECER MODELOS DE PPP’S PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO, 2023, [on-line]).

A redistribuição de valores, a organização dos índices, dos quantitativos de matrícula, todo esse arcabouço de números – que dá sentido à qualidade – contido nessas plataformas forma o tecido da suposta verdade sobre a política de financiamento da educação de Vitória da Conquista. Verdade que se sustenta nesse conjunto de dados estatísticos para se constituir enquanto tal. Trata-se da associação entre governo e verdade sob a plataforma da emergência de um saber preciso e racional (LOCKMANN, 2013), essencial para o controle social via financiamento.

É assim que a sociedade de estatística tenta organizar um saber quantificável dos fenômenos educacionais “para fins de promover melhores escolhas na educação” (QEdu, 2023, [on-line]), bem como o governo da população (FOUCAULT, 1979) e dos territórios. A coadunação de dados e informações educacionais, nesse sentido, constrói territórios específicos e o entendimento de semelhança imaginada que possibilita agrupar identidades por meio de constituições de perfis. Portanto, o conhecimento estatístico fabrica frações de populações a partir de aspectos hipoteticamente comuns, os quais vão integralizar e conformar todos – população e coisas – a um determinado perfil inventado, semelhanças imediatas; uma identidade única para um território igualmente inventado (LOCKMANN, 2017).

Segundo Foucault (1979), a estatística revela que a população possui características particulares, e que através de seus deslocamentos e de sua atividade ela cria efeitos econômicos

específicos, permitindo quantificar os fenômenos próprios à população. Desse modo, os dados apresentados sobre a realidade dos investimentos financeiros na educação conquistense, atrelados aos índices educacionais, forneceram óleo numérico à engrenagem administrativa e discursivas – produzidas essencialmente como necessidades estatísticas – para a política de financiamento da educação local.

Os números educacionais, portanto, desempenham papel essencial na tradução das diversas realidades educacionais em termos apreensíveis pelo Governo Municipal. Termos que podem agrupar, em uma única realidade e em um único território, várias peculiaridades ontológicas sob o quadro normalizador do conhecimento e poder, ao passo que disciplina e controla o “cenário para o uso generalizado de técnicas enumerativas padronizadoras” (APPADURAI, 2004, p. 169) com vistas a atender à aritmética da política do PNE e da política de Território de Identidade mediante os complexos hábitos numéricos de classificação, ordenamento, aproximação, e identificação.

As práticas enumerativas, portanto, são sinônimos de arranjos políticos e econômicos. Nesse sentido, o ordenamento dos dados educacionais é fundamental para a distribuição dos recursos (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015). É fundamental também para as novas possibilidades de negócios e soluções, as quais reivindicam a melhoria da qualidade da educação. Isso indica que as políticas podem ser transformadas em mercadorias e soluções políticas à venda. Tais soluções “tornam a política em um conjunto de resultados mensuráveis” (BALL, 2014, p. 163), suscitando em novos desdobramentos, novas relações, e novos tipos de atores sociais, públicos e privados.

#### **4.3 Investimentos na qualidade: novas oportunidades de negócios para a educação conquistense**

O Processo de produção do PME e a questão da melhoria da qualidade educacional são oportunidades de negócios. A combinação investimento X qualidade, presente no itinerário de construção do Plano conquistense, justificada, mais recentemente, pela necessidade de manutenção e melhoria dos índices educacionais, vem ganhando novos contornos em uma economia política de detalhes. Assim, um leque de atividades e intervenções via parcerias público-privadas tem se configurado como outra demanda do PME, cujos fluxos de financiamento fundamentam essas atividades e tem feito do mercado a solução para a melhoria da qualidade educacional. Apesar de esse não ser o foco específico dessa Tese, abordamos tais desdobramentos para sustentar esse argumento.



A política de financiamento da educação pública do Município é complexamente atravessada pelas atividades do setor privado, tornando-se opaca. Trata-se da simetria firmada entre educação pública e os negócios. Parcerias em redes unem o Governo Municipal às organizações comerciais e constroem ramificações discursivas através da instilação de sensibilidades e de ordenamentos do fluxo empreendedor; e a epistemologia neoliberal é universalizada (BALL, 2014).

Isso é parte do que vem se desenvolvendo no Município atualmente. O Governo conquistense tem avaliado modelos de parcerias público-privadas para aplica-las na educação e na saúde. Na educação, a parceria firmada está sendo utilizada com a Inova BH, uma empresa da Companhia Transpes – logística em transportes – que possui negócios com a Petrobras, a Fiat, a Queiroz Galvão, o Anglo American, o Siemens e outras empresas nacionais e internacionais.

Essa é uma lógica de mercado perpassando as questões educacionais de Vitória da Conquista através da facilitação de gestão educacional e parcerias público-privadas. O que significa substituir comandos do setor público por comandos do setor privado. Assim, a parceria com a Inova BH representa a prestação do melhor serviço e a busca por excelência. A parte da administração e manutenção da estrutura fica com o parceiro privado (PREFEITA SHEILA VAI A BELO HORIZONTE CONHECER MODELOS DE PPP'S PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO, 2023). “Ver como funciona isso aqui em Belo Horizonte está sendo uma experiência enriquecedora, e vamos fazer os estudos pensar nisso para o futuro da nossa querida e amada Vitória da Conquista”, relatou o Governo (PREFEITA SHEILA VAI A BELO HORIZONTE CONHECER MODELOS DE PPP'S PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO, 2023, [on-line]).

A Inova BH considera-se o primeiro projeto em forma de Parceria Público-Privada - PPP em educação no Brasil (INOVA BH, 2023). Ela atua na construção e administração de escolas com o discurso de que, com a parceria, a direção das unidades escolares pode dispor de mais tempo para as questões pedagógicas. Professores e demais profissionais da educação teriam assim, uma estrutura supostamente adequada para lecionar, e a prefeitura pode investir em outros setores.

Aqui entra em jogo a defesa da suposta melhoria da qualidade da educação e de novas soluções para os problemas sociais e econômicos do Município. E nesse jogo quem joga é o dinheiro e os discursos sobre a sua aplicação. Em tudo isso, a educação é negociada e parcerias estabelecidas. Assim, atuam na educação conquistense, ao longo dos anos, grandes corporações de distribuição de livros e materiais didáticos como as Editoras: Ática, Scipione, Moderna, Sei

e FTD, com um engajamento de apoio bilateral ao “empreendimento e soluções baseadas no mercado para problemas educacionais. Há um foco coletivo em métodos como os PPPs<sup>33</sup>, formação e capacitação, associações e técnicas de melhoria do ensino” (BALL, 2014, p. 134).

O poder do dinheiro, conforme destaca Ball (2004), é “o poder de ‘fazer parcerias’ com os governos para a resolução de problemas sociais, e o poder de falar e adotar políticas, às vezes sobre e contra a vontade dos governos, em arenas locais e transnacionais” (BALL, 2014, p. 224). O dinheiro, por assim dizer, coloca no jogo das mobilidades de políticas novos jogadores, novas vozes, e novas tecnologias de políticas. Certamente, esse movimento enseja novos tipos de tomadas de decisão, novos resultados, e novos interesses (BALL, 2014).

Obviamente, nessa parceria descrita, como nas descrições seguintes, o dinheiro não é mencionado, ele raramente é mencionado, mas é substituído pelo foco nas ideias e nas práticas, as quais importam. Aliás, a questão do financiamento, na economia da educação, é tratada como abstração. No entanto, assim como afirma Ball (2014), na interface entre a gestão da política educacional e neoliberalismo, o dinheiro está em toda parte e promove parcerias.

Segundo a Prefeitura de Vitória da Conquista, as parcerias estabelecidas trouxeram resultados positivos em um curto espaço de tempo (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022). Isso significa que, junto à educação pública do Município, há agora, uma variedade de organizações e entidades pró-mercado que permitem pequenas leituras comerciais.

A presença de setores privados conectados a grandes corporações operando no âmbito educacional público, conforme Adrião (2017), envolve a capacitação de profissionais docentes, o provimento de materiais didáticos, a oferta de programas de reforço escolar, bem como atuações em programas de reformas, construção e manutenção de unidades escolares. Trata-se de um mecanismo articulado pelo qual o município conquistense, possivelmente, faz uso para transferir sua responsabilidade sobre a educação pública ao setor privado através de parcerias.

Com o discurso de melhoria da qualidade da educação, o Governo tem investido em novas tecnologias e realizado parcerias, oferecendo aos docentes e discentes a oportunidade de terem sucesso. Estamos falando da aquisição de programas e projetos com os quais o governo local pretende manter a continuidade da melhoria educacional e o desenvolvimento orientado por objetivos.

Nesse sentido, em 2022, o Governo Municipal firmou parceria com o Programa Aprova Brasil (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022). Essa é uma

---

<sup>33</sup> Parcerias Publico-Privadas

plataforma que monitora os resultados dos estudantes para intervir onde for necessário (APROVA BRASIL, 2023). Ela oferece atividades elaboradas a partir da matriz do Saeb com módulos de português e matemática para as turmas do 2º ao 9º ano, bem como “formação docente e jogos em games para melhorar a capacidade de absorção das disciplinas pelos estudantes. O contrato inclui quatro simulados por ano” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022, [on-line]).

Isso demonstra uma relação complexa baseada no contrato, com vistas, hipoteticamente, ao lucro, que desloca a educação pública do Município para o campo do comércio. O movimento envolvido aqui é feito e impulsionado pela Editora Moderna que mantém a plataforma Aprova Brasil. No intuito de arrojar os resultados do IDEB, o Programa mobiliza um mecanismo de avaliação das habilidades via simulados em uma plataforma digital. A partir dos resultados, são gerados relatórios que mostram o desempenho individual e coletivo. Isso sugere que, “com base nessas informações, o professor pode planejar novas estratégias de intervenção, contando com o apoio da equipe pedagógica do Aprova Brasil” (APROVA BRASIL, 2023, [on-line]).

Outra parceria que supõe auxiliar o trabalho dos educadores conquistenses é o Programa Educar Pra Valer (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022) da Associação Bem Comum. Tal Associação é uma organização sem fins lucrativos que trabalha para oferecer processos educativos com o objetivo de desenvolvimento humano e integral das pessoas, cujo propósito é estimular a cidadania, ampliar o repertório, e inspirar jovens e adultos a alcançarem seus projetos de vida.

O Bem Comum mantém parcerias com a Fundação Lemann – principal apoiador do Programa Educar Pra Valer –, e outras empresas e organizações como Instituto Movere, a empresa familiar PANCO, a Odontoprev, a Brazil Foundation, o Outward Bound Brasil, dentre outras que, em suas ramificações, se conectam a organizações nacionais e internacionais como a Apple, a Microsoft, Fundação Renova, Votorantim, HSBC, Instituto Acaia, Tik Tok e outras (BEM COMUM, 2023).

Nessa rede, o Educar Pra Valer atua na educação do Município como cooperador técnico na implementação de boas práticas de gestão (EDUCAR PRA VALER, 2023) e como fornecedor de “material estruturado, módulos e cadernos de português e matemática, formação de professores, coordenadores e diretores” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022, [on-line]).

Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente o 1º e 2º ano, o Município aderiu ao programa do Governo Federal Tempo de Aprender, que disponibiliza monitores em

sala de aula e material em plataforma digital (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022). O Tempo de aprender se insere na política do Plano Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação (PNA) e busca promover a alfabetização abrangente. Em Vitória da Conquista, o propósito é melhorar a qualidade da alfabetização nas escolas públicas municipais. Nesse sentido, a adesão ao Tempo de Aprender supõe o aprimoramento da formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores, além de disponibilizar materiais e recursos fundamentados em evidências científicas para alunos, professores e gestores de educação (BRASIL, 2023).

Para a pretendida melhoria da qualidade da alfabetização em Vitória da Conquista, é preciso a aquisição de um conjunto de coisas que compreende: softwares de apoio à alfabetização, financiamento de assistentes de alfabetização e custeio para escolas, reformulação da política do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), estudo nacional de influência, aperfeiçoamento das avaliações do Saeb, avaliações formativas e de impactos, prêmio por desempenho para professores, diretores e coordenadores pedagógicos (BRASIL, 2023).

Para alcançar o objetivo, o Tempo de Aprender conta com parceiros institucionais do setor público e privado, “atores internacionais da educação, [...] membros do terceiro setor e da sociedade civil. É um programa construído a muitas mãos” (BRASIL, 2023, [on-line]): PUC/RS; Universidade do Porto; Instituto Politécnico do Porto; Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que desenvolve projetos de cooperação nacional e internacional; ITA; e outros.

Também no âmbito da Política do PNA, mais recentemente, o Município conquistense firmou parceria com a Editora Brasil, cuja proposta inicial é inspirar professores a trabalhar com o livro didático Adoletá, um material “que compõe a Política Nacional de Alfabetização, com alicerce na BNCC” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022, [on-line]). A Editora Brasil fornece material didático para o trabalho em sala de aula com foco em resultados. Apresenta parcerias exclusivas – Estrela Cultural, Soul socioemocional, PluriConnect, Abrelivros – para alinhar a prática pedagógica a um conceito de educação supostamente inovadora e comprometida com a formação integral e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes por meio de ferramentas digitais de ensino-aprendizagem (EDITORA BRASIL, 2023).

Outro espaço de possibilidades de negócios educacionais foi produzido a partir do contrato firmado entre a Editora Moderna e o Governo Municipal. O contrato se refere à aquisição do Projeto Buriti Mirim, que “favorece a educação infantil especial do Município”

(PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022, [on-line]). Esse é um Projeto da Editora Moderna que tem como propósito auxiliar o trabalho do professor na organização dos cantos de aprendizagens para a exploração de novos conhecimentos mediante atividades lúdicas, livros, e materiais diversos (MODERNA, 2023).

Com esse contrato, a Prefeitura Municipal compra um pacote de serviços educacionais e recursos didáticos para atender aos campos de experiências e aos objetivos de aprendizagens previstos pela BNCC para a Educação Infantil, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais (MODERNA, 2023).

No atendimento à Educação Inclusiva, o Governo Municipal comprou do Grupo Actcon o Programa Educacional TiX Letramento – voltado para o apoio dos profissionais de Educação Inclusiva e ao atendimento educacional especializado – a ser implantado nas salas de recurso multifuncionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022). O TiX promete ser uma solução exclusiva e completa para o letramento em língua portuguesa e matemática utilizando a tecnologia como aliada e facilitadora das práticas pedagógicas, psicopedagógicas e neuropsicopedagógicas (MIGO MICRO, 2023). Isso significa a aquisição de produtos e plataformas educacionais da linha TiX Tecnologia Assistiva e uma gama de recursos técnicos e de apoio pedagógico.

Tem-se um sistema de gerenciamento de aprendizagem, de atividades pedagógicas, colaboração e comunicação, aplicado na rede pública de educação do Município de Vitória da Conquista. Tal sistema se traduz em soluções inovadoras que promovem a qualidade da educação. Na mobilidade de soluções políticas para a educação pública, evidentes aqui, o Grupo Actcon compromete-se com a consolidação dos resultados, atuando permanentemente na avaliação e na reformulação dos serviços e produtos, bem como no processo de construção do conhecimento. Para isso, o Actcon vem se associando a empresas e parceiros como a *Key2enable*, uma *startup* americana que opera no Brasil oferecendo inovação em acessibilidade digital, “empoderando pessoas com deficiência no desenvolvimento de suas habilidades e individualidades” (KEY2ENABLE, 2023, [on-line], tradução própria).

O *Key2enable* tornou-se em, em 2018, o *Portfolio Company* da *Singularity University*, uma das maiores escolas de inovação e empreendedorismo do mundo, localizada no *campus* da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA). A parceria entre Actcon e *Key2enable* desempenha papel significativo nas atividades do Programa Educacional TiX Letramento, o qual fornece as mesas *PlayTable* – mesas interativas – para o Município de Vitória da Conquista (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022).

O que estamos tentando captar e transmitir aqui são essas formas de empreendimento na política educacional local. São parcerias público-privadas que se constituem em redes políticas de defesa da melhoria da qualidade da educação de Vitória da Conquista. Esses cruzamentos estimulados por números, índices, e dinheiro são cada vez mais complexos e híbridos, e fomentam a paisagem neoliberal de empreendimentos.

As organizações envolvidas exibem uma variedade de soluções supostamente capazes de atender às demandas do Governo Municipal: “dados excelentes no IDEB [...] e a Certificação ISO 9001” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022) para a educação municipal. A qualidade educacional, os recursos dos fundos, as pessoas, os dados estatísticas, o conhecimento de políticas e as ideias se locomovem por meio dessas redes políticas, bem como pelos limites pelos quais elas se expandem (BALL, 2014).

Negócios são comprados e vendidos. Dentro disso, os negócios educacionais abordam o mercado em relação à política educacional e curricular. Os interesses públicos e privados são agora formas organizacionais híbridas e combinadas. São relações produzidas sobre contratos com vistas às políticas de financiamento da educação pública. Até porque políticas custam dinheiro, e esse dinheiro deve vir de algum lugar (BALL, 2014). Em tudo isso, a educação de Vitória da Conquista vem se desdobrando em esquemas de parcerias público-privadas, portanto negociada.

O valor monetário da educação e os recursos dos fundos educacionais são, por certo, o impulso financeiro dos debates sobre as políticas. O econômico ganha destaque. Isso não foi diferente no itinerário de produção do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista, momento em que a meta 20 – financiamento – foi protagonista nesse processo.

As parcerias desenhadas aqui; a centralidade do financiamento nos debates sobre a produção do PME, as métricas estatísticas e os cálculos sobre os alunos e alunas posicionam o PME, e as demais políticas de educação de Vitória da Conquista, numa esfera mercadológica em que soluções são oferecidas para alavancar a melhoria da qualidade educacional ligadas às oportunidades individuais e à competitividade.

Possivelmente, o Plano Municipal de Educação foi elaborado e governado no campo político da economicização neoliberal conservadora; tornou-se efeito de transações financeiras e das investidas conservadoras que transformam, deslocam, subvertem e fazem deslizar, insidiosamente, as fontes de financiamento, as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais e globais (FOUCAULT, 2008a). Isso produziu efeitos no desenho da política. Inibiu a participação da

população, dos movimentos sociais, bem como o apagamento da diferença. São esses efeitos que analisaremos no próximo capítulo.

## 5 POLÍTICAS EDUCACIONAIS ECONOMICIZANTES E CONSERVADORISMO: OS EFEITOS SOBRE A DIFERENÇA

Na medida em que o neoliberalismo dissolve o social em uma ordem de mercado, de um lado, e em uma ordem familiar, de outro, desaparece o espaço da igualdade e do cuidado cívico com o bem comum que a democracia exige.

*Brown, 2019, p. 224*

Neste capítulo, seguimos analisando o processo político de produção e aprovação do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista. Ainda que a política de financiamento tenha sido um dos fatores primordiais para a produção do PME, na velocidade em que ocorreu e com a configuração que ele acabou assumindo, outros aspectos, culturais e sociais, foram significativos na condução e arranjo da política, como o conservadorismo.

Em análise ao texto do PME, constata-se que em seu corpo não há a presença de marcadores da diferença; possível efeito da regulação influenciada pela moralidade tradicional, para além das máximas religiosas, e pelos princípios de mercado.

Discorreremos sobre as dificuldades de participação da população conquistense, bem como de grupos minoritários nas etapas que sucederam na construção do Plano. Apontamos para o conservadorismo como força atuante na tentativa de adequar a política educacional de Vitória da Conquista aos propósitos supostamente corretos, suscitando, assim, as possíveis exclusões como parte da normatividade neoliberal de base conservadora.

### 5.1 PME conquistense: a produção histórica da política educacional local

No dia 26 de junho de 2015 foi sancionada, pelo prefeito Guilherme Menezes, a Lei nº 2.042 tendo como ementa: Aprova o Plano Municipal de Educação - PME de Vitória da Conquista, e dá outras providências. O documento se abre com o seguinte enunciado: “**Art. 1º** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal de 1988, no inciso I, do art. 11, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 8º, da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, no §3º, do art. 164, arts. 165 e 166,



da Lei Orgânica do Município, no inciso II, do art. 2º, inciso IV, do art. 5º e arts. 37 e 38 da Lei Municipal 1.885, de 10 de abril de 2013” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA, 2015).

O texto é composto por 20 metas e 386 estratégias, as quais devem estar em consonância com os limites legais, orçamentários e financeiros do município. Para a definição das metas observou-se as informações apresentadas pela Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), o censo demográfico, e os censos nacionais da educação básica e superior, mais recentes, disponíveis na data da homologação da Lei.

Desse modo, o Plano configura como mecanismo de planejamento de políticas públicas com fins às diretrizes estabelecidas para o alcance das metas educacionais, e tem como intenção subsidiar educação de qualidade e responsabilidade social, amenizar as desigualdades sociais e culturais, erradicar o analfabetismo, expandir o nível de escolaridade com equidade e promover a formação para o trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA, 2015). A questão curricular é tratada, em face disso, como ferramenta de ampliação das oportunidades profissionais considerando a dimensão do trabalho, do aprender a fazer, dos parâmetros nacionais de qualidade, e a própria Base Nacional Comum Curricular.

Essas são demandas pensadas a partir da transferência de Diretrizes, metas e estratégias do âmbito global para o nível local, ou seja, um (re)direcionamento da ação educacional do Município de Vitória da Conquista de forma a torna-la mais alinhada ao contexto macro. Isso é corroborado, por exemplo, pelas semelhanças que se apresentam nas diretrizes tanto do PNE quanto do PME. Assim, para o Plano Nacional - Lei nº 13.005/2014 ficaram estabelecidas as seguintes Diretrizes:

I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos(as) profissionais da educação; X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

No que se refere às Diretrizes do PME, elas aparecem de forma muito idênticas àquelas apresentadas no PNE:

I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – fortalecimento na promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – fortalecimento na promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – fortalecimento da valorização dos profissionais da educação; X – fortalecimento na promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA, 2015).

Essa comparação demonstra como o Plano Nacional de Educação funciona como expressão de universalidade, determinando aspectos particulares para o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista, que, conforme Política de Território de Identidade do Sudoeste Baiano, precisa estar alinhado às singularidades e pluralidades desse Território. Temos aqui a dinâmica de duas políticas – PNE e Território de Identidade – determinando a política educacional conquistense. Esse conjunto de práticas políticas prescritivas de governança é o próprio movimento da governamentalidade, da tentativa de conformação de identidades em um território movediço que as desloca.

Subjugado às hierarquias das legislações, a política do PME deveria ajustar-se às particularidades culturais, sociais e econômicas do Território, mas também alinhar-se a uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação (BRASIL, 2014b). Isso significa dizer que o Plano de Educação do Município precisa articular-se com as demais políticas sociais e culturais, considerando as necessidades específicas da diversidade e garantindo a ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade (BRASIL, 2014b).

No entanto, essa participação foi restrita aos representantes do governo e das instituições educacionais públicas e privadas do Município. Desse modo, o PME foi “totalmente conduzido pela Secretaria de Educação em parceria com o Conselho Municipal de Educação, pelo Conselho do FUNDEB, o Conselho de Alimentação Escolar” (E. 1).

No itinerário de produção do Plano, após a criação do Grupo Colaborativo do Plano Municipal de Educação por meio do Decreto Nº 16.381/2015, organizou-se um calendário para melhor ordenar as discussões sobre as definições e as distribuições de responsabilidades, bem como orientar a elaboração do documento-base, a produção da redação do projeto de lei, a promoção de amplo debate, e o processo de acompanhamento da tramitação na Câmara. A

primeira reunião aconteceu no dia 19 de março de 2015, ocasião na qual o Grupo debateu as diretrizes do Plano.

Posteriormente, em outros encontros, assumiu-se a necessidade de realizar um seminário aberto à população. O evento aconteceu no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Nesse seminário de sensibilização do Plano Municipal de Educação (figura 5) – após palestras ministradas pelos professores Gelcivânia Mota Silva e Renê Silva, ambos ligados à Undime/Ba – grupos de trabalho debateram sobre temas específicos que deveriam estar contemplados no documento final.

Os participantes desses grupos representavam o Executivo, o Legislativo, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o SIMMP, e a Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR) na pessoa do diretor geral Edgar Larry; e atuaram como articuladores sobre temáticas presentes em cada Comissão Representativa.

Figura 5 – Banner anunciativo do Seminário de Sensibilização Plano Municipal de Educação

**SEMINÁRIO DE SENSIBILIZAÇÃO  
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**25 de Abril de 2015  
8h às 13h  
Auditório do IFBA**

**PROGRAMAÇÃO**

**08h00** Recepção e credenciamento

**08h30** Abertura oficial

**09h00** Palestras  
- Plano Nacional de Educação: trajetória, desafios e perspectivas.  
Prof. Ms. Gelcivânia Mota Silva  
Presidenta da UNDIME/BA e AE Supervisora SASE/MEC

- Estrutura, compromissos e a importância da participação da comunidade na sistemática de trabalho do processo de elaboração do PME.  
Prof. Ms. Renê Silva - AE Técnico SASE/MEC

**10h00** Coffe break

**10h30** Grupos de Trabalho\*

**13h00** Encerramento

**\*Comissão Representativa**

CR Educação de Jovens e Adultos  
CR Educação do Campo  
CR Educação em Tempo Integral  
CR Educação Especial  
CR Educação Infantil  
CR Educação Profissional  
CR Educação Superior  
CR Ensino Fundamental  
CR Ensino Médio  
CR Gestão Democrática no Ensino Público  
CR Qualidade da Educação  
CR Recursos Financeiros para Educação  
CR Valorização dos Profissionais da Educação

**Articuladores**

Genivan Neri  
Geanne Nascimento  
Nilvana Chaves  
Fernando Couto  
Gilvana Custódio  
Carlos Santos  
Talamira Brito  
Lourdes Mendes  
Cézar Nolasco  
Sandra Pereira  
Edgar Larry  
Coriolano Neto  
Valdemir Dias

**www.pmvc.ba.gov.br**

**PREFEITURA  
VITÓRIA DA  
CONQUISTA**  
GOVERNO PARTICIPATIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Conselho Municipal  
de Educação

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/Bahia - SEFIN ON-LINE, 2015.

A articulação de demandas, ideias e concepções nessas reuniões desvela a ação do suposto espaço público e deliberativo da política do PME. No entanto, ainda não é possível dizer que a população conquistense foi chamada à participação. A esfera pública de negociação do Plano foi estruturada, primeiramente, pelas vozes inteligíveis e eficazes da ciência e do mercado.

Ao que se segue, as 13 Comissões Representativas instituídas deram início à produção do texto do PME (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SEFIN ON-LINE, 2015). Reuniam-se semanalmente em pontos distintos da cidade com objetivos de debater as 20 metas a serem contempladas na versão final do documento. As Comissões

promoviam encontros com entidades responsáveis por serviços sociais autônomos como o Senac, Senai, Sesi e instituições privadas que ofertam cursos profissionalizantes, com objetivos de informá-los sobre a produção do Plano Municipal de Educação, convidando-os a se envolverem na sua construção (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SEFIN ON-LINE, 2015).

Na trajetória do PME, o Município de Vitória da Conquista sediou, em maio de 2015, o 3º Ciclo de Formação do Plano Municipal de Educação. O encontro reuniu alguns municípios do Território de Identidade do Sudoeste Baiano com a finalidade de compartilhar impressões e informações para a elaboração do Plano. Na ocasião, esteve à frente da sessão o representante da Undime/Ba e avaliador educacional da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Renê Silva, que conduziu a reunião.

Esse regime de colaboração e diálogos formativos entre os municípios e a Undime/Ba denota a intenção de produzir conhecimentos orientadores ajustados, tanto à Política de Território de Identidade quanto às normativas do PNE e do mercado. Não obstante, o representante da Undime /Ba expôs que, para a elaboração dos planos municipais de educação, torna-se necessário essas orientações aos municípios para que eles comecem a elaborar as diretrizes, metas e estratégias que serão utilizadas no PME (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SEFIN ON-LINE, 2015).

No sentido adotado pelo Estado da Bahia, cada território de identidade é uma unidade de planejamento organizadora de políticas. Nesse entendimento, o 3º Ciclo pode ter sido uma convocação à observação das características consideradas comuns presentes no Território de Identidade do Sudoeste Baiano, bem como uma tentativa de adequação dos planos a um projeto maior de Estado-Nação. Na prática, trata-se da rede de governança dos territórios de identidade que atua na criação de contextos para a construção de um texto político.

O Território de Identidade do Sudoeste Baiano, por essa razão, “é considerado um capilar compulsório de identidade” (SILVA, 2019, p. 63), porque pretende criar uma comunidade imaginada que ofereça ao grupo o sentido de pertença reivindicado nas políticas públicas. O PME conquistense, nesse sentido, é um dos elementos que registra a confluência de interesses vividos; em que seus produtores e a população supõem partilhar uma mesma identidade sem as suas muitas cicatrizes divisórias e fluxos culturais (APPADURAI, 2004).

No entanto, essa hipótese nos leva a refletir que as vidas que formam a população de Vitória da Conquista e dos demais municípios – agrupadas ao mesmo Território de Identidade –, nas suas ações, nas trocas de experiências, nas percepções compartilhadas, nas ações e estratégias, constroem um conjunto mais amplo de contextos para si e para outros, produzindo

assim territórios múltiplos de movimentos, de deslocamentos, de processos culturais e de identificação em que essas populações reagem a um contexto material maior do que elas próprias, ao passo que cooperam para o fabrico desse território mais vasto (APPADURAI, 2004). A produção desse Território é inevitavelmente, e até certo ponto, geradora de contexto para a política do PME conquistense.

É uma questão de poder social e das diferentes proporcionalidades de organização e controle em que se integram espaços e lugares distintos. Poder que produz o povo em espaços de formação, de instrução, e de orientação. O 3º Ciclo configurou, portanto, espaço que reforçou a ideia de território como esfera homogênea de produção dos PME dos municípios participantes. Isso se tornou aceitável pela força do poder social, “e a gente acaba percebendo que a experiência de uma cidade ajuda a outra. Além do mais, essa formação técnica que adquirimos aqui, nesses encontros, tem sido um diferencial e contribui para a construção do PME” (Fala de uma participante do 3º Ciclo de Formação do Plano Municipal de Educação-PME - PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SEFIN ON-LINE, 2015).

Outra etapa na construção do Plano de Vitória da Conquista aconteceu no dia 8 de junho de 2015 no auditório da Universidade Federal da Bahia (UFBA), *campus* Anísio Teixeira. Trata-se da Consulta Pública para a elaboração do texto do Plano. O Evento foi realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com o Conselho Municipal de Educação, e contou “com a participação de professores, sindicatos, associações, representantes de entidades” (E. 1).

O evento, voltado para toda a população, apresentou a sistematização do PME para o público com fins de sugestão e debate sobre as temáticas. Dentre as várias etapas transcorridas no processo de produção do Plano, a Consulta Pública indiciava ser a oportunidade de participação da população.

Nas palavras de um empresário do ramo de serviços educacionais e participante da Consulta, esse momento de formação foi muito importante. O empresário ressaltou que, “como cidadão, temos que estar presentes, atuantes, observando o que está sendo feito porque é um planejamento que vai definir o futuro da educação do nosso município, [...] temos que estar envolvidos para que isso aconteça” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SEFIN ON-LINE, 2015).

Certamente a participação popular requer a ação plural que a possibilite e a constitua. A participação da comunidade conquistense na construção do PME “é de extrema importância. Todas as pessoas devem engajar-se nesse processo para que o Plano não seja só mais uma lei” (Fala de uma professora participante da Consulta Pública - PREFEITURA MUNICIPAL DE

VITÓRIA DA CONQUISTA - SEFIN ON-LINE, 2015). “O PME é construído a muitas mãos” (E. 1).

Na descrição do processo de elaboração e produção do PME, muitas mãos, de fato, operaram para fabricá-lo. Muitas vozes ecoaram suas demandas e interesses, mas a população, ao que parece, continuava separada das esferas de decisão. No entanto, “a gente procurou ser o mais democrático possível, chamando, conclamando as pessoas a participarem dessa construção” (E. 1).

De fato, a maior participação parece ter sido a de pessoas ligadas ao governo, às comunidades epistêmicas, ao sindicato de professores do município, às instituições públicas e privadas. Essa afirmação é ratificada pelo Governo quando aponta, como ponto negativo no andamento do Plano, “a não participação, de forma expressiva, das pessoas nesse processo de construção; da população como um todo. Por mais que a gente divulgasse, veiculasse na rede, poderia ter sido melhor essa participação” (E. 1).

Ainda que a política do PME não se defina exclusivamente na esfera privada, até porque ela sofre os entrecruzamentos incessantes que acontecem em toda a parte; a impressão que se tem é que foram esses agentes que estruturaram os mecanismos de controle que orientaram o texto da política, ditando suas normas. Não obstante, compreendemos que a participação social, no momento de construção de uma política de educação, permite fortalecer o controle social sobre a tentativa de hegemonização do universal. Nesses moldes, o Plano parece ter sido “produzido sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos” (FOUCAULT, 2019, p.52).

A Consulta Pública seria uma tentativa de escuta; parte do exercício do direito de voz à população na construção do Plano.

“Nós procuramos divulgar ao máximo, distribuindo informações em todo o município, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conclamando a participação popular na construção do PME que é uma construção coletiva, uma construção da população. Contudo, a participação ainda continua a desejar. Houve uma participação popular, mas na minha avaliação, poderia ter sido melhor” (E. 1).

Numa tentativa de explicar esse fenômeno, pensamos que a não participação está implicada, supostamente, no sentimento de que o PME pode ter sido visto como carta de intenções não cumprida; ou na dificuldade do poder público em responder às inúmeras necessidades e demandas da população de Vitória da Conquista, sobretudo se for levado em conta o abismo entre os que decidem sobre a política e os que são impactados por ela. “Isso cria, nos próprios integrantes do movimento [bem como na população], uma aversão para participar de tais espaços, não reconhecendo esses lugares como lugares de direito” (E. 8).

Provavelmente, surge daí o sentimento de que a opinião popular não influencia na produção da política. Consequentemente, a “militância esteve ausente nos debates” (E. 9), pois “historicamente não fazem parte de tais construções, seja pela exclusão promovida pelo poder público, seja pela falta de sentimento de pertença a essas pautas” (E. 8). Quase sempre, isso significa a retirada dos direitos de presença, vez e voto em espaços como os da Consulta para debater o Plano. “Nesse período, a prefeitura de Conquista estava na mão do Partido dos Trabalhadores que, muitas vezes, se colocou como apoiador dos movimentos e populações minorizados, mas na hora do aperto, nos deixou na mão” (E. 7). E a “omissão tem sido, muitas vezes, uma estratégia para evitar o embate. E com isso o mais fraco fica no prejuízo” (E. 7).

Segundo Faria (2012), o desvio de ética na política é outro motivo que influi negativamente para a participação da sociedade em momentos de consultas públicas. O fisiologismo incute efeitos de descrença sobre o suposto zelo do governo a pautas de interesse comum, assim como é observado nas falas. A descrença e a omissão, portanto, respondem à desconfiança da população para com o governo. Assim, não basta “colocar na cabeça do cidadão a importância da participação na construção de políticas públicas” (E. 1), “o problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade” (FOUCAULT, 2019, p. 59).

Após todo esse período de reuniões, debates e consultas, o texto do PME foi enviado à Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista que “fez o papel dela, que é abrir para a discussão, deixar em aberto ao período de pauta, apresentação de emendas e de indicações. Buscamos observar também o olhar dos outros segmentos, e aquilo que deve ser uma pauta objetiva para a sociedade” (E. 2). Contudo, o olhar da população não se fez presente. Mais uma vez, a participação limitou-se ao Legislativo, representantes do Executivo e às Comissões Representativas.

Esses espaços – supostamente abertos para debates e consultas públicas – se constituíram, portanto, como esferas de isolamento forçado; “as fronteiras que definem o público também são aquelas que definem o confinado, o isolado, o aprisionado, o expulso e o desaparecido” (BUTLER, 2018, p. 189). As assembleias públicas e o que a partir delas foi produzido – o próprio texto do PME –, nesse sentido, podem ser compreendidos como um arquétipo universalizável de funcionamento, de ordenamento; “uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (FOUCAULT, 2013, p. 194).

No período em que o PME tramitou na Câmara, os únicos questionamentos restringiram-se aos aspectos mais técnicos do texto. “Eram muito mais do ponto de vista da



repetição de texto, de artigos, principalmente das estratégias. As metas foram todas mantidas” (E. 2).

Conforme Ata fornecida pela Câmara Municipal de Vereadores, o PME foi aprovado no dia 26 de junho de 2015 em uma sessão ordinária sob a presidência do vereador Gilzete Moreira. Na Ata não consta informações sobre participações populares, questionamentos ou embates envolvendo o texto do Plano que, em seguida, foi sancionado pelo prefeito municipal. Disso tudo, cabe-nos analisar os impactos do Plano sobre aqueles que não participaram diretamente do seu processo de produção, bem como sobre os marcadores da diferença e sobre os possíveis apagamentos ensejados pelo PME.

## **5.2 Quando a diferença fica à margem: apagamentos e distorções da pluralidade de vidas**

As políticas públicas de educação são mobilizadas a partir de processos de interpretação de mundo. Visões de mundo vão sendo impostas e moldando esses instrumentos normativos de governamentalidade. Nesse sentido, se podemos considerar o PME de Vitória da Conquista como produto de processos de interpretação da realidade educacional local, da participação dos atores, “o peso dos valores e concepções dos atores, o ângulo de abordagem que escolhem para construir seus instrumentos é revelador dos modos de ação do Estado” (SANTOS; SOARES; LIMA, 2020, p. 112).

Estamos falando, por essa razão, de uma política que emergiu num contexto nacional de contestações e disputas exaltadas sobre questões da diferença – gênero, sexualidade, raça, religião (compreendida como a de matriz Africana), LGBTQIA+, mulheres, dentre outros – nos textos de políticas educacionais. Nesse período, as incursões do Movimento Escola Sem Partido, Movimento Brasil Livre, bancada evangélica, políticos conservadores e reacionários tensionavam a disputa pela formulação do PNE.

Difundiram a ideia de uma suposta anormalidade presente nos textos das políticas educacionais, os quais, hipoteticamente, consideravam a sexualização na educação, a doutrinação ideológica de cunho marxista, a ideologia de gênero e temáticas ligadas à esquerda em detrimento de configurações tradicionais de família, sociedade, valores morais, educação, liberdade, meritocracia, autoresponsabilização (MIRANDA, 2022). Tais discussões se potencializaram e “ganham espaço nos debates cotidianos e nas redes sociais” (MIRANDA, 2022, p. 80).

Essas investidas chegaram às esferas locais, provocando divergências e conflitos entre grupos de interesses diversos. Mais precisamente entre grupos religiosos, conservadores e

movimentos sociais. Na Bahia, essas disputas foram presenciadas no momento mesmo de produção e aprovação do Plano Estadual de Educação e dos PME de cidades como Teixeira de Freitas, no Território de Identidade Extremo Sul; Serrinha, no Território de Identidade Sisal; e Itapetinga, no Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia.

Em Vitória da Conquista, apesar de que muitas mãos conduziram o processo de construção do PME, não houve contestações sobre as pautas mencionadas. É importante salientar que a vigilância sobre certo número de pessoas não se desfez. “Houve procuras por parte de alguns pastores que vieram observar o texto. Viram que não era essa coisa toda. Alguns falaram: ‘pelo que estou vendo aqui, não é da forma que estávamos pensando’” (E. 2). Embalados pelo fervor das discussões em torno da suposta ideologia de gênero, os pastores buscaram informações, junto à Câmara Municipal, sobre o teor do texto do Plano no afã de vigiar e combater a hipotética tentativa de incluir, na política local, marcadores da diferença tidos como deturpadores dos valores e crenças da família Cristã conquistense.

No seguimento do Plano, disciplinado na definição universalizante de uma educação pautada na matriz cognitiva maior – PNE –, em que as questões da diferença foram esvaziadas em detrimento do empreendedorismo, do capital, e da fé Cristã, houve a tentativa de apagamento da existência de outras vidas, reivindicadas, sobretudo, pelo Documento de Articulação de Movimentos Sociais na Bahia para o diálogo com o Governo Estadual apresentado em março de 2007.

Nesse Documento, os movimentos demandaram a articulação das políticas de desenvolvimento do Estado com alguns princípios: implementação de políticas afirmativas; respeito aos Direitos Humanos; transversalidade das políticas públicas para questões comuns a todas as áreas, como questões raciais e de gênero, bem como estratégias que levassem em conta a equidade e a justiça social; valorização e o fortalecimento de experiências da sociedade civil como indicativos às políticas públicas, dentre outros (DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA, 2007).

Contudo, parece que essas articulações não se realizaram no momento de produção do PME de Vitória da Conquista. E isso pode ter produzido “um projeto de educação e de sociedade que não contempla o direito ao reconhecimento, à existência digna, à garantia de direitos da população” (E. 4). Podemos dizer, assim, que esse projeto de educação que não contempla a diferença se alinha à política de normalização identitária presente na política de Território de Identidade; bem como à construção de uma *ideopaisagem* (APPADURAI, 2004) que dissimula a colonização impulsiva e o apagamento desse reconhecimento.

Essa *ideopaisagem*, no entanto, torna-se frágil, pois o território é suscetível a deslocamentos constantes e (re)leituras diversas. Ele é um mundo em movimento no qual processos culturais e ontológicos acontecem incessantemente. As subjetivações, por isso mesmo, escapam às normas de identidade e pertença.

Pensamos que o discurso do pertencimento fortaleceu a tentativa de fixação de uma identidade representativa para o Território de Identidade do Sudoeste Baiano. Isso se tornou condição para a construção da política do PME conquistense. A vinculação de uma identidade a um território – com vistas ao desenvolvimento territorial numa perspectiva econômica – contribuiu para o empreendimento da produção de vidas imaginadas (APPADURAI, 2004). A ideia de prescrição dessas vidas a um território específico dificultou as possibilidades de reconhecimento de outras vidas que ultrapassam as linhas inventadas do território tido como a-histórico (SILVA, 2019). Nesse sentido, marcadores como raça, gênero, etnia, sexualidade “são omitidos, sublimados, tirados de cena, de pauta, dos programas curriculares, tendo como central a manutenção de uma perspectiva colonizadora, catequética e doutrinante da educação formal” (E. 4).

Mas o que houve para que as vidas da diferença estivessem “ausentes” nos debates do PME? “Talvez pelo descrédito nas instituições políticas, a dificuldade de caminhos possíveis de intervenção na pauta de construção da política pública, a repressão na tentativa de ir além do que as instituições aceitam para a sua organização e currículo, a coadunação com o projeto político defendido pela gestão” (E. 5). Tais possibilidades permitem compreender que essa é uma relação orientada pelo poder que precariza essas vidas. Poder que trabalha para tornar seus caminhos e possibilidade difíceis, e isso “depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio” (BUTLER, 2018, p. 131).

No entanto, chamamos a atenção para a presença de entidades de movimentos sociais no Município de Vitória da Conquista. Podemos concebê-las como espaços de resistências, de vozes das diferenças que desafiam posturas monoculturais na produção de políticas públicas para o município. São elas: o Conselho Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COMPPIR), criado pela Lei nº 1.913 de 14 de junho de 2013; e a Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT - Coordenação LGBT, criada pela Lei Complementar nº 1.986, de 30 de maio de 2014.

O COMPPIR, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, é responsável pela execução do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, assegurando o combate ao preconceito, à discriminação, ao racismo, inclusive institucional, e à intolerância

religiosa, bem como a promoção da igualdade racial e o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

Uma de suas competências é promover a articulação com as entidades e órgãos públicos com fins ao fortalecimento da transversalidade para a promoção da igualdade racial nas políticas públicas do Município: educação, segurança, saúde, trabalho, desenvolvimento social, respeito aos direitos humanos, dentre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2013).

No entanto, nas reuniões dos Grupos Colaborativos e consultas públicas para a construção do Plano, tais articulações não aconteceram. “Naquele período, o COMPPIR passava por um problema de falta de quórum nas reuniões, ora pela ausência de representantes da sociedade civil organizada, ora, na maioria das vezes, por não comparecimento dos representantes dos órgãos do poder público com cadeira no Conselho” (E. 4).

Como afirma Mainardes (2006), as políticas são intervenções textuais que trazem em si limites e possibilidades. Nesse sentido, a falta de quórum, possivelmente, ensejou implicações na política do PME que seguiu sendo pensada e produzida longe da realidade das condições de vida da população negra do Município.

Com a dificuldade do COMPPIR em fomentar a participação da sociedade civil, junto ao poder público municipal, no planejamento e direcionamento das políticas públicas voltadas à igualdade racial, ficou comprometida, no âmbito da produção do Plano, a possibilidade de “organizar momentos de pré-construção do texto, contemplando todas as demandas historicamente envolvidas com a educação formal da classe trabalhadora, periférica, rural, de religiões afro, cigana e quilombola” (E. 9).

Mas essa não foi a única dificuldade. Na emergência da aprovação da política, não houve “mobilização pública da sociedade civil organizada na perspectiva da construção paritária e participativa do referido documento” (E. 4). Vale destacar também, como possível causa de omissão nesse processo, a ligação de integrantes de movimentos com determinados partidos políticos atuantes no Município, causando a fragmentação desses movimentos e “dificultando a participação dos membros, principalmente por questões político-partidárias que terminam dividindo os grupos e enfraquecendo a luta” (E. 5).

O alinhamento de determinados grupos ou pessoas a projetos partidários tornou-se atributo da própria organização política brasileira. Trata-se de um mecanismo de controle político, possivelmente baseado em barganhas e favores entre indivíduos que se encontram em situação desigual (DIAS; SANTOS, 2013). Assim, a divisão dos grupos e a defesa de pautas

político-partidárias dificultam a definição de políticas de interesse coletivo em detrimento de interesses partidários.

Com esses impasses, os movimentos sociais ficaram distantes das esferas de decisões políticas do Plano. Dessa forma, as deliberações seguiram sendo articuladas tanto pela política de financiamento quanto pelo conservadorismo, sem considerar, nos debates, as identidades coletivas, os aspectos da pluralidade ontológica da população, tampouco as demandas dos movimentos sociais.

A questão da inclusão remete à ideia de Território de Identidade do Sudeste Baiano sobre o qual foram estabelecidos aspectos comuns – aspectos consensuais que supostamente ampliariam as possibilidades de coesão e possibilitariam o exercício dos princípios de dignidade humana, da justiça e da participação social, da solidariedade, dentre outros, com vistas à inclusão social e à equidade (BAHIA, 2014) – que deveriam ser contemplados pelas políticas distribuídas para grupos comuns a partir de semelhanças imaginadas. Essa relação de ordem, possivelmente, produziu a sensação de que tudo estava tranquilo. O que precisava ser feito era apenas aprovar o Plano para assegurar o recebimento dos recursos. A operacionalidade da estatística sobre os cálculos e ordenamentos dos investimentos contribuiu para a constituição do único saber necessário para a aprovação da política: o saber econômico.

Nesse ínterim, outras demandas foram apagadas. Demandas como as postuladas pelo COMPPIR que não conseguiu articula-las à política do PME, o que vai de encontro à questão da inclusão social e equidade reivindicada pela própria Política de Território de Identidade que, ao tentar criar consensos, conforma o todos como um, apagando assim a pluralidade de vidas no Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

Na esfera da tradição técnica de produção das políticas públicas de educação, em que o econômico e o controle social ganham destaques, o que se observou, diante disso, foi “uma condução para o esvaziamento da importância da temática da educação das relações étnico-raciais por parte da administração pública, muito provavelmente, fruto de pressões de grupos conservadores, por dentro da própria rede de ensino, mas também da sociedade civil” (E. 4).

Isso se traduz em “um esvaziamento em torno de temáticas que poderiam garantir uma educação para a diferença” (E. 8). O PME, nesse sentido, pode ser pensado como “documento marcado por tendências conservadoras” (E. 4) que acreditam que a política é sucumbida por uma vontade divina inscrita na própria soberania política. Essa é uma configuração possível do neoliberalismo plástico que, em momentos históricos particulares, “suprime a autoridade da vida política e a confere às normas de práticas impregnadas de religião” (BROWN, 2019, p. 125). Na prática, isso revela que projetos transformadores com relação às questões de raça,

gênero e sexualidade são silenciados e evitados nas políticas educacionais, as quais terminam por “inviabilizar a questão da diferença no corpo da lei que, não obstante, é orientadora das ações, pressupostos, prioridades, metodologias e abordagens” (E. 4).

Quando a diferença fica à margem do PME, evidencia-se que ele “é uma política que trata somente do que está dentro da “normalidade”, do que já é aceito em termos de gênero e sexualidade dentro dos preceitos da cisheteronormatividade. O que está fora disso é ignorado, invisibilizado” (E. 7). A normalidade é princípio mesmo da marcha conservadora que busca hegemonizar-se a partir de verdades religiosas que ditam quais corpos são considerados humanos e quais são passíveis de luto.

Ela revela os corpos descartáveis. Corpos que sofrem com as diversas formas de discriminação, exclusão, racismo, preconceitos e violências. Essa é uma relação definida no interior do sistema social e político neoliberal conservador que tem contribuído para converter a diferença em desigualdade.

À diferença é aplicada uma desigualdade social. Quando a política não contempla o universo das diferenças possíveis, fica comprometido o direito à igualdade e à inclusão. Mais privilégios ou restrições são atribuídos a grupos dissemelhantes, o que permite perceber a existência de uma interconexão, embora não necessária, entre a diferença e a desigualdade. Podemos falar, por isso, das hierarquias de diversos tipos, da desigualdade de oportunidades de acesso à educação, cultura, saúde e trabalho, do tratamento desigual a grupos minoritários, do acesso distinto a direitos políticos, das desigualdades econômicas (BARROS, 2018).

Essa dinâmica é reveladora da condição humana mínima que é igualadora de todos os homens. A vida negra, a vida LGBTQIA+, a vida quilombola e ribeirinha, a vida do campo, da mulher e da juventude, todas essas vidas dependem de um sentido mais amplo de vida, uma vida inteligível e vivível reivindicada na política do Plano Municipal de Educação. “Finge-se que Vitória da Conquista não é uma cidade de maioria negra, com presença de remanescentes de quilombos e de povos originários” (E. 7). Dizer isso é desvelar a não representatividade de grupos minoritários na política do PME. “Acredito que isso tem a ver com o próprio caráter conservador de setores consideráveis da educação brasileira, cujos fundamentos teóricos e, principalmente, culturais estão alicerçados em uma cultura e cosmovisão cristã e eurocêntrica” (E. 4).

Essa narrativa ressalta o fato sobre o quanto as normativas conservadoras interferem e determinam o modo como as políticas educacionais para o Município vão sendo produzidas sob a retórica da necessidade de mudança política e social. Foi esse o discurso que embalou o 3º Fórum dos Conservadores da Bahia, realizado na cidade de Vitória da Conquista em dezembro

de 2021. O evento reuniu lideranças, políticos e populares defensores da pátria, da família, e dos princípios cristãos (POLÍTICA LIVRE, 2021). Na ocasião, o vereador e representante do Município de Vitória da Conquista, Ivan Cordeiro (PTB), relatou: “o PT aqui na Bahia patrocina e dá visibilidade à ideologia de gênero. Não podemos aceitar. Precisamos mudar a Bahia” (POLÍTICA LIVRE, 2021, [on-line]). Tal discurso, possivelmente, é uma alusão às pautas de gênero e sexualidade reivindicadas pelas políticas de educação aprovadas, em anos anteriores, para o Estado da Bahia no governo de Rui Costa (PT)<sup>34</sup>.

O vereador assumiu como fundamento de sua retórica o caso em que uma professora de filosofia do Colégio Estadual Thales de Azevedo, em Salvador, foi intimada pela polícia para prestar esclarecimentos após uma aluna registrar ocorrência alegando que ela ensinava “conteúdos esquerdistas” em sala de aula. Entre os assuntos abordados, estariam questões de gênero, racismo, assédio, machismo e diversidade (CASTRO, 2021). Para o vereador, “é isso que a ideologia de gênero quer fazer com as nossas crianças, é isso que a esquerda defende” (POLÍTICA LIVRE, 2021, [on-line]).

O fato de o Fórum ocorrer em Vitória da Conquista é significativo, pois o Município é marcadamente conservador. No período de sua realização, Vitória da Conquista era governada por Herzem Gusmão (MDB), “aliado de primeira hora do ex-presidente Jair Bolsonaro, para quem Herzem atraiu os votos da direita conservadora” (RODRIGUES, 2023, [on-line]).

O conservadorismo conquistense registra a suposta supremacia do homem branco e heteronormativo por meio de políticas de valores tidos como tradicionais, os quais se tornam explícitos em discursos como o do vereador Pastor Sidney (PRB) que, em 2018, em uma sessão ordinária da Câmara Municipal, afirmou que há candidatos que estão querendo “erotizar” as crianças através do plano de educação. Segundo o vereador, houve um movimento de tentativa de ensinar a “ideologia de gênero” na escola: “querem retomar com esse artigo maligno para fazer com que as crianças de cinco, seis, sete anos tenham a opção de escolher se querem ser homem ou mulher” (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2018, [on-line]). Outra defesa do vereador é a configuração familiar aos moldes tradicionais que, segundo ele, é formada por marido, mulher, e filhos.

No cenário de efervescência política do Município, sobretudo com a entrada, no último pleito, de novos nomes no Legislativo Municipal, algumas candidaturas trouxeram pautas de

---

<sup>34</sup> Em 2019, a Secretaria de Educação do Estado disponibilizou a versão final do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o qual apresenta aspectos genéricos de gênero e sexualidade. Em 2021, é homologada a Resolução CEE N° 45, de 24 de agosto de 2020 que dispõe sobre educação das relações de gêneros e sexualidade a serem observadas pelas instituições públicas e privadas integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

grupos minoritários para se contrapor às “estruturas racistas, machistas e LGBTfóbicas que sempre existiram em todos os governos, e precisamos lutar contra isso”, disse o vereador Alexandre Xandó do Partido dos Trabalhadores (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2022, [on-line]). Para ele, é preciso pensar na criação de mecanismos que abarquem os sujeitos das diferenças em um cenário, considerado por ele, extremamente adverso. Um cenário que, segundo a vereadora Viviane Sampaio (PT), destila ódio, intolerância, racismo e o preconceito.

Em uma sessão do mês de março de 2023, Viviane denunciou uma postagem em rede social feita pelo seu colega de legislativo Ivan Cordeiro (PTB). A postagem retratava a luta entre duas mulheres, sendo uma delas mulher trans, como uma alusão ao “futuro feminino”. A vereadora repudiou o conteúdo considerado transfóbico, e ressaltou que as mulheres são vítimas diariamente do machismo. A postagem, de acordo com a vereadora, faz parte do contexto que levou o Brasil a ocupar a quinta colocação no *ranking* de feminicídio (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2023).

Em outras palavras, os discursos dos vereadores Ivan e Pastor Sidney erigem a partir de apelos a valores conservadores, os quais se tornam instrumentos dissimulados para o uso irrestrito do poder por aqueles tomados por uma paixão política animada por uma vontade de potência. Com isso, queremos apontar que o conservadorismo não é arbitrário, mas faz parte de uma organicidade discursiva por “ataques neoliberais ao social e ao político e pela legitimação neoliberal da indiferença em relação aos apuros ou ao destino de outros humanos” (BROWN, 2019, p. 209). Os movimentos conservadores de massa, portanto, sustentam aquilo que Lockmann (2020) vai denominar de microfascismos do cotidiano.

Para a autora, os microfascismos “encontram respaldo nos organismos estatais, em suas segmentalidades duras e se veem representados em discursos oficiais, em determinadas políticas e programas propostos pelo Governo Federal” (LOCKMANN, 2020, p. 7). Seria dizer que estamos diante de uma governamentalidade neoliberal de natureza fascista? Lockmann admite que sim, e que essa governamentalidade se sustenta em dois pilares elementares: o neoliberalismo com seus princípios de liberdade, economicização e autoresponsabilização; e o elemento próprio do fascismo, “a imposição de um modelo de vida e de subjetividade e sua correlata negação a outridades” (LOCKMANN, 2020, p. 7), discurso representativo das reivindicações do pensamento conservador atuante em anos recentes.

Nesse sentido, o Governo Municipal admite a dificuldade em debater outras possibilidades para o PME, haja vista que “o conservadorismo atua numa velocidade maior do que a abertura para os diálogos de temas que as pessoas acham no direito de não debater, de



dizer que não devem ser discutidos” (E. 2). Dessa forma, cria-se uma lacuna no Plano que o torna como uma esfera de desigualdades em que há a tentativa de apagamento do estatuto político de grupos étnico-raciais, dos LGBTQIA+, mulheres, deficientes físicos, quilombolas, indígenas, juventude, dentre outros. “Essa lacuna, na educação municipal, não permite pensá-la numa perspectiva de valorização de uma outra cultura para além daquela de matriz eurocêntrica e cristã” (E. 7). Obviamente, a valorização de determinada cultura em detrimento de outras gera violências incidentes nos corpos passíveis de agressão; vidas tidas como não humanas e definidas assim pelas métricas das normas dominantes que empreendem em proteger as vidas inteligíveis: heteronormativas, masculinas, brancas, e cristãs.

As vidas da diferença, por essa ordem, são vidas dignas de luto marginal, “e nesse sentido, já estão perdidas em parte ou completamente e, portanto, merecem menos proteção e apoio” (BUTLER, 2018, p. 131). Isso parece pôr limites sobre o que está fora ou dentro, e define o nós e o eles. Com isso, pensamos que a trama do PME de Vitória da Conquista se desenvolveu com esse tipo de limite, situando a pluralidade de vidas existentes no Território de Identidade do Sudoeste Baiano à margem dos debates, consultas, e do texto oficial, deslegitimando-as. Estas narrativas expõem e corroboram, assim, o problema: “A comunidade indígena de Vitória da Conquista sequer é legitimada pelo poder público” (E. 6). “Não consigo perceber uma preocupação direta com a opinião da juventude. A educação sempre foi organizada sem atenção aos movimentos sociais. Sei que existe um movimento de pessoas, pontuais, preocupadas com as pautas da juventude, mas ainda não percebo que essa troca esteja acontecendo” (E. 8). “Os gestores comungam de que os valores ocidentais são superiores aos valores das culturas tradicionais” (E. 4). “A gestão municipal não colabora para a produção de políticas voltadas para as questões da juventude. Talvez por se tratar de uma gestão particularmente conservadora” (E. 3).

A política do Plano, nesse sentido, ao passo que seguia o seu curso de produção, demarcava as posições dos sujeitos e assumia um projeto de educação conservadora na qual não cabem as culturas consideradas periféricas. Isso sugere o controle, a vigilância, o governo e a produção de uma identidade representativa do todo. Assim, essas vidas que reclamam lugar de reivindicação no PME dependem de uma vida que não é a delas, mas de uma estruturação social e econômica da vida mais ampla. É preciso se enquadrar nessa vida mais ampla para ter direito de viver. O enquadramento social condiciona e medeia essa dependência, e produz deslegitimações, precariedades e violências que se refletem tanto na escola quanto fora dela. As reportagens que se seguem, retiradas de plataformas de notícias *online*, ilustram como isso, possivelmente, produz resultados e impacta a sociedade conquistense:

**ADUSB** Associação dos Docentes da UESB  
ANDES-SN

Adusb ▾ Notícias ▾ Leis ▾ Secretaria ▾ Comunicação ▾ Jurídico ▾ Comissões e GTs ▾ Co

Notícias

## Vitória da Conquista reflete quadro nacional e tem população negra como a maior vítima de homicídios

Publicado em 06/07/2018

**Correio\*** Assine Últimas Minha Bahia Salvador Esportes Sua Diversão Brasil & Mundo

### Advogada de Vitória da Conquista sofre racismo de vizinha: 'Macaca'

OAB saiu em defesa da conselheira estadual; caso aconteceu quando advogada foi pedir que vizinha retirasse carro de sua vaga na garagem

Participe do grupo de WhatsApp do Correio  
Bloqueado para comentários **CLIQUE AQUI**

A advogada Yldene Martins, 41, conselheira estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Bahia, foi vítima de racismo por uma vizinha, que a chamou, dentre outras injúrias raciais, de "macaca negra". O caso aconteceu em Vitória da Conquista, após a advogada solicitar a retirada do carro de outra moradora que ocupava a sua vaga de garagem.

globoesporte gshow play

**g1** BAHIA

## Juíza diz que prisão de médica suspeita de injúria racial não atendia critérios; mulher foi liberada antes de audiência

Caso aconteceu em Vitória da Conquista. Suspeita teria chamado trabalhador de "macado" após ser informada que não poderia deixar carro em estacionamento, que já estava lotado.

Por g1 BA e TV Sudoeste  
06/03/2023 20h46 - Atualizado há um mês

f t w s in

**uol** INGRESSO.COM BATE-PAPO MEU NEGÓCIO PASSEI DIRETO PAGSEGURO UOL PLAY SAC EMAIL ENTRE ASSINE UOL

PRODUTOS NOTÍCIAS CARROS ECONOMIA FOLHA ESPORTE SPLASH UNIVERSA VIVABEM TILT ECOA CANAL UOL MOV NOSSA TAB UOL PRIME

## COTIDIANO

### Vitória da Conquista registra metade das mortes de homossexuais na BA

**METRO1**

Quarta-feira, 19 de abril de 2023

OUÇA AO VIVO

**BAHIA**

## Jovem denuncia homofobia após ser agredido na rua em Vitória da Conquista

A vítima afirmou que estava no mesmo ônibus que o autor do crime e foi atacado ao descer do coletivo



Intolerância religiosa

## Terreiro 'Casa de Xangô' é destruído em Vitória da Conquista

Pai de santo disse que atentado teria sido praticado por um vizinho do terreiro

Publicado segunda-feira, 02 de janeiro de 2023 às 16:16 h | Atualizado em 02/01/2023, 16:20 | Autor: Da Redação

 OUVIR
 




As reportagens mostram algumas das inúmeras situações de violência, preconceito e intolerância ocorridas no Município. São práticas socialmente estruturadas que revelam determinado ressentimento. Na medida em que grupos minoritários passam a reivindicar suas demandas e conquistar direitos; grupos conservadores se deparam com a ameaça de uma suposta destruição de si, dos valores morais e da tradicionalidade social traduzida na imagem do homem branco, hétero e cristão. Isso produz rejeição e ódio ao diferente. Cria-se o sentimento de vingança contra a população negra, contra os LGBTQIA+, contra o povo de Santo, e contra tudo aquilo considerado abjeto.

Tais marcadores são um tipo de catalizador do pânico social que potencializa o medo da suposta destruição da família tradicional, da inocência das crianças e da juventude, da liberdade de expressão. A política do pânico justifica, assim, toda a estratégia de governo que tem como foco as políticas educacionais, as escolas, o governo, docentes, os movimentos por direitos sexuais e reprodutivos, e estudiosos que tratam das questões relacionadas a mulheres, gênero, feminismo, sexualidade e raça (RODRIGUES; FACCHINI, 2018).

Os esforços de grupos conservadores em todo o país influenciaram nas políticas públicas de educação nacionais, estaduais e municipais, cesuraram materiais didáticos e manifestações artísticas. Influenciaram a produção do PME de Vitória da Conquista que, ao assumir as

mesmas diretrizes do PNE, tentou silenciar as diferenças, deslegitimar a participação popular dos movimentos sociais e configurou-se como instrumento estratégico de governamento. Portanto, essa estratégia de governamentalidade passa a ser desenvolvida na e pela escola. “Tudo isso, porque esta é a única instituição pela qual, obrigatoriamente, todos precisam passar. Torna-se, portanto, um mecanismo indispensável para governar a todos e a cada um” (LOCKMANN, 2013, pg. 114).

O PME, por isso, torna-se um mecanismo de biopoder textual de normalização sexual, racial e de gênero, pois, “à medida que os definidores de um documento que estabelecerá parâmetros e diretrizes para a construção da política educacional sequestram o recorte racial [por exemplo], permitem que os espaços escolares sejam esvaziados de um debate que precisa ser cotidiano” (E. 4). Nesse sentido, “o PME nega a diversidade étnica que existe no município” (E. 9), nega também outras formas de vidas.

Nesse contexto, opera o conservadorismo institucionalizado. Ele age na perspectiva de distorcer a pluralidade de ideias com intuito de demarcar o eventual triunfo da verdade. Por essa razão, é possível dizer que o espectro conservador que vagueou pelo processo político de construção do PME restringiu e regulou a expressividade da população e dos movimentos sociais.

A desmobilização, além da pouca divulgação e mobilização das próprias instituições envolvidas, a começar pelo próprio Conselho Municipal de Educação, pode ter sido resultado dos debates acalorados quando da aprovação do texto da minuta do Plano Nacional de Educação, quando já era possível perceber uma ocupação, por parte de setores conservadores da própria estrutura educacional, dos espaços de elaboração e sistematização dos textos. Digo isso porque foi algo muito visível com os textos em discussão, tanto do PNE quanto do PME; já vinha com esse esvaziamento das temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, culturais, de sexualidade, questões religiosas e ideológicas (E. 4).

O Plano, nessa circunstância, pode ser lido como instrumento conservador que extirpa a diferença do jogo político sobre problemas educacionais. “O conservadorismo tenta imperar a todo custo” (E. 7). É um adendo ao neoliberalismo plástico: “o conservadorismo religioso” (E. 4) que, na contemporaneidade, alinhou-se ao mundo dos negócios e aos engajamentos políticos e éticos, tornando-se liberal em relação às questões de mercado e da iniciativa individual, mas que exige um “Estado forte para reprimir as minorias, os estrangeiros, os delinquentes” (LOCKMANN, 2020, p. 7).

Quando há a possibilidade de criação de espaços para a discussão de temas como sexualidade, raça e gênero, na escola; isso acontece por iniciativa de professores e professoras que tentam deslocar a normas e legitimar esses saberes como conhecimento escolar, e promover

a prática de um currículo corpos abertos. Uma pedagogia dos corpos em que os corpos da diferença possam aparecer. Mas isso se torna um problema quando a vigilância conservadora os alcança e os orienta quanto ao “cuidado com a proposta de levar esses temas para a sala de aula, porque alguém pode denunciar e causar problemas” (E. 7). Estamos falando de um contexto em que as tensões políticas de grupos conservadores e reacionários potencializaram, no cenário nacional, as cruzadas contra docentes e textos educacionais que se propusessem a curricularizar o gênero, a sexualidade, a raça, o feminismo.

Essas tensões, no entanto, foram alimentadas pela *fakenews* do kit *gay* que produziu forte polêmica em torno do projeto Escola sem Homofobia, o qual foi vetado pelo Governo Dilma por pressão da chamada “bancada evangélica” que se empenhou em articular o pânico moral e o discurso do desvirtuamento das crianças e adolescentes.

O veto significou, para os movimentos sociais, desgastes e frustrações em relação à garantia dos direitos da diferença. Para o Movimento LGBTQIA+ de Vitória da Conquista, “o Poder Executivo nacional botou panos quentes e deixou a população LGBTQIA+ na mão. Se não houve reivindicação aqui, em nível municipal, perdeu-se a oportunidade de consertar, de alguma maneira, o que estava se perdendo na esfera federal” (E. 7). O texto do PME não faz menção aos marcadores de gênero, raça, e sexualidade. Quando se trata de uma política elaborada num cenário nacional e local conservador, a presença de tais marcadores no corpo da lei representaria situar o governo “como alvo dos movimentos como o Movimento Brasil Livre - MBL e o Escola Sem Partido” (E. 7).

Essa realidade mostra certa inércia do grupo LGBT local que pouco se mobilizou para reivindicar suas demandas no texto do Plano. Há um hiato temporal entre a ação social, pública, nas ruas, desses agentes de transformação de políticas e de projetos de sociedade, mas também há a convivência com projetos defendidos pelas gestões. Essa condição e o suposto pânico e desconfiança social causado pela retórica da ideologia de gênero, pode ter limitado os apelos desses movimentos junto ao município.

Apesar de não ter havido articulação de suas demandas no espaço de contestação da política do PME, o Movimento LBGT de Vitória da Conquista vem criando lugares reais, efetivados, que coexistem com o espaço institucional. Assim como fala Foucault (2001), são espaços e lugares outros que operam como um tipo de contestação mítica e real do espaço em que existimos.

Desde 2003, quando teve início as primeiras movimentações para a organização do movimento LGBT na cidade, em que grupos se reuniram para promover pequenas festas e, assim, transmitir as primeiras mensagens relacionadas ao ativismo, já estava em curso a criação

de um espaço que vem se configurando como “uma tática de expressão e provocação para a discussão das questões que envolvem essa população e para a luta por políticas públicas, bem como ao acolhimento das pessoas homossexuais” (BASTOS; SANTOS, 2022, p. 5).

Em 2010 foi inaugurado o Núcleo de Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (NUDH) por iniciativa da Prefeitura Municipal. A cidade de Vitória da Conquista foi a primeira da Bahia a receber um órgão específico de combate à discriminação LGBT (BASTOS; SANTOS, 2022). Em 2011, o município sedia a Conferência LGBT do Território de Vitória da Conquista, cuja demanda era a criação de espaços para pensar as políticas LGBT. Em resposta a essa Conferência, a Prefeitura criou uma Assessoria Técnica de Políticas para Diversidade Sexual, que mais tarde se transformaria em uma Coordenação Municipal de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT.

A Coordenação LGBT está vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES), e tem como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito municipal, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e a defesa dos direitos de LGBT (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020).

O discurso da Coordenação pauta-se na responsabilidade de promoção do direito à livre orientação sexual e de identidade de gênero, bem como promover ações de combate à homofobia. Essas ações estão relacionadas a atendimentos psicológicos, jurídicos e de assistência social, como também, à produção de eventos como Paradas do Orgulho LBGT, conferências, audiências, atos públicos, oficinas, formações e capacitações.

Esse conjunto de coisas é o que a Coordenação considera necessário para avançar nas políticas públicas relacionadas à população LGBT, à igualdade racial, juventude, mulheres, em todos os serviços que contemplam a gestão pública como gestão macro (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020). No entanto, impera uma lacuna entre os direitos reivindicados para essa população e o campo da educação formal do Município. “O reconhecimento e aceitação da orientação sexual de cada um pela sociedade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020, [on-line]) carece de políticas educacionais que tenham compromisso com a diferença, com os gêneros da escola, com a raça, com o modo de existir de cada um. Há, portanto, uma falha quando a Coordenação LGBT não articula uma política da igualdade que problematize a diferença dentro da política do Plano Municipal de Educação.

Se esses debates são evitados na escola e na política educacional, logo há uma redução do compromisso com o reconhecimento, com a justiça social e com a prática do exercício político que não deve estar restrito a algumas esferas do governo municipal, mas deve

contemplar todas, inclusive a educação enquanto espaço público de existência e contestação. “Já estive diversas vezes na Coordenação LGBT, já questionei sobre uma possível atuação junto à Secretaria de Educação, e não vejo, ainda, políticas efetivas nesse sentido. Percebo que as pessoas na rede não sabem lidar com as questões de identidade de gênero e diversidade sexual, e não vejo nenhum movimento no sentido de mudar isso” (E. 7).

Essa circunstância aponta para a urgência de um projeto de formação qualificada de sexualidade e gênero, tanto na escola, quanto na universidade. Para Menezes et al. (2018), o engajamento em uma política de formação para a diferença qualifica o campo relacional dos aprendizados sobre esses temas a partir da problematização dos referentes de reconhecimento, alteridade, igualdade e diversidade.

O apagamento de determinadas temáticas precisa ser compreendido, não como ausência de voz, mas como produção discursiva de desqualificação e marginalização. Esse é um projeto como uma estratégia da guerra civil generalizada e cotidiana que funda o neoliberalismo. Não uma guerra civil em seu sentido clássico como trata a Ciência Política: guerra entre grupos armados conflitando em um mesmo espaço. Mas a continuação da guerra para sufocar as alternativas populares legítimas e situar a política e a economia como fins já traçados definitivamente diante da “inexistência de alternativas”.

A política neoliberal é a continuação dessa guerra de ataque direto dos direitos civis, e usa diferentes estratégias de ações para impor-se, e, por conseguinte, juntar-se às oligarquias locais, tendo como alvo de ataque os coletivos populacionais (DARDOT et al., 2021). Assim, “se eu não abro explicitamente a possibilidade para discutir outras formas de vida, outras possibilidades de família, de sociedade, eu continuo relegando as pessoas, as famílias e a comunidade não cis, não heteronormativa, à marginalidade” (E. 7). Com isso, “percebo que o poder está institucionalizado e distante da base. Quem organiza a educação é o Estado, sem a participação da sociedade civil. E nós não nos sentimos representados por tal instituição” (E. 8).

Mas ainda assim, “o Plano não pode ser construído para excluir. Tem que ouvir, e ser moldado conforme a política de Estado” (E. 2). Tal paradoxo evidencia uma ilegalidade hipotética que parece querer silenciar aqueles que já se encontravam ali. Moldar a política do Plano baseado na política de Estado significa reforçar as noções de normalidade e anormalidade, de fazer ressoar e difundir as normas e os saberes universalizados, consensuais e correspondentes, os quais terminam por excluir e promover a intolerância religiosa, a imposição de um modelo de família, ataques aos LGBTQIA+, “o racismo explícito aos negros, indígenas, povos ribeirinhos e quilombolas, a exclusão das discussões de gênero e sexualidade,

a regulação dos currículos” (LOCKMANN, 2020, p. 12) e do próprio PME frente à onda conservadora que tem perpassado os ambientes formuladores de políticas educacionais contemporâneas.

A sociedade conservadora não ignora os marginalizados, direciona a eles termos pejorativos e aviltantes que comprometem as possibilidades de viver uma vida. Essa é uma prática de poder que opera contra a possibilidade de igualdade e inclusão na política educacional que, não obstante, é perpassada por aspectos econômicos e inteligibilidades de raça, gênero e sexualidade que estereotipam os sujeitos abjetos.

Nesse sentido, pensamos que os esforços da Coordenação LGBT de Vitória da Conquista precisam ser ampliados para a esfera da educação escolarizada. As escolas são sempre terrenos férteis de ações formativas e de contestações dos saberes oficiais. É, também, local de produção e reprodução da cultural heteronormativa que vai de encontro àquilo que a Coordenação reivindica: igualdade, reconhecimento, e os direitos das pessoas LGBT (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2020).

Se a ideia é construir uma política do vivível e quebrar os vieses sociais – invisibilidade, estereótipos, seletividade, fragmentação, viés linguístico –, a escola e as políticas de educação de Vitória da Conquista precisam ser *loci* imprescindíveis de articulação das questões da diferença dos mundos locais. Mundos esses construídos por hibridizações de gênero, raça, sexualidade, deficiência, etnia, juventude, mulheres, os quais se inter-relacionam e não podem ser coadunados por uma visão cultural monolítica tal qual encontramos na política de território. No Território de Identidade do Sudoeste Baiano ocorrem diálogos translocais de identidades coletivas que apontam para as diferenças dentro das diferenças nos processos de identificação. Estabelecer uma *ideopaisagem* sobre locais plurais e interseccionais, com base na ideologia de Estado e sob a insígnia da democracia e do sentimento de pertencimento, é tentar dissimular as vidas diferentes.

Analisando essa ideia, consideramos o PME como uma *ideopolítica* – desenhada pelas articulações políticas locais – que tenta, de igual modo, mascarar a existência da diferença sob o discurso da promoção da democracia e do fortalecimento dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015), mas que, no seu processo de produção, essa diversidade não pôde ter participação efetiva.

E como o diferente “poderia participar de qualquer coisa se sofre retaliações constantes por afirmar ser quem é? Infelizmente o poder público não nos alcança, e, por isso, ficamos fora dos debates, dos espaços. O poder da classe branca e dominante que se encontra na



administração pública impede a propagação, publicidade e acesso às políticas públicas (E. 6). Essa afirmação significa a denúncia à reprodução de condições simbólicas que repudiam o corpo político da diferença. Quando os indivíduos se sentem excluídos “pela política econômica ou pela política em si, as vidas passam a ser consideradas indignas de apoio” (BUTLER, 2018, p. 228).

Parece-nos que há uma organização das vidas; de quem pode ou não aparecer. Assim sendo, o conjunto de ações de poder que permeia essas relações sociais na esfera da produção da política expõe, de alguma forma, as vidas à condição precária como parte de uma governamentalidade maior da população. Nesse sentido, é possível pensar que, introduzir questões da diferença no texto da política do PME conquistense significaria o desarranjo espacial de sua fixidez e unicidade. Essas duas características, na autorização definida pelo mercado, pela fé e pela moralidade tradicional para um projeto de sociedade cristã sem culpa, empreendedora, autoresponsável e livre, são condições necessárias para a pretendida “inclusão”, “igualdade”, “justiça social” e “democracia”.

Mas essa é uma falácia embutida na intencionalidade da política do Plano que inclui excluindo. E o conservadorismo foi um elemento importante de exclusão de comunidades que perfazem o Território em toda sua pluralidade de vida. Desse modo, “o conservadorismo, já institucionalizado, teve mais facilidade para demarcar seu modo de ver e determinar o mundo dentro das construções e sistematizações de marcos legais” (E. 4).

Essa é a queixa da comunidade negra conquistense que vê a política do Plano como um texto conservador de branqueamento, que “reproduz os padrões eurocêntricos de ensino, ainda na perspectiva do colonizador” (E. 5).

De acordo com dados do IBGE, Vitória da Conquista é uma cidade majoritariamente negra, chegando a quase 70% (IBGE, 2010). O município possui 32 comunidades quilombolas reconhecidas e um passado marcado pelo quase extermínio de grupos indígenas. Falar dessa composição étnico-racial e de políticas públicas nos conduz à reflexão sobre que tipo de educação o Plano Municipal de Educação está reivindicando, haja vista que as normativas do texto não enfrentam diretamente as questões referentes à população negra, quilombola, indígena, LGBTQIA+, cigana, e religiões de matriz Africana.

Há uma negligência quanto à importância e a abordagem das questões raciais na educação municipal. Isso é preocupante, pois além das legislações educacionais não estarem sendo cumpridas, a escola se torna um ambiente onde a criança e o adolescente negro não se sente representado. São escolas que não promovem o debate e nem vivências etnorreferenciadas de forma sistematizada (E. 5).

Essa realidade expõe a demanda educacional da população negra de Vitória da Conquista, excluída no Plano. Isso revela, também, que as ações do COMPPIR – na sua política de promoção da igualdade racial no Município – no campo da educação, ainda não têm mostrado um trabalho de formulação de critérios e parâmetros para a implementação de diretrizes e políticas que assegurem a presença do conhecimento e das questões étnico-raciais na política do Plano Municipal de Educação, capazes de garantir a “ênfase nas comunidades negras urbanas e rurais, quilombola, religiões de matriz africana, indígena e cigana” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019).

A presença do COMPPIR no município é visto como mecanismo de combate à discriminação racial, de redução das desigualdades sociais, econômicas, financeiras, políticas e culturais e de ampliação do processo de participação social (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019). No entanto, apesar de “a militância dos movimentos negros, incluindo lideranças de terreiros e lideranças quilombolas, está envolvida na disputa da construção de espaços deliberativos como a Coordenação de educação para as relações étnico-raciais na Secretaria Municipal de Educação como também no COMPPIR” (E. 4), nos parece que tais demandas não encontram meios possíveis de se fazerem impactar nas políticas de educação. Elas “terminam por ser reprimidas na tentativa de ir além do que protocolarmente as instituições aceitam mudar em sua organização, em sua diversidade discente, docente e curricular” (E. 4), “e não vejo iniciativas de fomentar o debate nas escolas” (E. 9).

O COMPPIR está vinculado ao SEMDES, portanto é possível que ele caminhe orientado por um projeto de “gestão macro”, assim como anunciado pela Coordenação LGBT. E nesse sentido, termine por atender a visões hegemônicas do Governo Municipal, subjugando as necessidades da população negra aos projetos políticos elaborados pela gestão. Por essa razão, “o estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento da participação da sociedade na formulação, implementação e no controle das políticas públicas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2019, [on-line]) negligencia possíveis políticas, diretrizes e compromissos em favor da promoção da igualdade racial, das questões de gênero, sexualidade, LGBTQIA+, da cultura negra, quilombola, indígena, cigana, e das religiões de matriz africana existentes no território conquistense.

Essas estratégias comuns limitam a participação da diferença nas políticas educacionais do Município. Assim como foi no PME. Uma política global, sem espaços para os marcadores da diferença, e que acaba por inviabilizar outras políticas como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 que tratam da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da obrigatoriedade

da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. “Esses percursos são omitidos, sublimados, tirados de cena, de pauta, dos programas curriculares” (E. 6).

A percepção, no entanto, é de que as temáticas étnico-raciais continuam sendo apresentadas e abordadas em sala de aula como antes das referidas leis, numa perspectiva secundária, periférica, descompromissada com a pesquisa, folclorizada, passando ao largo de temáticas centrais para a superação do racismo: a história da escravidão africana nas Américas e o que ela significou para o capitalismo da época, o letramento racial, a abordagem sobre o combate ao racismo, as heranças culturais afro-indígenas, os grandes movimentos de libertação em África e no Brasil, a história da luta contra o racismo, as leis antirracistas, e as políticas de ações afirmativas desenvolvidas no Brasil e no mundo (E. 4).

A aplicabilidade dessas Leis, bem como a articulação do COMPPIR junto ao Governo Municipal para a construção de estratégias que promovam uma educação em que caiba o conhecimento do povo negro de Vitória da Conquista, bem como os diversos saberes dos sujeitos plurais da diferença, insere-se numa realidade em que os movimentos negros, LGBTQIA+, indígena, juventude, de religiões de matriz Africana não podem ficar à margem do que foi estabelecido no PME. A educação é um projeto político a ser disputado. “Não há milagres ou mudanças voluntárias, e não tem como teorizar ou instrumentalizar uma força que só é genuína se for das ruas, das redes, das lutas” (E. 4).

É preciso avançar quanto a essas questões. Elas partem da necessidade de reconhecer que o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista tenta fixar identidades, diferenças e discursos hegemônicos que silenciam outras possibilidades de vida. E isso produz violências e discriminações que são perpetuadas nas práticas do cotidiano e perpassam os currículos escolares, dificultando ações de políticas anti-discriminatórias e o cumprimento da Diretriz III do Art. 2º do PME que trata sobre a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2015).

As narrativas da diferença, manifestadas aqui, revelam o *status quo* de uma política que serve como mecanismo disciplinar neoliberal e conservador. Implica numa espécie de delação sobre o rito do confinamento e da passagem para fora da esfera pública – regulados pelo poder legal institucionalizado – de grupos considerados desarranjados, os quais, supostamente, representam um risco social. As vozes que reclamam a não presença de suas demandas no PME de Vitória da Conquista põem em evidência a precarização de suas existências já marcada naquilo que foi o processo político de construção desse Documento.

A condição de precariedade dessas vidas, veladamente presentes nesse processo, faz parte de um jogo em andamento. Um jogo praticado nas escolas e nos currículos vigentes – mas

também em outros espaços –, cuja finalidade é manter os procedimentos de controle dos corpos ingovernáveis. Essa condição de precarização, portanto, “é a condição contra qual vários novos movimentos sociais lutam” (BUTLER, 2018, p. 239). Se lutam, não é em busca de “superação da interdependência ou mesmo da vulnerabilidade enquanto lutam contra a precariedade. Ao contrário, o que buscam é produzir as condições nas quais a vulnerabilidade e a interdependência se tornem vivíveis (BUTLER, 2018, p. 239).

Mas como ter o poder de viver uma vida sem a dependência do outro? O outro, aqui, é o poder público que “destitui a coordenação da educação para as relações étnico-raciais e quilombolas na Rede Municipal de Ensino” (E. 5). O outro é a “prefeitura desativando escolas quilombolas, negando as peculiaridades dos povos tradicionais da região” (E. 6). O outro é a desatenção por parte das Secretarias de Desenvolvimento Social e Municipal de Educação às causas LGBTQIA+, haja vista que o município possui uma Coordenação LGBT, e ainda assim “eu ouvi de um servidor da prefeitura que eu deveria tomar cuidado com a proposta de levar essa temática para a sala de aula, porque alguém poderia me denunciar e causar problemas” (E. 7). O outro é “o neoconservadorismo religioso, o racismo enquanto projeto de poder e de sociedade, e a dificuldade de descobrir caminhos possíveis de intervenção na construção da política pública” (E. 4).

O outro é o imperativo moral para levar uma vida boa, e que deveria marcar a alma do homem desde o seu nascimento. O PME, por essa razão, é a mão do imperativo moral, econômico, heteronormativo, branco e masculino que permite viver uma vida boa (BUTLER, 2018). Evidentemente, o que foge a esse padrão “se manifesta como mancha, nódoa, sombra, esquecimento, ignorância, [...] é fundamentalmente uma perversão da natureza e uma perversão da nossa natureza” (FOUCAULT, 2014, p. 112).

Em vista disso, a política do Plano, desde sua gênese, foi pensada e produzida pelas redes políticas de governança neoliberal, com algumas influências de perspectivas conservadoras. Realiza, por isso, algumas funções: normatizar corpos dissidentes; governar, performaticamente, comportamentos e subjetividades; controlar práticas institucionais, econômicas e governamentais (BALL, 2014); homogeneizar populações e impor um projeto universal de sociedade, o que “deve melhorar o exercício de poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (FOUCAULT, 2013, p. 198), submetida a uma vigilância generalizada com fins de concebê-la como uma sociedade disciplinar.

### 5.3 A política do PME e o avanço do conservadorismo: exclusões como parte da normatividade neoliberal conservadora

No contexto da produção da política do Plano, o não aparecimento, a omissão, a dificuldade de participação, a suposta não divulgação, o sentimento da não pertença, o desânimo frente ao recrudescimento de forças conservadoras e neoliberais e o silêncio implicaram estar à mercê de um sistema de poder que barra, proíbe, invalida o discurso e o saber da população. Poder “que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (FOUCAULT, 2019, p. 131), e que terminou por afastar, da esfera de decisões do PME de Vitória da Conquista, as pessoas a quem esse documento se destina.

Nessas condições, o diferente, o saber da diferença, as demandas outras, as identidades deslocantes no território igualmente movediço; sob essa circunstância de adequação forçada e neoliberalismo, as populações, os movimentos, os sujeitos da diferença passam a viver “sem nenhuma perspectiva de um futuro seguro ou de um pertencimento político contínuo, vivendo com a sensação de uma vida danificada como parte da experiência diária do neoliberalismo” (BUTLER, 2018, p. 222) e da vigilância conservadora.

As incutidas de bancadas e movimentos conservadores nos centros de decisão de políticas, sob a insígnia da liberdade, revela “a fuga da cristandade conservadora da esfera privada para se tornar uma força na esfera comercial e pública e, ao mesmo tempo, a protege como religião (‘crença’) contra as leis que regulam a vida comercial e pública” (BROWN, 2019, p. 188). Esse empreendimento antidemocrático, fundado na supremacia branca e no conservadorismo social e religioso (BENTO, [s.d.]), vem sendo realizado em Vitória da Conquista desde a sua colonização.

Segundo Oliveira (2021), a história do que hoje é o Território de Identidade do Sudoeste Baiano foi edificada a partir de escolhas elegidas e predileções que garantiram, e ainda o faz, o domínio colonial sobre o território, a política e a memória local.

A memória que se pretendeu hegemônica, versa acerca do suposto êxito colonial empreendido pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa, tido como pacificador e agente civilizatório. Esse sertanista e sua família lançaram as bases para o sistema político local, a concentração de poder, terras e títulos transmitidos aos descendentes ao longo do tempo. Por isso, para justificar o projeto colonial, as imagens e narrativas sobre a história regional foram forjadas, no intuito de alimentar uma memória dominante, em especial do mito de fundação da cidade de Vitória da Conquista, que preteriu ao indígena um enquadramento excludente (OLIVEIRA, 2021, p. 31).

Enquadramento que, assim como ocorreu com os indígenas Pataxó, Mongoyó e Ymboré nessa região em tempo de outrora, atinge a pluralidade de vidas existentes no território. Impacta,

de igual modo, os remanescentes quilombolas, a juventude, as mulheres, a população negra e a população LGBTQIA+, os deficientes, os camponeses, e os remanescentes da população indígena que não se veem representados pelas políticas municipais, especialmente as de educação.

Essa sensação, possivelmente, é reforçada por uma política de embranquecimento que “na contemporaneidade doa o termo reducionista ‘Suíça Baiana’ para uma região múltipla etnicamente, socialmente e culturalmente” (OLIVEIRA, 2021, p. 30). A denominação “Suíça Baiana” é vista por muita gente como um determinante ligado às baixas temperaturas que a cidade de Vitória da Conquista apresenta, sobretudo no inverno. “Contudo, essa ideia de uma cidade europeizada também reflete no silenciamento e tentativa de apagar nossa herança indígena e quilombola” (XANDÓ, 2023).

A alcunha “Suíça Baiana” tonifica o mecanismo conservador de controle e exclusão da diferença, deslocando, ainda mais, o jogo político, ao passo que torna visível essa exclusão. Atribuir esse termo a um território predominantemente negro, sertanejo, com diversas comunidades quilombolas e remanescentes de povos indígenas, é, por certo, a tentativa de estabelecimento de uma suposta *etnopaisagem* que, não obstante, se alinha e robustece a *ideopaisagem* preterida pela política de Território de Identidade.

É o desejo de hegemonizar a fantasia da presença europeia, branca e masculina em um Território em que, por toda a parte, o tecido de esforço dessas fixações é produzido no tear dos movimentos humanos e dos fluxos culturais. Nesse contexto, a política do PME conquistense, sob o ponto de vista dos deslocamentos de grupos plurais e suas possíveis exclusões, pode ser compreendida como um deslocamento político que tentou apagar a presença de grupos em movimentos, os quais jamais permitirão a imaginação descansar por muito tempo (APPADURAI, 2004).

A conjuntura em que o Plano conquistense foi produzido e aprovado foi marcado por intensas disputas ideológicas, sociais, culturais e políticas entre grupos distintos no cenário nacional. Atores articulados em redes e movidos por discursos diversos negociaram seus interesses sob as bases políticas, científicas e religiosas em torno de uma situação social específica: a do processo político de produção e aprovação de planos de educação entre 2013 e 2015 em todo o país (RODRIGUES; FACCHINI, 2018).

Diante da visibilidade de pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ no processo de debate e aprovação do Plano Nacional de Educação, atores conservadores – políticos e reacionários religiosos – mobilizaram-se para contestar as demandas desses grupos nomeando-as como reivindicações no plano da imoralidade.

Na Bahia, as movimentações mais concretas, com objetivos de impactar a política do Plano Estadual de Educação, ocorreram com base na emenda do deputado e pastor Sargento Isidório. Sua reivindicação pautava-se na retirada das palavras “gênero” e “diversidade sexual” do texto em tramitação. Obviamente, isso gerou protestos de estudantes e militantes da causa LGBTQIA+. Esses embates se seguiram em alguns municípios baianos, estimulados por grupos conservadores e religiosos para quem a suposta ideologia de gênero representava “uma verdadeira ameaça à família tradicional, heterossexual, natural” (RODRIGUES; FACCHINI, 2018, p. 99).

O êxito do recrudescimento conservador sobre as política de educação em todo o Brasil produziu o fenômeno do ilusionismo. As políticas curriculares, desse modo, passaram a ser construídas com uma visão alheia ao momento histórico do tecido social e das realidades locais permeadas pelas pluralidades de vidas e existências. Assim, quando o Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista é produzido de forma a desconsiderar as demandas dos diversos movimentos sociais, quando a presença de povos originários, quilombolas, LGBTQIA+, juventude, dentre outros, não são objetos de conhecimento das aulas, quando um ideário de sociedade assume a alcunha de “Suíça Baiana” produzindo um enrijecimento de traços e presença de determinado grupo como legítimo, negando a presença da diferença, ele se torna ferramenta imaginária conservadora de exclusão.

É a própria tentativa de manter valores tradicionais que estariam, supostamente, sendo desenraizados da tradição (BROWN, 2019). Desse modo, para combater políticas educacionais que propunham tomar a diferença como parte de seu saber, as estratégias conservadoras recorrem ao discurso da liberdade individual e corporativa como tática de grito de guerra. Com sua melancolia lesada por um passado fantasmático e seu supremacismo agressivo, o conservadorismo avança vigilante sobre as políticas de educação.

Recentemente vivenciamos o governo Bolsonaro, cujo movimento político trouxe para o centro da cena pública brasileira manifestações explícitas de negação da diferença, em defesa dos supostos princípios morais e da família tradicional. Nessa esteira, mobilizações conservadores – a exemplo do 3º Fórum dos Conservadores da Bahia realizado em Vitória da Conquista – ocorreram em todo o país em uma espécie de aliança por Deus, pela pátria e pela família. Isso revelou que tipo de educação o governo defendia: uma educação ao estilo *homeschooling*, Escolas Cívico Militares e o Projeto Future-se.

Trata-se de um autoritarismo político que, no governo Bolsonaro, mas não somente nele, deslocou a democracia social a uma ordem neoliberal. O projeto de educação, como almejava,

integra a pauta neoliberal em um processo de articulação entre as forças econômicas e grupos conservadores em matérias de costume e moral (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022).

Talvez essa seja a arquitetura neoliberal que se apresenta no momento. Um neoliberalismo da tradição, do mercado e da moral. As exclusões percebidas no PME se relacionam, portanto, ao conservadorismo e à economicização das vidas. Esse projeto de educação construído sob as bases da política de financiamento ascende, ainda que contingencialmente, ao sucesso comercial por meio da inclusão excludente e sujeição de todo grupo social e toda causa progressista aos vícios supremacistas (BROWN, 2019). A linguagem dos mercados e da moral, por certo, modela a política educacional, o que a torna antidemocrática.

Esse neoliberalismo impuro e inconstante também modela a política de Território de Identidade que, por sua vez, é métrica para demais políticas da Bahia, notadamente as de educação. Nesse sentido, o Território de Identidade do Sudoeste Baiano funciona como mecanismo neoliberal que sutura a ideia de diferença. Uma vez que prescinde de uma identidade unificada que o represente, termina por fixar o Território no intuito de exercer controle sobre as múltiplas formas de vida que nele se atravessam.

Território de Identidade se cruza com a política do Plano Municipal de Educação e legitima o discurso do bem-estar social, seduzindo os diversos grupos com a fantasia de se apresentarem numa espécie de palco global ou cosmopolita (APPADURAI, 2004). Esse é o novo aspecto neoliberal da política cultural global. Um esquema valorativo que prescinde de comunidades imaginadas e territórios coadunados para a criação de conteúdos e políticas regressivas. Desse modo tanto a política de Território de Identidade quanto a política do PME conquistense estende métricas conservadoras e práticas de mercado a todas as dimensões da vida humana, sejam elas, política, cultural, social, pessoal, educacional.

Território, por essa razão, é palco de governança neoliberal da diferença que, todavia, se espalha por territórios vastos e caleidoscópicos na medida em que os processos culturais vão acontecendo. É, portanto, o instrumento normativo neoliberal de coesão e confinamento dos fluxos culturais locais que incidem na relação entre produção e consumo na economia global atual (APPADURAI, 2004).

A jurisprudência neoliberal é moldura de governo da política do PME a favor de ampla desregulamentação, especialmente para os interesses corporativos e religiosos. Essa jurisprudência rechaça indícios de diferença presentes no território que, por sua vez, tem sido imaginado para intensificar os poderes econômicos, sociais e políticos do capital, da propriedade, da cristandade e da moralidade tradicional.



As incutidas conservadoras e as forças econômicas, em rede, precisam empregar essa jurisprudência a esse conjunto de política local “para isentar os negócios de qualquer forma de regulação e para reforçar as normas sexuais e de gênero tradicionais contra as coações impostas por leis a favor da igualdade e antidiscriminação” (BROWN, 2019, p. 152).

Nesse sentido, o neoliberalismo do momento, complementado pela “consciência religiosa”, refuta propostas de igualdade e antidiscriminação na educação, no emprego, na seguridade social, no comércio, bem como a transparência na política e a verdade na publicidade (BROWN, 2019). Essas refutações, observadas no PME de Vitória da Conquista, produziram uma política que orienta as relações sociais, a maneira de viver, a suposta identidade do Território do Sudoeste, formas de existências e comportamentos, o empreendedorismo de si, as normas de vida dos sujeitos da educação.

Tais tendências, por certo, favorecem para a dissolução de movimentos e espaços de contestações e institui o novo modelo de governamentalidade (FOUCAULT, 1979) das possibilidades democráticas pré-políticas da vida. O PME, dessa forma, é a própria política de governo que performa os sujeitos da diferença por meio de políticas do branqueamento, da heteronormatividade, da masculinidade, do empreendedorismo, e da fé.

Nesse sentido, o Plano, assumido como uma política de inclusão, funciona como mecanismo poderoso e efetivo de biopoder. Ele se configura como mecanismo biopolítico a serviço da segurança das populações. “Em outras palavras, coloque-se apenas no plano discursivo ou de fato materializa-se no plano das práticas concretas, ao fim e ao cabo a inclusão tem em seu horizonte a diminuição do risco social” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 949).

Isso posto, o Plano conquistense pode ser visto como uma anatomia política de governança. É, incontestavelmente, a manifestação da governamentalização do Estado Moderno, e pode ser compreendida como uma política que “nasce mecanicamente de uma relação fictícia” (FOUCAULT, 2013, p. 192), como uma política envolvida com e destinada a “uma maior economia entre a mobilização dos poderes e a condução das condutas humanas” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 955), de forma que não é necessário forçar o sujeito ao bom comportamento, condição para a sugerida e imaginada segurança social.

Creemos que o Plano, por essa razão, é efeito de uma vontade de potência num mundo que é uma miríade de acontecimentos entrelaçados, repleto de sentidos. As forças que se encontram articuladas no jogo “não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 2019, p. 73). E nessa luta, as forças conservadoras e neoliberais se recrudescem na tentativa de confiscar o poder, de retomar vocabulários, controlar vidas e atuar sobre todos, disfarçadamente.

Trata-se da formação de uma economia hipoteticamente conservadora que junta dinheiro e fé, não em nome do interesse público ou da democracia, mas como afirma Brown (2019), no intuito de invalidar ideias ou informações consideradas *peccatum* (FOUCAULT, 2014) e de promover seu próprio ponto de vista.

Isso produz, por um lado, a sensação de normalidade, de tranquilidade, de aperfeiçoamento da vida, do caminhar em direção a uma vida perfeita, dos costumes perfeitos, de purificação da maneira de ser. Por outro, produz a precarização da vida, a debilitação de espaços de aparecimento, o enfraquecimento de relações sociais capazes de manter uma vida vivível (BUTLER, 2018).

## CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

A complexidade das questões que permeiam o processo político de construção e aprovação de políticas públicas de educação nos leva a pensar que os desdobramentos diante do (re)arranjo político e econômico, fundamentado em princípios neoliberais e pelo recrudescimento de demandas religiosas/conservadoras, influenciaram e continuam a impactar, deliberativamente, nas políticas educacionais, tanto na esfera global quanto local.

O conservadorismo, que ora se apresenta em nosso país, no seu exercício litúrgico da tradição moral: Deus, pátria e família, alinhado à nova reprogramação neoliberal enquanto racionalidade política que ultrapassa os limites da própria política econômica, e implica, conforme pensamentos *foucaultianos*, na utilização dos princípios de mercado como princípios de governamentalidade, aplicados pelo e no Estado em diversas áreas da vida humana – hospitais, locais de trabalho, prisões, clínicas, escolas, dentre outros –, tem vigiado esferas fundamentais do tecido social, entre os quais estão a educação pública e as políticas educacionais.

Nessa atual configuração social, o cerne dessa Tese está no estudo do processo político de construção e aprovação dos Planos Municipais de Educação no Território de Identidade do Sudoeste Baiano; permitindo-nos lançar um olhar histórico-analítico mais detido sobre o processo de produção do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista.

As disputas entre interesses políticos, religiosos, econômicos, conservadores, e de movimentos sociais, nos diversos momentos de produção e aprovação de políticas educacionais, sobretudo em contextos mais amplos de decisão, influenciaram a construção de políticas curriculares para a educação local em várias partes do Brasil. Essas políticas, usando a ideia de Ball (2014), são canais locais por onde essas demandas se fazem reverberar. É necessário, pensando sobre isso e sobre as possíveis disputas, articulações, mesclas e, por vezes, sobreposições, que nos empreendemos na análise das implicações políticas sobre o PME conquistense.

Todavia, o trabalho desenvolvido carece da emergência de uma espécie de circularidade, pois não se trata de um estudo linear que possui um ponto de partida e outro de chegada. Mas é uma construção inacabada que, certamente, vai se conectar a outros elementos do porvir, a outros contextos históricos, a outras demandas, e a outros modos de racionalidades que permitirão submeter esse estudo à vigilância dos julgamentos, do fracasso, do sucesso relativo em termos de desenho, rigor e relevância. É nesse caminho precário, infundável e contingente

que nosso estudo circula e se movimenta estabelecendo relações entre questões, supostamente, dessemelhantes.

Ao retornar às primeiras páginas da Tese, percebemos o quanto o pensamento se reconfigurou ao longo da trajetória da pesquisa. E nossas reflexões foram sendo produzidas e reinventadas a partir de convenções clássicas do reconhecível, as quais não podem ser tomadas em termos de definição completa e monolítica do ser humano, pois a tentativa de “signifização” reduz as diferenças que perpassam a diferença.

Somos seres em processo. E nossa alteridade subjaz ao processo de identificação. Isso demanda por uma nova política e ética, “uma vez que nos força a ir além de noções acerca de normas e valores intersubjetivos compartilhados, [...] ir além das noções de comunicação perfeita ou verdades significativas em comum” (WILLIAMS, 2013, p. 106).

Passamos a compreender que a ética e a ação política não podem ser construídas sobre normas e valores definidores de regimes de verdade, os quais tendem a conduzir e a controlar corpos e almas, assim como na pastoral Cristã. Nesse sentido, utilizamo-nos de novos caminhos para alargar ideias e apresentar pensamentos outros que protestam contra o universalismo, a identidade comum, e a hegemonia política. Com isso, pudemos arguir sobre um conjunto de coisas que influenciou o processo político de produção do PME de Vitória da Conquista.

Argumentamos que a política de Território de Identidade, na Bahia, é instrumento performático que toma a identidade como objeto de ação. Território de Identidade performatiza, assim, a identidade por meio de um discurso economicizante. Para que o território assegure a qualidade de vida por meio do desenvolvimento econômico e sustentável é preciso manter a ideia de unicidade e consenso. Uma identidade única que o representa e que seja capaz de viabilizar a gestão de políticas e novas bases para novos tipos de sucesso e reconhecimento.

Território é, portanto, uma prática do gerencialismo neoliberal que busca gerir, calcular, e coadunar identidades para o redesenho do mercado. É um modo de governamentalidade neoliberal que trabalha para conduzir condutas e estimular a condução de si e o desejo de pertencer a determinado território de identidade. O território constrói a identidade. Eis o que sou, eis o que quero ser. Temos desse modo, o funcionamento do instrumento performático que leva os indivíduos a assumirem o sentimento de pertença a determinada identidade definida, a priori, por uma política que divide o território em unidades administrativas.

Aos moldes *foucaultianos*, essa é uma estrutura de obediência e governança que conduz o sujeito a querer o que o outro quer, querer não querer algo diferente do que quer o outro, e a não querer querer (FOUCAULT, 2011).

Território de Identidade é um novo tipo de conhecimento construído para orientar políticas públicas na Bahia. É instrumento de comparação que possibilita os discursos de políticas em todos os âmbitos do setor público, inclusive o educacional. Ele cria um novo modelo de desenvolvimento, e a esse modelo o PME de Vitória da Conquista precisa responder.

Trata-se de um movimento de engate e sobreposição de políticas, haja vista que temos duas legislações conduzindo o Plano Municipal: o Plano Nacional de Educação e a Política de Território de Identidade. Essa combinação subsidiou um cenário polimórfico de produção do PME, em que a garantia de qualidade tornou-se marcador importante. Desse modo, o desenho do Plano foi delineado a partir de dados, cálculos, números e financiamento. Se o Plano foi impactado por essa redefinição contemporânea de política, o que entra em jogo na educação pública conquistense?

Além do governo por números; a emergência do neoliberalismo brasileiro com seu discurso inclusivo. As relações em torno do processo de produção do PME focalizaram a política de financiamento. E aqui, os interesses do mercado e do Município se conjugaram, produzindo novas práticas, novas sensibilidades e introduzindo novos atores articulados em redes e parcerias.

Atualmente, as práticas mercadológicas e as parcerias público-privadas tem ganhado força no campo da educação municipal. Ou seja, está em curso a reconstituição do papel do Município de prestador de serviço a uma combinação de regulação, monitoramento de desempenho, contratação e facilitação de novos prestadores de serviço. Essa é a tradução da doutrina neoliberal em prática, financiada pelo capital (BALL, 2014).

O Plano foi produzido com foco nos investimentos. Nesse sentido, ele se configura como perspectiva de aplicação de recursos com supostas possibilidades de melhoria da qualidade educacional e de desenvolvimento econômico, com valores calculados sobre estudantes, refazendo-os como partículas do capital e como capital humano.

Ao concentrar os debates inerentes ao PME sobre a plataforma da política de financiamento, abriram-se caminhos para a participação de empresas e organizações privadas que estão direcionando os agentes públicos para práticas de economicização globalizante.

Nesse seguimento, o Município de Vitória da Conquista vem catalisando o setor público e o privado no intuito de resolver os problemas da educação municipal sobre a plataforma do financiamento, traduzido como melhoria da qualidade da educação e da maximização dos números do IDEB.

É interessante perceber como a política de financiamento foi sendo articulada no processo de produção do PME com vistas a assegurar os recursos a serem investidos, bem como

afiançar a melhoria da qualidade. Nessa ordem, as políticas públicas de educação em Vitória da Conquista seguem sendo produzidas por meio de parcerias público-privadas, firmadas na plataforma dos negócios, nas redes políticas e modos de governança. A promessa é de soluções. E o arcabouço estatístico é peça fundamental nesse processo.

Essa é a forma neoliberal que se apresenta no momento para um projeto de educação conquistense, e está transformando as relações entre governantes e governados, poder e conhecimento, dinheiro e pessoas, identidades e territórios. Por certo, isso suscitou consequências. Portanto, quais são os efeitos?

O efeito de primeira ordem foi a não participação da população e de movimentos sociais. O PME foi construído e sancionado de modo acelerado, com vistas a garantir os investimentos. No lapso de tempo do processo do Plano, as discussões aconteceram com a participação de agentes do governo, da comunidade científica e do empresariado local. Contudo, a população e os movimentos sociais que trabalham para tentar desestabilizar o pensamento moderno continuaram à margem das decisões. Mas esse contingente não esteve absolutamente ausente. Ele é o exterior constitutivo no jogo das identidades em que forças hegemônicas buscam o centramento de uma ordem organizada pelo mercado, pela política de governança e pela moralidade social conservadora.

Nesse sentido, a governança substituiu a solidariedade e a política de luta por grupos hierarquicamente organizados e atores privados. Em vista disso, a política de educação local, o território, e as vidas que nele se deslocam, são tratados como artefatos econômicos passíveis de calculabilidade. Essa é uma leitura de base conservadora e neoliberal para um território que é plural e inconstante.

Outro efeito é o apagamento da diferença. Com o econômico e os princípios conservadores norteando a política do PME, houve a hipertrofia de questões importantes para a realização de uma educação que se pretende de qualidade: demandas da população LGBTQIA+, demandas de movimentos negros, quilombolas, indígenas, demandas da juventude. Essas são demandas que possuem teor político ímpar e decisivo para a democracia e para a inclusão, de fato.

No entanto, esses grupos foram relegados à margem. Suas reivindicações e as tentativas de representação não encontram lugar nas políticas públicas educacionais do município de Vitória da Conquista. Mas esse silenciamento não é estranho, é próprio da normatividade neoliberal que tem como inimigo o político, considerado um elemento indesejado (MACEDO, 2017).

A política do PME reivindica a inclusão como meio de justiça social. A inclusão de todos a um projeto comum de educação – parametrizado pela política do PNE – termina por excluir as subjetividades e as diferenças, e, desse modo, negligencia a justiça social que se deseja para um município formado no chão indígena, com população majoritariamente negra, e onde os diversos movimentos sociais surgem. Desvincular essa pluralidade de vidas do debate sobre a educação do Município é relegá-la ao segundo plano. E os sujeitos da diferença tornam-se apenas destinatários de políticas centralizadas.

Na lógica mercantil do Plano, a inclusão e a justiça social prescindem do estabelecimento de uma cultura universal, moderna, e inteligível. Ao passo que tenta incluir todos nessa cultura, ele promove a exclusão e o cerceamento de outras. O neoliberalismo prescinde desse tipo de integração para a prática governamental e para o domínio do tecido social mais amplo. O conservadorismo, de igual modo, carece desse tipo de agrupamento para tentar conter o político e os corpos considerados abjetos em nome de uma moralidade tradicional que, supostamente, possibilita a (re)cristianização da esfera pública (BROWN, 2019).

Isso, de alguma forma, responde à cruzada sacrossanta que levou os pastores a perscrutarem as linhas do Plano no intuito de garantir “um lugar e um poder social às reivindicações tradicionais da tradição e de suas liberdades peculiares” (BROWN, 2019, 127), ao passo que tentam intimidar ideias de políticas educacionais baseadas no racionalismo, no planejamento, ou em outras construções não orgânicas do bem (BROWN, 2019).

O PME, assim, não esteve isento da presença permanente do exterior vigilante, e nem estará. Qualquer membro da sociedade terá direito de verificar sobre quais saberes, conhecimentos, e verdades a política está sendo (re)formulada, inclusive as igrejas. Enquanto instrumento disciplinar, o Plano conquistase “será democraticamente controlado, pois será sem cessar acessível ‘ao grande comitê do tribunal do mundo’” (FOUCAULT, 2013, p. 196). E seguirá promovendo a moralidade tradicional e o mercado, ao mesmo tempo em que contém o alcance do político e restringe as reformas democráticas da sociedade (BROWN, 2018).

Essa moralidade é uma falácia que expõe o verdadeiro sentido de fé, moral e família nos discursos conservadores. É um sentido bastante particular, eurocentrado e heteronormativo que, de fato, expressa um sentimento de intolerância, com a exclusão de minorias religiosas e ideias progressistas; preconceito e negação a outras configurações de família e gêneros.

Desse modo, entendemos que a Política do PME, ao longo desses últimos anos, vem sendo praticada sob a jurisprudência do neoliberalismo e do conservadorismo que rechaçam as leis de igualdade e antidiscriminação na educação. O silenciamento da população, dos

movimentos sociais, e de grupos minoritários, no processo de produção e aprovação do PME de Vitória da Conquista, é a própria negação do direito de inteligibilidade, e fortalece práticas discriminatórias, estigmatizantes, violências, e exclusões sociais.

Ao invés de produzir a inclusão e garantir laços sociais, o Plano tornou-se artefato de comercialização. Ferramenta contra a igualdade e contra as diversas formas de pensar, de ser, e de estar no mundo. A não participação dos sujeitos da diferença no itinerário do Plano deixou de considerar os gêneros, as sexualidades, as raças, as religiões, e tantos outros modos de existir tão fundamentais para uma educação de qualidade. Evitar a reflexão sobre esses marcadores impossibilitou a reflexividade necessária em um processo que supôs potencializar a participação ativa desses sujeitos na construção da política. Repensar e reposicionar-se diante de prerrogativas e inteligibilidades de gênero, raça, crença, sexualidade, regionalidade, juventude, dentre outros, é essencialmente poderoso no processo de política.

Em 2025, a vigência do atual Plano termina. Para 2026, o desafio é repensar os efeitos de silenciamento, ressignificar as verdades finais, e reconduzir as lutas por estratégias políticas que reposicionem construções históricas e situadas, importantes para a discussão e produção de um PME que contemple a igualdade, o antirracismo, a pluralidade religiosa, as sexualidades, as juventudes, as mulheres, os quilombolas, os indígenas, os camponeses, e perspectivas outras.



## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: ARAÚJO, Luiz; PINTO, José Marcelino de Rezende (Org.). **Público X privado em tempos e crise**. São Paulo: Fundação Lauro campos e Fineduca. 2017.
- ALVES, Cecilia Pescatore. Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade. **Psicologia & Sociedade**, 29, e172186, 2017.
- AMARO, Ivan. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 24, n. 1, 5 maio 2017.
- AMBRÓZIO, Aldo. Governamentalidade neoliberal: disciplina, biopolítica e empresariamento da vida. **Kínesis**, vol. IV, n° 08, p. 40-60, dezembro 2012.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa: Editorial Teorema LTDA, 2004 (Trad. Telma Costa).
- APROVA BRASIL. **Uma plataforma feita para sua rede de ensino**. (2023). Disponível em: < <https://projetoaprovabrasil.com.br/>>. Acesso em: 08 mai. 2023.
- AQUINO, Julio Groppa. A governamentalidade como plataforma analítica para os estudos educacionais: a centralidade da problematização da liberdade. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- ARAÚJO, Jessika Candido. **Accountability educacional: o estado gerencial-avaliador e o PNE 2014/2024 –uma educação excludente?** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Fortaleza, 2019.
- AUGUSTO, Acácio. Política e polícia. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos** [recurso eletrônico]. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 - ). – Salvador: SEI, 2012. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/estatisticas\\_municipios/vitoria\\_da\\_conquista\\_2013.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/estatisticas_municipios/vitoria_da_conquista_2013.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.214**, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: < <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/LEGISLACAO/Lei-13.214-de-29-de-dezembro-2014-Politica-Territorial.pdf>>. Acesso em: 07 de abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Perfil dos Territórios de Identidade/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. -- Salvador: SEI, 2015. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1)

\_\_\_\_\_. **Território de Identidade Costa do Descobrimento:** Plano territorial de desenvolvimento sustentável e solidário - PTDSS. 2016. Disponível em:< [http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politicaterritorial/PUBLICACOES\\_TERRITORAIS/Planos-Territoriais-de-DesenvolvimentoSustentavelPTDS/2018/PTDS\\_TI\\_Costa\\_do\\_Descobrimento.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politicaterritorial/PUBLICACOES_TERRITORAIS/Planos-Territoriais-de-DesenvolvimentoSustentavelPTDS/2018/PTDS_TI_Costa_do_Descobrimento.pdf)> Acesso em: 13 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual Participativo (2020-2023).** Salvador, 2019. Disponível em:< <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102>>. Acesso em: 07 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **A política territorial e a participação social** [*on-line*]. Disponível em: < [http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politicaterritorial/PUBLICACOES\\_TERRITORIAIS/Historico\\_da\\_Politica\\_Territorial\\_da\\_Bahia\\_v.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politicaterritorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia_v.pdf)>. Acesso em: 12 de abr. 2020.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o Pós-estado do bem-estar. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

\_\_\_\_\_; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas.** Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BARROS, José D'Assunção. **Desigualdades e Diferenças:** uma perspectiva sobre os dois conceitos. Curitiba: PUC-PR, 13 de mar. 2018. Palestra proferida junto à PUC-PR, para o Encontro do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

BASTOS, Luciana Xavier Lacerda; SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. Diversidade sexual, educação e luta contra as opressões: a organização do Movimento LGBT em Vitória da Conquista. © **Rev. HISTEDBR On-line.** Campinas, SP v.22, 1-18, e022059, 2022.

BEM COMUM. **Educação Vivencial.** (2023). Disponível em:< <https://www.bemcomum.org.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** Companhia das Letras, [s.d.].

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BHANDAR, Brenna. **Colonial lives of property:** law, land, and racial regimes of ownership. Duke University Press. Durham and London, 2018.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault:** filosofia e biopolítica. 1. ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRASIL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Brasília: Ministério do Planejamento, 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto não numerado de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 26/2/2008. Disponível em: < [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/2008/decreto-40117-25-fevereiro-2008-571946-publicacaooriginal-95077-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2008/decreto-40117-25-fevereiro-2008-571946-publicacaooriginal-95077-pe.html) >

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014a. Disponível em:< <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). **O Plano Municipal de Educação**: caderno de Orientações. 2014b.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014c. Disponível em: < <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20204>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxa de Aprovação, notas do Saeb, Ideb e projeções**. (2021a). Disponível em:< <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Manual de orientação novo Fundeb**. Brasília-DF, 2021b. Disponível em:< <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Tesouro Nacional. **Transferências Constitucionais**. 2022. Disponível em: < <https://sisweb.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Política Nacional de Alfabetização. **Programa Tempo de Aprender**. (2023). Disponível em:< <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade. **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos**: La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: MALPASO, 2017.

\_\_\_\_\_. **Cidadania Sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Dinamarca: Zazie Eduções, 2018.

\_\_\_\_\_. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu** (11), pp.11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan:** sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2008.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BURITY, Joanildo A. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. **FUNDAJ**, Fundação Joaquim Nabuco, 2001. Disponível em:< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130113705/joan9.pdf>>. Acesso em: 13 de mar. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. (2018). **Pastor Sidney volta a se posicionar contra a ideologia de gênero.** Disponível em:< <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/28298/pastor-sidney-volta-a-se-posicionar-contra-a-ideologia-de-genero->>. Acesso em: 13 ago. de 2023.

\_\_\_\_\_. (2022). **Dia Internacional contra Homofobia, Transfobia e Bifobia é tema de audiência na Câmara.** Disponível em:< <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/33118/dia-internacional-contra-homofobia-transfobia-e-bifobia-e-tema-de-audiencia-na-camara->>. Acesso em: 13 ago. de 2023.

\_\_\_\_\_. (2023). **Viviane Sampaio denuncia postagem de colega de parlamento considerada transfóbica.** Disponível em:< <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/33778/viviane-sampaio-denuncia-postagem-de-colega-de-parlamento-considerada-transfobica->>. Acesso em: 13 ago. de 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Custo Aluno-Qualidade Inicial. 2022. Disponível em: < <https://campanha.org.br/caqi-caq/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, 11(1):33-43, jan/abr 2010.

\_\_\_\_\_. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli da; DELBONI, Tânia Maria Zanotti Guerra Frizzera. A base nacional comum curricular e a produção biopolítica da educação como formação de “capital humano”. **Revista e-curriculum.** São Paulo, v.15, n.2, p.481-503, abr./jun. 2017.

CASTRO, Rodrigo. Professora da Bahia é intimada pela política após aluna denunciar ‘conteúdo esquerdista’. **O Globo.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/professora-da-bahia-intimada-pela-policia-apos-aluna-denunciar-conteudo-esquerdista-25283155>>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. As novas práticas de governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CLAVAL, Paul. O território e sua transição na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, v.1, n.2, p.7-26, 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. **Divulgada reestimativa de receita do Fundeb 2015**. [on-line]. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/09-11-2015-17-09-mec-redefine-valor-aluno-minimo-anual-do-fundeb-2015-para-r-254531>>.

Acesso em: 12 set. 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE. PNE: mais futuro para a Educação Brasileira. **Cadernos de Educação**. Brasília, 2014, Ano XVIII, n. 28, ago. 2014, Edição Especial.

\_\_\_\_\_. **BA: SIMMP inicia discussão sobre o PME em Vitória da Conquista**. (2015).

Disponível em:< <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/giro-pelos-estados/61681-ba-simmp-inicia-discussao-sobre-o-pme-em-vitoria-da-conquista>>. Acesso em: 06 set. 2022.

DAMASCENO, Kétia Prado. **Políticas culturais em Vitória da Conquista: construção e implementação nas gestões municipais de 1997 a 2016**. Salvador, 2019. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2019.

DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE. **A escolha da guerra civil: Uma outra história do Neoliberalismo**. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

DERRIDA Jacques. **Margens da filosofia**. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães, São Paulo: Papyrus, 1991.

DIAS, José Alves; SANTOS, Roberta Lisana Rocha. Juracy Magalhães e o fisiologismo na política brasileira. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 239-249, 2013. Disponível em:< <file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Paulo/Downloads/3767-Texto%20do%20artigo-6205-1-10-20180521.pdf>>. Acesso em: 12 de ago. 2023.

DOCUMENTO DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA PARA O DIÁLOGO COM O GOVERNO ESTADUAL. **Seminário de Diálogo**. Salvador/Ba, 2007. Disponível em:<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/documento/documento-da-articula%C3%A7%C3%A3o-de-movimentos-sociais-na-bahia-para-di%C3%A1logo-com-o-governo>. Acesso em: 18 de abr. 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

DUARTE, André. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

EDITORA BRASIL. **Soluções educacionais da Educação Infantil ao Ensino Médio**. (2023). Disponível em: <[https://issuu.com/editoradobrasil/docs/catalogodesolucoes21\\_v2](https://issuu.com/editoradobrasil/docs/catalogodesolucoes21_v2)>. Acesso em: 13 mai. 2023.

EDUCAR PRA VALER. **Programa Educar Pra Valer**. (2023). Disponível em:< <https://educarpravalor.caedufjf.net/avaliacao-educacional/educar-para-valer/>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Edições Câmara, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Small towns in the southwet Bahia identity territory. Geopauta, Vitória da Conquista, ISSN: 2594-5033, V. 4, n. 2, 2020, (p. 31-52). Disponível em:< <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; ROSEIRO, Maria Carolina F. B; SANTIAGO, Anderson Cacilhas. Do lugar de que se fala: territorialidades discursivas sobre gênero e sexo nas redes. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Org.). **A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa**. Vitória/ES: EDUFES, 2016.

FNDE. **Demonstrativo Fundeb Municipal**. (2023). Disponível em:< [https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do?acao=atualizar&pag=resul t&anos=2015&periodos=-1&cod\\_uf=29&municipios=120001&g-recaptcha-response=>](https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do?acao=atualizar&pag=resul t&anos=2015&periodos=-1&cod_uf=29&municipios=120001&g-recaptcha-response=>)>. Acesso em: 04 de mai. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Organização e tradução de Roberto Machado. – 9ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. Uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos III – Estética:** literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica:** curso no Collège de France: 1978 - 1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População:** Curso dado no Colégio de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros:** curso no Collège de France (1982-1983) - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos:** curso no Collège de France: 1979 – 1980: excertos. 2ª Edição Ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos:** curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Do silêncio e seus sons: “diferenças” na base Comum Curricular. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luíza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo.** Recife: Ed. UFPE, 2018.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da Princesa do Sertão:** de "chão" a território, o "vazio" no processo de valorização do espaço. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 416 f. 2014.

GLUZ, Micaela Passerino. O Novo Fundeb é uma vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do Novo Fundeb. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 10, 2021.

GLYNOS, Jason. Fantasy and Identity in Critical Political Theory. **Filozofski vestnik**, v. xxxii, n. 2, p. 65-88, 2011.

GOMES, Liduina Maria; VIDAL, Eloisa Maia. Accountability educacional no Brasil: significados, desafios e críticas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, e37911427567, 2022. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/359466823\\_Accountability\\_educacional\\_no\\_Brasil\\_significados\\_desafios\\_e\\_criticas](https://www.researchgate.net/publication/359466823_Accountability_educacional_no_Brasil_significados_desafios_e_criticas)>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/824>>. Acesso em: 01 de fev. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In.: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: accss, 2007a.

\_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** - Ano IX – n. 17 – 2007b.

\_\_\_\_\_; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **etc..., espaço, tempo e crítica**. n° 2(4), Vol. 1, 15 de agosto de 2007.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24, p.68-75, 1996.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. A identidade cultural na pós-modernidade. 11<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectivas de estudos culturais. 11 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, estado e regulação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010. <Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática** – Vol. 21, n. 38, Período out/dez-2011.

IBGE. **Censo universo – Características da população e dos domicílios**. 2010. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/pesquisa/23/25888?detalhes=true>>. Acesso em: 22 de abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Cidades e Estados**. [on-line] Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html>>. Acesso em: 14 de abr. 2020.

INOVA BH. **Site Inova BH**, 2023. Projeto. Disponível em:< <https://inovabh.com.br/>>. Acesso em: 04 de mai. 2023.

INSTITUTO MILLENIUM. **Uma Agenda da Abundância para o Brasil**. [on-line]. Disponível em:< <https://institutomillennium.org.br/sobre/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

KEY2ENABLE. **Tecnologia Assistiva que Empodera**. (2023). Disponível em: <<https://key2enable.com/>>. Acesso em: 11 mai. 2023.



KROETZ, Ketlin; FERRANO, José Luis Schifino. A governamentalidade como ferramenta analítica em Michel Foucault. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, Ahead of Print, v. 24, p. 76-91, 2019.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O Lugar e a Construção da Identidade**: os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 239. 2012.

LEITE, Vanessa. A política de educação no cenário recente da política sexual brasileira: venturas e desventuras dos “adolescentes LGBT” na relação com a escola. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luíza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/620>> Acesso em: 28 de fev. 2020.

LOCKMANN, Kamila. **Inclusão Escolar**: saberes que operam para governar a população. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2010.

\_\_\_\_\_. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. 317f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2013.

\_\_\_\_\_. A inclusão escolar e as avaliações em larga escala: uma década que produz efeitos na escola. In: Reunião Nacional da ANPED, 38, 2017, São Luís/MA. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017. p. 2-14. Disponível em: <[http://anais.anped.org.br/p/38reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=29](http://anais.anped.org.br/p/38reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=29)>. Acesso em: 30 dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015408, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, pp.50-64, Jul/Dez 2005.

\_\_\_\_\_; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011b.

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_.; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 210-219, maio/ago. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, ano 9, 2/2001.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como Espaço-Tempo de Fronteira Cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, pp.285 372, Maio/Ago 2006.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez., 2014.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.02, p. 45-67, abril-junho, 2016.

\_\_\_\_\_. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr./jun., 2017.

\_\_\_\_\_. Repolitizar o social e tomar de volta a liberdade. **EDUR- Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 34, e212010, 2018.

\_\_\_\_\_.; RANNIERY, Thiago. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 739-759, set./dez. 2018.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAGUIRE, Meg; BALL Stephen. Discursos da reforma educacional no Reino Unido e nos Estados Unidos e o trabalho dos professores. In: BALL, Stephen. J, MAINARDES, Jeferson (Org.). **Políticas educacionais questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 175-192.

MACHADO, Maria Margarida. Plano Nacional de Educação: epicentro das políticas de estado para a educação brasileira (resenha). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 145, p.1059-1062, out.-dez., 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/es/a/3sLR5wwqd5rQczTwpnfV6cq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MALTA, Magno. Senado Federal. Pronunciamento de Magno Malta em 20 de novembro de 2013. Disponível em:< <https://ww25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/404544>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 483-505, setembro-dezembro/2005.

MARINHO, Cristiane Maria. **Processos de subjetivação, governamentalidade neoliberal e resistência**: uma leitura a partir de Michel Foucault e Judith Butler. 2020. 250f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia (Fafil), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

MARTINS, Erika Moreira. Movimento **Todos pela Educação**: um projeto de nação para a educação brasileira. Campinas, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; AUGUSTO, Peixoto Junior Carlos. Deslocamentos na Governamentalidade: a subjetivação como resistência ético-política em Foucault. **Psicologia Política**. vol. 13. nº 27. pp. 245-259. Maio - Ago. 2013.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **RBPAE** – v.26, n.3, p. 497-514, set./dez. 2010.

MATHEUS, Danielle dos Santos; LOPES, Alice Casimiro. Sentidos de qualidade na política de currículo (2003-2012). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 337-357, abr./jun. 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MEDEIROS, Ruy Hermann de Araujo. Política, família e educação em Vitória da Conquista na primeira metade do século XX. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.36, p. 1115-123, dez.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível:<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639644/7212>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MELO, William; VIEIRA, Camila da Silva. A exaltação polissêmica do conceito de território: uma nova abordagem no efêmero período das políticas brasileiras de desenvolvimento territorial. **NORUS**, vol. 6, nº 10, p. 73-98, Ago/Dez. 2018.

MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça. **A accountability educacional – arquétipo do Estado Gerencial e Avaliador**: os (des)caminhos da Democracia e a preservação do establishment. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MENEZES, Jaileila de Araújo. et al. Direitos sexuais e direitos reprodutivos na formação docente. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

MEU MUNICÍPIO. **Dados de Vitória da Conquista - Ba.** (2021). Disponível em:<<https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/2933307-Vitoria-da-Conquista-BA?exercicio=2021>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MIGO MICRO. **TiX Letramento**: uma (re)evolução na educação da pessoa com deficiência. (2023). Disponível em: < <https://www.amigomicro.com.br/detalhe-da-materia/info/tix-letramento/6049>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 07, n. 15, 2016, p. 590-621.

MIRANDA, Hilheno Oliveiral. **O escola sem partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/Ba**. Vitória da Conquista, 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/BA, 2022.

MODERNA. **Buriti Mirim**. (2023). Disponível em: <<https://web.moderna.com.br/web/buriti-mirim-2018/alfabetizacao>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MONTANÉ, Alejandra; SERDIO, Aida Sánchez de. Os professores do ensino superior: entre a performatividade da lei e as narrativas autobiográficas. **Revista Lusófona de Educação**, 15, 2010.

NARDI, Elton Luiz. **Políticas de responsabilidade e PNE**: tendências, ensaios e possibilidades. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, p. 281-292, jul./dez. 2014.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. A governamentalidade nos cursos do professor Foucault. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVERIA, Ana de; LOPES, Alice Casimiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [38]: 19 - 41, janeiro/abril 2011.

OLIVEIRA, Gustavo; OLIVEIRA, Anna Luiza. Malditos os que têm fome e sede de justiça: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22: e1155, 2022. Disponível em: < <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/5oliveira-oliveira.pdf>>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. A produção curricular nos cursos de formação de professores: entre a mesmidade e a diferença. In: TOMÉ, Claudia; MACEDO, Elizabeth. **Currículo e diferença**: afetações em movimento. Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, Renata Ferreira. Índios paneiros do Planalto da Conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais. Salvador: Sagga, 2020.

\_\_\_\_\_. Retomadas da identidade étnica e territorial indígena no sudoeste baiano: um direito garantido, porém negado. In: NASCIMENTO, Washington (Org.). **Antônia Onça e o Mestre em Amansar Brancos**: trajetórias e saberes indígenas e africanos no sertão da Bahia. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

ORTEGA, Antônio César. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do Governo Federal. In: ORTEGA, Antônio César; PIRES, Murilo José de Souza (Org.). **As políticas territoriais rurais e a articulação Governo Federal e Estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016.

ORWELL, George. **O que é fascismo?: E outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, pp. 85-89.

PARAISO, Marlucy Alves. Currículo, gênero e heterotopias em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luíza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

PAVINATO, Julie Mathilda Semiguem; SILVA, Emerson Ferreira da Silva; OLIVEIRA, Irene Carniatto. Território, identidade cultural e redes. **Revista Orbis Latina**, vol.7, nº 3, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Edição Especial – Julho de 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia - Brasil, v. 15, n. 31, p. 123-146, jan./mar. 2019.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2009.

PLANO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO É SANCIONADO PELO GOVERNADOR DA BA. **Portal G1 BA**, 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/05/plano-estadual-da-educacao-e-sancionado-pelo-governador-da-ba.html>>. Acesso em: 30 jun de 2021.

POLÍTICA LIVRE. Em Fórum Conservador realizado em Vitória da Conquista, Ivan Cordeiro enfatiza necessidade de mudança política social na Bahia. **Portal Livre**. Salvador, 2021. Disponível em: < <https://politicalivre.com.br/2021/12/em-forum-conservador-realizado-em-vitoria-da-conquista-ivan-cordeiro-enfatiza-necessidade-de-mudanca-politica-social-na-bahia/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

PREFEITA SHEILA VAI A BELO HORIZONTE CONHECER MODELOS DE PPP’S PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO. **Jornal Conquista**, Vitória da Conquista, 28 de abril de 2023. Disponível em:< <https://jornalconquista.com.br/2023/04/28/prefeita-sheila-vai-a-belo-horizonte-conhecer-modelos-de-ppps-para-saude-e-educacao/>>. Acesso em: 04 de mai. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. Plano Municipal de Educação estabelece metas a serem cumpridas nos próximos dez anos. [on-line]. 2015. Disponível em:< <https://www.pmvc.ba.gov.br/plano-municipal-de-educacao-estabelece-metas-a-serem-cumpridas-nos-proximos-dez-anos/>>. Acesso em: 06 set. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.913, de 24 de junho de 2013**. Cria o Conselho Municipal de Políticas de promoção da Igualdade Racial. Vitória da Conquista: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/v/vitoria-da-conquista/lei->

[ordinaria/2013/191/1913/lei-ordinaria-n-1913-2013-cria-o-conselho-municipal-de-politicas-de-promocao-da-igualdade-racial-compfir](#). Acesso em: 13 de abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Conselho de Igualdade Racial – Regimento Interno do COMPPIR**. SEFIN ON-LINE, 2019. Disponível em: < <https://www.pmvc.ba.gov.br/conselho-da-igualdade-racial-2/>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Coordenação de Políticas de Promoção da Cidadania e Direitos de LGBT (Coordenação LGBT)**. SEFIN ON-LINE, 2020. Disponível em: < <https://www.pmvc.ba.gov.br/coordenacao-de-politicas-da-cidadania-e-direitos-de-lgbt/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Educação teve investimentos maciços em melhoria das escolas e maior ideb entre os maiores municípios baianos**. SEFIN ON-LINE, 2022. Disponível em: < <https://www.pmvc.ba.gov.br/educacao-teve-investimentos-macicos-em-melhorias-das-escolas-e-maior-ideb-entre-maiores-municipios-baianos/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Dados Estatísticos**. [on-line]. Disponível em: < <https://www.pmvc.ba.gov.br/dados-estatisticos/>>. Acesso em: 06 set. de 2022.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência do governo municipal, **Orçamento das Receitas**. (2023). Disponível em: < <https://vitoriadaconquista-ba.portaltp.com.br/consultas/orcamento/orcamentoreceitas.aspx>>. Acesso em: 05 e mai. 2023.

QEDU. **Sobre o QEDU**. (2023). Disponível em: < <https://qedu.org.br/sobre>>. Acesso em: 07 mai. 2023.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **RBCS**, vol. 26, n° 75, fevereiro/2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/XJG9DmQ8w9HTPyq8fxyFtJb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

RATZEL, Friedrich. **Ratzel**. Tradução de Antônio Carlos Robert de Moraes. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

RIOS, Sadraque Oliveira. Desafios à categoria “território de identidade”: uma análise da proposta de desenvolvimento instituída pela Lei Baiana nº 13.214/2014. **Revista da AJURIS** – Porto Alegre, v. 45, n. 145, Dezembro, 2018.

RODRIGUES, Alan. Antipetismo aproxima atual gestão da direita mais radical em Conquista. **A Tarde**, Salvador, 08 de junho de 2023. Política. Disponível em: < <https://atarde.com.br/politica/eleicoes-2024/antipetismo-aproxima-atual-gestao-da-direita-mais-radical-em-conquista-1231210>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

RODRIGUES, Julian; FACCHINI, Regina. “Ideologia de gênero, atores e direitos em disputa: uma análise sobre o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2013-2015). In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luíza A. R. Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. – 1. ed.; 6. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Arlete Ramos dos *et al.* (Org.). **Movimentos sociais e educação: políticas e práticas**. Ilhéus, BA: Editus, 2019.

SANTOS, Edilene da Silva; SOARES, João Joaquim; LIMA, Zuleide da Costa. Plano Municipal de Educação de Santa Rita - PB e a afirmação de princípios para a educação local. In: PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; SÜSSEKIND, Maria Luiza; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza (Org.). **Políticas curriculares no PNE (2014-2024) e desdobramentos (neo)conservadores: tensões, desafios e resistências**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SANTOS, Fabiana Prado; MEDEIROS Ruy. **CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA (Panorama histórico-político)**. Disponível em: <<https://camaravc.ba.gov.br/home/quemsomos>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento eda (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24- 42. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Meta 20: recursos financeiros para a educação no Município**. Vitória da Conquista, 2015.

SILVA, Maria Eloísa da. **As Redes de influência em Mato Grosso – o Estado e as parcerias público-privadas e a reconfiguração da política educacional da Rede Estadual de Ensino**. 2018. 194f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2018.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Perspectivas curriculares contemporâneas**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SILVA, Paulo Adriano Santos. Território: abordagens e concepções. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: dezembro de 2015. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes\\_2015.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2015.pdf)>. Acesso em: 18 de Jan. 2020.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Paisagens e Fluxos Curriculares Pataxó: processos de hibridização e biopolítica**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 153. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectivas de estudos culturais**. 11 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SODRÉ, Maria Dorath Bento. **O território de identidade de Irecê e o contexto das escolas do meio rural: lacunas e tensões na territorialização da Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 156f. 2015.

SOUZA, Éder Junior Cruz de. **Políticas territoriais do Estado da Bahia: regionalização e planejamento**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 158 f. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPÓSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: Crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Rev. Sociol. Polit.** vol.24, no.58, Curitiba, June, 2016. Disponível em:<  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200013)>. Acesso em: 11 abr. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança Pública**. (2022). Disponível em:<  
<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/>>. Acesso em: 18 mai. 2023.

TRINDADE, Sheila Taiane Pereira. **O território nos limites teóricos e práticos das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto**. 2019. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Vitória da Conquista - Ba, 2019.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **MEC redefine valor aluno mínimo anual do Fundeb (2015) para R\$ 2.545,31**. [on-line]. 2015. Disponível em: <  
<https://undime.org.br/noticia/09-11-2015-17-09-mec-redefine-valor-aluno-minimo-anual-do-fundeb-2015-para-r-254531>>. Acesso em: 12 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Linha do tempo**. (2023). Disponível em:< <https://undime.org.br/linhadotempo/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/es/a/CdwxsTyRncJRf8nmrhmYjsg/abstract/?lang=pt>>>. Acesso em: 10 dez. 2022.



\_\_\_\_\_. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 2.042, de 26 de junho de 2015.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

XANDÓ, Alexandre. Movimento Negro cobra política de cotas em concursos públicos de Vitória da Conquista (BA). **Brasil de Fato**. Salvador, 2023. Disponível em:< <https://www.brasildefatoba.com.br/2023/03/07/movimento-negro-cobra-politica-de-cotas-em-concursos-publicos-de-vitoria-da-conquista-ba>>. Acesso em: 26 de abr. 2023.